



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**RAYANE CRISTINA DE ANDRADE GOMES**

**BENEDITA DA SILVA: CAMINHOS DE UMA MULHER NEGRA E  
FAVELADA NA LUTA POR DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

Brasília - DF, 10 de novembro de 2023.



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**RAYANE CRISTINA DE ANDRADE GOMES**

**BENEDITA DA SILVA: CAMINHOS DE UMA MULHER NEGRA E  
FAVELADA NA LUTA POR DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Doutora em Direitos Humanos e Cidadania, da linha de pesquisa Direitos Humanos, democracia, construção de identidades, diversidade e movimentos sociais.

**ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Maria de Castro**

Brasília - DF, 10 de novembro de 2023.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Doutora em Direitos Humanos e Cidadania, da linha de pesquisa Direitos Humanos, democracia, construção de identidades, diversidade e movimentos sociais.

Aprovada por:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Maria de Castro - UnB  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renisia Cristina Garcia Filice - UnB  
(Examinadora interna - Titular)

---

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento - UnB  
(Examinador interno - Suplente)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ady Canário de Souza Estevão - UFERSA  
(Examinadora externa)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisa Guaraná de Castro - UFRRJ  
(Examinadora externa)

Brasília - DF, 10 de novembro de 2023.

*Em memória das vítimas do genocídio do povo negro brasileiro.  
Em memória das vítimas do genocídio do povo palestino.  
Em memória das vítimas do genocídio dos povos indígenas.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço às mulheres negras que vieram antes de mim.

Agradeço a Benedita da Silva, por sua coragem.

Agradeço às mulheres negras do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB que dividiram comigo as dores do parto das ideias, em especial, Andreia Marreiro e Maíra de Deus Brito, ubuntu.

Agradeço a minha mãe, sempre. Dona Hermínia, sua filha vai ser doutora com Doutorado!

Agradeço ao meu amor, Nicolás, que carregou comigo tantos pesos e fez tudo ser mais leve; sem você, esse texto não existiria, te amo.

Agradeço à professora Vanessa Maria de Castro, que acreditou em mim quando eu duvidei da capacidade de estar nesse lugar, de levar adiante o que desenhamos juntas; sua orientação nunca faltou. Gratidão por tanto!

Agradeço às professoras Ady Canário, Renísia Filice e Elisa Guaraná, por ajudarem-me a enxergar além e, generosamente, comporem minha banca. Aproveito para registrar minha gratidão ao professor Wanderson Flor do Nascimento, que com sua ciência deu-me a oportunidade de aprender tanto e de maneira tão profunda.

Agradeço a Mariana Taccolini; sem você, minha irmã, não teria aberto os caminhos para chegar até Bené! Você é muito!

Agradeço a minha chefe, a deputada Natália Bonavides, que se empenhou pessoalmente para que essa Tese viesse ao mundo. Bonas, gratidão é pouco!

Agradeço a Érika Lula de Medeiros, que sempre torceu tanto por mim, como se fosse uma irmã mais velha que tá ali vendo as rodinhas serem removidas da bicicleta! Nega, você é fundamental!

Agradeço a Natália de Sena Alves, por ter compreendido os perrengues desta Tese, as necessidades de adaptar o trabalho à escrita e por ser uma das razões que me fazem confiar no Partido das Trabalhadoras como instrumento de transformação.

Agradeço a Luan Araújo, que trocou muitas mensagens comigo pelo *Instagram*, não me deixando desistir! É por nós, né?

Agradeço a Maria Clara, por ser parte da minha família escolhida e que viu de pertinho as dores desta escrita. Assim como Carmem Cavalcante e Clara Ovídio; sem vocês duas, não seria possível!

Agradeço a Daniel Valença! A culpa desta bagunça toda é sua, que me trouxe pra o mundo da luta desde a primeira aula na UFERSA.

Agradeço a Tobias Queiroz e Maria Lucélia de Andrade, por olharem, revisarem e me ajudarem a aprumar os rumos do texto.

Agradeço a Amanda da JAE! Mulher, tu é demais! Obrigada por me ajudar a entender o Rio!

Agradeço a Jaime Muniz, que me levou para conhecer o Rio de Janeiro de Benedita da Silva e que me acolheu como uma amiga de décadas em tão poucos dias!

Agradeço a Academia Vermelha de Jiu-Jitsu Antifascismo; o tatame foi fundamental para garantir a finalização da Tese!

Agradeço a Universidade de Brasília, por ser um espaço de tanto aprendizado e orgulho.

A todas as pessoas que torceram, apoiaram e celebraram minha passagem pelo doutorado, muito obrigada!

*“Sou crioula, neguinha, mulata e muito mais, camará  
Minha história é suada igual dança no ilê  
Ninguém vai me dizer o meu lugar  
Sou Zezé, sou Leci, Mercedes Baptista, Ednanci  
Aída, Ciata, Quelé, Mãe Beata e Aracy  
Pele preta nessa terra é bandeira de guerra porque eu vi  
Se é Conceição ou Dandara pra matar preconceito, eu renasci!”*

(Composição: Raul Di Caprio e Manu da Cuíca;  
Interpretação: É preta)

## RESUMO

A presente Tese narra o caminho de Benedita da Silva como mulher negra e da favela e seu papel protagonista na luta por Direitos Humanos no Brasil. A partir da abordagem qualitativa, com aproximação biográfica narrativa interpretativa, lastreada em levantamento documental, falo de uma “mulher do fim do mundo” que navega nos mares de uma democracia hegemonicamente branca e masculina, assumindo o amor e a fé como motores de sua ação na luta pelo justo. O texto se filia teoricamente ao feminismo negro como escola do pensamento e mobiliza majoritariamente esses diálogos na construção de seu marco teórico. O desenho de estudo visa a contribuir para o debate acadêmico de visibilização do legado das mulheres negras brasileiras como decisivas na busca por dignidade, a partir dessa vivência única e coletiva que se exprime em Benedita da Silva, a Bené. A tese é dividida em quatro períodos distintos da sua vida política, cada um relacionado a momentos cruciais da história do Brasil. Cada período é analisado, apontando as relações entre racismo, patriarcado e classe na construção da identidade dessa protagonista e de sua prática militante. Além disso, a pesquisa investiga as estratégias adotadas por Benedita em sua atuação política para promover os direitos humanos e os desafios enfrentados por mulheres negras na política brasileira. O texto analisa sua produção legislativa em Direitos Humanos, assim como seus pronunciamentos na temática. Compreendi no processo de investigação que não podemos enxergá-la apenas como uma Constituinte que fez história há 35 anos; que seu ensinamento é profundo: não desistir de defender as coisas mais belas. Ela segue rompendo paradigmas; segue transformando profundamente a construção política nacional. Bené puxa o horizonte dos Direitos Humanos mais perto dos seus, do povo trabalhador brasileiro. Ela não é passado. Bené é presente, é futuro ancestral – como ensina Ailton Krenak.

Palavras-chave: Benedita da Silva; Direitos Humanos; aproximação biográfica-narrativa.



## ABSTRACT

This thesis recounts the journey of Benedita da Silva as a black woman from the favela and her leading role in the fight for human rights in Brazil. Employing a qualitative approach, with an interpretative narrative biographical framework grounded in documentary research, it delves into the story of a "woman from the end of the world" navigating the seas of a predominantly white and male hegemonic democracy. She embraces love and faith as driving forces behind her pursuit of justice. The text is theoretically aligned with black feminism as a school of thought and predominantly engages in these dialogues in constructing its theoretical framework. The study design aims to contribute to the academic discourse on the visibility of the legacy of Brazilian black women as pivotal figures in the pursuit of dignity, drawing on Benedita da Silva's unique and collective experience. The thesis is divided into four distinct periods of her political life, each linked to crucial moments in Brazil's history. Each period is analyzed, highlighting the interplay between racism, patriarchy, and class in shaping the identity of this protagonist and her activist practice. Furthermore, the research investigates the strategies adopted by Benedita in her political engagement to promote human rights, as well as the challenges faced by black women in Brazilian politics. The text analyzes her legislative contributions to human rights, as well as her public statements on the subject. Through the investigative process, it becomes clear that she cannot be solely seen as a Constituent who made history 35 years ago. The profound lesson she imparts is not to give up on defending the most beautiful things. She continues to break paradigms, profoundly transforming the national political landscape. Bené brings the horizon of human rights closer to her, to the Brazilian working people. She is not the past. Bené is the present, the ancestral future, as taught by Ailton Krenak.

Keywords: Benedita da Silva; Human Rights; biographical-narrative approach.

## RESUMEN

La presente tesis narrará el camino de Benedita da Silva como mujer negra y proveniente de la favela, así como su papel protagónico en la lucha por los Derechos Humanos en Brasil. A través de un enfoque cualitativo, con un acercamiento biográfico narrativo interpretativo, fundamentado en un estudio documental, se aborda el retrato de una "mujer del fin del mundo" que navega en los mares de una democracia predominantemente blanca y masculina, asumiendo el amor y la fe como motores de su acción en la lucha por la justicia. El texto se alinea teóricamente con el feminismo negro como corriente de pensamiento y moviliza predominantemente estos diálogos en la construcción de su marco teórico. El diseño del estudio tiene como objetivo contribuir al debate académico sobre la visibilidad del legado de las mujeres negras brasileñas como actores determinantes en la búsqueda de la dignidad, a partir de esta experiencia única y colectiva que se expresa en Benedita da Silva, conocida como Bené. La tesis se divide en cuatro períodos distintos de su vida política, cada uno relacionado con momentos cruciales de la historia de Brasil. Cada período se analiza, señalando las relaciones entre racismo, patriarcado y clase en la construcción de la identidad de esta protagonista y de su práctica militante. Además, la investigación indaga en las estrategias adoptadas por Benedita en su actividad política para promover los derechos humanos y en los desafíos que enfrentan las mujeres negras en la política brasileña. El texto analiza su producción legislativa en materia de Derechos Humanos, así como sus declaraciones sobre el tema. En el proceso de investigación se comprende que no se la puede ver solo como una Constituyente que hizo historia hace 35 años. El profundo aprendizaje que deja es no renunciar a defender las cosas más hermosas. Ella continúa rompiendo paradigmas, transformando profundamente la construcción política nacional. Bené acerca el horizonte de los Derechos Humanos a los suyos, al pueblo trabajador brasileño. No es cosa del pasado. Bené es presente, es futuro ancestral, como enseña Ailton Krenak.

Palabras-clave: Benedita da Silva; Derechos Humanos; aproximación biográfica-narrativa.

## LISTA DE DESENHOS

Desenho 1 – Benedita da Silva de braços abertos .....	48
Desenho 2 – Benedita da Silva e Ulisses Guimarães .....	93
Desenho 3 – Benedita e Lula .....	132
Desenho 4 – Benedita da Silva discursa .....	171

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Registro de Benedita da Silva ao lado da autora, 2019 .....	17
Foto 2 – Catedral de Leopoldina – MG, 1958 .....	62
Foto 3 – Favela da Praia do Pinto, 1938 .....	65
Foto 4 – Favela da Praia do Pinto, 1960 .....	66
Foto 5 – Capa do Jornal do Brasil, edição n. 29, domingo, 11, e segunda-feira, 12 de maio de 1969 .....	67
Foto 6 – Mapa com distância entre a extinta Favela do Pinto e o Morro do Chapéu Mangueira - RJ .....	69
Foto 7 – Casamento de Benedita com Mansinho .....	72
Foto 8 – Panfleto para campanha de Benedita ao cargo de vereadora .....	83
Foto 9 – Benedita vereadora .....	86
Foto 10 – Ficha 1 de Benedita no DEOPS-SP .....	87
Foto 11 – Ficha 2 de Benedita no DEOPS-SP .....	88
Foto 12 – Manchetes do Jornal do Brasil; à esquerda, 30 de outubro de 1984, n. 205; à direita, 29 de maio de 1985 .....	89
Foto 13 – Benedita ao lado de Anielle Franco; IX Marcha das Mulheres Negras, Rio de Janeiro, 2023 .....	91
Foto 14 – Jornal do Brasil; 05 de dezembro de 1986 .....	95
Foto 15 – Benedita da Silva em pronunciamento na Assembleia Constituinte .....	99
Foto 16 – I Encontro dos povos indígenas do Xingu, Altamira, 1989 .....	102
Foto 17 – Manchete do jornal Magazine, 14 de agosto de 1988 .....	104
Foto 18 – Benedita da Silva no I Encontro Nacional das Mulheres Negras, 1988 .....	106
Foto 19 – Manchete do Jornal do Brasil de 25 de outubro de 1993 .....	110
Foto 20 – Cláudia Ferreira. Benedita da Silva, deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores, em boca de urna, na rua Voluntários da Pátria - Botafogo, em apoio a Lula, 1989 .....	116

Foto 21 – Recortes do Jornal do Brasil; da direita para esquerda, de 01 de janeiro de 1991 e 22 de outubro de 1990 .....	119
Foto 22 – Grupo de mulheres do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas - CEAP, em manifestação na passeata do Dia Internacional da Mulher.....	127
Foto 23 – Campanha política do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro para prefeito, vice-prefeito e vereadores.....	129
Foto 24 – Marta Rocha, Jorge Bittar, Benedita da Silva, Antônio Pitanga .....	159
Foto 25 – Benedita da Silva na tribuna, no Plenário da Câmara .....	162
Foto 26 – Benedita da Silva liderando fileira da Marcha das Margaridas.....	174
Foto 27 – Posse do presidente Lula em 2023 .....	199
Foto 28 – Acervo da Câmara dos Deputados e Gustavo Bezerra/Liderança do PT .....	202

### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Votações de Benedita da Silva para o Parlamento (1983-2022).....	223
Gráfico 2 –Votações de Benedita da Silva para o Executivo .....	224

### **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Análise de similitude dos discursos em Direitos Humanos de Benedita da Silva na Câmara Federal.....	210
Mapa 2 –Análise de similitude dos discursos em Direitos Humanos de Benedita da Silva no Senado Federal .....	211
Mapa 3 – Nuvem de palavras de toda a produção legislativa de Benedita da Silva como vereadora do município do Rio de Janeiro .....	212
Mapa 4 – Nuvem de palavras da produção legislativa de Benedita da Silva na Câmara Federal .....	215
Mapa 5 – Nuvem de palavras da produção legislativa de Benedita da Silva no Senado Federal .....	220

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Caminho da Vida (sequência de eventos por ano).....	46
--	----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 –Votações de Benedita da Silva para o Parlamento. ....	222
Tabela 2 – Votações de Benedita da Silva para eleições majoritárias .....	222

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.A. – Alcoólicos Anônimos

AD – Assembleia de Deus

APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

Avante

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF 88 – Constituição Federal de 1988

Cidadania

Conclat – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEOPS-SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DIEESE – Departamento Intersindical de estatística e estudos socioeconômicos

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRAMUTEQ – *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [software]*

ISAL – *Iglesia y Sociedad en América Latina* (Igreja e sociedade na América Latina)

ISAL – *Iglesia y Sociedad en América Latina* [Igreja e sociedade na América Latina]

LAB – Lei Aldir Blanc

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MBL – Movimento Brasil Livre

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PBF – Programa Bolsa Família

PCB – Partido Comunista Brasileiro

Pcdob – Partido Comunista do Brasil  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PL – Partido Liberal  
PLS – Projeto de Lei do Senado  
PLs – Projetos de Lei  
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN – Partido da Mobilização Nacional  
PNAD – Pesquisa por amostragem de domicílio contínua  
PP – Progressistas  
PPS – Partido Popular Socialista  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PV – Partido Verde  
RE – Recurso Extraordinário  
REQ – Requerimentos merecem relevo  
SNC – Sistema Nacional de Cultura  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UDR – União Democrática Ruralista  
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semiárido

## SUMÁRIO

MEMORIAL .....	17
1 INTRODUÇÃO.....	21
2 MARCO TEÓRICO E ANDANÇAS PELO RIO DE JANEIRO .....	30
2.1 Lágrima, suor, canto e beleza: do Rio do Norte ao Rio de Janeiro .....	44
3 CAMINHO DA VIDA.....	46
4 AGUENTA FIRME FAVELA, AS COISAS VÃO MELHORAR! TEMPOS DE NASCER.....	48
4.1 A linhagem Mineira, a chegada ao Morro carioca.....	61
4.2 Erguendo a voz: da Associação de Moradores ao Palácio Pedro Ernesto .....	81
5. NÃO É RANCOR, É UM GRITO DE LIBERDADE! TEMPOS CONSTITUINTES .....	93
5.1 Uma nova Constituição, antigos desafios.....	108
5.2 Os lírios não nascem das leis? Uma parlamentar semeando amor .....	117
6 UM PRESIDENTE COM A CARA DO BRASIL! TEMPOS DE METAMORFOSE .....	132
6.1 Assumindo o Executivo como mulher negra.....	147
6.2 Desmantelando a Casa Grande: lutando pelos direitos das domésticas .....	162
7 ABRIRAM A TORNEIRA DO ÓDIO! TEMPOS DE GOLPE E DE PESTE.....	171
7.1 Mulher do fim do mundo: diante da pandemia defender a arte e a vida .....	187
7.2 Enfrentando o bolsonarismo sem medo de ser feliz.....	196
8 ESTRELA ALÉM DO TEMPO: DISCURSOS E PRODUÇÃO LEGISLATIVA EM DIREITOS HUMANOS DE BENEDITA DA SILVA.....	204
8.1 Mapa da luta – Os Direitos Humanos nos discursos .....	205
8.2 Mapa de produção legislativa – Câmara Municipal .....	212
8.3 Mapa de produção legislativa – Câmara Federal.....	215
8.4 Mapa de produção legislativa – Senado Federal .....	220
8.5 Mapa eleitoral.....	222
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SONHOS DEVEM ENVELHECER.....	225
REFERÊNCIAS .....	232
Obras de Benedita da Silva.....	243
Recursos Audiovisuais.....	243



## MEMORIAL

Foto 1 – Registro de Benedita da Silva ao lado da autora, 2019



Nota: Benedita da Silva está à esquerda da foto, com um vestido cinza e um avental branco; Rayane Andrade está ao seu lado direito, vestindo uma blusa azul e colar vermelho.

O ano era 2019, meados de novembro eu estava em Brasília para as atividades do recém-iniciado doutorado. Hospedava-me em uma casa especial, a residência da minha companheira de Partido dos Trabalhadores (PT) e deputada federal Natália Bonavides. Era um dia de sessão e chovia copiosamente. Por volta das 20h recebi o alerta de nova mensagem em meu aparelho celular. O breve texto dizia: “Ray, você quer ir comer uma feijoada lá na casa da Bené?”. O brilho da tela não se comparava ao que tomou meus olhos ao ler repetidamente aquela pequena sentença. Tanto, que turvou a vista e demorei a responder à questão.

Sem ter levado mala vultosa para a breve visita à capital federal, apressei-me em abrir o guarda-roupas da casa, pus uma camiseta jeans, calcei os sapatos e chamei o carro de aplicativo. Primeira parada: Congresso Nacional, onde Natália Bonavides me aguardava para irmos juntas ao endereço daquela mulher que conhecia apenas dos jornais e de ouvir dizer. Aquela que escreveu a Constituição que eu estudei em meu curso de Direito, na Universidade

Federal Rural do Semiárido (UFERSA), sediada no coração quente do Rio Grande do Norte, Mossoró. Aquela, que como eu, era negra e filha de trabalhadores.

O carro andava pelas ruas da cidade planejada, rompendo a chuva com valentia e depois de um erro de rota, chegamos. Eu mal me continha, e quem é mais próximo sabe que sou derramada com todos os meus sentimentos. Em poucos instantes eu conheceria Benedita Souza da Silva Sampaio, a Bené. No abrir da porta, minha vista embranqueceu, não de passar mal pela emoção, mas pelo mar de camisas alvas distribuídas no amplo salão. A ocasião da feijoada: confraternização da bancada petista de deputadas e deputados em torno da notícia de que em breve Lula seria liberto de seu cárcere ilegal. Nunca vou esquecer aqueles primeiros segundos, pois a eles se seguiram à entrada da anfitriã que surgia da cozinha com um avental branco e vestido azul, sorriso sereno e com uma alegria contagiante.

Natália Bonavides logo se apressou em me apresentar e, desajeitada como sou com as palavras quando nervosa, fui tratando de agradecer a recepção e explicar quem era. Não lembro bem o que falei, mas recordo que ela ouviu. E para mim já estava resolvida a vida. Além da admiração pelo símbolo que Benedita da Silva concentra, era arrebatador estar em sua presença. E assim, a noite continuou com muitos assombros para mim. Era uma sensação quase infantil, de estar vendo entre a fechadura como aquelas figuras que ocupavam o noticiário diariamente se portavam fora dos holofotes. O ambiente era festivo e a comida farta. Enquanto divagava em meus pensamentos acelerados, servia um pouco de couve, farofa e feijão num prato claro e, para minha sorte de apreciadora da culinária, grande e fundo.

Algumas cervejas depois, achei assento na mesa de Rui Falcão e Marília Arraes, que falhei miseravelmente ao tentar cumprimentar derrubando meu copo que encharcou a toalha de mesa instantaneamente. A gafe foi abafada pelo início do discurso de Paulo Pimenta, que de maneira eloquente dizia da alegria de em breve ver o companheiro Luiz Inácio livre. Muitos aplausos depois, a sessão de falas se seguiu. E não sabia o que mais me movia, a comida deliciosa, a interação com o alto escalão do PT ou a curiosidade científica. Cada gesto me lembrava do tema da investigação - mulheres negras e democracia. E nessa toada, a noite correu.

Depois de ouvir a todos, que falavam de pé, Bené puxou uma cadeira, sacudiu o avental e dirigiu-se à sala. A memória me trai e com o passar dos anos o discurso foi esmaecendo, mas algumas passagens carregarei até o fim de meus dias. Benedita da Silva explicou que a política que ela conhecia era como aquela feijoada, havia aprendido na comunidade. Cada um trazia o pouco que tinha para oferecer e, logo, logo, onde não havia muito, surgia um banquete. É necessário doação e amor para fazer política – falava quase em tom de conselho. Suas palavras

registraram ainda que tão logo o metalúrgico-presidente estivesse fora das grades, ofertaria nova recepção.

Fiquei sem chão, pensava egoisticamente: minha Tese está resolvida! Mas, era algo para além daquele momento. Aquela amostra fantástica de vida me acompanharia fora dos estudos. Eu, crescida em uma pequena comunidade rural no interior do Ceará, filha de professora municipal e pai soldador, era produto daquela luta que passava pelas encruzilhadas daquelas mulheres e homens com quem dividia refeição. O jargão de se chamar companheira, com quem se divide o pão, encaixou bem.

Além de comer feijão, me alimentei de esperança. Aquela mulher negra que já tinha se visto à beira do desespero, com a morte prematura de seus filhos e com as dores infundáveis do racismo, moverá o mundo, como diz Angela Davis. O amor que ela dirigia aquele salão vinha de uma fonte profunda. A lógica de pensar a política para as mulheres negras sempre me pareceu distinta e a prova viva estava ali.

Esse episódio me fez refletir sobre meu ingresso nas fileiras do Partido, que com suas incontáveis contradições, limitações e erros, se dava pela necessidade ali reforçada de seguir convertendo indignação em conquistas concretas para o povo. O meu povo. O povo trabalhador. Desse jantar para cá, o desenho da Tese mudou e acabei pelas surpresas da vida, mudando eu mesma o curso do meu próprio destino. Naquele jantar ainda estava lecionando, como professora efetiva na Universidade Estadual de Goiás, e entrego esse texto como suplente de deputada estadual pelo Rio Grande do Norte, território que me pariu militante.

Quando a estrada parecia turva, retornei ao início. O começo: a militância no movimento estudantil, onde fui presidenta do Diretório Central do Estudantes da UFERSA, que me fez disputar o cargo de vice-prefeita em 2016, aos 21. Até hoje, somos a chapa de esquerda mais votada da cidade. O meio: a época de assessoria política do mandato de Natália na Câmara Municipal, combinado ao sofrido período de mestrado, onde conciliava muito trabalho e pouco sono. O entreposto: a aprovação no concurso público como professora e a saudade do fazer político, somado ao enfrentamento ao racismo institucional que me fizeram retornar a minha casa nordestina, a militância. O contínuo: o interesse no tema da participação negra e feminina na luta por Direitos Humanos.

Esse ensaio é feito por uma mulher negra que disputa a política, em um contexto povoado por ameaças e violência. E no meio da interlocução entre militância e pesquisa dei de cara com um diário que me servia como espelho, que se tornou meu livro de cabeceira, que me indignou por não ter lido antes. Houvesse encontrado aquelas palavras antes, muito do que passei enquanto candidata, mulher e acadêmica seria mais bem entendido por mim.

Pessoalmente, na primeira leitura foi inevitável recorrer às lágrimas. Não conhecia nada do caminho dessa mulher no momento que a conheci e olhar para aquele jantar tão marcante na minha vida com as informações ali expostas foi como um estalido. Se pudesse, gostaria de fazer milhares de cópias dessa autobiografia e distribuir por onde estivesse. Os rabiscos estão presentes em quase todas as páginas, e a potência dessas palavras que me arrebataram, se tornaram o combustível para seguir nos estudos e olhar a militância de um lugar menos solitário.

Enquanto escrevo, Benedita da Silva segue para mais um mandato de deputada federal e eu estreio enquanto concorrente a estadual. Em dois Rios diferentes, um do *Norte* e outro de *Janeiro*, essa existência compartilhada em um mesmo espaço-tempo me dá um senso de privilégio. Que só cresceu ao receber uma mensagem da própria Bené<sup>1</sup>, durante a minha campanha, que por si, já recompensou colocar o nome à disposição do partido.

Em seu recado, de maneira acolhedora e assertiva, Benedita da Silva diz “Bota fé que dá!”. Nos momentos de dúvida inclusive sobre a capacidade de estar no ambiente acadêmico e político ao mesmo tempo, beber de sua fonte de esperança deu o incentivo para não sucumbir. Essa solidariedade ativa negra, esse fazer política, mesmo quando as chances são improváveis faz de nós existências coletivas, intergeracionais.

A história de Benedita da Silva é um retrato de muitas faces. Sua importância é assombrosa, especialmente para os opressores da classe trabalhadora, pois a sua existência e prática política são demonstrativos que é possível contestar, disputar e vencer. Sem negar o espaço das contradições, dos descaminhos, das conciliações, dos erros, mas nunca desviando-se da defesa inarredável dos Direitos Humanos.

Depois de 2022, ano que valeu por décadas, de uma disputa eleitoral duríssima e violenta, derrotamos Bolsonaro. Lula, depois do cárcere e de tantas violências, é o presidente pela terceira vez. Infelizmente, o bolsonarismo ainda vive. Sob os escombros da pandemia e das violações de Direitos Humanos, a classe trabalhadora negra, pobre e feminina deu uma nova chance de dirigir esse país. São tempos de guerra. E nesses tempos, não podemos abrir mão das pessoas imprescindíveis. Não por serem predestinadas, mas por serem produzidas pela própria história. A proposta de texto que quero deixar para quem tenha olhos para ler é também um manifesto. As mulheres negras pariram o Brasil. E como todo parto, há sofrimento, mas há amor e a potência de nunca deixar o sonho de liberdade morrer. A revolução virá. E há de ser preta e mulher.

---

<sup>1</sup> SILVA, Benedita. **[Pré-candidatura]**. Destinatária: Rayane Cristina de Andrade Gomes. [s. l.], 23 jun. 2022. 1 vídeo. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CfJuVG5PaFK/>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, intitulada *Benedita da Silva: caminhos de uma mulher negra e favelada na luta por Direitos Humanos no Brasil*, dedica-se a contribuir na construção acadêmica sobre o protagonismo dessa figura na busca por dignidade humana no país. Escrevo sobre uma mulher cuja voz ecoa. Suas vivências políticas são matéria-prima do tecido da história nacional.

Falo de uma mulher nascida em 11 de março de 1943, na Favela da Praia do Pinto, Rio de Janeiro capital. Escrevo sobre a filha de Dona Ovídia da Conceição, lavadeira e matriarca do Terreiro de Seu Sete. Componho a respeito da primeira vereadora negra do Rio de Janeiro, que saiu do Morro do Chapéu Mangueira para conquistar o mundo. Reflito sobre a deputada constituinte que ergueu a voz pelas trabalhadoras domésticas e contra o *Apartheid* na África do Sul.

Penso sobre essa bisavó, mãe e esposa, movida por amor. Medito sobre a Benedita da Silva que encontra força na fé e achou sentido na doutrina evangélica ao conhecer um Jesus com cara de povo. Aqui, lanço luzes sobre a robusta contribuição que essa personagem tem na materialização de garantias fundamentais em nosso país.

Sua dedicação aos temas do combate ao racismo, da proteção da infância e da adolescência, da defesa das liberdades sexuais e reprodutivas, da luta anticapacitista e da cultura popular precisam ser evidenciadas. A fortaleza de quem experimentou uma Ditadura que assombrava a vida no morro e no asfalto e que anos mais tarde veria sua obra Constitucional ser ferida em um Golpe é digna de um estudo aprofundado. A temporalidade de militância ativa impressiona.

A centralidade que Benedita da Silva, a *Bené*, possui nos avanços que o Brasil teve em relação aos Direitos Humanos precisa ser estudada pela Academia. É preciso construir narrativas que enfrentem a invisibilidade das pessoas negras que disputam a democracia institucional brasileira, masculina, branca e proprietária. E, sabe-se bem que esse país-continente é levado nos ombros, pernas e cabeças femininas, negras.

Essa argumentação sustenta-se na persistência da sub-representação de mulheres nos espaços institucionais. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral<sup>23</sup> – consultados em março

---

<sup>2</sup> TSE Mulheres é um *site* criado em 2019 e mantido pela Comissão Gestora de Política de Gênero do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A página reúne uma visão geral sobre a atuação das mulheres na política e nas eleições ao longo da história do Brasil.

<sup>3</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE MULHERES**. [2019]. Disponível em: <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

de 2023 – as brasileiras são 52% do eleitorado, 33% das candidaturas e apenas 15% das eleitas. Percebe-se, assim, um contraste profundo entre quem toma as decisões essenciais sobre os rumos da política e a maioria do corpo eleitoral.

Do ponto de vista econômico, as desigualdades continuam. Conforme Ana Bottega *et al.* (2021, p. 3)<sup>4</sup>:

todas as mulheres negras do país, que representam 26% da população total, ficam com apenas 14,3% da renda nacional, montante inferior àquele recebido por apenas os homens brancos do 1% do topo, que se apropriam de 15,3% da renda e representam 0,56% da população total”.

A discrepância é assustadora. A base da pirâmide segue muito bem determinada pela classe, raça e gênero.

É nesse cenário que Benedita da Silva foi forjada. Recebendo os impactos da pobreza, do racismo e do patriarcado, ela enfrentou as violências múltiplas e apesar delas ergueu a voz, como coloca bell hooks. Ela virou a mesa e sentou-se na condição de representante das suas semelhantes para denunciar as condições que viveu e propor medidas para que essas desigualdades fossem endereçadas.

Essa mulher que foi ambulante, auxiliar de enfermagem, empregada doméstica, trabalhou na feira para escapar da fome, que sentiu na pele a violência sexual e racista, tornou-se Assistente social, Senadora, Ministra de Estado, Governadora. Viveu mil vidas em uma e é o retrato da cara negra e feminina brasileira – complexa, atravessada por dores e coragem. Essa força da natureza em forma de gente, conquistou milhões de corações, abriu caminhos e é inspiração para as gerações presentes e futuras. É, ela mesma, um sonho ancestral. Um sonho de libertação.

A justificativa da presente pesquisa, portanto, está na necessidade de identificar quais as estratégias que *Bené* mobilizou para enfrentar as violências que atravessou e tornar-se produtora de Direitos, ao mesmo tempo que busca atacar a invisibilidade que a reflexão sobre as realizações das personalidades negras dentro da produção acadêmica. Como ensina Sueli Carneiro, a ausência das mulheres negras como protagonistas na política é resultado da estrutura racista e patriarcal que organiza a nossa sociedade, o que se perfaz diante do objeto de estudo aqui elencado.

---

<sup>4</sup> BOTTEGA, Ana; BOUZA, Isabela; CARDOMINGO, Matias; PIRES, Luiza Nassif; PEREIRA, Fernanda Peron. Quanto fica com as mulheres negras? Uma análise da distribuição de renda no Brasil. **Nota de Política Econômica**, n. 018, São Paulo: MADE/USP. 13 dez. 2021. Disponível em: <<https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/12/npe018.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

É baixa a produção científica sobre a produção e a representação que Benedita da Silva encerra. Ao buscar na plataforma de *Periódicos das Capes*<sup>5</sup> por seu nome é possível achar dez resultados, dos quais três artigos revisados por pares dedicam-se a pensar sobre ela. O primeiro é uma homenagem escrita por Ana Paula Procópio da Silva e Magali da Silva Almeida (2020)<sup>6</sup>. O segundo é uma resenha em língua inglesa da sua autobiografia, escrito por Célia Azevedo (1999)<sup>7</sup>. O terceiro é um artigo elaborado por Monalisa Santos e Lidyane Souza (2022)<sup>8</sup>, que faz uma comparação entre a atuação de Benedita da Silva e Mônica Francisco a partir do recorte da religiosidade. Os demais achados são artigos de jornais que retratam a visita da então senadora aos Estados Unidos.

O levantamento na *Biblioteca de Teses e Dissertações*<sup>9</sup>, inserindo como assunto Benedita da Silva, foi frustrado. A única correspondência é de um trabalho sobre o pintor Benedito Calixto. Fazendo o mesmo percurso no *Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES*<sup>10</sup>, os perfis de busca são menos precisos e entre os resultados retornados não há trabalho específico sobre a história de vida de Benedita da Silva como objeto determinado de doutorado ou mestrado. Ao acrescentar as buscas com as palavras-chave “mulher negra” e “política” se chegam a vinte achados que não se dedicam em exclusividade a abordar a caminhada dessa mulher, mas debatem a questão das negras como tema central.

Consultando o *Google Acadêmico*<sup>11</sup>, seguindo a mesma prática, acho quatro retornos relevantes. Os dois primeiros são em língua inglesa, retratam a biografia de 1997 e uma resenha sobre o texto elaborada por Júlio César Pino (1999)<sup>12</sup>. Em português, encontro uma entrevista

<sup>5</sup> Resultados da busca feita em 06 jul. 2022, ao inserir os comandos busca> assunto> Benedita da Silva. Disponível em: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl-periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primario.html>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

<sup>6</sup> SILVA, Ana Paula Procópio da; ALMEIDA, Magali da Silva. Uma mulher negra com nome e sobrenome: Benedita Souza da Silva Sampaio. **Em Pauta**. Rio de Janeiro. 2020.

<sup>7</sup> AZEVEDO, Celia M. Benedita da Silva: an afro-brazilian woman's story of politics and love as told to Medea Benjamin and Maisa Mendonça (1997). Book Review. **Gender and History**, v. 11, n. 2, 1999, p. 404.

<sup>8</sup> SANTOS, Monalisa Pereira; SOUZA, Lidyane Maria Ferreira de. Direitos e Fé nas trajetórias de Benedita da Silva e Mônica Francisco: mulheres negras faveladas evangélicas e ideologia (Anti)Gênero. **Revista NUPEM**, v. 14, n. 33, 2022.

<sup>9</sup> Resultados da busca feita em 06 jul. 2022, ao inserir os comandos busca> assunto: Benedita da Silva. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=Benedita+da+Silva&type=Subject>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

<sup>10</sup> Resultados da busca feita em 06 jul. 2022, ao inserir os comandos busca> Benedita da Silva + mulher negra + política. Disponível em: <[https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/). Acesso em: 06 de jul. de 2022.

<sup>11</sup> Resultados da busca feita em 06 jul. 2022, ao inserir os comandos busca> Benedita da Silva. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=Benedita+da+Silva&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5#d=gs\\_cit&t=1657099822229&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3AQMK6zd38IPEJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D5%26hl%3Dpt-BR](https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=Benedita+da+Silva&hl=pt-BR&as_sdt=0,5#d=gs_cit&t=1657099822229&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3AQMK6zd38IPEJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D5%26hl%3Dpt-BR)>. Acesso em: 06 jul. 2022.

<sup>12</sup> PINO, Julio César. Reviewed Work(s): Benedita da Silva: An Afro-Brazilian Woman's Story of Politics and Love by Benedita da Silva. **Luso-Brazilian Review**, v. 36, n. 2, p. 133-134, 1999.

concedida à *Revista Cantareira* (DUARTE, 2017)<sup>13</sup> e os demais retornos são imprecisos. Por último, o texto dissertativo de Maria de Lourdes Oliveira (2018)<sup>14</sup>, que analisa comparativamente Tia Eron, Benedita da Silva e Rosângela Gomes como parlamentares aparecem.

Além dos trabalhos mencionados, o *Caderno Afromemórias* traz um artigo de Wescrey Portes Pereira (2023)<sup>15</sup>, que debate o processo de disputa partidário em que Benedita da Silva foi colocada nos anos 1990. O texto faz uma reflexão desse momento e episódio específico sobre a conjuntura do período, mas não lança reflexões específicas sobre o objeto que me dedico, a relação entre a luta por Direitos Humanos e o papel dessa personagem.

Os mecanismos de invisibilidade articulados pelo racismo e pelo patriarcado se combinam para cavar um abismo no discurso científico sobre as personalidades negras que moldam este país-continente. De maneira que a metaética-política da presente proposta de Tese é fazer esse movimento de reparação e de apontar a centralidade que essa personagem possui nas conquistas fundamentais para enfrentar as iniquidades que a maioria enfrenta.

Assim, formulo a seguinte indagação de pesquisa: *Qual o papel de Benedita da Silva, mulher negra e favelada, na promoção dos Direitos Humanos no Brasil, a partir do seu ativismo político e suas contribuições para a inclusão de vozes negras na política brasileira?*

O problema é significativo, uma vez que não se restringe a constatar a invisibilidade científica da produção política de Benedita da Silva, mas enfrentar tal vácuo, destacando o papel dessa mulher negra pioneira na luta por Direitos Humanos. Compreender quais medidas importantes para o campo das garantias fundamentais foram tecidas com a liderança e participação dessa figura é importante para identificar as estratégias de insurgência que levaram essa personagem negra, feminina e favelada a enfrentar a ordem. Os aprendizados importantes que esse caminho de vida pode trazer são fecundos.

Investigar e alcançar o objetivo traçado por esse estudo contribuirá para fazer avançar uma visão sobre as figuras negras que se dedicam à construção e disputa de Direitos Humanos. Em uma sociedade desigual, como fala Mário Theodoro, compreender como as pessoas marginalizadas organizam-se para mudar a sua própria realidade é imprescindível.

<sup>13</sup> DUARTE, Aimée Schneider. Entrevista com Benedita da Silva. *Revista Cantareira*, n. 27, 2017.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Maria de Lourdes V. **Gênero, Raça/Etnia e Religião no Congresso Nacional**. Caminho e atuação das três deputadas federais negras evangélicas da 55ª Legislatura: Benedita da Silva, Tia Eron e Rosângela Gomes. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) –Escola de Educação, Comunicação e Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018.

<sup>15</sup> PEREIRA, Wescrey Portes. Benedita da Silva: conflito interno e a questão racial no PT dos anos 1990. **Cadernos Afro Memória**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 45-48, 2023. Disponível em: <[https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/02/AfroMemoria\\_v2\\_n1.pdf](https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/02/AfroMemoria_v2_n1.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2024.



Assim, a complexidade dessa personagem mobiliza várias provocações. É preciso entender, por exemplo: como as suas raízes negras, femininas e faveladas influenciaram sua atuação em prol dos Direitos Humanos e na construção da cidadania no Brasil? Quais são os momentos-chave que a conduziram para a luta institucional e os desafios enfrentados por Benedita da Silva em sua caminhada a partir desse lugar? Como as suas ações políticas contribuíram efetivamente na ampliação de Direitos Humanos na realidade nacional? O que a sua experiência encarnada revela sobre a participação negra e feminina na política brasileira? Quais lições podemos aprender com Benedita da Silva para pensar as estratégias insurgentes que repercutam em mais mulheres negras nos espaços de Poder?

Todas essas dúvidas encerram-se no objetivo geral da presente Tese: *Narrar a atuação de Benedita da Silva, mulher negra e favelada, na promoção dos Direitos Humanos no Brasil, com foco na análise de seu ativismo político e suas contribuições para a inclusão de vozes negras na política brasileira.*

Para responder a tal chamamento, traço objetivos específicos que guiam o desenvolvimento desta tese. Pretendo, assim:

- a) Realizar uma análise do caminho de vida de Benedita da Silva, destacando suas origens, experiências e desafios enfrentados ao longo de sua carreira política;
- b) Revelar as medidas formuladas por Benedita da Silva que dialogam com os Direitos Humanos, a partir dos espaços que ocupou na política institucional;
- c) Apontar, tendo como ponto de partida a vivência de Benedita da Silva, os obstáculos e barreiras enfrentados por mulheres negras na política brasileira, e como ela enfrentou esses desafios, fornecendo contribuições para pensar o processo de ampliação da inserção negra e feminina nos espaços de Poder.

Como desdobramento desses passos, a estrutura do texto foi edificada. Pensando nos períodos da atuação política de Benedita da Silva em articulação com os momentos históricos que o país atravessou, estabeleci a organização do texto a partir da ideia de *Tempos*.

Assim, cheguei a quatro intervalos distintos:

- a) o primeiro alcança seu nascimento e vai até sua eleição como vereadora;
- b) o segundo inicia com sua eleição para deputada constituinte e encerra-se com sua eleição para o Senado;
- c) o terceiro tem como marcador a primeira eleição de Lula presidente e a experiência de Benedita no Executivo, terminando com seu retorno ao parlamento;
- d) o último cuida do seu retorno à Câmara Federal, passando pelo processo de Golpe e concluindo-se com a nova eleição de Lula em 2023.

Cada título dos capítulos é pensado a partir de enunciações da própria Benedita da Silva, que em minha avaliação, encapsulam a sua maneira de enxergar tais tempos. Todas as seções do texto perseguem a mesma estrutura, sendo divididos em três etapas para desenvolver as suas iniciativas em prol das causas humanitárias, entrelaçando com observações de sua vida. Excetua-se desse padrão a última delas, que concentra a análise dos dados sobre seus discursos e proposições legislativas de maneira específica, produzidos com o auxílio da ferramenta [software] *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ).

No primeiro capítulo, intitulado *Aguenta firme favela, as coisas vão melhorar! Tempos de nascer*, narro sua identificação com o território das comunidades e como sua entrada na política acontece. É um momento dedicado às origens. Seu nascimento enquanto pessoa, seu nascimento enquanto liderança política, seu nascimento enquanto parlamentar.

Discorro sobre as raízes mineiras de Benedita da Silva, pensando a partir de sua mãe, Dona Ovídia da Conceição, forte influência na construção do seu gosto pela coletividade. A história da matriarca da família é profunda. Foi uma pessoa submetida à condição de trabalho análogo à escravidão que sai de Minas e migra para o Rio de Janeiro acompanhada apenas de seus filhos e faz-se liderança nas favelas cariocas sendo, em minha interpretação, o espelho onde a menina Bené enxerga a necessidade de servir ao público.

Neste momento, dedico-me a apresentar a que me lê o território que ficou associado à imagem pública de Bené, o Morro do Chapéu Mangueira e como a reivindicação do adjetivo favelada torna-se chave na sua caminhada política. Trato do começo do seu processo organizativo, junto ao movimento comunitário, como o machismo e o racismo operaram juntos, mas não conseguiram impedir que sua liderança se impusesse. Trabalho o processo de aproximação com o Partido dos Trabalhadores e o início da sua carreira parlamentar, sendo eleita a primeira vereadora negra carioca ainda antes da queda do Regime Militar.

Na sequência, debato sua participação no processo de redemocratização, enquanto parlamentar federal. O tópico *Não é rancor, é um grito de liberdade! Tempos constituintes* trabalha a potência de sua atuação naquela Assembleia Nacional Constituinte. A atuação como vereadora do jovem Partido de esquerda rendeu-lhe projeção nacional e o processo da campanha pelas Diretas toma conta da atmosfera do período. Aquela protagonista feminina e negra é escolhida para redigir a Nova Constituição. Escrevo sobre os trabalhos no período, as dificuldades e embates que se envolveu.

Sua presença na Assembleia Nacional Constituinte, foi indispensável para os avanços que houve naquela Carta. Atuou com centralidade na questão racial, de mulheres, na questão

agrária e defesas dos povos quilombolas. Posições radicais como seu repúdio a pena de morte e o cuidado na pauta da infância são descritos aqui e já dão apontamentos de como sua atuação foi incontornável nas questões relacionadas aos Direitos Humanos. Neste capítulo discuto sua primeira tentativa de chegar ao Executivo municipal, bem como os desdobramentos de sua eleição ao Senado Federal. Alcançando votação impressionante, sua toada na busca pela realização dos direitos das trabalhadoras domésticas, da população negra, das pessoas com deficiência e outras bandeiras importantes avança.

Finalizado esse debate, o capítulo intitulado *Um presidente com a cara do Brasil! Tempos de metamorfose*, penso na sua mudança de instância representativa. A conclusão do seu mandato de Senadora foi atravessada pela eleição como vice-governadora do Rio de Janeiro. As transformações e dificuldades de alinhamento político, as contradições das alianças e os desdobramentos que acarretam para sua caminhada são mobilizadas neste tópico. Penso sobre a inauguração dos ciclos petistas à frente do Governo Federal e como ela ascende ao cargo de Ministra, e como é demovida da posição. Penso sobre seu papel estratégico na formulação dos programas de ações afirmativas de caráter racial, bem como seu papel na articulação de programas sociais de combate à fome e formulação da política de Assistência Social, ao mesmo tempo que reflito sobre seu diálogo com forças conservadoras ao assumir a Secretaria Municipal de Direitos Humanos do Governo fluminense.

Depois de pensar sobre sua vivência enquanto presença no Executivo eu falo do seu retorno às trincheiras parlamentares federais. O quarto capítulo: *Abriram a torneira do ódio! Tempos de golpe e peste*, estabeleço como marco a sequência dos governos petistas e o seu protagonismo na conquista dos direitos constitucionais das trabalhadoras domésticas, bem como diálogo sobre o contexto político do período que resultou no processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff e culmina com a chegada do bolsonarismo na direção do país. Penso sobre o impacto do processo de retirada de direitos e como ela foi uma importante articuladora da oposição e destacou-se no período pandêmico na defesa da população negra, das domésticas e da cultura.

Por último, em *Estrela além do tempo: discursos e produção legislativa em direitos humanos de Benedita da Silva* apresento o produto das análises de cada tarefa parlamentar que ocupou. Analiso a produção legislativa de seu mandato de vereadora, senadora e do compilado de mandatos de deputada federal. Utilizando como elemento central o gráfico de nuvens de palavras, que organiza de maneira visual os principais temas enfrentados em cada instância, teço comentários sobre os achados, destacando quais as principais normas produzidas no período e reflito sobre seus impactos.

Além disso, apresento uma avaliação sobre os discursos em Direitos Humanos proclamados por Bené na Câmara e no Senado Federal através da análise de similitude. Também trago um perfil sobre sua potência eleitoral ao longo dos pleitos, compilando as votações que recebeu ao longo de sua carreira. Chamo de mapas cada gráfico produzido com o auxílio do IRAMUTEQ, pois as ilustrações servem como baliza para que as pessoas que acessem meu texto consigam localizar-se na imensa e profícua obra dessa lutadora.

Nas considerações finais, faço um apanhado das principais conquistas em Direitos Humanos que foram tecidas por Bené, destacando as estratégias que identifiquei como as movedoras de sua perspicácia política. Penso sobre o que a faz continuar movendo-se e penso sobre a chave poética de Milton Nascimento de que sonhos não envelhecem.

O texto filia-se à escola do pensamento feminista negro. Destaco que assumo Benedita da Silva não apenas como a guia desse diálogo sobre Direitos Humanos, mas como informante teórica do texto, busco trazê-la como formuladora do pensamento político nacional e contribuinte também nas definições dos conceitos de partida que trago para o bojo do texto.

As formulações das mulheres negras são imprescindíveis para pensar as contribuições de Bené, pois esse campo produz reflexões que não se contentam apenas em desvelar os fenômenos que atravessam tais corpos, querem transformar a sociedade. Pensando nesse saber comprometido, sustento o texto a partir da sabedoria de Angela Davis (2019), bell hooks (2019), Conceição Evaristo (2018), Grada Kilomba (2019), Luiza Bairros (1995), Matilde Ribeiro (1988), Vilma Piedade (2017), entre outras feministas negras que pegaram em minha mão para compreender melhor o feitiço dessa figura que busco conhecer.

Os conceitos-chave que trabalho na presente Tese – *Feminismo Negro, Direitos Humanos, Raça, Classe e Gênero, Política e Institucionalidade* – partem da leitura que fiz da caminhada de Benedita da Silva. A mim parecem ser esses os debates incontornáveis que perpassam as lições que podem ser aprendidas ao lado dessa mulher. Tais definições de partida são apresentadas na seção seguinte a esta introdução, que conta também com um relato pessoal das andanças que fiz no território do Rio de Janeiro, ao lado da assessoria da deputada, que foram indispensáveis para arrematar o texto.

Metodologicamente a plasticidade dos métodos biográficos abraça o objeto e os objetivos da pesquisa. Ao revisar os trabalhos que debatem tais aproximações, o método *biográfico narrativo interpretativo* apareceu como o que mais se adequa às condições de

realização do estudo. Como conceituam Marta Melleiro e Dulce Gualda<sup>16</sup>, essa perspectiva tem: “foco [...] nas experiências de vida, que alteram ou formam o significado de si mesmos e que tem como pressuposto básico a importância da interpretação e da compreensão como a chave que forma a vida social” (MELLEIRO; GUALDA, 2003, p. 71-72).

No que concerna as fontes, centrei minha preocupação no levantamento documental: os Projetos de Lei, periódicos, os discursos disponibilizados pelo Congresso. Ao mesmo tempo que os textos da própria Benedita da Silva, como sua autobiografia de 1997 e suas publicações a partir dos mandatos, redes sociais oficiais e entrevistas públicas são igualmente importantes para construir a narração desse caminho rico e potente. Por circunstâncias de saúde e comprometimento da agenda, não foi possível realizar entrevistas biográficas com a própria figura de Benedita da Silva, mas o contato sobre a realização do estudo foi feito de maneira oficial e facilitado pela gentileza e disposição de sua equipe que me auxiliou sempre.

Para analisar o robusto material legislativo de produção em Direitos Humanos lancei mão da ferramenta computacional IRAMUTEQ, que me auxiliou a gerar mapas em que pude analisar tanto os discursos quanto às normas elaboradas a partir de Benedita da Silva em todas as instâncias legislativas que ocupou. Neste momento, não alcancei a dimensão do debate orçamentário, pensando sobre as emendas impositivas que passaram por suas indicações, que já apontam para desdobramentos vindouros que começam aqui.

Durante as noites e dias de escrita, como uma trabalhadora e estudante, nos momentos de dificuldade de manter a concentração, revolia os papéis e ilustrava a Bené que eu estava conhecendo como forma de produzir uma imagem do que não conseguia traduzir em palavras. Esses rabiscos ajudaram-me a ter epifanias e optei por acrescentá-las à estética do texto. Cada capítulo é aberto por uma fala de Benedita da Silva e um desenho meu, de punho, que me ocorriam quando as palavras não ocorriam na mente.

Narro uma personagem pública, muito reportada, mas pouco refletida, interpretada pela Academia. Entender a história da luta por garantias fundamentais a partir desse marco referencial negro, feminino e favelado é o que me move.

---

<sup>16</sup> MELLEIRO, M. M.; GUALDA, D. M. R. O método biográfico interpretativo na compreensão de experiências e expressões de gestantes usuárias de um serviço de saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 37, n. 4, p. 69–76, 2003.

## 2 MARCO TEÓRICO E ANDANÇAS PELO RIO DE JANEIRO

Aqui faço um comentário sobre os conceitos de partida que carrego para a Tese, bem como narro um pouco das andanças que fiz no território de Benedita da Silva. Do ponto de vista teórico, destaco que penso em Benedita da Silva como uma informante epistemológica do texto. Os conceitos-chave que trabalho na presente Tese – *Feminismo Negro, Direitos Humanos, Raça, Classe e Gênero, Política e Institucionalidade* – tem ela como uma das formuladoras prioritárias.

O feminismo negro é a escola de pensamento que acolhe as minhas reflexões e busco mobilizar majoritariamente esses diálogos na construção do meu teórico. A necessidade de assim ser é explicada pela própria Bené. Em suas palavras “muitas mulheres de classe média não entendiam que as da favela estavam preocupadas com a falta de água encanada, com o marido que estava no bar, que estava desempregado - e a questão do corpo e da sexualidade era secundária” (SILVA, 1997, p. 117).

Como ela lembra, as preocupações do feminismo passam por quem são as feministas. Essa corrente política-teórica é um complexo universo de compreensões políticas e epistemológicas. Partido das críticas de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento entre outras intelectuais, é necessário dizer da limitação que a abordagem branca da luta feminista não dá conta dos desafios próprios das mulheres negras. Nesse sentido, Flávia Rios e Márcia Lima<sup>17</sup> explicam “O aspecto distintivo do pensamento feminista negro é a articulação entre pensamento e ação. [...] Esse movimento que inovou na agenda de lutas teve conquistas importantes e produziu um debate público essencial ao politizar o mundo privado” (RIOS; LIMA, 2020, p. 15).

Assim, pensar a partir do feminismo negro é refletir a partir de uma racionalidade de subversão, de mobilização. Ao buscar entender as relações de conquista e disputa de valores dentro da sociedade brasileira, a partir de uma mulher negra trabalhar nessa chave parece-me o que deve ser feito. E dentro desse campo teórico-prático, escolhi algumas autoras para garantir esse fio. Como escreve Luiza Bairros (1995) o feminismo negro oferece um ponto de vista privilegiado que supera as posições universalizadoras da tradição do pensamento feminista. Segundo a intelectual, as tradições clássicas do feminismo não alcançariam os horizontes que propõe as mulheres negras. Ela defende que o que dá diferenciação ao pensamento feminista

---

<sup>17</sup> RIOS, Flávia; LIMA, Márcia Introdução. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. org.: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. 1ª ed. e-PUB, Rio Janeiro: Zahar, 2020. p. 9-21.

negro é a não separação do *eu* da *comunidade*, pauta-se por explicar a sociedade a partir da vivência feminina e negra, garantindo um olhar singular sobre a sociedade (BAIROS, 1995, p. 463).

Como sintetizam Gabriela Neves e Ana Heckert<sup>18</sup>:

[A] epistemologia feminista negra composta por várias intelectuais negras em diáspora e em África que, mesmo possuindo algumas divergências conceituais, mantêm como denominador comum a produção de saberes e análises sobre o mundo a partir das vivências das mulheres negras (NEVES; HECKERT, 2021, p. 142).

Pensando nesse saber comprometido com a transformação penso em mulheres que incorporam esse fazer. Sustento o texto a partir da sabedoria de Angela Davis (2019), bell hooks (2019), Conceição Evaristo (2018), Grada Kilomba (2019), Luiza Bairos (1995), Matilde Ribeiro (1988), Vilma Piedade (2017), entre outras feministas negras que pegaram em minha mão para compreender melhor o feitio dessa figura que busco conhecer.

Ainda apresentando a compreensão de partida sobre os outros conceitos fundamentais a pesquisa, trago a visão que trabalho sobre a questão dos Direitos Humanos. Partindo da própria Benedita da Silva (CÂMARA DOS DEPUTADOS, DCP, 18 fev. 2020, p. 140), tem-se que “só existe de fato democracia na medida em que seja respeitada a totalidade dos Direitos Humanos”. Essa definição direta é profunda e revela em uma sentença a disputa intensa sobre o significado dos Direitos Humanos, inclusive sobre a extensão de sua titularidade. Natureza e fauna começam a ser interpretados como dotados de capacidade de proteção na chave da interpretação desses direitos, assim como setores conservadores buscam mobilizar a ideia de Direitos Humanos como restritas a determinadas categorias de indivíduos (CUNHA, 2022). Há ainda discussões doutrinárias no campo jurídico que dividem o sentido de garantias fundamentais e Direitos Humanos (SARLET, 2017).

Aqui, adoto Direitos Humanos como sinônimo de garantias fundamentais, tanto por razões teóricas - não acredito ser possível definir níveis de proteção apenas pela questão territorial, se nacional ou estrangeira a norma – bem como por razões políticas. Garantias básicas, fundamentais são o piso para o exercício da vida. Assim, penso que ao entendê-las de forma indistinta defendo uma quebra no paradigma de exclusão ou diferenciação que essas palavras possam evocar. Contudo, trago também as ideias de Alysson Mascaro e Herrera Flores para pensar o que uso como significado dessa expressão. Direitos Humanos são uma batalha

---

<sup>18</sup> NEVES, Gabriela Silva; HECKERT, Ana Lucia Coelho. Escrivência: uma ferramenta metodológica de análise. *Mnemosine*, v. 17, n. 1, p. 139-162, 2021.

constante contra as injustiças que se abatem em grupos marginalizados pelas estruturas capitalistas, patriarcais e racistas. Segundo Herrera Flores<sup>19</sup>: “Do nosso ponto de vista, os direitos humanos devem ser vistos como a implementação de disposições críticas no que diz respeito ao conjunto de posições desiguais que indivíduos e grupos mantêm tanto a nível local como global” (FLORES, 2008, p. 84, tradução nossa).

É preciso pensar os Direitos Humanos como ferramentas de busca ao enfrentamento estrutural das indignidades, não como meras estratégias paliativas de reforma. O professor é incisivo ao afirmar que as teorias de Direitos Humanos tradicionalmente não colocam as questões concretas, as abissais distâncias entre oprimidos e opressores, em suas formulações. É preciso conhecer a realidade para pensar Direitos Humanos e não o contrário. Levando a crítica adiante, Alysson Mascaro defende que:

O discurso e a luta por dignidade encerrados em tipos jurídicos revelam a manutenção da exploração capitalista. Ainda que os direitos humanos sejam uma batalha árdua contra a barbárie reacionária, é preciso reconhecer o capitalismo como uma barbárie estrutural, mesmo que, eventualmente, melhorada juridicamente” (MASCARO, 2017, p. 137).

Não serve, nessa perspectiva, uma leitura abstrata que não se relaciona com as populações mais diretamente implicadas na negação de condições materiais de existência. É preciso compromisso político ao pensar os Direitos Humanos para além das enunciações feitas em documentos de caráter internacional ou nacional. É nesse sentido que reafirmo o entendimento a respeito desse conceito que utilizarei nesta pesquisa, os vejo como uma barreira na “batalha árdua contra a barbárie” que encontra na classe trabalhadora feminina, negra e empobrecida interlocutoras centrais.

Essa interlocução é fundamental para mim, pois, assim como Benedita da Silva, defendo a ideia de que o capitalismo, raça e classe estão interligados. Concordo, juntamente com diversas outras intelectuais, que não é possível separar o complexo entrelaçamento entre o modo de produção capitalista e os sistemas de opressão racista e patriarcal.

Especialmente na realidade brasileira esses três elementos estão fundidos, cooperando por séculos para a desumanização da maioria do povo brasileiro. Como assinala Mário

---

<sup>19</sup> No original: “Desde nuestra perspectiva los derechos humanos deben considerarse como la puesta en práctica de disposiciones críticas con respecto al conjunto de posiciones desiguales que las personas y grupos ostentan tanto a un nivel local como global. Pero para ello, o, en otros términos, para que los derechos humanos no puedan utilizarse para eternizar las desigualdades y los obstáculos que el modo de relaciones sociales basado en la acumulación de capital impone, se necesita poner en práctica un conjunto de estrategias antagonistas que nos sirvan de guía o metodología de una acción emancipadora”. FLORES, Joaquín Herrera. **La reinvencción de los derechos humanos**. Colección Ensayando. Sevilla: Ed. Atrapasueños, 2008.



Theodoro: “No caso brasileiro, entretanto, por nossa história e por nossas vicissitudes, a clivagem racial tem, em grande medida, operado na reprodução da desigualdade (THEODORO, 2008, p. 81). É nessa sociedade desigual, como chama o economista, que mobilizo o estudo de uma personagem que não só experimentou os impactos dessa clivagem, mas que se organizou para enfrentá-la.

A combinação com o racismo e a posicionalidade de classe faz com que os ganhos da luta feminista não sejam socializados com as mulheres trabalhadoras, negras, indígenas, trans. Em contraposição a essa perspectiva reformista, bell hooks propõe o estabelecimento de um feminismo visionário, que em seus termos: “Incentiva a todos nós a ter coragem de avaliar a vida do ponto de vista de gênero, raça e classe, para que possamos compreender precisamente nossa posição dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca” (HOOKS, 2018, p. 160).

A contribuição das mulheres negras nesse quesito é fundamental. A compreensão de que o racismo é inescapável enquanto elemento edificante das estruturas de opressão vêm a partir da sua formulação política e teórica. E nesse sentido é importante demarcar que lugar é este, o lugar negro. Conforme Beatriz Nascimento<sup>20</sup>: “Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir” (NASCIMENTO, 2007, p. 99). A criação da raça enquanto categoria moderna e que submeteu milhões à negação da humanidade no processo de conversão em mercadoria é um projeto supremacista, como denuncia Beatriz Nascimento, mas a identidade forjada a partir dessa violência não pode ser definida por quem inventou o racismo. A historiadora conceitua essa negritude, em primeiro lugar, como um espaço de resistência ao arbítrio, não a partir das características determinadas pelos brancos sobre o que deve-ser negro. Como ela complementa: “Não contava os dominadores que seus dominados acumulassem não sofrimento e miséria, mas também aspectos de sua cultura, inclusive seus vícios e virtudes” (NASCIMENTO, p. 99, 2007).

Pensar a partir da nossa própria história quem somos, fugir das simplificações racistas e buscar contestar o estabelecido são linhas que desenham o que seria o negro para Beatriz Nascimento (2007) e que sustentam a crítica elaborada pelas mulheres negras ao feminismo revisionista. A estrutura patriarcal, sob essa perspectiva, é ainda mais pronunciada. Como a historiadora nos chama a atenção, o patriarcado é condição para a existência e manutenção do colonialismo, que designa papéis diferentes às mulheres brancas e negras. Enquanto a primeira

---

<sup>20</sup> NASCIMENTO, Beatriz. *É tempo de falarmos de nós mesmos*. In: RATTI, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre o caminho de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Kuanza, 2007.

é forjada para o casamento, enquanto a mulher negra é destinada ao trabalho, despida de amor. Para Beatriz Nascimento, é essa sociedade que explora o trabalho que utiliza a diferença entre mulheres brancas e negras para manter um suporte ideológico para a manutenção do status colonial (NASCIMENTO, 2007, p. 103).

A forma como o patriarcado atravessa as mulheres negras é diferente de mulheres não negras e essa diferença só pode ser percebida na “síntese” das “três contradições básicas” como dito por Beatriz Nascimento (2007). Essa sociedade profundamente marcada pelo escravismo e que tem na raça um pilar de sua reprodução impõe sobre as mulheres negras um afastamento da humanidade perverso e persistente, fazendo com que esse complexo capitalista, patriarcal e racista não possa ser dissociado para a produção de uma análise da realidade brasileira.

É precisamente por existir este cenário que é indispensável a elaboração da presente Tese a mobilização da categoria Branquitude. Partindo de Cida Bento (2022), é preciso entender a branquitude como resposta organizada da racialização da vida. O grupo dominante – branco – estabelece os parâmetros de humanidade de acordo com suas medidas que tem desdobramentos práticos na agência para que as pessoas negras sejam afastadas dos espaços de decisão e que paguem as contas da desigualdade. Em seus termos: “Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios” (BENTO, 2022, p. 11).

O pacto narcísico entre a branquitude é reproduzido a nível individual e estrutural, combinando formas de alimentação para a manutenção de um distanciamento entre as pessoas que faz desse marcador o dispositivo de manutenção do edifício do mito da democracia racial. Ainda sobre o tema, Lia Schucman<sup>21</sup>: “A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos” (SCHUCMAN, 2012, p. 24).

Enquanto produto do racismo, a supremacia branca é muito fundamental para a percepção da crítica trazida por Benedita da Silva ao longo de sua caminhada. A forma como ela transita nos espaços da branquitude é um elemento que precisa ser incorporado nesse estudo. É fundamental que pessoas como ela não sejam percebidas como pertencentes aos espaços de produção de poder, como necessidade para a reprodução da branquitude. Muitos desses “efeitos

---

<sup>21</sup> SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 160 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

e materialidades” são trazidos por ela e essa categoria se torna crucial para percebê-las, pois sustentam os episódios de violência política racial e de gênero que passou e passa.

Por fim, amarrando a sequência de conceitos de partida, trago a opinião que formulo sobre política representativa e institucional. Como Benedita da Silva resume de maneira brilhante: “Política é coisa para macho, tem que ter muito dinheiro. Política é coisa de gente” (SILVA, 1997, p. 64). Esse espaço é construído por homens brancos e ricos, para que se mantenham ricos e poderosos. Mas, como ela mesma lembra, política é coisa de gente. E a mulher negra, mesmo que a branquitude diga ao contrário, também é gente.

Pensando a política representativa como aquela estabelecida pela institucionalidade, que se faz através da ocupação de cargos eletivos característicos da gestão do Estado Moderno através de uma democracia de caráter liberal, que é forjada pelos estadunidenses como estratégia para a manutenção do poder em mãos latifundiárias, masculinas e em defesa da propriedade e se irradia no mundo com o imperialismo (VITULLO, 2009).

A impossibilidade de realização de uma democracia substancial dentro do modo de produção capitalista-racista-patriarcal, como defende Ellen Wood (2006)<sup>22</sup>, é a explicação que ajuda a entender como sujeitos racializados e subjugados encontram tanta dificuldade em participar do jogo representativo e lá estando, ostentando uma posição contestadora, enfrentam dura oposição.

Apresentados os conceitos-mestres que me guiam na sustentação do texto, passo a apresentar qual percurso metodológico segui. Para pensar esse tópico, parto de Conceição Evaristo (2016). Em *Olhos D’água*, ela nos narra com a voz de Bica que: “Eu sei um pouco do segredo. Um pouco do saber basta. O saber compromete, penso eu”. A sabedoria para é vista, portanto, como sinônimo de compromisso. Mas, como ela bem lembra, não é necessário conhecer tudo. Ao pensar em como e para quê produzir *saber*, essa frase arrebatou-me. A Academia é concebida enquanto espaço dedicado à produção do conhecimento, mas não de qualquer tipo. Aquela conoscenza que vem de pés descalços, da floresta e das *perifas*, com fome e sede, marcada pela cor e gênero, ainda encontra resistência na ciência universitária majoritária.

Contudo, como lembra Dom Helder Câmara, o “deserto é fértil”. E independente da vontade conservadora, os *saberes comprometidos* vem chegando nas Escolas de ensino superior e florescendo. Negando uma neutralidade inalcançável e preocupada com a necessidade de contar as histórias incômodas, coloco-me tal qual Bica, enquanto alguém que busca escrever

---

<sup>22</sup> WOOD, Ellen M. Estado, democracia y globalización. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

um pouco, *não tudo*, sobre a caminho de uma mais-velha, que segue na luta para que existam Direitos Humanos em nosso país-continente.

Reforço a ideia de incompletude, por várias razões. A primeira delas é que é impossível encapsular de maneira definitiva a vida de qualquer pessoa em um único texto. Não é minha pretensão redigir a biografia definitiva sobre Benedita da Silva. Em segundo lugar, o presente documento tem como orientação teórica-política a necessidade de reparação histórica com a contribuição dessa mulher negra e favelada para os Direitos Humanos que foi pouquíssimo explorada pela comunidade científica. Por fim, sendo um texto assumidamente crítico, feminista e negro, é preciso adensar sobre quais bases metodológicas ele será assentado.

Na presente sessão, busco dialogar sobre os desafios de pensar tal alicerce, partindo da leitura que a história aqui narrada está inserida na linguagem científica, objetivando criticá-la, melhorá-la, mas não ignorar sua importância. Afinal, o que concebo nessas linhas se atém a parâmetros objetivos demandados para um documento de doutorado, possibilitando a replicação, contestação e diálogos por demais cientistas e responder aos elementos éticos que não podem ser minorados.

Não tenho dúvida ao apontar que os momentos sobre o *como* realizar a investigação são os que mais causam angústia, especialmente para pesquisadoras que, como eu, dedicam-se a pensar narrativas insurgentes. A ânsia sobre a adequação da forma ao conteúdo, os percalços no correr dos estudos, as intempéries da vida e a experiência de submergir em um oceano inexplorado produzido pela pergunta que ancora a embarcação da escrita, toma de assalto a mente.

É um pouco sobre essa andança que detalho. E como encontrei a calma durante a travessia. A ideia original para a construção da Tese pensava em refletir sobre um coletivo de parlamentares negras. Com os recortes e laboriosa orientação, a concentração do interesse sobre a pioneira constituinte tomou o foco. Estabelecido o objeto – *Benedita da Silva, mulher negra e favelada na luta por Direitos Humanos no Brasil* – as opções metodológicas para narrar essa caminhada também foram tomando forma.

Diante da complexidade do objeto, movimetei os levantamentos em torno das aproximações aplicáveis e as metodologias escritivas e da história oral apareceram como possibilidades iniciais. Por ter acesso a personagem, mas não partilhar do convívio íntimo de Bené, optei por não caminhar no sentido da escrivência. A minha experiência inédita de escrever em primeira pessoa e autopercepção enquanto estudiosa indicaram-me que não seria a forma de manejar o texto de maneira acurada e confortável. Por outro lado, a história oral

sozinha, passou a não conseguir justificar-se para mim como elemento sustentador da pesquisa. Com as ricas contribuições do processo de qualificação, essa visão nitidificou-se.

Tratando-se de um objeto que carrega a verve biográfica, foi necessário adentrar nesse vasto campo investigativo onde as possibilidades de aproximação são múltiplas. Lígia Pereira<sup>23</sup> explica a sutileza entre as diversas abordagens a aponta o debate sobre conexões e afastamentos entre essas perspectivas. Como a autora sumariza:

Biografias, histórias de vida, autobiografias. Três gêneros distintos que em comum têm o fato de serem baseados na sequência de vida individual, a sequência biográfica. [...] Apresentam, todavia, distinções quanto à forma com que a trajetória de vida é elaborada e apresentada. [...] Uma *autobiografia* consiste na narrativa da própria existência e, como salienta Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988), nela foi o próprio narrador quem se dispôs a narrar sua vida, deu a ela o encaminhamento que melhor lhe pareceu e deteve o controle sobre os meios de registro. A *história de vida*, por sua vez, é o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, com a intermediação de um pesquisador. É um trabalho coletivo de um narrador-sujeito e de um intérprete. Já a *biografia* se define como a história de um indivíduo redigida por outro (PEREIRA, 2000, p. 118, grifos nossos).

Ao debater o delineamento de tais diferenciações existe muita discussão na literatura. Um bloco do debate considera as três linhagens como sinônimas, enquanto outro, as aponta como mais divergentes que aparentadas. Seguindo a esteira do raciocínio de Haike da Silva<sup>24</sup> “pensar a biografia em conjunto com a história oral não é uma obviedade. Uma pode, perfeitamente, viver sem a outra. É possível construir uma biografia sem o recurso da história oral, como também se pode fazer uso da história oral em propostas de pesquisa não-biográficas (DA SILVA, 2002, p. 26)”. Contudo, a autora aponta críticas a essa permeabilidade, destacando que tal condição faz com que os contornos das disciplinas esmaçam, produzindo confusão.

Diversamente dessa posição, defendendo que a mistura de formas e teorias que podem ser mobilizadas para compreender as dimensões complexas de caminhos vividos são sua grande fortaleza. Conforme Fabiana Santos e Eduardo Davel (2021)<sup>25</sup> as abordagens que enfocam a vida de personagens como centro gravitacional dos estudos são variadas e extremamente plásticas, permitindo um conjunto de aplicações técnicas para a realização de investigações qualitativas. Como apontam os autores, são metodologias científicas interseccionadas por natureza, que combinam os saberes de várias áreas de estudo. Eles destacam que:

<sup>23</sup>PEREIRA, L. M. L. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. *História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n. 3, p. 117-127, 2000.

<sup>24</sup>SILVA, Haike Roselane Kleber da. Considerações e confusões em torno de história oral, história de vida e biografia. *MÉTIS: história & cultura*, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2002.

<sup>25</sup>SANTOS, F. P.; DAVEL, E. P. B. Métodos biográficos para a pesquisa em administração: princípios, potencialidades, práticas e desafios. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, v. 27, n. 2, p. 430-461, 2021.

No campo dos estudos literários, o uso do método biográfico se caracteriza pelo fato de que o estudo da vida de um indivíduo é em si o fenômeno pesquisado. O foco recai nas especificidades e características de indivíduos e grupos estudados, sendo secundário o contexto social em que estão situados (SANTOS; DAVEL, 2021, p. 434).

O contexto político e a emergência da organização dos sujeitos historicamente marginalizados fazem parte da transformação do fazer científico como os estudiosos refletem. Não é possível pensar ciência desconsiderando o espaço, o tempo e as pessoas que se propõe a fabricá-la. Fabiana Santos e Eduardo Davel (2021, p. 434) explicam que a popularização dessa forma de conduzir a curiosidade na Academia está associada a Escola de Chicago de Sociologia, “cujo compromisso era revelar e interpretar os significados vinculados às interações sociais, bem como compreender a vida dos indivíduos comuns e a variedade cultural de grupos urbanos”. É na imposição da materialidade dos avanços das comunidades insurgentes que a Sociologia passa a dispensar uma posição de destaque e perfaz a “virada biográfica”, como destaca a dupla de estudiosos.

De acordo com Christine Delory-Momberger<sup>26</sup> “a singularidade que a pesquisa biográfica se dá por tarefa apreender, mas não é uma singularidade solipsista, é uma singularidade atravessada, informada pelo social, no sentido em que o social lhe dá” (2012, p. 524). Não se trata, portanto, de narrar um indivíduo de maneira egoística, senão trata-se de compreender como a experiência vivida pela protagonista ajuda a enxergar os fenômenos de maneira distintiva.

Conforme Miriam Goldenberg (2004, p. 36), a mobilização de metodologias que refletem sobre histórias de vida “vem, necessariamente, acompanhada de uma discussão mais ampla sobre a questão da singularidade de um indivíduo versus o contexto social e histórico em que está inserido”<sup>27</sup>. Conseguir olhar para o privado, percebendo a coletividade e como esses entrelaçamentos se dão, fazem dessa abordagem a capaz de me colocar como produtora de um texto que será costurado com a própria protagonista.

Pensando precisamente nas caminhadas de pessoas negras, contar a própria história serve e serviu como um instrumento de defesa e de organização. Tomando o exemplo da primeira advogada do Brasil, a piauiense negra e escravizada Esperança Garcia, que ao peticionar por si, por seus filhos, por suas irmãs e marido, contra o arbítrio, percebe-se que a escrita sobre si é, em verdade, um manifesto coletivo. Como consta no Dossiê organizado por

---

<sup>26</sup> DELORY-MOMBERGER, C. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, 523-536, 2012.

<sup>27</sup> GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Maria Sousa e Mairton Silva<sup>28</sup>: “A carta de Esperança Garcia é um importante instrumento para ressignificar as dores da escravidão, com a construção de uma memória coletiva e de uma identidade negra, tirando-a do mundo da escravidão” (SOUSA; SILVA, 2017, p. 129).

Contar a própria história é, para mulheres negras em especial, um ato de rebeldia. É subverter a uma narrativa estática e opressiva, que tenta estereotipar e desumanizar essas sujeitas. Nessa mesma esteira, pensando em Carolina Maria de Jesus e seus diários, tanto da *Casa de alvenaria* quanto do *Quarto de despejo*, vemos a mesma fórmula: virar a mesa, tomando para si a narrativa sobre a própria vivência. Em um desses momentos quando a literatura é canal para narrar a vida, ela nos conta<sup>29</sup>:

A D. Maria trabalha para mim. Quando chega visitas ela fica descontente e triste, murmurando:  
 — Meu Deus do céu, isto é o fim do mundo! Deus está me castigando. O mundo está virando. Eu, branca, ter uma patroa preta.  
 Eu dava risada e pensava: nós os pretos não nos revoltamos de ter patrões brancos. (...) Não sou exigente com as minhas empregadas. Não faço questão de cor. Gosto de D. Maria porque ela lava roupa muito bem (JESUS, 1961, p. 103).

Quando as peças raciais são modificadas no tabuleiro, ainda que de maneira sutil, as revelações sobre o ideário místico do Mito da democracia racial são enunciadas através dos diálogos vividos, memorizados e traduzidos em literatura. É o poder de contar as próprias histórias como pontos de inflexão.

Pensando ainda sobre a potência das narrativas biográficas, Angela Davis<sup>30</sup> destaca seu desconforto com o método: “não queria contribuir com a tendência já difundida de personalizar e individualizar a história (DAVIS, 2019, p. 16). Angela Davis propõe contar sua história como ferramenta coletiva, política e transformadora, não como um instrumento de personalização. Munida de tal reflexão, de pensar nas histórias femininas negras sempre articuladas ao político em um esforço consciente de não as perceber como “personalização”, nos termos de Angela Davis, que reflito sobre essa aproximação metodológica. Ao narrar a luta de Benedita da Silva pelos Direitos Humanos é preciso dimensionar o texto no campo da disputa pelo significado do protagonismo feminino na construção da própria ideia de país.

E qual é, finalmente, o suporte metodológico que me amparou? A partir da revisão sistemática da literatura especializada, articulado com os debates que as mulheres negras já vêm

<sup>28</sup> SOUSA, Maria Sueli Rodrigues; SILVA, Mairton Celestino. (orgs). **Dossiê Esperança Garcia**: símbolo de resistência na luta pelo direito. Teresina: EDUFPI, 2017.

<sup>29</sup> JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**: diário de uma ex-favelada. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 1961.

<sup>30</sup> DAVIS, Angela. **Uma autobiografia**. Tradução: Hecci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

carregando nas artes e na militância, percebi que a maleabilidade dos métodos biográficos comportaria de maneira adequada a visão que tenho sobre o estudo. De forma que, ao conhecer o *método biográfico narrativo interpretativo* encontrei uma fórmula que abraçou os objetivos da Tese. Como conceituam Marta Melleiro e Dulce Gualda<sup>31</sup>, essa perspectiva tem: “foco [...] nas experiências de vida, que alteram ou formam o significado de si mesmos e que tem como pressuposto básico a importância da interpretação e da compreensão como a chave que forma a vida social” (MELLEIRA; GUALDA, 2003, p. 71-72).

Melleiro e Gualda (2003) afirmam que esse método parte da posição da lacunosidade de um texto que reflete sobre uma experiência vivida traz de seu nascedouro, apontando a posição da pessoa que pesquisa em produzir uma interpretação do que é trazido pela própria personagem, prescindindo do levantamento documental que sustente, alinhando a um fio teórico, os apontamentos que podem ser movidos. A escolha das pesquisadoras brasileiras tem inspiração estrangeira, notadamente a obra de Norman Denzin (1989). O autor aponta<sup>32</sup>, assertivamente, que:

Os estudos biográficos devem tentar articular como cada sujeito lida com os problemas de coerência, ilusão, consubstancialidade, presença, eu interior profundo, outro, gênero, classe, pontos iniciais e finais, epifânicos, ficções, verdades e causas finais. A medida que aprendemos a fazer isso, devemos lembrar que nossa obrigação primária é sempre para com as pessoas que estudamos, não para com nosso projeto ou para com uma disciplina maior (DENZIN, 1989, p. 83, tradução nossa)<sup>33</sup>.

O central dos levantamentos que mobilizam vivências como seu substrato é o compromisso com a figura que faz todo o sistema de análises orbitar. O intuito do método é narrar e interpretar o que é trazido, sem abrir mão da compreensão de demais fontes que possam ajudar a compreender biograficamente as movimentações da pessoa-tema do estudo (DENZIN, 1989). Acrescentam Thelma Spíndola e Rosângela Santos (2003)<sup>34</sup> que produzir nesses marcos: “Inclui, além da própria narrativa de vida, todos os documentos que possam ser consultados,

<sup>31</sup> MELLEIRO, M. M.; GUALDA, D. M. R. O método biográfico interpretativo na compreensão de experiências e expressões de gestantes usuárias de um serviço de saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 37, n. 4, p. 69–76, dez. 2003.

<sup>32</sup> DENZIN, Norman Kent. **Interpretive biography**. London: Sage, 1989. Disponível em: <<https://archive.org/details/interpretivebiog0000denz/page/74/mode/2up?view=theater>>. Acesso em: 14 set. 2023.

<sup>33</sup> Texto original: “Biographical studies should attempt to articulate how each subject deals with the problems of coherence, illusion, consubstantiality, presence, deep inner selves, other, gender, class, starting and ending points, epiphanics, fictions, truths, and final causes. As we learn to do this, we must remember that our primary obligation is always to the people we study, not to our project or to a larger discipline”.

<sup>34</sup> SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 37, n. 2, p. 119-126, jun. 2003.



como dossiês médico e jurídico, testes psicológicos, testemunhos de parentes, entrevistas com pessoas que conhecem o sujeito” (p. 121).

Como trazem as autoras, o *corpus* dessa iniciativa investigativa vai além da própria versão trazida pela personagem, envolve tudo o que a cerca. De maneira que defino o trabalho aqui executado como uma pesquisa qualitativa, de acordo com Arilda Godoy (1995)<sup>35</sup>. Trata-se de uma perspectiva de estudo que pensa o fenômeno e seu contexto de maneira articulada, indissociada. Sendo um espaço da produção do saber “não rigidamente estruturada” que permite “imaginação e criatividade” (p. 21). A autora também discute as apresentações mais comuns desse tipo de abordagem e dá destaque ao levantamento documental, fonte que foi priorizada por mim na elaboração da Tese. Como Arilda Godoy defende:

Como comumente pensamos que o trabalho de pesquisa sempre envolve o contato direto do pesquisador com o grupo de pessoas que será estudado, esquecemos que os documentos constituem uma rica fonte de dados. O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental (GODOY, 1995, p. 24).

É preciso registrar que essas escolhas são reações ao que a pesquisa desbrava. Existe uma parcela de intangibilidade que cerca qualquer produção acadêmica. E comigo, não foi diferente. Benedita da Silva enfrentou um processo de saúde que dificultou o desenvolvimento das entrevistas biográficas conduzidas por mim. Sua atenciosa e disponível assessoria sempre foi atenta e buscamos realizar o encontro conforme fosse possível.

Nesse sentido, foquei os esforços no levantamento documental que garantiriam a perseguição da questão-motora da investigação. Revisitar a produção discursiva, os textos de jornais e assistir suas entrevistas, documentários e demais materiais relacionados ampliou a visão que tinha sobre sua figura e espero que esse mesmo arrebatamento consiga ser traduzido por mim para que mais pessoas tomem dimensão da importância de Benedita da Silva na conquista de Direitos Humanos no Brasil.

Diante da conjuntura de adoecimento da parlamentar, o contato com sua assessoria abriu diálogos que me fizeram visitar seu território e conhecer através de quem a auxilia de perto. Fiz uma caminhada ladeada por sua assessoria nos lugares que ela percorreu. Conheci sua casa no Morro do Chapéu Mangueira, visitei o Palácio de Governo e o da Câmara Municipal, bem como

---

<sup>35</sup> GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20–29, maio 1995.

pude compreender a partir da minha experiência um pouco da atmosfera do lugar que forjou Bené.

Carreguei um caderno a tiracolo que serviu de confidente e gravei os registros das imagens que fiz nos espaços para enriquecer a narrativa da Tese. Contei com o auxílio e disponibilidade da militância petista que me acolheu na passagem pelo Rio de Janeiro, a quem registro o afetuoso abraço nos agradecimentos do texto. Acredito que enxergar os lugares que forjaram Benedita da Silva enquanto essa mulher negra referência na luta pelo justo, foi fundamental para inspirar o alinhamento do que gostaria de partilhar com as pessoas.

Notadamente, pelas circunstâncias em que realizei e pelo método adotado, o estudo concentrou-se em fazer levantamento documental. Seleccionei as obras escritas e organizadas pela própria parlamentar, levantei entrevistas concedidas por ela que tratavam de sua história e de sua militância política, revisitei o acervo do Jornal do Brasil e mergulhei na vasta documentação disponibilizada pelo Congresso Nacional.

O sítio oficial da parlamentar e suas redes sociais também foram fonte do estudo, além dos acervos do Instituto Cultne, do Projeto Memória e Movimentos Sociais, da Fundação Perseu Abramo e do Arquivo Público do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP).

Do ponto de vista dos discursos, o sistema do Senado Federal organiza as intervenções dos parlamentares por anos. No perfil de Benedita constam 440 pronunciamentos<sup>36</sup>, entre discursos, questões de ordem e apartes. Os discursos são as intervenções mais longas, feitas no plenário, as questões de ordem são diálogos sobre aspectos regimentais e apartes, são solicitações de falas durante a inscrição de outro membro da casa (SENADO FEDERAL, 2023).

Na Câmara Federal, onde segue exercendo mandato, o volume de intervenções é maior. A busca<sup>37</sup>, estabelecida de 1989 até agosto de 2023, retornou com 2.262 documentos encontrados no sistema de Discursos e notas taquigráficas da Câmara Federal. A escolha do corte em agosto, foi feita diante da necessidade de marcar o processo de afastamento da casa que a parlamentar contou no ano em que produzi essa versão do texto.

---

<sup>36</sup> SENADO FEDERAL. **Pronunciamentos de Benedita da Silva**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/parlamentar/7/2017>>. Acesso em: 16 set. 2023.

<sup>37</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Discursos e Notas Taquigráficas**. Busca por Benedita da Silva, 1989 a 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Benedita+da+Silva&txPartido=&txUF=&dtInicio=01%2F01%2F1989&dtFim=26%2F09%2F2023&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>>. Acesso em: 26 set. 2023.

Ao buscar contato formal com a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por e-mail e telefone, não houve resposta sobre a catalogação dos discursos parlamentares à época em que Benedita da Silva foi vereadora. Contudo, foi disponibilizado o extrato das 49 proposições parlamentares que ela apresentou durante o exercício da função de vereadora e suas falas durante o Governo estão dispostas nos acervos de Jornais e em entrevistas disponíveis *on-line*.

No que concerne ao Governo do Rio de Janeiro, também não encontrei qualquer informação de catalogação dos discursos de sua pessoa enquanto gestora da capital fluminense. Assim como no Governo Federal, as mudanças dos sítios oficiais e da própria estrutura ministerial não deixaram sistematizados as intervenções que ela realizou enquanto Ministra. Todas as informações do período consegui através do acesso aos periódicos da época.

Do ponto de vista da produção legislativa, registro que na Câmara Federal, contando a partir de 1987, Benedita da Silva foi autora e coautora de 3.270 proposições parlamentares, até agosto de 2023. No Senado foram 110 proposições. Todos esses materiais foram acessados a partir de *softwares* aplicados em pesquisas qualitativas. Os mapas que ilustram o último capítulo foram concebidos com o auxílio da ferramenta IRAMUTEQ, apresentada por Marli Souza e colaboradores<sup>38</sup>:

A Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires, criado por Pierre Ratinaud e mantido até 2009 na língua francesa, mas que atualmente conta com dicionários completos em várias línguas. O IRAMUTEQ é desenvolvido na linguagem Python e utiliza funcionalidades providas pelo software estatístico R. No Brasil, ele começou a ser utilizado em 2013 em pesquisas de representações sociais, entretanto, outras áreas também se apropriaram do seu uso, e contribuem para a divulgação das várias possibilidades de processamento de dados qualitativos, visto que permite diferentes formas de análises estatísticas de textos, produzidas a partir de entrevistas, documentos, entre outras (SOUZA *et al.*, 2018, p. 3).

Entre muitas aplicações o IRAMUTEQ permite condensar os documentos sob análise a partir de núcleos inseridos por quem pesquisa, termos aproximados e semelhantes ajudam na produção de mapas que revelam a predominância de conceitos, por exemplo, dentro do *corpus* de análise. Sendo uma plataforma gratuita, o investimento na sua utilização não implicará custos financeiros para a execução do estudo.

No que diz respeito às entrevistas, busquei selecionar aquelas que estão disponíveis em plataformas públicas, notadamente o *YouTube* e que dialogassem diretamente com o objeto da

---

<sup>38</sup>SOUZA, Marli Aparecida Rocha de Souza; WALL, Marilene Loewen; THULER, Andrea Cristina de Moraes Chaves; LOWEN, Ingrid Margareth; PERES, Aida Maris. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Rev. Esc. Enferm USP**, 2018.

pesquisa. Para facilitar o mergulho nessa história de luta pelo justo, apresento a seguir uma sistematização de marcos importantes na caminhada dessa mulher negra e favelada na busca por Direitos Humanos. Espero que quem tenha acesso a esse material saia com a inspiração renovada por essa mulher-coragem, como eu mesma saí.

## 2.1 Lágrima, suor, canto e beleza: do Rio do Norte ao Rio de Janeiro

A pesquisa nos leva a lugares. Sejam eles teóricos, físicos, emocionais. Por conta das questões já narradas não tive a oportunidade de fazer eu mesma uma entrevista autobiográfica com Benedita da Silva. Contudo, sua equipe de maneira gentil e prestativa se dispôs a correr comigo nos lugares que forjaram essa personalidade.

O companheiro Jaime Muniz, que acompanha Bené desde garoto, que conheceu Dona Ovídia da Conceição e é apaixonado pela Mocidade, levou-me ao Morro do Chapéu Mangueira, passeou pela história do PT enquanto me mostrava as belezas do Rio de Janeiro. Foi na comunidade que ele chama carinhosamente de “Quilombo”, que provei da comida do *Chef* Carlos, piloto da cozinha solidária que alimenta muitas bocas de maneira gratuita. Conheci o *Favelação*, que puxado por Jaime, começou distribuindo sabonetes e hoje apoia famílias trabalhadoras em toda a cidade com alimento e recursos financeiros.

Aprendi através dos seus sambas, como foi feito o mutirão que ergueu a Creche e o posto de Saúde do Chapéu Mangueira. Bebi da água do bicaço, que fica no pé da ladeira e que a própria Benedita da Silva, subiu tantas vezes carregando lata na cabeça. Foram dias de muitas lágrimas pelas emoções de conhecer aquela história por quem a viveu de perto, de muito suor pelas longas caminhadas e o calor diferenciado da capital fluminense, de canto que vinha do nada, como forma de ilustrar a conversa e de uma beleza cheia de contrastes. Acompanha a linda paisagem montanhosa o medo da guerra dos fuzis e da Garantia da Lei e da Ordem que mais uma vez chegava à cidade.

Não sei como agradecer ao Jaime Muniz e equipe por tamanha generosidade. Foram mensagens e fotografias trocadas ao longo da semana que valeram por anos. Eu que vim do Norte encontrei gente muito parecida no Sudeste. Gente que quer paz. Gente que quer se livrar da fome. Gente que dedica a vida a fazer a diferença.

Hospedei-me ao lado do Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara Municipal onde Bené foi a primeira e o espaço que Marielle Franco foi retirada pelas mãos da covardia. Confesso que foi uma visita que também me marejou os olhos. A opulência do lugar, que aprendi na visita guiada, ter sido a Casa mais cara do período, contrasta exatamente com o que lia de longe. O

poder branco, masculino se encerra em “gaiolas de ouro” e quando as mulheres negras ocupam aquele lugar, algo muda.

Uma semana apertada, de correria, mas que foi condição para terminar o texto. Sem essa passagem não seria possível. Aqui, encerro essas breves memórias que resultaram no achado do primeiro panfleto de Bené para a disputa de vereadora, com o samba do Mutirão que ergueu prédios e moveu barreiras invisíveis, fazendo com que a comunidade, o povo negro e favelado disputasse Poder através da “mãe” Benedita.

É a pá, é a picareta, é a enxada e o goró  
Moços, velhos e crianças, para um mundo bem melhor  
E dia a dia,  
Dia a dia, a nossa gente trabalhava sem parar  
E lá na Favela não havia  
E hoje, com alegria, vamos recordar,  
Conta Vovó, que a vida verdadeira  
É aquela que o povo se faz feliz,  
Em união, vencendo toda barreira,  
Lata d'água na cabeça, lamparina clareava,  
Para cozinhar feijão, era lenha que eu pegava  
E muito, o nosso povo trabalhou  
Para o morro ter progresso, o Mutirão se organizou  
E colorindo, colorindo de tijolo o cenário  
Veio a luz, chegou a água, numa grande evolução  
De repente o povo descobriu a esperança que havia  
Da ferramenta se esqueceu, Aventureiros então surgia,  
Alegria!  
(SAMBA DO MUTIRÃO [canção popular interpretada por Jaime Muniz durante pesquisa de campo])



Ano	1980	1981	1982	1983	1986	1989	1988	1990	1992	1993	1995	1999
Eventos	Fundação do PT	Fica viúva pela primeira vez	Elege-se vereadora no RJ	Casa-se com o líder comunitário Bola	Elege deputada constituinte	Campanha presidencial	Constituição Cidadã Morre seu segundo marido, Bola	Elegeu-se deputada federal	Candidata a prefeita no RJ	Casa com Pitanga	Torna Senadora	Elege-se vice-governadora do Rio de Janeiro
Ano	2000	2002	2003	2007	2010	2012	2014	2016	2018	2020	2022	2023
Eventos	Candidata-se a Prefeita do Rio de Janeiro	Lula ganha a presidência Torna-se Governadora do RJ	Torna-se Ministra de Lula Dirige o programa Fome Zero	Assume a Secretaria de Assistência Social do RJ na gestão de Sérgio Cabral	Elegeu deputada federal pelo RJ Dilma Rousseff é eleita presidenta	É relatora da PEC das domésticas	Reeleição de Dilma Rousseff	Golpe contra o Governo Dilma Rousseff	Prisão de Lula Elegeu-se deputada federal Bolsonaro é eleito presidente	Início da pandemia de COVID-19 É aprovada a Lei Aldir Blanc de sua autoria	Elegeu-se deputada federal Lula é eleito presidente	A bancada negra é aprovada como parte do colégio da Câmara

#### 4 AGUENTA FIRME FAVELA, AS COISAS VÃO MELHORAR! TEMPOS DE NASCER

Desenho 1 – Benedita da Silva de braços abertos



Fonte: Desenho da autora.

*“Favela de gente famosa  
que construiu a cidade  
que madrugou, que deu duro  
(mas, só não pode morar)  
aguenta firme, Favela  
que as coisas vão melhorar”*

(Benedita da Silva)

Inspirada pelos versos da própria protagonista, penso o *tempo de nascer*. Sua estreia no mundo, seu território, seu despertar político. São vários os desabrochamentos que constroem a caminhada de Benedita da Silva que transformam uma sujeita violada em Direitos Humanos em protagonista na luta contra as indignidades. Aqui penso a origem da bisneta de Úrsula, neta de Maria Rosa e filha de Ovídia da Conceição. Trago também o seu lugar, a favela, que é parte das fibras da existência dessa mulher. Seus passos iniciais na militância comunitária na ditadura e a caminho que a carregou para o Palácio Pedro Ernesto, são tocados nesta seção.

Para entender tais passos é preciso pensar em sua origem e conhecer sua mãe, Dona Ovídia da Conceição. Essa mulher umbandista que sai de Minas Gerais com a filharada, getulista fervorosa, reconhecida como a maior lavadeira do Morro do Chapéu Mangueira, que



gostava de samba e fez muitas pessoas conhecerem o mundo através de seu ofício de parteira é central na constituição da identidade de Benedita (SILVA, 1997).

Pensando nessa negra origem, deparei-me durante a pesquisa com uma relação de ancestralidade que me despertou os sentidos. Lendo o trabalho de Maria Machado<sup>39</sup>, conheci a história de outra Ovídia da Conceição que fez-me estabelecer uma relação imediata com a matriarca da família Souza. Os documentos históricos dão conta dos feitos de uma mulher negra sudestina escravizada que nos idos de 1880 fugiu de seu cativeiro e trocou o nome de Ovídia da Conceição por Benedicta para escapar dos horrores da Casa Grande. A sagacidade, resistência e ousadia dessa “personagem [é] uma janela importante por meio da qual se pode reconstituir processos de construção de identidades femininas no Rio de Janeiro [...] no período da abolição” (MACHADO, 2010, p. 158).

Por graça do destino falo de duas mulheres negras, mãe e filha que recombina essa narrativa e constroem suas identidades em períodos históricos distintos, mas profundamente imbricados. Em sua autobiografia, Benedita da Silva (1997, p. 21) diz: “minha mãe, Maria da Conceição de Souza, que sempre se recusou a assim ser chamada e adotou o nome de Ovídia da Conceição. [...] Quando lhe perguntavam seu nome todo, dizia: Ovídia Maria da Conceição”. Assim como a ancestral de 1880, ao se autoneamar a afirmação de uma identidade construída a partir de si e não do que se impôs chama minha atenção.

E o que dizem essas mulheres negras? Não é o feitor, não é o marido que determinará quem sou. O nome social que reconheço é um nome político. É um ato de insubordinação a uma ordem que atravessa esses corpos e busca controlá-los. Na medida estreita de uma estrutura social em que Dona Ovídia da Conceição Maria da Conceição estava, o gesto de se autoneamar conecta essas duas mulheres de maneira muito especial e reforça o cânone de Fernanda Carneiro (2006)<sup>40</sup>: “nossos passos vêm de longe”.

Benedicta Maria Albina, liberta por força própria, encontra uma herdeira histórica no nascimento da menina Bené, que nasce em 11 de março de 1943, na favela da Praia do Pinto. Duas mulheres negras distantes no tempo, mas próximas no destino. Ambas desafiaram a ordem, tomaram para si a tarefa de mudar sua própria caminhada e com essa determinação transformar o meio em que viviam e dando continuidade a uma corrente de resistência que

<sup>39</sup> MACHADO, M. H. P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia da Conceição, escrava (Sudeste, 1880). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 42, 2010. DOI: 10.9771/aa.v0i42.21212. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21212>>. Acesso em: 5 ago. 2023.

<sup>40</sup> CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA. Máisa; WHITE, Evelyn. (org.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2006. p. 22-41.

continua a ganhar elos, através das gerações. Para que a Benedita do Chapéu Mangueira existisse, foi preciso que a Benedicta da Ilha viesse antes.

Pensar em uma negra origem é reconhecer a centralidade da ancestralidade nesse diálogo. Como afirma Eduardo Oliveira (2012, p. 23)<sup>41</sup>, “o conceito de ancestralidade [vai] para muito além de relações consanguíneas ou de parentesco simbólico. A ancestralidade, aqui, é uma categoria analítica que contribuiu para a produção de sentidos e para a experiência ética”. Identificar a continuidade da luta pela emancipação das mulheres negras cruzadas nessas histórias, de mãe e filha, de uma mulher negra que se libertou durante a vigência legal do regime escravocrata, o simbolismo da automeação surge como elemento de liga e que aponta para a continuidade de um fazer político que tem na visão de mundo afrobrasileira sua origem comum. Ainda nesse sentido, Ayni Araújo (2021)<sup>42</sup> recupera o sentido da ancestralidade na perspectiva feminina:

Enfim, nossos fazeres políticos, enquanto pessoas africanas e amefricanas, é essencialmente matricentrado. Por isso, pensá-lo é pensar em agência de mulheres negras, é refletir sobre as articulações e as organizações, desde as famílias, os quintais, as ruas-quebradas, ruas-vielas, ruas-mercados, ruas-carnavais, ruas-procições, ruas-macumba, ruas-reuniões de bairro; até quando chegamos vez ou outra e cada vez mais a grandes conferências internacionais, quando ocupamos cadeiras de ministras, parlamentares, espaços acadêmicos, publicamos livros, e quanto mais lugares restituirmos posse, nossos corpos têm sido e hão de ser políticos, rebeldes, dançantes, dengosos e (re)existentes (ARAÚJO, 2021, p. 149).

Tomando essa posição como ponto de partida, pensar o impacto de Benedita da Silva implica em puxar um fio de vida que enlaça muitas outras mulheres negras que exprimem um ponto de partida único. A condição política é inerente à vivência negra feminina. As mulheres negras são fazedoras de política, a ressignificam, a disputam, a subvertem. Essas três mulheres que enlaçam os próprios nomes mostram essa versatilidade de papéis que exercem. É a filha que resume tal complexidade de maneira poética e narra por seus olhos, Dona Ovídia da Conceição. Diz Bené (1997, p. 29):

Minha mãe  
que pariu quinze filhos  
que fugiu da roça  
para morar no Rio  
para ser lavadeira  
frequentar gafeira

<sup>41</sup> OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, n. 18, p. 28-47, maio-out/2012.

<sup>42</sup> ARAÚJO, Ayni Estevão de. **Peço licença às minhas mais velhas**: mulheres negras, agência política e ancestralidade, em São Paulo. 2021. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2021.

para bater tambor  
 para abrir birosca  
 para tomar cachaça  
 para rir da desgraça  
 para acabar parteira  
 no Chapéu Mangueira  
 Minha mãe  
 cintura fina  
 parecia um violão  
 pele linda, de menina  
 machucando corações  
 bem-amada, não duvide  
 foi sempre assim.  
 A prova dessa verdade  
 é que eu estou aqui.

Com delicadeza, a filha apresenta a complexidade de sua mãe.

Ovídia da Conceição casa-se pela primeira vez adolescente, aos 13, com um fazendeiro de 40 anos chamado Benjamim e quase morre ao parir suas primeiras filhas, Laurita veio primeiro e Sindoca logo após. Ao ficar viúva, a família do marido expulsa-a da fazenda e ela casa-se com seu namorado da infância, José Tobias de Souza (SILVA, 1997, p. 21-22). Conta Benedita da Silva em entrevista ao *Simples Assim Podcast*<sup>43</sup> (2023, 4'15'') que:

Acontece que a minha família é muito matriarcal. Na verdade, o Senhor José largou Dona Ovídia da Conceição para trabalhar na ferrovia, ela ficou lá em Leopoldina. O que minha mãe fez quando viu que o José não aparecia? Ela botou os filhos dentro de um trem e partiu para o Rio de Janeiro com as crianças todas para poder cuidar. E, aí ela foi para a Praia do Pinto, uma favela que hoje não existe. Lá ela fez lá o seu barracão começou a sua vida. E no Chapéu Mangueira ela colocou o terreiro. Minha mãe era umbandista e parteira (UMA HISTÓRIA, 2023, Transcrição nossa).

Na sequência do diálogo, ela se refere ao momento em que descobre em briga com sua irmã Celeide que seu pai biológico era outro. Em suas palavras, ela é fruto do encontro de Ovídia da Conceição com “o grande amor de sua vida, o João Modesto Elias, que chamamos de Dadá” (SILVA, 1997, p. 23). A relação dos dois era marcada pela angústia, segundo conta Benedita da Silva e que sua aproximação com Dadá foi cautelosa e lhe gerava estranheza. Ela narra:

Aos poucos, Dadá foi se aproximando de mim. Quando ia completar 7 anos, ele chegou lá em casa com um presentinho e estranhei: “Hoje não é meu aniversário”. Então ele me contou que o dia do meu nascimento era 11 de março, não 26 de abril, como constava na minha certidão (SILVA, 1997, p. 24).

---

<sup>43</sup> UMA HISTÓRIA de vida [Benedita da Silva] – *Simples Assim* #12. [Vídeo, YouTube]. Publicado pelo canal *Simples Assim Podcast* em 15 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CHA4sac1J70&t=2s>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

As duas datas de aniversário ainda geram confusão nas buscas sobre o nascimento dessa carioca, mas a razão do desencontro é um contorno no desenho complexo que ilustrava a vida de sua mãe. Conta Benedita em entrevista ao *Projeto de História Oral de 40 anos do Partido das Trabalhadoras* (2020, 1'21'')<sup>44</sup>: “eu na verdade nasci no dia onze de março, mas os meus pais não tinham dinheiro então eu fiquei com vinte e seis de abril então [...] em casa eu faço [a festa] no 11 de março que ninguém sabe! E faço [festa em] 26 de abril que é a data oficial e isso é muito interessante!”.

Era extremamente corriqueiro que as pessoas empobrecidas não conseguissem garantir o registro dos filhos na data de seu nascimento. Esse traço compartilhado revela um país que só há pouco tempo conseguiu garantir o acesso a essa documentação de maneira mais democratizada. Em seu depoimento na Fundação Perseu Abramo, Benedita segue contando sobre a origem de seu nome e como ele tem relação com a situação delicada de sua filiação dentro da família. Ela diz:

Quando eu nasci, nasci fora do casamento da minha mãe. Aquela confusão toda! E aí então ela escolheu esse nome de Benedita porque dizia que, [...] minha mãe era [...] aquele sincretismo católico-umbandista, era para São Benedito me proteger então botou o nome de Benedita. Mas a família inteira me chama de “Ditinha”. [...] Para casa eu sou a Dita, para fora eu sou Benedita (PERSEU ABRAMO, 2020, Transcrição nossa).

A proteção evocada por Dona Ovídia da Conceição segue sendo reencantada com a reprodução de seu nome. Contudo, o peso do nascimento fora da relação oficial de matrimônio sempre reaparece nas apresentações de sua concepção. Exemplo desse contato delicado está relatado por ela quando narra a proximidade de seu primeiro casamento e Dadá lhe questiona sobre o que poderia dar de presente e ela assume que “na minha cabeça, meu pai era o José, foi quem me criou e era extremamente dedicado” (SILVA, 1997, p. 29).

Essa jovem mulher negra, que desaba para o Rio de Janeiro, agarrada aos seus filhos e que vivia um novo amor, mas ainda atada pelos laços do casamento formal, a colocava em um contexto de extrema incerteza. O enredo é rotineiro na vida de mulheres como Ovídia da Conceição. Conforme Sueli Carneiro explica<sup>45</sup>:

<sup>44</sup> FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Benedita da Silva | História Oral: PT 40 Anos. [Vídeo, YouTube]. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MUdXvJA3cMU>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

<sup>45</sup> CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, p. 49-58, 2003.

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito [da fragilidade], porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. [...] Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? (CARNEIRO, 2003, p. 30).

Esses elementos estruturais e estruturantes que atravessam Ovídia da Conceição refletem as dinâmicas de poder sobre o corpo negro e feminino, que alcançam a sua subjetividade. Como lembra Matilde Ribeiro, o caminho de organização das mulheres negras foi marcado por obstáculos imensos e o primeiro deles era a negação da humanidade dessas sujeitas. A pensadora reflete sobre essas vivências e aponta como o campo feminista demora a refletir as demandas dessas mulheres. A resistência das mulheres negras vem do processo colonial, onde ao contrário do que narra a história oficial, houve muita resistência das negras reduzidas ao processo de escravização (RIBEIRO, 1988).

Matilde Ribeiro (1988) traz ainda que essa posição de destaque não era facilitada dentro do movimento negro. Houve uma disputa intensa para que fossem as mulheres as figuras públicas e difusoras do pensamento antirracista. Ainda nessa direção Nilma Lino Gomes<sup>46</sup>, conceitua o que entende por Movimento Negro. diz a professora que:

Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento com as barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, a ancestralidade africana e o continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana (GOMES, 2017, p. 23).

A extensão do movimento negro e sua característica educadora como propõe Nilma Lino Gomes é fundamental para quebrar as versões racistas contadas pela história oficial. Nunca foi fácil para aquelas que partilharam do destino similar de Dona Ovídia da Conceição. Como traz Jurema Werneck<sup>47</sup>, “as mulheres negras não existem”, são produto de um processo complexo de sublevação e de sujeição. O sonho de libertação foi cultivado por muitas, passando de uma a outra que nunca se resignaram ao espaço desenhado do cativo. Lembremos de Luísa Mahin

<sup>46</sup> GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador. Petrópolis: Vozes, 2017.

<sup>47</sup> WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 1, mar-jun 2010.

que conforme Dulcilei Lima<sup>48</sup> foi transformada em um mito com múltiplas interpretações, mas que serve como um símbolo resgatado pelas mulheres negras organizadas da origem de suas lutas (LIMA, 2011, p. 125).

Esse fio tecido por Luísa Mahin, Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, Aqualtune, Maria Felipa, Maria Firmina dos Reis entre tantas outras mulheres que o anonimato da história branca calou, foram, cada uma em seu tempo e lugar a continuidade de uma tradição rebelde. Na elaboração dos seus afetos e na sua presença pública enquanto negras fazedoras de política elas foram fazendo crescer uma herança de aprendizados e batalhas que se enxergam nos rostos das mulheres negras brasileiras.

Pensando sobre esse ativismo feminino negro no Brasil, Cristiano Rodrigues e Viviane Freitas (2021)<sup>49</sup> apontam que de maneira mais contemporânea, os movimentos das mulheres negras ganham mais impulso a partir dos 1980 e tem uma associação majoritária aos espaços de esquerda, embora houvesse espaços de militância negra que estavam organizados em outras correntes ideológicas. Ainda conforme os pensadores, a centralidade da ação do movimento organizado das negras estava em enfrentar os estereótipos racistas, promover uma ocupação consciente das instituições e promover o empoderamento coletivo das suas (RODRIGUES; FREITAS, 2021. p. 44).

Ambos apontam para necessidade de perceber uma geração jovem de feministas negras que se organizam a partir do mote da presença política e que foi diretamente impactada pelo assassinato político da vereadora carioca Marielle Franco. Segundo Cristiano Rodrigues e Viviane Freitas ela torna-se um símbolo dessa nova fase da caminhada do ativismo feminino e negro no Brasil.

E todas essas mulheres diversas encontram-se no que às une. Sua condição negra inescapável. Das lutadoras africanas, passando por suas filhas brasileiras que lutaram por abolição, até as suas descendentes que subiram os morros do país e em seus espaços circulares de samba e terreiro organizaram a coletividade com o samba e a fé como ferramentas, temos as netas dessas lutas democráticas que foram paridas por essas mulheres negras ao longo dos séculos.

Dona Ovídia da Conceição que resistiu individualmente às condicionantes de seu tempo tão próximo do açoite e que partilha com todas essas mulheres negras traços comuns. Entre

---

<sup>48</sup> LIMA, Dulcilei. **Desvendando Luísa Mahin**: um mito libertário no cerne do feminismo negro. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

<sup>49</sup> RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34. e238917, p. 1-54, 2021. DOI: 10.1590/0103-3352.2021.34.238917.

esses compartilhamentos, a questão da afetividade é uma das que merece destaque. Forçada a casar adolescente com um homem que poderia ser seu pai, atesta a existência de uma cultura de estupro que tem como um dos elementos a negação da afetividade para esses corpos. Nesse sentido Camilla Gomes Vieira (2020)<sup>50</sup> afirma que:

É factível dizer que mulheres negras tendem a experienciar solidão como repercussão do racismo estrutural e suas conformações perversas e invisibilizadoras: o mito da democracia racial, o mito negro e a branquitude. Como reação a tal estrutura social brasileira racista, sexista e classista, tirar da invisibilidade a pauta da subjetividade das mulheres negras é dar oportunidade de estranhar e desnaturalizar vivências que não são saudáveis na microestrutura e questionar a perversidade das estruturas sociais que hegemonomizam e/ou ocultam tais sujeitos macro estruturalmente (GOMES VIEIRA, 2020, p. 308).

Perceber o fenômeno dessa solidão como algo produzido e não esporádico é importante na compreensão do caminho de Ovídia da Conceição contrasta com sua inserção enquanto liderança da comunidade ao acolher as mulheres para realizar seus partos e no estabelecimento do terreiro como esse espaço de acolhimento e a partir desse lugar centralizar-se. Conforme Benedita da Silva relata ao *Simples Assim Podcast* (2023, 8'30''):

[Minha mãe era] uma mulher de uma generosidade! Dona Ovídia da Conceição era demais! Ela como parteira naquela época [Ela] saía e ficava assim, quantas mulheres vão parir lá no chapéu Mangueira? Vão tantas mulheres, em tal data. Ela tinha assim aquela responsabilidade de botar um franguinho no quintal para criar para fazer a sopa para dar para mulher que ela cuidava. E aí o seu José ia falar, Ovídia da Conceição! Aí ela dizia: - Lembra José, daquela época que a gente não tinha nada para comer? [...] Aí ela falava, José você lembra daquela época? Não meu filho, eu vim aqui para isso! Então eu sou filha dessa Dona Ovídia da Conceição, eu vim pra isso! (UMA HISTÓRIA, 2023, Transcrição nossa).

Sendo uma mulher que quase perdeu a vida ao parir, cuidar deste ofício como uma prática de cuidado coletivo com as gestantes de sua comunidade é extremamente significativo. A própria Bené expressa a fascinação que tinha com mais esse ofício de sua mãe. Diz ela que ficava “espiando [a] mãe fazer os partos e ver como nasciam os bebês. Acompanhava tudo e o mais impressionante era o momento em que ela tirava a placenta” (SILVA, 1997, p. 25). O tempo de nascer apresenta-se aqui como esse marcador da memória. O ato de parir ficou marcado como gesto de solidariedade de sua mãe com as vizinhas e já mostra a sensibilidade coletiva que foi forjada desde muito cedo pela criação da menina Bené.

---

<sup>50</sup> GOMES VIEIRA, C. G. Experiências de solidão da mulher negra como repercussão do racismo estrutural brasileiro. *Pretextos* - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 5, n. 10, p. 291-311, mar. 2021.

Esse sentido agregador também diz respeito ao contexto religioso que faz dos terreiros um enclave de cuidado negro, de pertencimento, de cura. O papel da religiosidade exercida por Ovídia da Conceição é fundamental nesse processo de inserção e cuidado coletivo na moldagem da identidade de Benedita da Silva. A tradição dos muitos candomblés enquanto prática de vida precisa ser trazida para o diálogo. Como traz Flor do Nascimento (2016, p. 164)<sup>51</sup>:

Assim, os candomblés, de modo generoso, oferecem às pessoas brasileiras um modo de viver que possibilite a salvaguarda de conhecimentos, valores, crenças em um contexto histórico que se esforçou por exterminá-los quando da saída compulsória das pessoas negras do velho continente negro. Por isso, poderíamos pensar os candomblés como uma religião definida como um modo de vida que se mostra como um *continuum* criativo entre nosso país e alguns lugares do continente africano.

O professor remete a mesma generosidade que Benedita da Silva traz de maneira textual em sua fala, carregando um sentido ancestral, de *continuum* proposto. Um espaço de partilha de alimento para quem, assim como elas, conviveram com o assombro da fome, um espaço de geração de vida e de solidariedade. O Terreiro do Seu Sete firmado por Dona Ovídia da Conceição tinha roça estabelecida desde quando morava em Leopoldina. E era um espaço de encontro da comunidade, de recepção de políticos getulistas que temiam ser expostos por frequentar a casa e que Benedita ajudava a manter até os 18 anos, que ficou sendo gerido por seus irmãos após o falecimento da matriarca (SILVA, 1997, p. 94). Além da Casa de Umbanda (UMA HISTÓRIA, 2023, 17'11''):

Dona Ovídia da Conceição tinha uma escola de Samba. A escola de samba chamava-se Unidos do Leme, era verde e amarela a escola. E minha mãe tomava uma cana forte, e ela queria sair na ala das baianas. E aí [no carnaval] ela ficava lá na Ala com as amigas, tomando a caninha dela. A ala ia pra lá e a mamãe ia pro outro lado. Mamãe foi criada ali no samba, metida a compositora, fazia música com o pessoal. Minha mãe dançava muito Jongo, 13 de Maio lá em casa se dançava Jongo. E ela ensinava a gente (UMA HISTÓRIA, 2023, Transcrição nossa).

A dimensão celebrativa da vida, que se estende pela Unidos do Leme, que leva as cores da bandeira nacional remontam a uma lembrança do ancestral do samba. Outro aspecto que vale ser mencionado diante das memórias trazidas por Benedita sobre os saberes ancestrais cai na informação de que sua mãe era “jongueira”. Esse dado é importante pois trata de um registro

---

<sup>51</sup> NASCIMENTO, W. Sobre os candomblés como modo de vida: Imagens filosóficas entre Áfricas e Brasis. *Ensaio Filosófico*, v. 8, p. 154-170, ago. 2016.



de uma prática tradicional típica da região do Vale do Paraíba que guarda consigo expressão dessa resistência ancestral negra. Segundo o Gustavo Pacheco (2007)<sup>52</sup>, o Jongo:

Também conhecido como caxambu ou tambu, é uma dança e um gênero poético-musical característico de comunidades negras de zonas rurais e da periferia de cidades do Sudeste do Brasil. Praticado sobretudo como diversão, mas comportando também aspectos religiosos, o jongo originou-se das danças realizadas por escravos nas plantações de café do Vale do Paraíba, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e também em fazendas de algumas regiões de Minas Gerais e do Espírito Santo (PACHECO, 2007, p. 16).

Dada a origem de sua mãe, sua atividade laboral em Leopoldina e seu deslocamento para o Rio de Janeiro a sua caminhada carrega consigo a continuidade e o repasse dessa tradição. Ela afirma que Dona Ovídia da Conceição ensinava aos seus filhos como dançar o Jongo e a memória da não distante Lei Áurea estava ali presente, fazendo esse laço do presente como o passado fluir através das umbigadas festivas.

Em meio ao relato da euforia dos tambores do Jongo, Bené traz a condição de alcoolismo que sua mãe possuía. E esse aspecto teço um comentário a partir da perspectiva de Andréia Ribeiro e Flor do Nascimento quando comentam sobre a relação entre o racismo e uso de drogas. Dizem os pesquisadores que:

Reconhecemos que o uso de álcool e outras drogas (AD) é um fenômeno constante na história da humanidade. Do mesmo modo, devemos reconhecer que o passado escravagista do Brasil produziu efeitos no modelo organizacional da sociedade, com hierarquização de grupos sociais devido a sua cor, cultura ou origem étnica. A análise da aplicação da atual política de álcool e outras drogas aponta que essa não vem produzindo efeitos positivos, especialmente entre os que estão em condição de vulnerabilidade (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2018, p. 13).

A recorrência de problemas com abusos no uso de álcool e outras drogas na população negra, especialmente entre mulheres, tem como elemento provocador a organização social feita pelo racismo. As violências provocadas nesses corpos políticos são trazidas pela teoria encontrada nesse relato da memória da mãe de Bené como um exemplo desse processo. Conforme Jurema Werneck (2016, p. 536)<sup>53</sup> traz, “a vinculação entre racismo e vulnerabilidades em saúde chegou à agenda da gestão pública com mais força após a realização da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares em 1995”. Ou seja, a imbricação entre os efeitos do racismo na

<sup>52</sup> PACHECO, Gustavo. Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein. *In*: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo. **Memória do Jongo**: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.

<sup>53</sup> WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

saúde física das pessoas negras só foi reconhecida pelo Estado a partir da mobilização política e da inserção do tema na agenda pública do movimento negro que foi assumida pelo discurso oficial através do Ministério da Saúde, em 2001, com a publicação do Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente<sup>54</sup> e afirma:

Em função deste quadro, doenças ligadas à pobreza, como desnutrição, verminoses, gastroenterites, tuberculose e outras infecções, alcoolismo, etc. são mais incidentes na população negra, e não por razões étnicas. O acesso a serviços de saúde é mais difícil e o uso de meios diagnósticos e terapêuticos é mais precário, produzindo, em geral, evolução e prognóstico piores para as doenças que afetam negros no Brasil. Existe, portanto, a necessidade de se aferir objetivamente as condições de saúde da população afro-brasileira e, neste sentido, os estudos que devem proporcionar evidência causal são escassos ou inapropriados (BRASIL, 2001, p. 9-10).

O reconhecimento de que a saúde física das pessoas negras no país é decorrente do sistema opressivo aqui instalado foi alcançado a partir da luta política e segue sendo um desafio. Como a própria Benedita revela (UMA HISTÓRIA, 2023, 24'53''): “eu venho de uma sequência de alcoolismo, né. teve alcoolismo da minha mãe depois o alcoolismo do marido [Mansinho]”. No texto biográfico, ela complementa dizendo que juntos chegaram a “frequentar os Alcoólicos Anônimos (A.A.), porque, quando ele bebida [...] brigava” (SILVA, 1997, p. 36).

Os impactos do abuso do álcool com implicações em episódios de violência são corriqueiros e mais uma vez reforçam a tradução dos dados coletivos nessas histórias particulares. Conforme revisão sistemática de Luiz Souza, Grazielli Soares e Marconi Fernandes (2021)<sup>55</sup>:

A relação entre o uso de AD como um importante fator para a violência contra a mulher, conforme aponta Brasil (2016b). Destaca-se que entre os estudos aqui analisados, Esper et al.(2013) apontaram que 25,7% dos agressores estavam sob efeito de álcool; Romagnoli (2015) indicou que 73,6% dos agressores tinham problemas com álcool; Aguiar, Silva e Monte (2014) encontraram que 53,17% dos autores de crimes sexuais haviam usado AD; Moreira et al. (2015) apontaram que 57,1% dos agressores estavam com suspeita de uso de álcool; Silva et al. (2015) constataram que 50,8% dos agressores estavam sob o efeito de álcool e 46,1% sob efeito de outras drogas. Complementando os dados citados, Viera et al. (2014) encontraram que em abusadores de AD, a taxa de agressão é 6,5 vezes mais alta, sendo essa informação um importante indício de que não se pode deixar de relacionar o consumo de AD com a violência intrafamiliar (SOARES *et al.*, 2021, p. 63).

<sup>54</sup> BRASIL. **Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

<sup>55</sup> SOARES, G. N.; FERNANDES, M. M.; KO DA CUNHA, A. M. F.; SOUZA E SOUZA, L. P. Ocorrência de violência intrafamiliar relacionada ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 44–73, 2021. DOI: 10.31060/rbs p. 2021.v15.n2.1212. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1212>>. Acesso em: 5 ago. 2023.

A produção científica dedicada ao tema tem sido unânime ao estabelecer ligação entre agressões domésticas e o consumo abusivo de substâncias alcoólicas. Esse elemento é parte da cadeia de violências contra a mulher que estão presentes nos relatos de Benedita e que compõem a história de sua mãe e que assombram a vida de milhares de brasileiras. A identidade com essas narrativas é íntima para a maioria da população feminina no país. As estratégias de sobrevivência construídas por Ovídia da Conceição e sua filha dialogam com a construção de uma espiritualidade coletiva que sustenta a vivência dessas mulheres.

Dona Ovídia da Conceição mediava a vida dura de lavadeira, os cuidados com os partos das mulheres do Chapéu Mangueira e a convivência com Seu José e suas brincadeiras de Jongo, cuidando das dores do processo de submissão a escravização e as violências que lidou se tornando a referência primeira de Benedita no sentido do fazer político. Segundo sua filha:

Quem mandava na casa e dava orientação política era a mamãe e isso me influenciou. Quando minha mãe discordava de meu pai, ele não tinha vez. Ela ia logo dizendo: “José, cala a boca!” Muitos políticos ligados a Getúlio Vargas e Café Filho frequentavam o nosso terreiro. Mamãe era considerada poderosa na comunidade (SILVA, 1997, p. 51).

Mais uma vez o elemento político extrapola a memória e se converte em inspiração para a ação. O elemento da liderança muito atrelado a centralidade do espaço do terreiro, o trabalho de referência social e a forma particular de fazer política das mulheres negras está presente no berço de Bené. A ousadia de enfrentar as convenções machista e se fazer ouvir. O ativismo enquanto condição de existência. A proximidade a partir do seu lugar de referência, da ancestralidade, da religiosidade enquanto espaço de organização. Dona Ovídia da Conceição forjou muito bem sua filha. Nesse sentido vai o diálogo a seguir:

Minha mãe era parteira [e] umbandista, então ela tinha um Centro de umbanda e isso fez com que nós nos aproximássemos muito cedo das questões sociais do vizinho da vizinha. Aquela coisa, tem que dividir isso aqui! Ela botava a gente para ficar fazendo campanha. Eu tenho ainda na minha cabeça muitas musiquinhas de campanha. Ela fazia todo mundo ter foto do Getúlio Vargas pendurado na favela. Era assim, retrato do velhinho na parede! Era a campanha que se fazia. Então eu fui ali vendo minha mãe se envolvendo e eu fui me envolvendo. Quando minha mãe faleceu, eu tinha 15 anos e eu fui me envolvendo na comunidade (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2020, 4’08”, Transcrição nossa).

O evento da morte da matriarca da família foi decisivo para o núcleo familiar. Como afirma Conceição Evaristo (2016)<sup>56</sup> “às vezes a morte é leve como a poeira. E a vida se confunde

---

<sup>56</sup> EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Pallas Editora, 2016.

com um pó branco qualquer. Às vezes é uma fumaça adocicada enchendo o pulmão da gente”. Sem dúvidas a passagem de Ovídia da Conceição em 1957 impactou profundamente a estrutura da casa, que se viu sem sua principal mantenedora financeira e aumentou a tensão com a ascendência fora do casamento oficial que Bené era fruto (SILVA, 1997, p. 29).

A convivência íntima com o exílio é parte da experiência negra e periférica. E ela acontece de várias formas. A morte pela falta de comida, por balas achadas, pela violência patriarcal, pelo esquecimento. Contudo, a pulsão de vida é vibrante na narrativa sensível que Benedita faz de sua mãe que encarna as histórias de tantas mulheres negras que conheceram a barbárie, mas também distribuíram amor e arte. Saudando a ancestral dessa mulher fazedora de política, passo a narrar os aspectos do território que forjou Bené enquanto voz da favela.

#### 4.1 A linhagem Mineira, a chegada ao Morro carioca

*“O meu lugar  
É cercado de luta e suor  
Esperança num mundo melhor  
E cerveja pra comemorar”*

(Arlindo Cruz e Mauro Diniz)

Inspirada pela poesia de Arlindo Cruz, passo a pensar o território que forjou Benedita da Silva como liderança política de sua comunidade. Os espaços em que essa personagem caminha são reveladores da constituição da sua identidade política e como diz a canção, cercados de luta, suor e esperança.

Como narrado anteriormente, as origens da família de Bené são mineiras, mais precisamente da cidade de Leopoldina que surge durante o processo de colonização do interior do país e é fundada em 1831. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “O topônimo foi uma homenagem à segunda filha de Pedro II, princesa Leopoldina, em substituição ao antigo de 'Feijão Cru', quando da criação do município”<sup>57</sup> (BRASIL, 2023).

---

<sup>57</sup> BRASIL, IBGE. **Leopoldina**. [2023]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/leopoldina/historico>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

Foto 2 – Catedral de Leopoldina – MG, 1958



Fonte: IBGE, 2023.

A estrutura predominantemente agrária e dependente da mão de obra escravizada compunha a paisagem de Minas Gerais que veio receber Dona Ovídia da Conceição e Seu José. Segundo a Enciclopédia de Municípios Brasileiros de 1959<sup>58</sup>:

O município localiza-se numa região montanhosa. A sede está situada ao sopé da serra dos Monos, cobrindo uma área de aproximadamente seis quilômetros quadrados. A cidade apresenta aclives acentuados, representando uma parte plana. Possui amplos melhoramentos urbanos - boa luz, água potável encanada para abastecimento domiciliar, pavimentação asfáltica em alguns trechos e poliédrica na maioria dos logradouros públicos. Alinha-se entre as melhores cidades de todo o Estado. O clima é temperado, existindo no município fonte de água mineral que, além de ser vendido na sede, é exportada para outros centros mais adiantados do País (BRASIL, 1959, p. 450-456).

A descrição feita pelo documento é contemporânea ao tempo em que os pais de Bené lá viviam, sendo um retrato do que significava estar em Leopoldina no período. Com o processo de expansão das linhas férreas a oportunidade de um trabalho que tivesse remuneração atrai o pai de Benedita e faz com que sua mãe buscasse outro destino para os seus 13 filhos. Ela embarca no trem e segue a Estrada de Ferro Leopoldina que fazia o trajeto de 310km entre a cidade mineira e a capital federal. Chegando ao Rio de Janeiro na companhia das crianças, a 14ª cria se tornaria Constituinte de uma Nova República anos depois.

---

<sup>58</sup> BRASIL, IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. 25, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 450-456. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_25.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_25.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2023.

Na capital, Dova Ovídia da Conceição dá à luz a menina Benedita na Favela da Praia do Leme, que se localizava na Zona Sul da cidade. Não era qualquer lugar. Esse espaço está no epicentro do debate sobre as reformas urbanísticas que definiram a identidade contemporânea brasileira. Era um espaço que incrustava no centro da Capital Federal um conjunto de pessoas negras, empobrecidas que simbolizavam o medo persistente das classes dominantes. Segundo Licia Valladares<sup>59</sup>:

Percebidas atualmente como um fenômeno tipicamente urbano, as favelas foram consideradas durante a primeira metade do século XX um verdadeiro “mundo rural na cidade”. [...] A história da reflexão sobre a favela aqui segue outra lógica, e sua periodização é constituída a partir de um mito de origem: a imagem do povoado de Canudos descrita por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1902). Imagem que também corresponde àquela vislumbrar pelos primeiros visitantes da favela no Rio, quando transpuseram em suas descrições a dualidade “litoral *versus* sertão” para a dualidade “cidade *versus* favela” (VALLADARES, 2005, p. 22-23).

O fenômeno das favelas de acordo com Licia Valladares teria a influência da obra de Euclides da Cunha como importante catalisador do símbolo do que se tornaram tais ocupações acompanhado da identificação da vegetação “favella” como sinônimo dos lugares que se tornaram o abrigo das casas e das pessoas vulnerabilizadas que as habitavam (VALLADARES, 2005).

A autora ainda aponta para mais uma característica importante do desenvolvimento da representação desses espaços no Rio de Janeiro. Segundo ela (VALLADARES, 2005, p. 33) “no Rio existe uma associação entre os termos “favela” e “morro” desde o início do século XX, época do surgimento das primeiras favelas. As duas denominações são, portanto, utilizadas como sinônimo há muito tempo”. Exemplo dessa relação é emblemático na primeira ocupação reconhecida como uma favela carioca. O Morro da Providência, que depois dessa associação muda de nome e passa a ser conhecido como Morro da Favella (VALLADARES, 2005).

O processo de transformação dos espaços de favela em ameaça pública urgente é construído politicamente sob uma perspectiva racista, higienista e positivista. Levando ao impulsionamento de políticas de estado que visavam erradicar as ocupações precárias, mas igualmente punir a pobreza e a negritude por partilharem um espaço que deveria ser dedicado ao uso da branquitude. Conforme Rafael Gonçalves e Mauro Amoroso (2014, P. 210)<sup>60</sup>:

---

<sup>59</sup> VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

<sup>60</sup> GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. Golpe militar e remoções das favelas cariocas revisitando um passado ainda atual. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 209-226, jan. /jun. 2014.

A erradicação de favelas ganha corpo ao longo da primeira metade do século XX, caminhando para se tornar uma prática consolidada do poder público. Entretanto, a transformação dessa abordagem em uma política pública de larga escala é notada, principalmente, a partir dos anos de 1960. Formatada após 1962, durante a administração estadual da Guanabara de Carlos Lacerda (1960-1965), a política de remoções foi federalizada pelos militares após 1964. Além de ser um dos diversos elementos da sólida estrutura que formaram a política habitacional, um dos principais pilares da política econômica do período, deixou o seguinte saldo: eliminação de históricas favelas do valorizado metro quadrado da zona sul carioca, mais visivelmente nos bairros do Leblon e da Lagoa, contribuindo consideravelmente para a construção de um espaço urbano segregado e prejudicando um grande contingente populacional a ter acesso a serviços diversos e oportunidades de emprego (GONÇALVES; AMOROSO, 2014, p. 210).

É nesse espaço de conflito que abriga a origem daquela que se tornaria Voz das pessoas faveladas. A contraposição das desigualdades de um país cuja elite expressa um desejo colonial e um profundo ressentimento com a abolição. Uma favela estava no meio do caminho dos projetos urbanísticos de alargamento de vias, de embranquecimento da Capital Federal. Luciana dos Santos<sup>61</sup> descreve a paisagem:

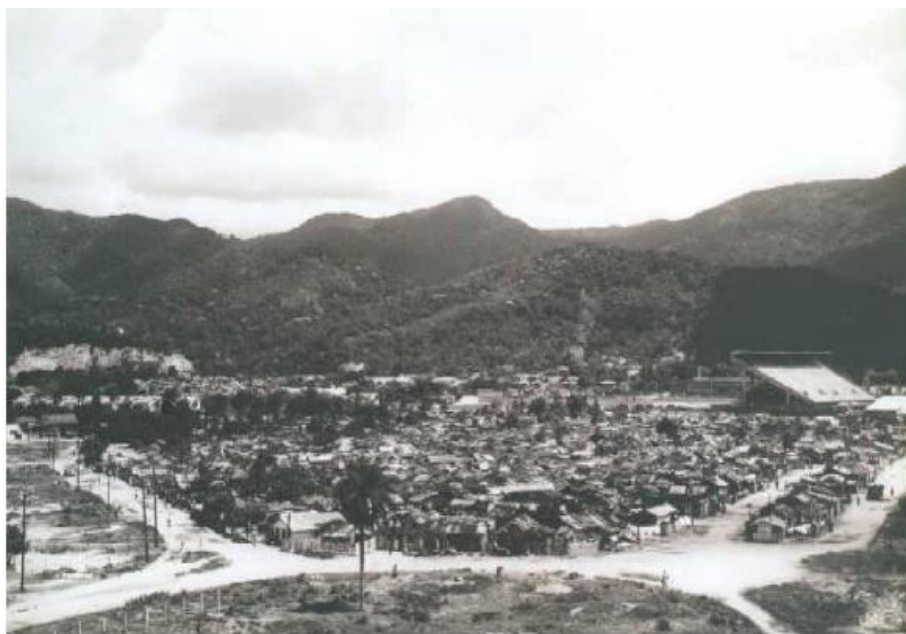
A história da Praia do Pinto começa um pouco antes daquela do Parque Proletário da Gávea, em um dos momentos de urbanização pelo qual a cidade passou. A primeira imagem aqui reproduzida é da favela na década de 30, em fotografia pertence ao acervo do engenheiro Gilberto Paixão. Nessa imagem é possível perceber um aspecto ainda rural, não só da favela da Praia do Pinto, como também da própria área que a circunda na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o censo realizado em 1948 e dados da Fundação Leão XIII, nela viviam 7.142 habitantes. O surgimento desta favela ocorreu principalmente com o início da construção do canal do Jardim de Alá, a partir da década de 1930, e com a ampliação da linha de bondes da cidade do Rio de Janeiro em direção à freguesia da Gávea. Seu crescimento está relacionado à valorização imobiliária das áreas adjacentes à Lagoa Rodrigo de Freitas, que aumentou a oferta de empregos no setor de serviços e construção civil (SANTOS, 2011, p. 38).

---

<sup>61</sup> SANTOS, Luciana dos. **Fragmentos de memórias**: o processo de remoção das favelas da Praia do Pinto e do Parque Proletário da Gávea. 2011. 79 f. Monografia (Bacharelado em História), PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011.



Foto 3 – Favela da Praia do Pinto, 1938



Fonte: Acervo Gilberto Paixão disponível no Núcleo de Memória da PUC-Rio.

A historiadora passa a apresentar os contrastes existentes com o avanço no processo de urbanização da cidade e como isso transformou a paisagem e implicou na política de despejos que levaria ao fim da comunidade. A autora narra as facilidades que a localização central da Favela do Pinto propiciava, facilitando o deslocamento dos trabalhadores da comunidade e garantindo espaços de convivência. Diz Luciana dos Santos ao analisar as modificações da paisagem já nos anos 1960:

A próxima imagem mostra a favela da Praia do Pinto totalmente cercada pela cidade que crescera ao seu redor, e dá uma impressão sufocante de cidadela sitiada. Prédios cresceram por todos os lados, a vista das montanhas não pode mais ser apreciada pelas janelas dos barracos. O ar de cidade do interior deu lugar a uma cidade moderna e urbanizada, com o seu caos e barulhos típicos da modernidade, porém esta urbanização não cruzou o muro invisível que separa a cidade da favela. A favela ficou de fora dos planos de urbanização do Rio de Janeiro (SANTOS, 2011, p. 46).

Foto 4 – Favela da Praia do Pinto, 1960



Fonte: O Globo. Disponível no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio, extraída do estudo de Luciana Santos.

Como aponta Luciana Santos entre os anos 1930 e 1960 o crescimento da cidade foi engolindo a Favela da Praia do Pinto. O perfil da vizinhança das famílias empobrecidas engolia e reproduzia a propaganda racista e higienista que persiste hoje enquanto propaganda. Identificando o território como um ambiente de perigo iminente, de crime e perdição. Ao conceituar o que seria o território de favela, a própria Benedita da Silva traz uma análise profunda sobre a combinação da questão agrária e racial na produção desse espaço. Em suas palavras:

As favelas são remanescentes dos quilombos onde os negros, os índios e alguns brancos pobres formaram repúblicas nos morros e resistiram contra a escravidão. É uma história secular. Além disso, as favelas se formaram a partir do êxodo rural. Quando trabalhadores rurais não possuem sua própria terra, a sobrevivência no campo se torna impossível e eles são forçados a vir para a cidade em busca de melhores condições de vida, como foi o caso da minha família. [...] As favelas cresceram pela pobreza (SILVA, 1997, p. 49).

Assim como Benedita da Silva, tenho absoluto acordo de que a questão das comunidades periféricas transcende o aspecto único de distância dos centros. Como a própria história da Favela da Praia do Pinto deixa explícita, um quilombo no meio do espaço almejado pela branquitude deve ser suplantado. O aspecto de denúncia e de vivência colaborativa entre os sujeitos indesejáveis persiste na retórica do mito da democracia racial que faz com que a

Casa Grande se ressignifique, transmute sua linguagem para táticas urbanísticas de controle e afirmação da cisão racial, entre pobres e ricos. A chegada de Dona Ovídia da Conceição nesse espaço de desejo da burguesia carioca é assim recontada por sua filha:

Com os filhos, ela foi para a favela da Praia do Pinto, então localizada na Zona Sul carioca, na Lagoa Rodrigo de Freitas, e hoje extinta, após um incêndio suspeito de criminoso e a remoção dos moradores, no Governo Negrão de Lima. Arrumou um barraco, abriu uma birosca e foi lavando roupa. Aí, em questão de meses, arrumou um barraquinho maior e mandou buscar papai. [...] Eu ainda com poucos meses de vida, meus pais se mudaram para a favela do Chapéu Mangueira, no Leme, também Zona Sul carioca (SILVA, 1997, p. 22).

A mobilidade entre as comunidades aconteceu antes do desastre do incêndio e foi determinante para o desenvolvimento da liderança que Benedita viria a exercer. As características da comunidade do Chapéu Mangueira fariam diferença na construção da identidade pública que produziria a primeira e única, até hoje, Governadora negra do Rio.

Foto 5 – Capa do Jornal do Brasil, edição n. 29, domingo, 11, e segunda-feira, 12 de maio de 1969



Fonte: *Google News*.

O registro do incêndio tomou a capa do Jornal do Brasil<sup>62</sup> (edição n. 29, domingo 11 de maio, segunda 12 de maio de 1969) e dava conta de que havia “cinco mil pessoas desabrigados,

<sup>62</sup> JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, v. 79, n. 29, 11 de maio, 12 de maio 1969. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19690512&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

800 barracos destruídos e 32 feridos, foi o saldo do incêndio na Favela da Praia do Pinto iniciado às 4 da madrugada de ontem e debelado às 10.” O tom racista da matéria chama atenção. Diz o periódico que:

Iluminada por pequenas fogueiras, em volta das quais se reuniam, e dominada pelos comentários sobre o possível número de mortos, a Favela da Praia do Pinto, na madrugada de hoje, ainda continuava habitada por milhares de pessoas: a maioria das crianças dormia no chão e os adultos cochilavam sentados. Os objetos salvados do incêndio continuavam empilhados na rua. *Mas, apesar de tudo, algumas ainda tocavam tamborim e violão, como se nada tivesse acontecido* (JORNAL DO BRASIL, 1969, p. 1, grifos nossos).

A forma pejorativa como a notícia é colocada ressalta o caráter de incômodo que a vivência “aquilombada”, para usar a compreensão de Benedita sobre a favela, provocava segue todo o editorial. De acordo com Mário Brum (2010)<sup>63</sup> a comunidade havia surgido a partir de outras três: Praia do Meio, Praia-Mar e Favela da Lagoa. Conforme o autor:

Esta última acabou se impondo sobre as outras, e por ser na Lagoa Rodrigo de Freitas, dizia-se que era a ‘praia’ onde os pintos tomavam banhos, passando a ser conhecida como Praia dos Pintos até finalmente se tornar a Praia do Pinto. Ao longo dos anos, seu crescimento foi facilitado pela linha de bondes que passou a chegar até o, na época, distante subúrbio do Leblon. Bem como pelo crescimento dos bairros de Leblon e Ipanema, com os ex-trabalhadores da construção do Jóquei, e outros, garantindo a mão-de-obra necessária para a construção dos prédios e da infra-estrutura urbana, como o sistema de esgotos (BRUM, 2012, p. 3).

Ao encontrar-me com esse evento crucial na história da luta por moradia no país, o pensamento resistente de quantas Beneditas e Ovídias da Conceição se encontravam em desespero por terem perdido seu canto no mundo me invade. O sofrimento dessas mulheres e crianças que talvez cantassem para abafar a dor causada pelo incêndio segue sendo ecoada em várias das muitas comunidades faveladas pelo Brasil. Incêndio, alagamentos, desabamentos. A negação do direito de morar com dignidade mesclada com o racismo enquanto organizador de tal espacialidade segue viva e produzindo efeitos.

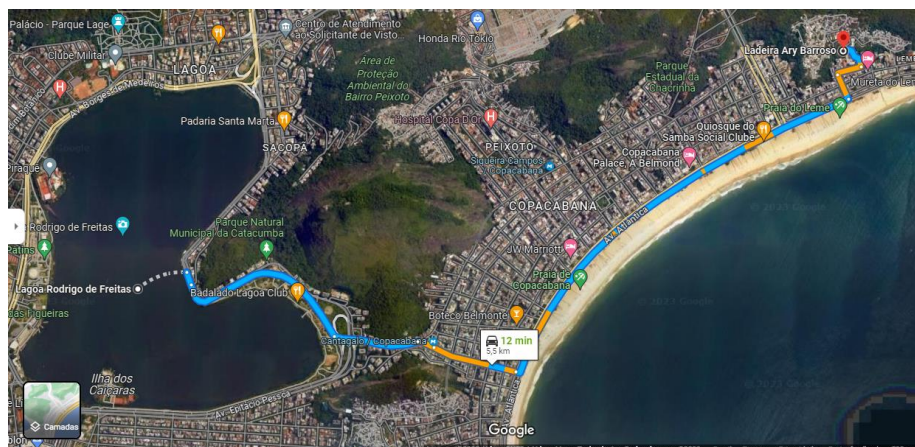
Mas, são também nesses espaços de resistência que a potência da negritude também floresce. A caminhada dentro da Zona Sul do Rio de Janeiro, levou a um deslocamento de

<sup>63</sup> BRUM, Mário Sergio. Ordenando o espaço urbano no Rio de Janeiro: o programa de remoção da CHISAM e as ‘utilidades’ para os favelados (1968-1973). **XIV Encontro Regional da Anpuh**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276733458\\_ARQUIVO\\_AnpuhRJ2010.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276733458_ARQUIVO_AnpuhRJ2010.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2023.

Memórias da remoção: o incêndio da praia do pinto e a culpa do governo. **XI Encontro Nacional de História Oral**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1339790201\\_ARQUIVO\\_MemoriasdaRemocaoABHO2012.pdf](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1339790201_ARQUIVO_MemoriasdaRemocaoABHO2012.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2023.

aproximadamente 5km entre o Morro do Chapéu Mangueira e a Lagoa Rodrigo de Freitas. Conforme mapa abaixo:

Foto 6 – Mapa com distância entre a extinta Favela do Pinto e Morro do Chapéu Mangueira - RJ



De acordo com o *WikiFavelas*<sup>64</sup>, iniciativa que busca divulgar e criar uma plataforma para que as pessoas que moram nas comunidades se autodefinam é uma iniciativa que constrói de maneira coletiva a definição desses territórios. Assim, escolhi apresentar esse território por quem vive nele hoje, com o verbete elaborado por Clara Polycarpo, o Morro do Chapéu Mangueira:

As favelas Chapéu-Mangueira e Babilônia localizam-se na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e foram, nos últimos anos, favelas estratégicas para diversas intervenções públicas. À sua volta estão os bairros do Leme e de Botafogo, com vista para o Atlântico, por um lado, e o Morro da Urca, por outro. Contabilizadas a partir do último Censo de 2010, as duas favelas, em conjunto, possuem área de 1,1797 km<sup>2</sup>, densidade demográfica de 3379,62 hab/km<sup>2</sup> e população em torno de 3.987 habitantes, com um total de domicílios de 1.178. A área está a menos de 200 metros da praia e também está próxima do monumento natural do Pão de Açúcar (MORRO DO, 2023)<sup>65</sup>.

A conformação do Morro do Chapéu Mangueira hoje é diferente daquele em que Benedita cresceu. Contudo, segundo a descrição de Clara Polycarpo os traços definidores entre

<sup>64</sup> *WikiFavelas* é o projeto do Dicionário de Favelas tem por objetivo favorecer a preservação da memória e identidades coletivas dos moradores das favelas, como parte do nosso compromisso com a expansão da cidadania e do direito à cidade e criar um espaço virtual que reúna o conhecimento sobre estes territórios de forma interdisciplinar e interinstitucional.

<sup>65</sup> MORRO DO Chapéu Mangueira. In: WikiFavelas [Verbetes por Clara Polycarpo]. [2023]. Disponível em: <[https://wikifavelas.com.br/index.php/Favelas\\_Chap%C3%A9u-Mangueira\\_e\\_Babil%C3%B4nia](https://wikifavelas.com.br/index.php/Favelas_Chap%C3%A9u-Mangueira_e_Babil%C3%B4nia)>. Acesso em: 05 ago. 2023.

as comunidades limítrofes, Babilônia e Mangueira tem o aspecto da organização popular como um elemento definidor. E esse elemento aparece nas memórias de Bené:

Então eu fazia parte do Comitê de favelas porque na época era proibido né fazer essa coisa de [...] Associação, era subversivo. Então o Comitê era uma coisa que as Assistentes Sociais tinham controle. Só dava aquelas assistências e naquela época o Partido Comunista atuava muito nas comunidades junto aos trabalhadores. Então eles sempre estavam no controle das comunidades. [...] E aí fui me envolvendo nas coisas da comunidade (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2020, 6'10", Transcrição nossa).

Observo que a presença de setores organizados da esquerda brasileira dentro do Chapéu Mangueira tem uma influência no processo de construção da militância de Benedita e que a família tinha uma abertura para o debate político. Imagino o desafio de colocar-se para atuar em uma perspectiva popular diante de uma ditadura militar, em uma região periférica e cercada pelos postos do Exército e como uma jovem de 15 anos se disponibilizou a fazer esse ativismo.

A grandiosidade dessa ação serve como alerta para o presente de como a vinculação entre perspectivas contra hegemônicas podem dialogar com as demandas concretas da vida concreta do povo trabalhador. Contudo, na perspectiva do discurso de Benedita a aproximação do Partido Comunista de Prestes na comunidade acontece de maneira mais intensa após o golpe de 1964, quando ela tinha 22 anos de idade. Ela atribui essa inserção nas comunidades na forja de um bloco entre o Partido, a igreja católica da Teologia da Libertação e os comitês populares (SILVA, 1997, p. 52). Textualmente Bené registra que:

Meus pais sabiam disso e cresci percebendo que deveria me engajar politicamente. Eles eram analfabetos, mas tinham uma consciência de classe muito grande e também do papel que o negro deveria exercer na sociedade. Diziam que só existiam dois caminhos para vencer na vida: a educação e a política (SILVA, 1997, p. 50).

A consciência de que a organização política associada com a formação são elementos definidores na caminhada de uma pessoa negra são conhecidas entre nossas famílias. A reprodução dessa fala relembra a minha própria estrada. As palavras de Dona Ovídia da Conceição se derramaram na voz da minha mãe. A identificação da educação como um processo disruptivo na vida de pessoas negras segue presente. A implementação da política de cotas que tem Benedita da Silva como protagonista acontece justamente por uma compreensão vivida da importância dessas ferramentas para a transformação de destinos.

Ser quem é forjada no campo de esquerda e pelo movimento negro, é natural que sua ação política concreta caminhe nesse lugar. Tal leitura, contudo, é feita de uma perspectiva longe de meritocracia e encaixada a uma leitura de conjunto das razões para os efeitos das

desigualdades em relação, à leitura que faço, da entrada de setores populares e de esquerda. Nesse intercâmbio as produções políticas permitiram as condições históricas que forjaram Bené enquanto liderança. respeito dessa influência de setores organizados da esquerda tradicional nesse território, destaca Clara Polycarpo (MORRO DO, 2023):

Nesse sentido, presume-se nesse contexto que a formação da identidade e o sentido de pertencimento estejam profundamente relacionados com os modos pelos quais esses moradores vivenciaram ou herdaram memórias de vivências associadas a esses territórios – seja na Babilônia vinculadas ao controle e obediência, seja no Chapéu associadas à resistência e à subversão. Os comportamentos individuais e coletivos são frequentemente associados a tais estereótipos, por moradores de uma favela quando visam se referir à outra, ou quando se referem a si mesmos. Antes da década de 1980, as favelas que possuíam energia, luz ou outro serviço básico, os garantiam por meios alheios ao poder público. A partir de então, serviços básicos foram consentidos pelo Estado, mas as Associações passaram a ser responsáveis pela distribuição dos mesmos. Após os anos de 1990 que se iniciam as intervenções urbanísticas em favelas de acordo com o planejamento da cidade em sua consideração e, no período mais recente, o Estado assume a administração e o controle da distribuição dos serviços básicos nesses territórios (MORRO DO, 2023).

Esse processo de disputa pela influência no movimento comunitário aparece bem documentado nas palavras de Bené. Ela demonstra como a gestão Carlos Lacerda quis desarticular os Comitês das comunidades os substituindo por Associações nos moldes daquelas de caráter comercial, numa tentativa de cooptação e desmobilização das lideranças. No que foi bem-sucedido. Após esse enfrentamento, às lideranças que permaneceram em combate estabeleceram a Federação das Favelas, produzindo uma potencialização na construção de influência política das comunidades em toda a capital (SILVA, 1997, p. 52).

Nesse período, a proximidade da Bené estava dedicada ao processo de alfabetização de mulheres e crianças e a forma como ela vai se engajando na estrutura burocrática, por assim dizer, da Associação me chama a atenção. Como a entrada das mulheres nos espaços de disputa de poder, ainda que estejam encravados no território popular reproduzem as lógicas dos atravessamentos do patriarcado e do racismo. Dois aspectos em particular destaco aqui, a relação entre sua militância ativa e seu primeiro casamento, e como ela era vista dentro da estrutura da Associação do Chapéu Mangueira. Sobre a primeira questão, ela diz:

O Mansinho não participava desse trabalho, mas ajudava no serviço de casa. Ele dizia que eu poderia ser presa, que aquilo era coisa de comunista. Mas não me proibia de fazer nada e eu procurava envolvê-lo fazendo reuniões em casa, trazendo as pessoas para ele conhecer. Ele tinha ciúme, mas dava para administrar (SILVA, 1997, p. 52).

A atividade política das mulheres é sempre mediada pelas relações estabelecidas, especialmente em sendo negras e da classe trabalhadora. O peso do trabalho reprodutivo está

sempre pesando no processo de mediação para o exercício da fala pública. Casa e Associação não podem ser vistas de maneira dissociada. Benedita se casa com Mansinho, chamado Nilton Aldano da Silva, aos 16 anos de idade, em 26 de dezembro de 1958. Em 1955 ela já estava engajada nas atividades do Comitê do Morro do Chapéu Mangueira e esse dado é importante, uma vez que sua militância veio antes do seu primeiro matrimônio e essa relação influenciava suas decisões políticas (SILVA, 1997).

A travessia de seu companheiro começou justamente no dia em que debatiam em sua casa uma possível candidatura. Nilton teve uma sequência de Acidentes Vasculares Cerebrais e faleceu se despedindo dela de maneira amorosa (SILVA, 1997, p. 36): “isquemia é uma loucura. Ele teve um AVC atrás do outro. Nunca vou esquecer o que me disse naquele momento: ‘Você é fora de série’. E respondi ‘Você que é muito legal’”.

Foto 7 – Casamento de Benedita com Mansinho



Fonte: extraída da biografia de 1997.

O debate constante no lar sobre o risco do seu ativismo contrastava com a visão existente no cotidiano da Associação, onde Bené começou servindo café nas reuniões e depois se tornou a principal liderança pública da comunidade. A percepção sobre a diminuição de seu papel no Comitê é observada por ela:

E eu vinha despontando na comunidade como uma liderança, eu nem gosto de falar isso, “liderança”. Mas é porque eu tinha uma letra bonita segundo o machismo, então só podia ser secretária! Então só me botavam para ser secretária. E como secretária eu organizava as mulheres porque era proibido mulher votar. Era proibido tudo para as mulheres! (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2020, 10’38”, Transcrição nossa).

A tentativa de diminuir o espaço de promoção do protagonismo feminino reproduzindo os estereótipos de habilidades que seriam “naturalmente” de mulheres já era apresentada aqui



como uma das barreiras concretas dentro dos espaços de organização populares. Este seria apenas um aceno das violências políticas de gênero que enfrentaria. Assim, a identidade de mulher negra e favelada são indissociáveis na conformação da sua persona. A razão de ser chamada a formar uma nova organização partidária vem da reunião dessas características e de sua capacidade de articulação. Conhecer o território que a forjou é fundamental para perceber como esse lugar insculpido em uma encosta produziu uma das maiores referências políticas brasileiras.

Trata-se de um encontro com a inescapável necessidade de agir politicamente. Diante da presença de uma Política estatal de morte, a organização popular trazia vida e gerava uma identidade: favelada, que em si integra o elemento edificante do gênero e da raça. Essa territorialidade é fundamental para entender as estratégias negras e femininas da organização, pois como a própria Bené registra (1997, p. 53): “os grupos organizados contra a ditadura sofreram muita repressão nas favelas. Essas pessoas não tinham meios de se defenderem, como os intelectuais e militantes de classe média que foram para o exílio no exterior”.

As táticas de autodefesa passavam por garantir que as casas sempre tivessem um buraco à disposição para encerrar livros ou outros materiais que pudessem ser lidos como ameaçadores. Não era possível guardar as memórias dos encontros das reuniões dos Comitês e Associações. Havia a proibição de encontrar-se para qualquer fim, havia o constante medo da prisão. O cárcere atingiu seu segundo marido e companheiro de luta comunitária, Bola e antes havia atingido sua mãe, conduzida a delegacia pela manutenção do Terreiro Seu Sete. A repressão militar e racista no Chapéu Mangueira existia muito antes da ditadura (SILVA, 1997, p. 51-54). Outra revelação importante é a mudança na leitura do protagonismo do papel feminino na luta política com a implementação da ditadura. Benedita relata que nesse período:

O movimento de mulheres ficou mais forte nas favelas, porque os homens eram mais perseguidos. Muitas trabalhavam como empregadas domésticas, algumas em casas de oficiais do Exército, e ficavam sondando para saber suas intenções. Isso deu mais poder às mulheres e causou na mudança interna nas organizações populares (SILVA, 1997, p. 54).

Como traz Sueli Carneiro esse papel público das mulheres negras, justamente por sempre estarem engajadas no trabalho fora e dentro da sua comunidade só passa a ser visualizado quando a realidade do fechamento do regime se impõe. Esse avanço das mulheres dentro da organização popular em um contexto de repressão é curioso e revela a potência da articulação feminina. Em 1976 Benedita é eleita, finalmente, presidenta da Associação de Moradores do Morro do Chapéu Mangueira em 1976. Ou seja, de Secretária da “letra bonita”

que era proibida por estatuto ser eleitora da entidade, pela força coletiva feminista ela se torna coordenadora do espaço (SILVA, 2021, p. 35). Daí a necessidade de construir um Partido, tendo uma forma organizativa anterior e que empolgou o conjunto de mulheres que a acompanhava. Na entrevista de 2020 ela traz que:

Eu tinha dentro de mim que precisava mesmo tem alguma coisa que a gente pudesse, sei lá, acreditar. E eu fui lá [mesmo com] muita gente botando lenha na cabeça. [Diziam] “Isso é divisão! Um partido que vem para dividir não veio para somar!”. Muita gente foi conversar comigo. [Diziam] você é um e liderança Benedita, você poderia falar por todas as favelas, você podia ajudar na construção do PT. E aí eu comecei pelas mulheres! [Elas diziam] vamos porque a gente vai entrar no partido e nesse partido a gente vai ter vez e a gente vai ter voz! (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2020, 11’37”, Transcrição nossa).

As condições históricas de derrocada do regime militar e os processos de mobilização que sublevavam os trabalhadores no país através das greves no ABC paulista estavam na paisagem que compunha o enredo da criação da agremiação que se tornaria fundadora. Em todos os seus relatos a figura de Lula aparece como decisiva no convencimento do ingresso nas fileiras partidárias. Sua admiração pelo companheiro é definida em várias declarações como apaixonantes. E dentro das fileiras partidárias os choques com a vivência e forma de agregar a comunidade com o modelo tradicional apareciam. Esse momento do estranhamento é relatado por ela:

Começamos a fazer os núcleos e as discussões na comunidade. O pessoal vinha aí eles falavam, falavam. Quando eu falo que eles, me perguntam: eles quem? Eles, os teóricos do PT. Aí eles falavam, falam e daqui a pouco ninguém entendia nada, nem eu. E aos poucos as pessoas começavam a levantar [e diziam]: “Olha, nós estamos com vocês! Nós estamos com o PT! O Partido dos Trabalhadores! Mas, a gente tem que acordar cedo! A gente tem que colocar a lata d’água na fila para encher, tem que entregar pão” Só sei que todo mundo tinha que trabalhar! Ninguém aguentava aquelas reuniões que não tinham hora para acabar. Eu aguentava um pouco mais porque eu sou evangélica ele tava acostumada a ir para vigília (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2020, 13’06”, Transcrição nossa).

A descoberta de como engajar o povo trabalhador e favelado dentro das estruturas era um desafio para o nascente partido que congregava uma miríade de trabalhadores e setores da esquerda das mais variadas tendências. Nesse excerto outro aspecto importante de destacar que tem relação com a territorialidade das comunidades faveladas e que tem um elemento importante na construção de organização é o método de disciplinamento que se desenvolve nas religiões protestantes. E esse tema é central na montagem da identidade de Benedita.

Conforme Marco Oliveira (2015, p. 44)<sup>66</sup>, nosso país é tradicionalmente vinculado ao sagrado como uma estratégia de sobrevivência, pois “sem essa fé seria impossível passar pelas dores causadas pela exclusão social e pelas dificuldades cotidianas e ainda manter-se erguido em todos os aspectos da vida”. A vinculação das pessoas pobres e negras a esses espaços religiosos é explicada pelo pesquisador como entrelaçada a sua origem, que rompe com paradigmas importantes do evangelismo histórico, aproximando as bases populares e iletradas através de experiências espirituais vinculadas a expressão corporal da glossolalia e da aproximação entre fiéis e pregadores, diminuindo uma diferença hierárquica que dispensava processos formais de estudo e preparação, valorizando a centralidade da experiência pessoal com o sagrado. Esse aspecto originalmente popular, é influenciado pelas heranças de um catolicismo popular que dá a essas denominações religiosas um terreno fértil para expansão (OLIVEIRA, 2015).

A organização das comunidades negras que são maioria nesses espaços é, assim, explicada. A imbricação entre uma religião que acolhe os mais pobres, em sua lida diária contra as barbáries impostas pelo sistema patriarcal, racista e capitalista, a perspectiva na crença e na organização coletiva mantém as pessoas vivas. E todas essas questões são espelhadas na vida de Bené. O espaço religioso sempre foi colocado em sua vida desde a infância enquanto o centro da organização da comunidade, mas seu chamado não estava naquela precisa expressão de fé. A cobrança social para que ela gerisse o espaço de Umbanda da mãe, a perseguiu e ela não sentia a presença do seu sagrado dentro daquela denominação. Em explicação interessantíssima sobre essa leitura, diz:

Algumas pessoas falam assim: “Poxa! Você é mulher negra e você é evangélica? Pois é! Isso foi uma culpa que eu fiquei por algum tempo ela só passou quando eu fiz a minha primeira viagem para a África e eu descobri que a religiosidade de nós negros e negras é aquela que a gente escolher! (UMA HISTÓRIA, 2023, 30 '35”, Transcrição nossa).

A cobrança por uma determinada performance por Benedita ser uma mulher negra trabalhadora e criada em um espaço de Terreiro, fazem parte de um ideário de uma negritude ideal que não encontra correspondência com a realidade da complexidade do que o ser uma mulher negra significa. Pensando a partir de Vitor Medeiros<sup>67</sup> (2022, p. 217), “observa-se que

---

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Marco Davi de. **A religião mais negra do Brasil: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?** Viçosa, MG: Ultimato, 2015.

<sup>67</sup> MEDEIROS, Vitor Gonçalves Queiroz de. **Ativismo negro evangélico no Brasil contemporâneo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

esses ativistas ocupam condição duplamente minoritária: como antirracistas em seu meio religioso, como evangélicos no movimento negro”. O professor pensa no processo de estereotipação de militantes negros que afirmam sua religiosidade evangélica enquanto pessoas que se imbricam em uma relação complexa.

Cristina Pereira<sup>68</sup> trabalha essa dinâmica entre evangelismo e negritude a partir de Marco Davi de Oliveira, e apresenta formulações que explicam a proximidade que tais denominações religiosas tem com as comunidades pobres, pretas e pardas no Brasil. Segundo a pesquisadora:

Um dos motivos para essa identificação negra está na capacidade da igreja pentecostal oferecer ao fiel uma valorização de sua autoestima por meio de seu culto e liturgia. A pobreza extrema é uma das responsáveis por uma baixa auto-estima e, conseqüentemente, por uma desvalorização pessoal do indivíduo, mas a igreja pentecostal atua preenchendo essa lacuna. A igreja pentecostal, com seu discurso e práticas voltados para a diminuição da distância entre os líderes e os leigos, conduziu a solidariedade que permeava entre os pobres para dentro das práticas das organizações. Os pobres sentiam-se co-participantes da obra de Deus na Terra, e não mais aqueles rejeitados que não sabiam ler ou escrever (PEREIRA, 2010, p. 105).

Esses elementos facilitam a aproximação entre essa camada popular e o pertencimento a um sagrado como um espaço de acolhimento e de dispensa de preconceitos que forjam a vivência negra. Essa característica popular que não encontra centralidade na habilidade de leitura como a fundamental e mais valorizada nas Igrejas Evangélicas chamadas históricas, aproxima uma maioria trabalhadora que não tem acesso a uma alfabetização adequada e isso deixa de ser um elemento de afastamento, mas se torna uma atração. Para exercer sua prática metafísica a pessoa precisa apenas estar presente. A condição de barbárie a que a vasta maioria das pessoas negras periféricas é exposta, a inexistência de uma política eficiente de promoção de saúde mental para essa parcela da população, faz com que esses espaços funcionam como lugares de busca de sentido e autopreservação (PEREIRA, 2010).

Benedita, como uma dessas mulheres negras expostas ao desespero por tantas vezes, relata que encontrou o seu sagrado na Assembleia de Deus (AD) aos 26 anos, quando as circunstâncias de pobreza, fome, da abusividade de seu primeiro casamento com Mansinho, a perda de seu primeiro filho homem e um aborto com complicações lhe causava.

---

<sup>68</sup> PEREIRA, Cristina Kelly da Silva. Religião e negritude: discursos e práticas no Protestantismo e nos Movimentos Pentecostais. **Revista Eletrônica Correlatio**, n. 18, dez. 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/viewFile/2407/2386>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Não nego a minha fé! Mas não nego mesmo! Ainda brinco com muita gente [...] as pessoas precisam saber como nasceram os Pentecostais, quem veio embranquecer a fé das pessoas não foram os Pentecostais! Os Pentecostais, pelo contrário, se envolveram em muitas lutas. Do combate ao preconceito social, racial. Tem uma história linda, porque o pentecostalismo vem do povão! A maioria das igrejas pentecostais você vai encontrar a maioria das igrejas pentecostais são de mulheres negras mulheres pobres (UMA HISTÓRIA, 2023, 30 '48", Transcrição nossa).

Pesquisa realizada em 2022 pelo Instituto Datafolha apontou que os fiéis vinculados a denominações pentecostais são majoritariamente negros. Segundo o levantamento 60% das pessoas que participaram se autodeclararam como pretas e pardas<sup>69</sup>. O contraste entre as demandas da base que estão nesses templos e a posição política das lideranças dessas Igrejas é tema que Magali Cunha (2019)<sup>70</sup> pensa. Segundo a autora, entre os séculos XX e XXI houve uma virada no pensamento das direções das igrejas evangélicas, mudando sua posição de não operar conscientemente suas pautas no campo da política representativa. A aliança forjada na Constituinte que criou a “bancada evangélica” consolidou uma Frente política que se fortaleceu vertiginosamente após a destituição do Governo da petista Dilma Rousseff (CUNHA, 2019).

A professora destaca ainda que o fenômeno do conservadorismo, atribuído as ideias de manutenção do *status quo*, não são exclusividade do movimento evangélico. Este se insere em um contexto reacionário que se avoluma com a presença do Partido dos Trabalhadores na liderança sucessiva de Governos Federais que estabeleceram políticas públicas que mobilizavam temas de Direitos Humanos (CUNHA, 2019). A essa explicação, acrescento que a mudança substancial na vida do povo trabalhador mais vulnerabilizado, provocava uma dúvida quando a manutenção das bases populares dentro das congregações, além de uma agenda conservadora que segue a tradição desses espaços. É curioso ler a análise lúcida que Bené faz da plataforma política da AD e como ela pensa sua posição enquanto fazedora de política e crente. Diz ela:

A igreja Evangélica tem correntes muito conservadoras e os que pensam como eu representam uma minoria. Os tradicionais só se preocupam com a vida após a morte, esquecendo a vida depois do nascimento. Algumas igrejas condenam tudo e todos: cantam, dançam e vão a festas. Vejo como um instrumento ideológico introduzido na igreja; torna-se uma forma de discriminação contra determinadas manifestações culturais. Mas, pessoalmente, não tive problemas em aceitar certas regras da igreja Evangélica, porque soube manter minha independência e minhas opções foram conscientes (SILVA, 1997, p. 97).

<sup>69</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. Negros são maioria nas igrejas evangélicas, e desigualdade ajuda a explicar. 19. nov. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/11/negros-sao-maioria-nas-igrejas-evangelicas-e-desigualdade-ajuda-a-explicar.shtml>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

<sup>70</sup> CUNHA, Magali. A ascensão da direita religiosa no Brasil contemporâneo. In: LELLIS, Nelson. (org.). **Religião e política à brasileira**: facés evangélicas no cenário político. São Paulo: Recriar, 2019.

A harmonização entre perspectivas de se conduzir no mundo que parecem inconciliáveis, apresentam na leitura aguçada dela como uma possibilidade legítima e ativa de estar no mundo. O reconhecimento das contradições, a convivência com elas e sua posicionalidade reconhecendo-as enriquece uma posição afirmativa de si. Não deixando se pautar nem pelo que o componente conservador da denominação espera, tão pouco performando uma identidade mais palatável a segmentos do movimento social, navegando entre as águas da complexidade da vida, Bené afirma o seu sagrado de maneira profundamente laica.

Não podemos esquecer que essa relação entre estabelecimentos religiosos com perspectivas teológicas conservadoras, foram plataformas mobilizadoras de subversão. Como os casos de Malcom X e a profissão de fé islâmica e o Pastor Martin Luther King não nos deixam esquecer. Inclusive a respeito desse elemento interessante de ligação entre o movimento de luta negro e as religiões evangélicas é trazido por Leonildo Campos (2005)<sup>71</sup>. O professor faz uma reflexão sobre a relação entre as origens pentecostais estadunidenses e a influência que tiveram no Brasil, especialmente no processo de integração com elementos das culturas afros. Diz o professor que:

As manifestações culturais do pentecostalismo, especialmente na África e na América Latina, são continuidades de uma “religiosidade matricial”, que já se faz presente em nossas culturas desde os tempos anteriores à conquista europeia. No entanto, essa síntese pentecostal foi enriquecida posteriormente com a chegada das culturas africanas e das religiões mediúnicas, gerando-se com isso novas formas de manifestação, principalmente agora com o acirramento da modernidade, do processo de secularização, do pluralismo religioso, da invasão do espaço público pelas religiosidades contemporâneas e da chegada da pós ou da alta modernidade (CAMPOS, 2005, p. 103).

O fenômeno é enredado e comporta múltiplas interpretações. Segundo Leonildo Campos (2005), pode-se falar em um processo sincrético entre os parâmetros evangélicos com as práticas tradicionais das comunidades brasileiras, inaugurando uma religiosidade singular. Essa dinâmica implica justamente em uma relação de busca de referenciamento de uma minoria política-religiosa evangélica que se engaja nas lutas antirracistas e de Direitos Humanos, como é o caso de Benedita. Segundo Vitor Medeiros (2022):

Os ativistas construíram uma iconografia político-religiosa composta por notáveis evangélicos antirracistas, de quem Martin Luther King Jr. é o maior exemplo, seja pela radicalidade de sua atuação e por sua proximidade histórica. Resgatando a

---

<sup>71</sup> CAMPOS, Leonildo. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 100-115, set./novembro, 2005.

história de um cristianismo negro e compondo uma genealogia para si, os atores comprovam que não são modinha, que tem toda uma história e que por isso ser evangélico e antirracista não só é possível, mas desejável como consequência natural da condição racial e religiosa dos negros evangélicos (MEDEIROS, 2022, p. 217).

Não por acaso, a abertura da autobiografia de Benedita de 1997 é feita pelo Pastor Jesse Jackson, outra grande referência na militância antirracista estadunidense que se situa nesse universo. E ela faz menção precisa a esse mesmo aparato sistematizado por Vitor Medeiros como baliza de sua prática política, informada pela Fé, mas não determinada por sua religião. Com a sua viuvez, a Assembleia de Deus não abençoava a celebração de um novo matrimônio, o que a fez buscar amparo na Igreja Presbiteriana Independente (SILVA, 1997). Em suas palavras: “a Bíblia faz parte da minha concepção política. O Antigo testamento fala de um Deus que lutou pelos oprimidos e contra a escravidão. Minha leitura do evangelho não é alienada. Considero Jesus Cristo revolucionário” (SILVA, 1997, p. 98).

Especialmente com a escalada conservadora de setores majoritários no movimento evangélico como aponta Magali Cunha (2019) que patrocinaram ideologicamente e mobilizaram as forças nacionais para a eleição de Jair Bolsonaro presidente, parece-me que a provocação para empurrar ainda mais para a centralidade do debate de Benedita a questão religiosa se tornou uma tarefa ainda mais prioritária. Segundo levantamento da Carta Capital (BANCADA EVANGÉLICA [...], 2023)<sup>72</sup> “Estima-se que a bancada desta legislatura contará com 132 deputados (26% da Câmara) e 14 senadores (17%). A atual frente juntou 187 deputados e 30 senadores signatários”. Enquanto minoria política-religiosa, outro nome de peso nacional se juntou a fileira de militantes evangélicos negros e antirracistas. A eleição do Pastor Henrique Vieira pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) indica uma visão conjuntural do campo da esquerda brasileira em abandonar a laicidade e disputar novamente esses espaços, como fez a Igreja Católica através das Pastorais populares (MEDEIROS, 2022).

O acirramento a partir dessa plataforma de debate, que não é recente, tem como uma passagem mais próxima a edição de *Carta ao povo evangélico pelo candidato Lula*<sup>73</sup> em 19 de outubro de 2022, que entre outras questões afirma:

Nosso Projeto de Governo tem compromisso com a vida plena em todas as suas fases. Para mim a vida é sagrada, obra das mãos do Criador e meu compromisso sempre foi

<sup>72</sup> BANCADA EVANGÉLICA anula eleição para novo presidente. **Carta Capital**, 02 fev. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bancada-evangelica-anula-eleicao-para-novo-presidente/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

<sup>73</sup> LEIA A íntegra da carta de Lula aos evangélicos. Após divergências de campanha, mensagem acena ao segmento evangélico. **Carta Capital**, 19 out. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/leia-a-integrada-carta-de-lula-aos-cristaos/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

e será com sua proteção. Sou pessoalmente contra o aborto e lembro a todos e todas que este não é um tema a ser decidido pelo Presidente da República e sim pelo Congresso Nacional. Meus Queridos e Minhas Queridas, peço que recebam essas palavras como uma demonstração de meu desejo sincero de servir, de ajudar e trabalhar pelo bem de nosso país. E estejam certos de minha estima e meu compromisso com todo o povo cristão de nosso país. Reitero meu compromisso, que é o mesmo de vocês: paz, união e fraternidade entre todos os brasileiros e brasileiras (LEIA A [...], 2022, grifos nossos).

A relação conflituosa entre religiosidade e aproximação popular dentro do PT segue sendo um ponto de debate. Entre os tópicos mais sensíveis nessa seara, sem dúvidas a questão da interrupção voluntária da gravidez é um dos mais mobilizadores. É recorrente que essa provocação seja feita a Benedita em entrevistas. E sua resposta vai no sentido semelhante ao conteúdo da carta, contudo, a sua militância feminista a coloca em uma posição mais avançada que o compromisso público de Lula durante as eleições. Em uma síntese, afirma:

A questão do aborto e eu confesso não sou favorável, mas eu compreendo as pessoas que têm o direito de optar. Se quando eu fui estuprada se tivesse engravidado [não sei qual seria] a atitude que a minha família iria tomar, porque eu já vi pobre abortando para que não soubessem que a filha não era mais virgem. Eu venho de uma outra sociedade, de uma outra Universidade da vida que me faz compreender um monte de coisa (UMA HISTÓRIA, 2023, 34 '23", Transcrição nossa).

Aos 7 anos de idade Benedita foi estuprada por um amigo da família e a primeira vez que falou publicamente sobre o abuso aconteceu na redação de sua primeira biografia. O episódio que é de uma violência acachapante reflete uma realidade da maioria das meninas brasileiras. Segundo dados da Fiocruz (2023, p. 26) <sup>74</sup>meninas “de 10 a 14 anos foram as principais vítimas (66,92%), e as de 15 a 19 anos representaram 33,08% do total dos casos. Na questão de raça, as adolescentes negras foram as que mais sofreram violência sexual, com 64,18% do total”.

Assim, enquanto reforço das camadas de influência entre esse corpo político vasto está ao mesmo tempo a defesa de uma posição contra a interrupção da gestação, mas a defesa da vida das mulheres e de sua capacidade de intervir na gravidez. A sua experiência particular com um aborto clandestino, o estupro durante a infância e a integração ao movimento feminista faz com que a posição de Benedita acerca do tema tenha robustez. É justamente sobre essa jovem mulher negra, evangélica e apaixonada por sua comunidade que a colocou desde o Terreiro de Seu Sete até a Associação de Moradores, que a coloca em uma posição de construtora do Partido

---

<sup>74</sup> FIOCRUZ. **Sem deixar ninguém para trás: gravidez, maternidade e violência sexual na adolescência.** 2023. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/cartilha-unfpa-digital.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2023.



que até hoje está filiada e que obteve seu primeiro mandato no Rio de Janeiro graças a luta dessa cria da favela. É sobre esse contexto, da transformação da sua atuação organizada que passo a debater na sequência. Apresentando o trajeto feito do movimento comunitário até o efetivo exercício de seu primeiro mandato parlamentar.

#### 4.2 Erguendo a voz: da Associação de Moradores ao Palácio Pedro Ernesto

*“Política é coisa pra macho  
(ouvi isso a vida inteira) -  
tem que ter sabedoria  
experiência voraz  
formado em filosofia  
melhor mesmo em economia  
e você não é capaz.*

*Tem que ter muito dinheiro  
ser de família tradicional  
ouça bem o que lhe digo  
se você é operário  
não é intelectual  
cai fora desse pedaço  
isso é para profissional*

*O poder não se divide  
não se dá  
mas se conquista  
política é coisa de gente  
batalha dos conscientes  
basta ser homem e mulher  
não é fácil  
sempre disse  
mas quem conhece a história  
certamente faz a hora”*

(Benedita da Silva)

Não consigo pensar em uma forma mais bela de sintetizar o que é fazer política para que é mulher, negra e trabalhadora do que esses versos. Ao narrar o processo de construção de uma persona com a qual eu divido a militância na mesma instância partidária, penso em como os desafios que ela apresenta seguem atuais e desafiadores. Não ter sobrenome de peso, não ter a cor certa. Ser intelectual demais ou de menos. As contradições internas e externas do PT, mostram a sua vivacidade enquanto instrumento de disputa da sociedade brasileira.

Ao trabalhar o caminho que essa carioca trilhou até o primeiro mandato parlamentar que exerceu o papel dessa jovem agremiação merece destaque. Enquanto membro fundadora do Partido das Trabalhadoras e Trabalhadores, Benedita já traz em seus depoimentos as dificuldades de construção de um espaço desse tipo tendo o corpo político que habita. A

acomodação de trabalhadores de todos os tipos de ofícios e endereços, além de acomodar setores de uma esquerda tradicional e construir um método de trabalho que abraçasse um país cuja maioria já vivia sob o jugo da repressão sem sequer exibir o vermelho subversivo, constituem esse cenário intenso onde as cenas desse momento de sua vida se desdobram. Sobre as origens do Partido, Valter Pomar<sup>75</sup> sintetiza:

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de fevereiro de 1980. Ao longo dos últimos 25 anos, transformou-se no principal partido da esquerda brasileira e acumulou expressiva força institucional, chegando a eleger o presidente da República. Apenas como imagem, é como se o PT reunisse hoje a força combinada que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>25</sup> e o Partido Comunista do Brasil (PCB) alcançaram, no final dos anos 1950. O crescimento do PT não o transformou, contudo, em força ideológica, política e eleitoralmente majoritária ou dominante na sociedade brasileira (POMAR, 2014, p. 19).

A lógica de funcionamento desse jovem Partido ainda estava se desenvolvendo quando a liderança favelada do Chapéu Mangueira é convencida por Lula a ser parte do processo. O trabalho de organização partidária logo começa e sua determinação em participar das atividades do PT a leva a acompanhar Luís Inácio em caravanas pelo país. Em sua passagem pelo Nordeste, ela registra a empolgação em fazer política que existia pelos pedaços de onde falo (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2020, 15 '19").

Retornado desse mergulho na realidade brasileira, começam os debates sobre a candidatura para a primeira eleição desde o estabelecimento da Ditadura de 1964. O pleito de 1982 seria o primeiro teste para o jovem Partido. O processo de convencimento de que seu nome seria o ideal para aquele momento veio principalmente das mulheres que a rodeavam. Recuperando-se da viuvez, Benedita acaba se apaixonando novamente pelo companheiro de Associação, o comunista Bola, que também se achava viúvo (SILVA, 1997).

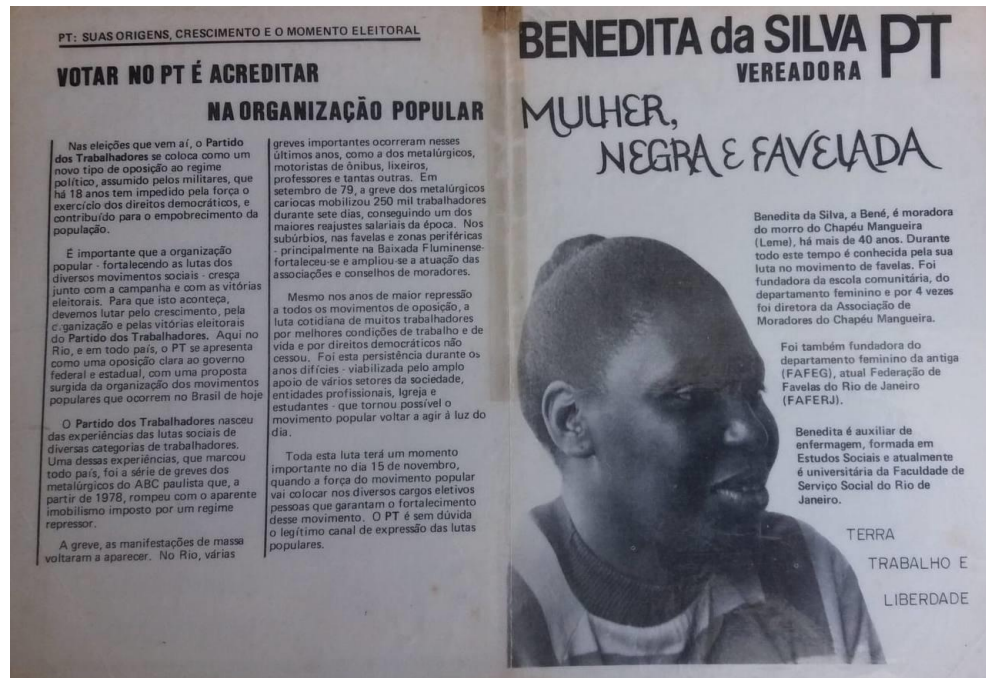
Com dúvidas sobre sua capacidade de ser candidata, Bené se coloca no pleito por força e incentivo das mulheres do Partido e setores que ela identifica como pertencentes a uma classe média, mas que defendiam o protagonismo dela dentro das eleições. A inexistência de recursos partidários para a realização da campanha foi enfrentada com a autorização das petistas que vendiam salgadinhos, pegavam encomendas de costuras e amealharam os recursos que podiam para colocar o bloco na rua.

---

<sup>75</sup> POMAR, Valter. **A metamorfose**. Editora Página 13, São Paulo, 2014.

Em uma memória bonita, Benedita conta a Hildegard Angel (CONVERSAS COM [...]. 2023) <sup>76</sup>, que seus primeiros panfletos, cuja arte foi feita por Hermógenes de Almeida era impresso usando mimeógrafo. A partir do acervo de Jaime Muniz, tive acesso ao impresso que foi seu primeiro panfleto de campanha:

Foto 8 – Panfleto para campanha de Benedita ao cargo de vereadora



Fonte: Arquivo de Jaime Muniz.

A simplicidade do material, sua estética forte, direta e ativa são inspiradoras. “Terra, Trabalho e Liberdade” seguem sendo motes atuais, que endereçam diretamente as questões não resolvidas no país. A radicalidade da proposta petista e a apresentação do nome de Benedita da Silva para a disputa mostram a sede de mudança que havia. Na entrevista com Angel ela traz um episódio que me tocou, e que se desenrolou em uma agenda de campanha com um grupo de classe média, morador do Grajaú. Conta Benedita que:

Eu tinha uma dobradinha com a candidata a deputada Lúcia Arruda e me levaram lá no Grajaú. Éramos eu, Lúcia Arruda e Lélia Gonzalez. Aí de repente alguém perguntou na reunião: “Pois é, eu não sou mulher, não sou negro, não sou favelado, o que eu tenho a ver com a sua campanha?” Aí eu disse: Você tem horas? Era quase meia-noite. E [disse]: até agora tem uma pessoa que está lhe servindo café. Essa pessoa tem a ver comigo. Alguém vai sair daqui e o motorista vai esperar lá embaixo, esse motorista tem a ver comigo. Ele vai ter que voltar para deixar o carro na garagem

<sup>76</sup> CONVERSAS COM Hildegard Angel - Benedita da Silva #11. 2023. [Vídeo, YouTube]. Publicado pelo canal TV 247. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=guFu6mmIrjA>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

e não vai achar mais ônibus para voltar para casa, dependendo de onde mora. Então essa pessoa tem a ver comigo. Se elas têm a ver comigo, você também tem! Porque eu vou lutar pelos direitos dessas pessoas (CONVERSAS COM [...],2023, 44 '52").

A dureza desse relato e sua atualidade assombram. Mas, não ofuscam a altivez da resposta firme de Bené ao apontar que quem dava as condições para que aquele encontro acontecesse, garantindo o café para animar as forças já no fim das horas do dia e quem aguardava ansiosamente o fim do encontro para deixar os patrões em casa, vinham do mesmo lugar que ela. Eram como ela.

Enquanto personagem que estava nesse momento e que se tornaria assessora parlamentar da vereadora Benedita da Silva, Lélia Gonzalez faz uma avaliação importante da campanha de 1982. A intelectual afirma que aquele momento foi a conjunção entre o movimento negro e o movimento comunitários das favelas, observando que houve uma preocupação de todos os lados em garantir em suas nominatas nomes que estivessem integrados aos setores populares. Ela arremata dando seu testemunho enquanto pessoa que construiu essas candidaturas (GONZALEZ, 2020).

No meu caso pessoal, tive a oportunidade de fazer a campanha em conjunto sobretudo com duas irmãs faveladas: Benedita da Silva e Jurema Batista. De um lado, a profunda consciência dos problemas e das necessidades concretas da comunidade; de outro, a consciência da discriminação racial e sexual enquanto articulação da exploração de classe. A troca de saberes/experiências foi extremamente proveitosa para ambos os lados, e o ponto de entendimento comum foi justamente a questão da violência policial contra a população negra. No final da campanha nossas falas estavam inteiramente afinadas, apesar das diferenças individuais. A despeito de toda uma inexperiência nesse terreno, vivenciamos situações de extrema riqueza política e pessoal (GONZALEZ, 2020, p. 95).

O momento político que o país atravessava, a corrosão do Regime Ditatorial e a insurgência de novos agentes no cenário, garantiu que a capacidade de intervenção agora tivesse como interlocutores as gentes que tinham sua voz mutada. Entre essas categorias as mulheres negras periféricas se insurgiram desafiando os paradigmas da sociedade racista brasileira e dos dogmas das construções tradicionais da esquerda organizada.

Boris Fausto<sup>77</sup> descreve o pleito de 1982, apresentando-o como mais um passo na lógica de abertura que começara com Geisel e que nas mãos de Figueiredo fariam mais de 48 milhões de pessoas voltarem diretamente na escolha de seus representantes. O fato que não acontecia desde 1965. Como descreve o historiador, “ao mesmo tempo em que contemporizou com a

---

<sup>77</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

linha dura no episódio do Riocentro, Figueiredo manteve o calendário eleitoral” (FAUSTO, 1995, p. 508).

As armadilhas legislativas para impedir o crescimento da oposição estavam constantes na disputa que previa que só seria validado os votos de candidatos do mesmo partido. Mas, enfrentando todas as dificuldades, a campanha sagra-se vitoriosa para o partido estreante que emplaca 8 deputados federais e elege sua primeira parlamentar no município do Rio de Janeiro. Com o lema “mulher, negra e favelada” o PT fazia sua primeira vereadora eleita.

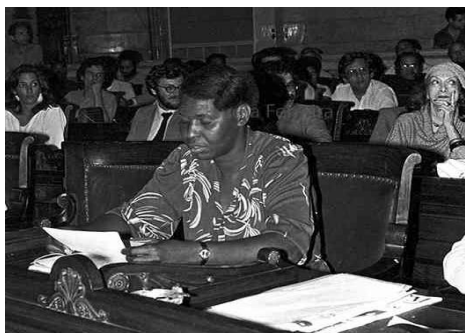
As eleições de 1982 tiveram atraso na divulgação de seus resultados devido ao escândalo deflagrado na contagem de votos para governador no Rio de Janeiro que provaram ao fim da apuração a prevalência de Leonel Brizola na liderança do pleito<sup>78</sup>. Busquei nos bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral e Regional do Rio de Janeiro e apenas os resultados dos pleitos estaduais estão disponíveis. Não consegui levantar com outras fontes o número preciso de votos que ela recebeu nessa eleição, tenho apenas a informação de que ela foi a mais votada do PT naquele momento. Chegava ao Palácio Pedro Ernesto uma favelada que seria a primeira vereadora negra da capital federal. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro<sup>79</sup> funciona há um século em um edifício que começou com uma campanha de arrecadação para a edificação de uma estátua em homenagem a Dom Pedro II por sua vitória na campanha que dizimou o Paraguai. O imperador declinou o presente e converteu os fundos para erguer escolas. Uma delas passou a ser usada a partir de 1896 como sede do legislativo (RIO DE JANEIRO, 2023).

---

<sup>78</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Voto em papel e fraudes: escândalo na eleição de 1982 para governador do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Outubro/voto-em-papel-e-fraudes-escandalo-na-eleicao-de-1982-para-governador-do-rj-marcou-o-brasil?SearchableText=elei%C3%A7%C3%B5es%201982>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

<sup>79</sup> RIO DE JANEIRO. Linha do tempo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <<http://www.camara.rio/institucional/100-anos-do-palacio-pedro-ernesto/linha-palacio>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Foto 9 – Benedita vereadora



Fonte: Arquivo da organização Memória e Movimentos sociais. Entrega do título de Cidadão do Município do Rio de Janeiro a Bayardo Arce, comandante da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua. Fotógrafa Cláudia Ferreira, 1984.

As narrativas sobre o mandato são ricas. Ela relata sobre os processos de machismo que havia dentro da sua própria equipe do mandato e do aprendizado de “se impor quando minha tendência era recuar” (SILVA, 1997, p. 66). Essa passagem me remete diretamente a literatura de bell hooks que pensa nesse processo de erguer a voz. Ora, se mal conseguimos enquanto negras, reunir as condições existenciais de conseguir falar, quiçá ser ouvidas! E é nessa provocação que a autora nos convida a refletir.

Ainda que o clima fosse de euforia com os vislumbres de uma democracia possível contrastavam com a frieza do parlamento. Pesarosa de possuir maestria no contato próximo aos seus, dentro daquele Palácio “sentia vontade de sair dali e não voltar” (SILVA, 1997, p. 66). Os desafios não pararam por aí. Mesmo com o progressivo movimento em direção a redemocratização, os tentáculos do Regime repressivo seguiam operando. Conforme explicam Luana Soncini, Rodrigo Cesar, Vanessa Nadotti<sup>80</sup> a vigilância das atividades do PT feita pelas forças de repressão:

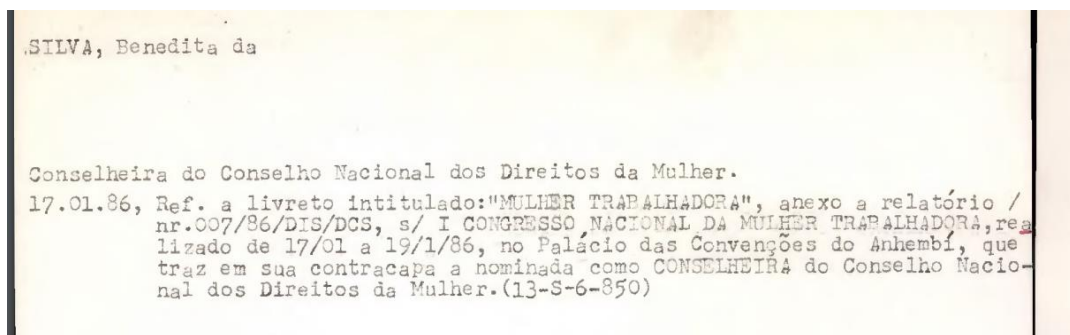
As amplas mobilizações sindicais no final dos anos 1970 ocorridas no ABCD paulista, já vinham sendo observadas pelos órgãos de repressão política do estado de São Paulo. Mas em 1979, os seus agentes se depararam com o desafio de compreender, na perspectiva de controlar, uma nascente organização partidária que ultrapassava os

<sup>80</sup> SONCINI, Luana; CESAR, Rodrigo; NADOTTI, Vanessa Xavier. **A vigilância sobre o PT na ditadura:** relatórios do DEOPS-S. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/11-6.perseuespecial.documentos.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

limites do sindicalismo, articulava a iniciativa de diversos movimentos sociais populares e reunia antigos militantes de esquerda já conhecidos pela ditadura: o Partido dos Trabalhadores (PT). O PT nasceu, portanto, sob estreita vigilância. O início de sua articulação é acompanhado de perto pelos agentes do Deops, presentes nas atividades de lançamento do novo partido nas cidades do interior e litoral do estado, e mesmo nas reuniões de bairro na capital. Os dirigentes eram seguidos, sendo objeto de investigação as suas relações e articulações políticas (2014, p. 134).

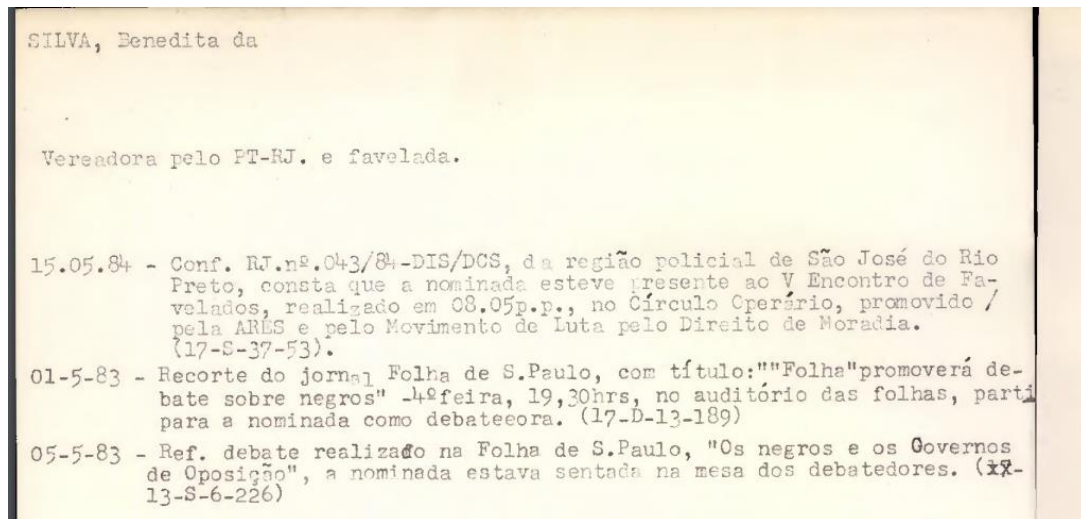
Esse acompanhamento seguia as lideranças mesmo que revestidas do exercício parlamentar. Em consulta aos arquivos digitais do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP)<sup>81</sup> levantei dois relatórios sobre Benedita que demonstram essa preocupação de vigilância. Os documentos relatam as atividades da agora parlamentar e registram com destaque sua condição de favelada. Não bastava a identificação do cargo ou da atividade política, a demarcação do território é um elemento de identidade inarredável. O mapeamento dos passos e das agendas que participava, descrevendo em detalhes quais eram os espaços e quem os promovia mostra que o Estado brasileiro observava de perto os passos da jovem parlamentar.

Foto 10 – Ficha 1 de Benedita no DEOPS-SP



<sup>81</sup> O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) foi criado em 1924, numa época de agitações políticas e crise social, para reprimir e prevenir delitos considerados contra a ordem e a segurança do Estado. Até ser extinto em 4 de março de 1983, o DEOPS cresceu de uma simples delegacia até se tornar um dos departamentos mais temidos da polícia civil do Estado de São Paulo. A extinção do DEOPS ocorreu na esteira das eleições diretas para governador e o seu arquivo passou para a guarda da Polícia Federal. A impossibilidade de acesso a documentos que tratavam do desaparecimento e morte de vítimas da Ditadura Militar provocou um amplo debate, envolvendo diferentes setores da sociedade, que resultou na transferência dos arquivos do DEOPS para o Arquivo Público do Estado em 1991. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.s.gov.br/web/digitalizado/textual/deops\\_ficha](http://www.arquivoestado.s.gov.br/web/digitalizado/textual/deops_ficha)>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Foto 11 – Ficha 2 de Benedita no DEOPS-SP

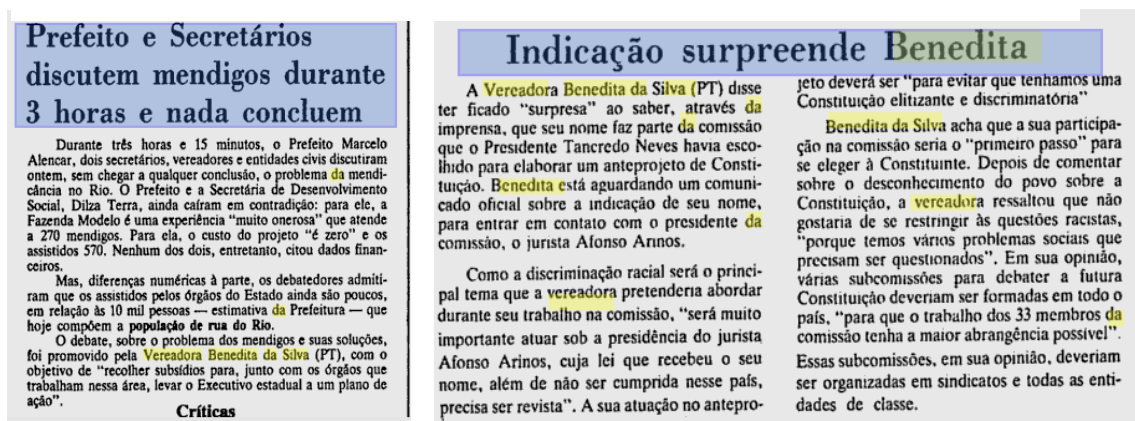


A sombra das fardas já era conhecida antigamente. As pessoas que como Bené vem das comunidades periféricas conhecem de perto sua forma de operar com os pobres e pretos. Seu ingresso na tribuna de vereança despertou muita resistência entre os pares. As descrições de violência racista e de gênero são reveladoras do que o conjunto das forças dentro da Casa pensavam sobre ela. A memória de Benedita é contundente ao lembrar dos ataques “neguinha do mobral”, “neguinha vereadora”, “quem será o primeiro a sair com a neguinha vereadora?” (SILVA, 1997, p. 68). A reprodução dos estereótipos sobre o que é ser uma mulher negra - intelectualmente limitada e lasciva - não paravam diante do revestimento dos votos que garantiram o exercício do mandato. Não existe escudo que segura o ar. Assim como o racismo e o patriarcado, ele ocupa todos os espaços.

Os registros da atuação da Benedita vereadora no Jornal do Brasil são interessantes e revelam que sua preocupação com os seus continuava orientando sua prática política. Não houve deslumbre com o título. Ao contrário, em vários relatos existe o seu incômodo com a tarefa que a história lhe forneceu. A plataforma política que a alçou, também serviu como vidraça para a amplificação dos ataques e ameaças. Entre algumas das manchetes que destaco encontram-se as que seguem:



Foto 12 – Manchetes do *Jornal do Brasil*; à esquerda, 30 de outubro de 1984, n. 205; à direita, 29 de maio de 1985



Esses dois excertos foram selecionados por mim por duas razões. A primeira é mostrar como desde seu primeiro mandato a combatividade era recompensada com uma pressão imensa da mídia e sua vinculação estava entre os mais vulnerabilizados. Contudo, como ela mesmo destaca ao reviver a luta pelo tombamento do Copacabana Palace e do Cassino da Urca: "meu interesse prioritário era a comunidade carente, mas entendia que também representava os interesses de outras classes sociais" (SILVA, 1997, p. 68). Além das pautas do "povão" como ela gosta de chamar, os debates democráticos faziam parte das bandeiras levantadas pela vereadora. Em suas memórias ela destaca duas proposições da época que geraram burburinho. Uma delas era a Tribuna do povo, que abria o púlpito do Palácio aos que estavam distantes dele, seja geograficamente ou politicamente. E outro que enfrentava, naquela época, a especulação imobiliária higienista e buscava limitar a construção de espigões de concreto pela cidade maravilhosa (SILVA, 1997, p. 68).

Um segundo motivo para selecionar esses recortes de jornal é a compreensão sobre a autoleitura dessa Benedita vereadora que não se via enquanto produtora da Nova Constituição de seu país e em como o racismo nos atravessa, fazendo a nossa autopercepção ser tão distorcida. Como lembra bell hooks (2019, p. 107)<sup>82</sup> a "experiência coletiva das mulheres negras envolve a luta para sobreviver na diáspora. É a intensidade dessa luta, o medo do fracasso (enquanto encaramos diariamente a realidade de que muitas pessoas negras não conseguem e não estão sobrevivendo). Essa constante autodesconfiança é a ressonância do mito da

<sup>82</sup> hooks, b. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

democracia racial que destituiu a humanidade de pessoas negras que constantemente assombram as melhores de nós.

Ainda que socialmente referenciada e em um espaço de destaque, essa representação era assombrante. Diz ela que a partir do momento em que recebeu mais visibilidade, houve mais incômodo com o que ela representava. Em suas palavras: “existe um estereótipo de quem pode ter poder, de quem detém a inteligência, a competência. **No Brasil, o homem branco e rico representa a cara do poder**” (SILVA, 1997, p. 71). Eis a identificação do defeito de nascimento da nossa frágil democracia. Ela expressa um poder embranquecido, burguês. Essa estrutura perversa que articulada faz com que as ideias dominantes, sigam intocáveis. Como a própria Bené completa, são os detentores do poder, brancos e ricos que levam as pessoas a não acreditarem em gente igual a elas” (SILVA, 1997, p. 71).

A potência de suas sínteses é imbatível. “Aqueles homens bem-nascidos, ricos, não gostavam muito de uma mulher por lá, ainda mais negra e que morava na favela. Houve uma campanha de difamação, agressão por palavras e gestos” (SILVA, 2021, p. 35). Escapar das garras da fome, do estupro, da opressão militar, organizar-se, vencer uma campanha eleitoral no meio de um Regime de exceção, nada desse caminho doloroso seria levado em consideração ao perceber o perigo que essa presença política engajada alertava.

As coincidências históricas acontecem e outra vereadora negra, cria da periferia, foi interrompida. Essa de maneira definitiva. Marielle Franco se converteu em um símbolo da luta das mulheres negras. Sua ausência dói em nossos corações. O Brasil encerrou-se em luto naquele trágico dia 14 de março de 2018. Seu colega de trabalho, Anderson Gomes também foi arrancado da vida por acompanhá-la no cumprimento de agenda parlamentar. A pergunta que persegue, continua sem resposta: Quem mandou matar?

Foto 13 – Benedita ao lado de Anielle Franco; IX Marcha das Mulheres Negras, Rio de Janeiro, 2023



Nota: Foto de Tânia Rêgo/Agência Brasil.

As sementes que Marielle plantou vem florescendo, mas não na velocidade que precisamos. No precioso diálogo com Hildegard Angel, Bené é assertiva. Ainda somos poucas, avançamos, mas longe da necessidade das mulheres negras brasileiras. É nesse encontro que elas relembram um dos discursos importantes que a vereadora petista fez no mesmo plenário que Marielle ocupou. Em pleno Regime, a favelada do Chapéu Mangueira defendeu a proposição do colega Carlos Imperial em homenagear Stuart Angel, uma das vítimas dos militares, inscrevendo seu nome em um logradouro público (CONVERSAS COM [...], 2023, 48 '36'').

Cabe destacar que a chefia de seu gabinete restou ocupada por seu segundo marido, o comunista Bola que resistiu o quanto pode à ideia do PT, mas foi convencido pela perseverança da sua companheira. As críticas ao Partido aparecem. Em sua avaliação do primeiro mandato, o conflito entre as tendências internas e a distância entre a direção partidária e o gabinete aparecem. Contudo sua avaliação da agremiação, lida hoje, soa-me como um suspiro bom. Diz ela que “o PT é uma escola, porque trabalhamos as contradições de classe, de raça e de gênero. Hoje, a bancada do PT tem desde operário até intelectual” (SILVA, 1997, p. 69).

É luminoso ver como ela descreve o processo de disputa das mulheres na construção interna da agremiação. Em como nem todas estavam convencidas da necessidade das políticas de cotas internas para resguardar a presença delas nas instâncias decisivas e nas nominatas, assim como o processo de educação dos companheiros que nunca se mostrou tarefa fácil. Ao mesmo tempo em que defende uma perspectiva feminista que encara enquanto uma tarefa militante de todas as pessoas em enfrentar as desigualdades de gênero (SILVA, 1997, p. 70).

O salto que Benedita dá após o exercício do mandato de vereança a carrega para ser protagonista na redação da *Nova Carta* que seria um instrumento importante na redemocratização do país. Desse processo de unidade que faz surgir uma novidade, passo a tratar no capítulo seguinte.

## 5. NÃO É RANCOR, É UM GRITO DE LIBERDADE! TEMPOS CONSTITUINTES

Desenho 2 – Benedita da Silva e Ulisses Guimarães



Fonte: Desenho da autora.

*“Valeu o Zumbi, o grito forte dos palmares que correu terras, céus e mares.  
Queremos proclamar a nossa Abolição.  
Não é ódio, nem rancor. É apenas um grito de liberdade!”*

(Benedita da Silva, 13 de maio de 1988)

Os aplausos irromperam em trovoadas no plenário da Câmara dos Deputados. De braço erguido e voz altiva as palavras saíam da boca de Benedita da Silva, que daquele púlpito falava por milhares. A coincidência histórica do centenário da Abolição com o processo de redemocratização dava ainda mais responsabilidade aos parlamentares que tinham a tarefa de fazer uma nova Carta ao país que respondesse às esperanças do período.

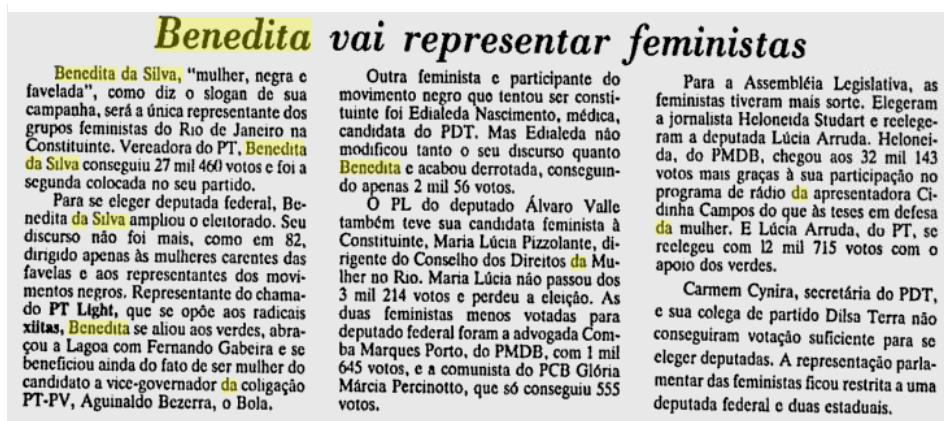
O grito de liberdade preso na garganta guiou os trabalhos intensos de disputa dentro do novo texto político do país e que teve em Benedita da Silva uma das grandes articuladoras. Aqui dedico a atenção aos movimentos que ela traçou ao exercer a tarefa de deputada constitucional. O tópico trabalha a potência de sua atuação naquela Assembleia. A centralidade da questão racial, da defesa da infância e juventude, da luta pelos direitos das mulheres, na luta pela Reforma agrária e defesa dos povos quilombolas são temas aos quais dedicou-se e que são desafios que permanecem atuais.

Como narra Boris Fausto (1995), o clima deixado pelas eleições de 1982 ampliou a sede dos setores democráticos de conquistar a eleição direta para presidente. O jovem PT coordena uma aliança com demais setores e constrói uma frente que mobiliza a campanha pelas “Diretas”. A Frente reunia o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e outras organizações que se reuniram em 1983 na cidade de São Paulo e ainda não alcançaram uma grande adesão popular. Cenário que se modifica. Em 27 de janeiro de 1984 a primeira de muitas grandes atividades acontece na Praça da Sé e a campanha pelas Diretas, e alastra-se como fogo (FAUSTO, 1995, p. 509-511). Segundo o historiador:

A campanha das “diretas já” expressava ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário baixo, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar (FAUSTO, 1995, p. 511).

Para que tal demanda fosse atendida era preciso que a emenda Dante de Oliveira fosse aprovada. O dia da votação foi marcado por manifestação popular e narra Boris Fausto (1995, p. 510) que o General Newton Cruz cavalejou por Brasília chicoteando os carros que faziam de suas buzinas instrumentos de protesto. Ainda que derrotada a emenda pelo Regime, o saldo político foi imenso. Embora o método indireto prevalecesse, a influência externa determinou o curso das eleições pela sucessão do Palácio do Planalto. A dissidência do Partido Democrático Social (PDS) gera o Partido da Frente Liberal (PFL) e faz com que o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) ceda o nome de seu vice a um quadro muito íntimo dos militares, José Sarney. A chapa liderada por Tancredo Neves sagrou-se vencedora por 480 a 180 votos, no colégio indireto impondo ao candidato da situação, Paulo Maluf, o gosto da derrota. Infelizmente, o novo presidente não sobe a rampa do Palácio do Planalto. Acometido de doença vem a morrer e seu vice, José Sarney, é quem recebe a faixa presidencial (FAUSTO, 1995).

Como sintetiza Boris Fausto (1995) a gestão de Sarney passa a ter dois objetivos precisos: aumentar as liberdades democráticas e deflagrar o processo constituinte. O Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Brasileiro voltam à legalidade e as eleições constituintes são marcadas para 1986. E nesse pleito a vereadora nacional petista, reclama o título e torna-se deputada.

Foto 14 – *Jornal do Brasil*; 05 de dezembro de 1986

A forma ressentida que a mídia encara a eleição de Bené é eloquente. Os argumentos são vários: ela não é tão petista assim; o marido enquanto determinante na resposta das urnas, a sua posição isolada enquanto feminista. A tentativa de deslegitimar essa liderança negra, feminina e favelada faz parte do enredo narrativo estabelecido pelo *Jornal do Brasil* e que se vê na construção social do discurso sobre as mulheres negras em geral.

A despeito dessa insegurança, a deputada constituinte foi determinante nas disputas da construção do processo da *Nova Carta*. A Assembleia Constituinte que durou de 1º de fevereiro até encerrar-se oficialmente em 5 de outubro de 1988 teve várias fases, realizando visitas em todo o país e repercutindo o processo de disputa social doméstico. É através da sua própria voz que é possível abrir as frestas do período e uma avaliação política. Benedita da Silva faz o balanço do processo de quase um ano e destaca<sup>83</sup>:

Eleitos os 559 constituintes, o primeiro passo foi a elaboração do regimento interno, que definirá os rumos do processo. Num segundo momento, desenvolveram-se os trabalhos nas subcomissões e comissões. Autei nesta fase, como titular da Subcomissão dos negros, populações indígenas, deficientes físicos e minorias, posteriormente na Comissão da Ordem Social e também na Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Nestes "tempos constituintes", recebi dos movimentos sociais do Rio de Janeiro e de todo o Brasil propostas e solicitações no sentido de defender e garantir seus direitos e reivindicações. Terminada a penúltima fase dos trabalhos na Constituinte, da Comissão de Sistematização, onde obtivemos alguns pequenos avanços, passamos a uma nova etapa do caminho rumo à Constituição. Etapa decisiva da Constituinte com a votação do projeto constitucional em plenário. As mudanças nas regras do jogo, feitas pelo "Centrão", mudando até o Regimento Interno, permitiram muitas alterações, colocando em risco os poucos avanços obtidos até o movimento. A mobilização popular se faz necessária. O voto de cada constituinte dependerá também da força da pressão popular. Temos que nos mobilizar e lutar para garantir as possíveis vitórias na Constituinte (SILVA, 1988, p. 5).

<sup>83</sup> SILVA, Benedita da. **Em defesa da classe trabalhadora e dos movimentos populares**. Brasília: Câmara dos Deputados. Centro de documentação e informação: Coordenação de publicações, 1988.

A avaliação cautelosa que Benedita faz dos trabalhos constituintes corresponde àquela feita pelo conjunto do PT. Conforme destaca Margaret Keck<sup>84</sup>, a agremiação foi a única a apresentar uma proposta integral de texto constituinte, baseada nas discussões existentes e impulsionou a participação popular com o tensionamento para o estabelecimento do instrumento das emendas populares. Elemento que “provocou um amplo processo de mobilização popular, acabando por gerar 122 emendas com um total de 12.265.854 assinaturas” (KECK, 2010, p. 305).

A apresentação do compilado de discursos de Benedita da Silva na constituinte vem com o carimbo histórico de uma orientação militante combativa que disputou cada termo que entrava e saía do texto, e que via naquela janela histórica uma chance de ir além. A mobilização popular em torno da Nova Constituição deu um gosto meio amargo aos combativos 16 jovens parlamentares petistas que ao fim viram os avanços serem derrotados por uma maioria conservadora<sup>85</sup>.

Como traz Margareth Keck (2020, p. 306) a atuação do bloco partidário petista de forma coesa e coerente em suas posições, mesmo nos debates mais polêmicos, se diferenciava dos demais dada “a volubilidade das alianças políticas nos partidos principais [...] que, em geral, [tornava] difícil prever, a partir do partido a que pertence um político, que tipo de posição ele adotará no Congresso”. Essa volubilidade criou o assim chamado “Centrão” que correspondia ao ajuntamento dos “blocos predominantes nas votações na Assembleia Constituinte [que] não eram agrupamentos partidários, mas, sim, grupos de indivíduos; [...] composto por membros vindos de quase todos os partidos” (KECK, 2010, p. 306) e que Benedita aponta como os algozes dos avanços populares na Carta.

A despeito do próprio PT ter orientado voto contrário ao texto final, na perspectiva política de seu rebaixamento e de manter estruturas antigas e conservadoras, houve avanços

---

<sup>84</sup> KECK, Margaret E. **PT – A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 366 p.

<sup>85</sup> Bancada petista na Assembleia Constituinte. Lula; José Genoíno Neto; Benedita da Silva; Eduardo Jorge; Luiz Gushiken; Florestan Fernandes; Victor Buaiz; Irma Passoni; Olívio Dutra; Paulo Delgado; Paulo Paim; Gumercindo Milhomem; Virgílio Guimarães; Vladimir Palmeira; Plínio de Arruda Sampaio; João Paulo. Cf. Câmara dos Deputados. Deputados constituintes. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/parlamentaresconstituintes/deputados-constituintes](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/parlamentaresconstituintes/deputados-constituintes)>. Acesso em: 13 ago. 2023.



fruto dessa disputa que teve nessa bancada elemento fundamental. E nela, destaca-se a presença política de Benedita da Silva enquanto nome elementar no processo. Em seus termos<sup>86</sup>:

Eu tive uma receptividade [na Assembleia Constituinte]. Eu era uma coisa assim nova. Primeira mulher negra ali, da favela, chegando naquele espaço. Eu fui trabalhar e trabalhando as questões, [foi como se tivessem] jogado você assim no meio do fogo e você tem que se livrar dele. Foi assim que eu me vi. Daí eu fui pelas tribos indígenas, fui para tudo quanto é canto tratando da Constituinte (WEB SÉRIE, 2018, 1'16").

Essa intensa agenda de acolhimento das demandas dos movimentos sociais e das viagens em todo o território nacional contrastavam com a violência política de gênero, de raça e classe que enfrentava nas tarefas burocráticas de existir dentro do Congresso. Ela narra o processo de incômodo que aquele corpo divergente do conjunto majoritário de representantes do povo causava. Essa receptividade política concorria com a inóspita Casa do povo:

Mas, se por um lado eu era uma deputada, autoridade, fazendo uma das tarefas mais importantes que um parlamentar eleito pode ter, que é ajudar a escrever a Constituição democrática, para nos livrar dos resquícios da ditadura e proteger nosso povo, de outro ainda enfrentava a dor que todas as negras enfrentam quotidianamente no nosso país. Ou vocês acham que eu era tratada como os brancos dentro do Congresso Nacional, nos prédios onde entrava? Porque o racismo não respeita nem mesmo a autoridade que os votos nos conferem. Quando eu cheguei à Câmara dos Deputados e fui pegar um elevador, um funcionário muito educado foi me dizer que ali era só para deputados. Eu respondi: que bom, aqui que é o meu lugar (SILVA, 2021, p. 37).

O relato confirma como os obstáculos estruturais que era enfrentados nos trabalhos das subcomissões que flutuavam com os choques de interesses dos “representantes das oligarquias poderosas daquela época, com todos os privilégios que a ditadura lhes deu” (SILVA, 2021, p. 36) e o questionamento da existência daquele corpo naquele lugar. Quando falo em democracia branca brasileira me refiro exatamente ao que essas passagens condensam, um compromisso político com a manutenção de privilégios autoritários que se fundamentam na brancura como ponto de partida, ao constranger aquelas de nós que ousam estar nos prédios pelos brancos desenhados.

O estranhamento no elevador é deveras simbólico. Um dos elementos de modernidade, de urbanização, de tecnologia não poderia estar a serviço de quem conhecia a subida do morro como única forma de elevar-se. A canção “Identidade” de Jorge Aragão, uma de minhas preferidas, reflete bem a divisão entre o equipamento destinado ao serviço e ao social, os

---

<sup>86</sup> WEB SÉRIE, Episódio 05 - Benedita chega à Câmara dos Deputados/Assembleia Constituinte. [Vídeo, YouTube]. Publicado pelo canal de Benedita da Silva em 4 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ke7OKsbSibk>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

critérios raciais são os que fazem a divisão acontecer. E esses mesmos episódios seguem acontecendo. Como reflete a manchete autoexplicativa de o Globo “Só este ano, três deputadas negras do Rio foram barradas em elevadores de uso exclusivo” (SÓ ESTE [...], 2019)<sup>87</sup>. A deputada Dani Monteiro (PSOL/RJ), a deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ) e a deputada Mônica Francisco (PSOL/RJ) foram barradas em elevadores. Não foram lidas como deputadas, autoridades. A despeito de serem eleitas, a mesma experiência compartilhada em 1988 segue sendo repetida.

E assim como esses casos de violência política se perpetuam, ecoam através da história as palavras que aquela deputada que não baixou a cabeça para o ascensorista nem para os grandes latifundiários e seus prepostos, em sua fala de abertura dos trabalhos constituintes o peso coletivo de sua existência emocional:

Minha presença nesta Casa deve-se ao resultado do esforço comum das comunidades faveladas e de um partido político que garantiu o espaço de uma maioria silenciada: das mulheres, dos negros, das trabalhadoras e trabalhadores. Estou presente nesta Assembleia, pela primeira vez, na condição de mulher, de negra e de favelada. [...] Não sou aqui representante, pura e simplesmente, da mulher, do negro e do favelado, mas tenho uma proposta que se incorpora à do Partido dos Trabalhadores, no sentido de que nossa sociedade esteja atenta a esses segmentos que foram e continuaram discriminados. [...] **Não se acaba com a pobreza matando os miseráveis**, com ela se acaba fazendo Reforma Agrária, concedendo salários justos, respeitando a participação popular (SILVA, 1988, p. 12, grifos da autora).

O discurso foi saudado com aplausos e mostra a força dessa personalidade da história do nosso país. Profundamente tocante, assustadoramente atual. As palavras que convocavam a defesa da vida da maioria do povo eram recebidas naquela arena da luta política articuladas pela boca de uma sobrevivente desse projeto de morte aos miseráveis. Como Carolina Maria de Jesus fala, ao propor que o país devia ser dirigido pelos famintos, era a vez de uma irmã, negra como ela, periférica como ela levar esse canto de dentro de si para a nação. Sem atravessadores. Elas por elas. Muitas mulheres negras e faveladas falavam em uníssono pela boca daquela brasileira.

---

<sup>87</sup> SÓ ESTE ano, três deputadas negras do Rio foram barradas em elevadores de uso exclusivo. **O GLOBO**. Ancelmo Gois. 21 mar. 2019. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/so-este-ano-tres-deputadas-negras-do-rio-foram-barradas-em-elevadores-de-uso-exclusivo.html>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

Foto 15 – Benedita da Silva em pronunciamento na Assembleia Constituinte



A crítica aos limites da representatividade e a necessária articulação entre os sistemas de opressão aparecem como cânones nessa mensagem de abertura. Era uma mulher negra e favelada que falava, mas não era apenas sobre esses temas que trataria, pois os problemas dessa parcela majoritária da população interessavam a todas as pessoas do país. Contra a tentativa de redução das pautas feministas e antirracistas é demarcada a aliança que permeia seu discurso, é preciso olhar a raça, o território e a condição de trabalhador do povo, é fundamental Reforma agrária assim como é necessário creche. É preciso salário digno e democracia. É preciso pintar o Brasil com as cores de quem produz sua riqueza. Nesse sentido, Silvio Almeida (2018) é preciso:

O Racismo não se resume a um problema de representatividade, mas é uma questão de poder real. O fato de uma pessoa negra estar na liderança, não significa que esteja no poder e muito menos que a população negra esteja no poder. [...] Por mais importante que seja, a representatividade de minorias em empresas privadas, partidos políticos, instituições governamentais não é, nem de longe, o sinal de que o racismo e/ou sexismo estão sendo ou foram eliminados. Na melhor das hipóteses, significa que a luta antirracista e antissexista está produzindo resultados no plano concreto, na pior, que a discriminação está tomando novas formas (ALMEIDA, 2018, p. 85-86).

A presença dos 11 parlamentares negros na Assembleia não era o suficiente para dizer que a população negra estaria em igualdade de condições de voz e capacidade de intervenção política com os brancos. A presença negra politicamente orientada liderada por Benedita enquanto mulher foi capaz de intervir positivamente no texto final, mas como o voto em contrário a Carta Magna realmente existe demonstra, esse esforço não garantiu que aquela

Constituição Cidadã reconhecesse a cidadania para a maioria da população brasileira, que não é branca.

Esse tensionamento constante é visto nos tópicos a que ela se dedica durante o período e que estão documentados em seus discursos. Ousadamente e assertivamente o plenário da Câmara dos Deputados teve de ouvir a conclamação para o repúdio efetivo ao regime do *Apartheid* que assolava a África do Sul, ao cobrar do país que rompesse relações internacionais com um regime político que sustentava tamanha infâmia. Em 23 de fevereiro de 1987, a constituinte dispara:

Daí nossa profunda estranheza e decepção, quando neste “Dia Internacional pela eliminação da Discriminação racial”, verificamos que enquanto a África do Sul mata impiedosamente e de forma selvagem os nossos inocentes irmãos de cor em seu território, o Brasil - segunda maior nação negra do mundo - abre dadivosamente suas portas para acolher os capitais daquele país, parece que com o intuito de ferir, cada vez mais profundamente, nossa dignidade (SILVA, 1988, p. 15).

O regime segregacionista sul africano que acaba no ano em que eu nasci e que concentra na figura de Mandela uma representação de resiliência política era denunciado corajosamente por sua irmã carioca parlamentar em diáspora. A eloquência e a assertividade em defender o justo articulando o que se passava no continente-mãe com as heranças suportadas pela negritude brasileira é brilhante. A sensação de degradação da honra nacional recebendo dinheiro de um regime que lucrava às custas da racialização, estabelecendo relações comerciais com um território atravessado pelos horrores da escravidão é traduzida em suas palavras.

Em outro discurso importante no período, engatado com a proposta assertiva de rompimento das relações diplomáticas com a África do Sul segregada, a parlamentar traz o desdobramento econômico dessa política de amizade com o infame. Parte significativa da mineração nacional à época estava vinculada ao Capital sul-africano e o debate sobre minério e soberania é trazido de maneira magistral por Bené. A empresa Anglo American, que segue em operação, estava no controle da produção estratégica de minérios e expandia seus negócios para os setores bancários e de exportação de castanha de caju (SILVA, 1988, p. 20). A combinação de uma posição antirracista, combinada ao enfrentamento do avanço capitalista eram a demonstração do alinhamento em sua visão de que não se combate os impactos do sistema de maneira apartada, mas integrada, articulada e trazendo as questões raciais como ponte.

Outro tema que foi objeto de seu pronunciamento nos debates constituintes dirigia-se aos aposentados e pensionistas. As distorções entre o regime que beneficiava a alta burocracia judiciária e os militares não passaram despercebidas por ela. A defesa contundente dos direitos

de equiparação entre ativos e aqueles trabalhadores que já não estavam em exercício, bem como a necessidade de restituir os ganhos devidos fez parte do discurso direcionado a essa bandeira. “Devemos empreender essa tarefa reparatória sem mais delongas” (SILVA, 1988, p. 27), é com o senso de urgência que se fecha a fala. Os argumentos seguem atuais e produzindo efeitos, a distorção entre ganhos de aposentados e trabalhadores em exercício gera uma pressão na questão da Previdência Social que só foi aprofundada com as reformas mais recentes, notadamente a de 2019 que aprofunda as distorções na aposentadoria e que são impulsionadas com a queda da então presidenta Dilma Rousseff.

A questão da Reforma Agrária ganha espaço nos temas de seus pronunciamentos oficiais. Em 2023, onde a infame Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) busca criminalizar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as palavras proferidas no plenário da casa em 21 de outubro de 1987 seguem válidas. Diz Benedita da Silva:

No Brasil os latifundiários cometem as maiores violências contra o homem do campo, sem que haja punição. O Sistema político brasileiro é um dos maiores culpados pela impunidade dos assassinos de trabalhadores rurais, seja por omissão e conivência em não apurar os crimes, seja por facilitar a criação de milícias particulares, acobertadas pela polícia ou mesmo integrada por ela (SILVA, 1988, p. 33).

As ameaças de morte que sofria o Padre Ricardo Rezende e que o acompanharam durante toda a vida em sua luta contra o trabalho análogo a escravidão e na pastoral da terra eram o pano de fundo do discurso. Bené chega a atribuir a eventual morte do militante à União Democrática Ruralista (UDR), organização que centralizava a defesa dos interesses do agronegócio à época. A atualidade da fala provoca a pensar que as estruturas organizativas da sociedade brasileira pouco se alteraram. Seguimos como um país que tem como característica econômica a produção de commodities agrícolas, minerais e assemelhadas, com baixos níveis de industrialização.

A Reforma Agrária que amargou derrota na chamada “Constituição Cidadã” faz falta nessa lógica de redesenho profundo do país. Como ela mesma destaca, a morte dos miseráveis só pode ser combatida com o repartimento justo da terra. Nesse sentido sustenta Ellen Wood<sup>88</sup>:

O Capitalismo com todo seu impulso específico de acumular e buscar lucro máximo, nasceu não na cidade, mas no campo, num lugar muito específico, e tardiamente na história humana. Ele requer não uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas uma transformação completa nas práticas e relações humanas mais

---

<sup>88</sup> WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v. 1, n. 10, 2000, p. 12-29.

fundamentais, uma ruptura nos antigos padrões de interação com a natureza na produção das necessidades vitais básicas (WOOD, 2000, p. 13).

A busca por enfrentar o sistema em que se vive hoje no país passa por entender sob que vigas ele se sustenta. Derrubando o mito de que o modo de produção capitalista-patriarcal-racista tem identidade com as cidades e o urbano, as duas comungam apontando que a raiz da questão está enfiada no campo. No processo de redesenho do processo de exploração e titularidade da terra que cruzada com as questões raciais tornam mais evidente essa complementação. O debate das terras quilombolas e indígenas estava presente como prioridade para a deputada constituinte. Como ela assina “a maior parte das nossas terras está nas mãos de poucos brancos” (SILVA, 1997, p. 141). A concentração de terra no país é uma concentração branca que enxerga a propriedade rural como sagrada em um sentido diverso daquele estabelecido pelos povos originários. Seu caráter sacro para os latifundiários vem no sentido da preservação da reprodução de seus lucros, não de uma cultura, de uma cosmovisão tradicional. Como a própria Bené assevera “não podemos preservar a cultura desses povos sem que haja a democratização da terra no país” (SILVA, 1997, p. 146).

Foto 16 – I Encontro dos povos indígenas do Xingu, Altamira, 1989



*Nota:* Na foto, Raoni Metuktire, Marcos Terena, Paulinho Paiakan, Ailton Krenak, Tutu Pombo e Benedita da Silva. Fotógrafo Murilo Santos/ ISA. Extraída do Twitter @socioambiental.

No curso do primeiro encontro dos povos indígenas do Xingu, Benedita relembra de maneira tocante um desdobramento da cena icônica da indígena Tuíra que apontou o facão para

o representante da Eletrobrás José Antônio Muniz Lopes. Ela nos narra “Tuíra voltou-se para mim e deixou que eu tocasse o seu bebê” (SILVA, 1997, p. 139). Em outra passagem de memória dessas agendas na floresta, os olhos mareiam ao lembrar de uma outra mulher indígena que lhe deu seu filho para que ela acalentasse e esse gesto fez com que a luta indígena entrasse ainda mais no coração da militante: “eu com aquela criança, disse, é a luta nossa do povo negro” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, 4’25’’) <sup>89</sup>.

A aliança entre povos originários e a população negra se confunde com a própria história da resistência que o Brasil tem. Entre um dos espaços marcantes onde essas alianças se perfazem estavam os quilombos, que também foram defendidos pela constituinte Bené. Como relata ao ser entrevistada sobre os trabalhos da bancada petista na Assembleia, dispara: “É preciso recuperar as terras dos antigos quilombos, dentro de uma verdadeira reforma agrária” (SILVA, 2011, p. 165). <sup>90</sup> É Beatriz Nascimento que vai desdobrar essa afirmação caracterizando o espaço do quilombo como <sup>91</sup>:

Símbolo que abrange conotações de resistência étnica e política. Como instituição guarda características singulares do seu modelo africano. Como prática política apregoa ideias de emancipação de cunho liberal que a qualquer momento de crise da nacionalidade brasileira corrige distorções impostas pelos poderes dominantes. O fascínio da heroicidade de um povo regularmente apresentado como dócil e subserviente reforça o caráter hodierno da comunidade negra que se volta para uma atitude crítica frente às desigualdades sociais à que está submetida (NASCIMENTO, 1986, p. 49).

A luta pela demarcação desses espaços de resistência foi estabelecida enquanto diretriz da Carta Magna. Assim como o estabelecimento do reconhecimento do racismo enquanto crime inafiançável. É sabido que essa pretensão constitucional segue descumprida e que os territórios quilombolas ainda vivem sob incertezas e ataques. Contudo, a centralidade das questões raciais é pedra de toque da atuação de Benedita da Silva. A coincidência do centenário da Lei Áurea com os trabalhos constituintes deu um peso ao debate sobre a questão racial brasileira importante e definidor. Nesse sentido são vários os pronunciamentos abordando a questão durante o curso da constituinte. Um dos mais poderosos é fechado com a seguinte sentença:

<sup>89</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Benedita da Silva relembra luta pelos direitos das minorias durante a Constituinte. [Vídeo, YouTube]. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/testemunha-da-historia/2018/11/benedita-da-silva-relembra-luta-pelos-direitos-das-minorias-durante-a-constituente>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

<sup>90</sup> SILVA, Benedita. Benedita da Silva: “cem anos de abolição, e a opressão continua. *In*: PERSEU ABRAMO. **O PT e a Constituinte** - Documentos. v. 5, n. 6, 2011. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/08-4.perseu6.documentos.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

<sup>91</sup> NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra** - Revista do Mundo Negro, Ipeafro, v. 3, n. 6 e 7, p. 41-49, 1986.

“Queremos proclamar a nossa abolição. Não é ódio, nem rancor, apenas um grito de liberdade!” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, 3 '15”).

A fala é arrebatadora. Como ela mesmo traz, sua habilidade de oratória foi desenvolvida na Igreja e a capacidade de provocar em quem a ouve uma sensação arrebatadora faz sentir essa origem do sagrado em sua forma de comunicação. Durante o curso dos trabalhos as marchas que despertavam no país para reivindicar direitos em torno da data simbólica do 13 de maio sofreram dura repressão, como em seu próprio território carioca, os militantes do movimento negro foram recebidos pelas forças de repressão do Estado (BRASIL, 1988, p. 3912)<sup>92</sup>.

Foto 17 – Manchete do jornal *Magazine*, 14 de agosto de 1988



O seu discurso em alusão ao centenário da abolição passeia por todas essas questões trazendo ao centro do diálogo o protagonismo das mulheres negras que “a história oficial omitiu assim como atitudes heroicas conquistadas com a própria vida” (SILVA, 1988a, p. 14-15). A centralidade da força das mulheres que ela relembra como Tereza, rainha do quilombo do Quatiretê, Adelina Charuteira entre outras, mostra como as caminhadas particulares delas a influenciaram e foram centrais no desenvolvimento da luta contra o regime escravagista. Ela traz a crítica a percepção da abolição enquanto “bondade cruel” para usar os termos da poesia do samba da Paraíso do Tuiuti, que esconde o processo de luta das próprias pessoas negras que significou o 13 de maio (SILVA, 1988a).

<sup>92</sup> BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*. Seção 1. p. 3914, 23 nov. 1988. Disponível em: <<https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD23NOV1988.pdf#page=20>>. Acesso em: 14 ago. 2023.



Ela amarra o texto propondo uma aliança entre indígenas e pessoas negras como a aliança necessária para um país efetivamente democrático e que repare os crimes que cometeram contra esses povos no processo violento de colonização. Convida o plenário a assumir que passados os cem anos a abolição não se realizou, está inconclusa e que a luta do movimento negro é a vanguarda de um projeto de país que incorpore a maioria do povo (SILVA, 1988).

O papel que o movimento de mulheres exerce sobre Benedita salta aos olhos. Desde o começo de sua militância organizada no Morro do Chapéu Mangueira, passando pela decisão de encarar a disputa institucional, ela sempre traz em suas falas a prevalência da força das mulheres. Ainda em 1988 realizou-se o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, atividade que ela participou e que fez menção na Assembleia Constituinte. E a perspectiva feminista que Bené defende é explícita:

Nós, mulheres negras, somos vítimas do sexismo enquanto mulher, da discriminação racial enquanto negras, e da exploração de classe, enquanto trabalhadoras que percebem os mais baixos salários do mercado de trabalho. Numa sociedade capitalista como a nossa é esse lugar ocupado pela mulher negra, vítima de várias formas de exploração (SILVA, 1988, p. 18).

Uma visão imbricada entre as dimensões opressivas que atravessam as mulheres negras se coloca. Benedita<sup>93</sup> coloca que “não basta ser socialista para entender o que se sucedeu com o negro e o que se deve fazer para alterar a situação racial que persiste” (SILVA, 1988, p. 13). Adiante ela comenta “classe e raça combinam forças contrárias à ordem, podem recompor-se numa sociedade nova” (SILVA, 1988, p. 14). Ela aponta ainda que essa necessidade de debater as questões próprias das mulheres negras é o substrato da organização da atividade que levou mais de 450 mulheres negras de todas as regiões do país a se encontrarem.

---

<sup>93</sup> SILVA, Benedita da. **Mulher negra**: discursos pronunciados pela deputada constituinte Benedita da Silva. Câmara dos deputados, Centro de documentação e informação, Coordenação de publicações, Brasília, 1988.

Foto 18 – Benedita da Silva no I Encontro Nacional das Mulheres Negras, 1988



Fonte: Acervo Cultne.tv.

A respeito das tarefas do Movimento Negro como um todo Benedita fala que é primordial melhorar as condições de vida do povo negro, contribuindo para a conscientização racial e na busca de engajar cada vez mais mulheres no processo. Adverte que se as mulheres negras seguirem oprimidas, não há como avançar. Sem as mulheres negras não é possível construir um país menos desigual (SILVA, 1988, p. 27).

De maneira geral, as principais proposições da deputada constituinte na Assembleia direcionaram-se às pautas feministas e antirracistas, estabelecendo articulações com outras questões de soberania como no caso da exploração dos mineiros em território nacional. O compilado de 1988 aponta de maneira executiva quais foram suas proposições ao processo constituinte. Quanto às pautas do movimento negro, defendeu o estabelecimento do crime de racismo enquanto inafiançável, apresentou a proposta de ensino de História da África no currículo de História, superação das desigualdades e discriminação, regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias entre outras; propôs que as comunidades quilombolas tivessem o reconhecimento da propriedade definitiva das terras que ocupam, defendeu o rompimento das relações diplomáticas com países que adotassem políticas oficiais de discriminação racial e que impedisse o ingresso de empresas dessas mesmas nações dentro do mercado interno (SILVA, 1988, p. 9).

Quanto a pauta feminista, a parlamentar apresentou sugestões em direção a proteção à maternidade, apresentando a perspectiva de licença remunerada as grávidas, com duração mínima de 120 dias sem prejuízo de perder o vínculo empregatício, defendeu enquanto garantia constitucional a igualdade salarial entre homens e mulheres e a proibição de critérios diferentes

de admissão em função do sexo, raça ou estado civil, defendeu a proporcionalidade no campo dos direitos previdenciários, colocando a diferença de 25 anos para mulheres e 30 anos para homens de contribuição, além de defender que fosse assegurado aos trabalhadores domésticos salário mínimo unificado, repouso semanal e férias. Destacou a defesa da integridade física e moral dos apenados com destaque para as mulheres presas e mães, garantindo o direito à amamentação (SILVA, 1988, p. 9-10).

Entre outros temas transversais que atuou destacam-se a preocupação com os idosos e a garantia de cobertura do Sistema de Assistência Social, assim como das crianças e adolescentes. Defende explicitamente a garantia de terra para as comunidades indígenas e a defesa dos Direitos Humanos enquanto princípio. No fim do seu resumo executivo de propostas durante a Constituinte aparece ainda a preocupação com a educação universal e gratuita, que alcance aquelas pessoas que não estão mais na idade escolar regular e fala na defesa do meio ambiente como algo a ser destacado (SILVA, 1988, p. 10).

Nem todas as propostas por ela formuladas, ou por ela levadas ao processo da construção do texto foram vencedoras. Ao menos naquele primeiro momento da batalha legislativa. Sua presença na Assembleia Nacional foi insubstituível. Decisiva, combativa e potente. A atenção que atraía da imprensa não era sempre agradável. A estranheza com aquele corpo divergente era sentida em cada lugar da assim chamada “Casa do Povo”. As maiorias brancas e conservadoras manobravam conforme seus interesses as regras do jogo e o produto final foi aquém da contribuição que a bancada combativa petista que ela se inseria apresentou. Contudo, vendo em retrospectiva, ela chega a classificar a CF 88 como uma “grande Constituição”. E não deixa de ser. É um retrato de um país que não fez bem seu dever de casa ao romper com o regime, que lutava para se reconhecer. Era o começo de um longo processo em busca de garantias aos mais pobres, as mulheres, aos negros.

Mais de 30 anos depois da Constituição, com sua enorme plasticidade e a convivência com a Proposta de Emenda Constitucional n. 95/2019 que sequestrou os planos daquela Assembleia originária, busca-se força na mensagem política que o texto representou para a história do país-continente-negro. Sem a atuação de Bené não estaria aqui hoje, enquanto beneficiária dos Direitos que ela lutou coletiva e individualmente. Toda brasileira trabalhadora é tributária dos esforços dessa mulher que foi tantas vezes aplaudida, como consta nas notas taquigráficas e seguidamente barrada nos elevadores e prédios chiques de Brasília.

Seja fazendo o estrogonofe que sustentou a bancada das mulheres nos dias de reuniões, seja se emocionando com as viagens aos territórios indígenas, essa mulher negra e favelada fez jus ao momento histórico em que estava (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018). É

emocionante ver cada pedacinho documentado de suas intervenções, vídeos, documentos amarelados, áudios de suas falas, memórias desse passado tão presente. Sem dúvida, conhecer um pouco mais desse processo político a partir desses olhos me fez ver o quanto a luta política é realmente inescapável para a existência negra. E sendo assim, incontornável, passo a debater no espaço que segue o seguimento da sua carreira política. Agora, em um novo mandato federal, mas enfrentando desafios históricos.

### 5.1 Uma nova Constituição, antigos desafios

*“E eu fui em frente, porque não sou de me conformar e sempre tive a consciência de que o nosso povo precisa de mais, muito mais. Reelegi-me deputada federal”*

(Benedita da Silva, 1997)

Em 1988, Benedita já havia concluído sua graduação em Serviço Social, afastando-se do trabalho no DETRAN e dos plantões no Hospital Miguel Couto. Ela se dedicava integralmente aos trabalhos políticos, cuidava do adoecido pai biológico Dadá e da família crescida com os cinco filhos de seu companheiro Bola.

O “tempo constituinte” ainda estava fresco e as mudanças não haviam acontecido apenas na organização política do país. A vida pessoal da parlamentar combativa também passava por mais um baque. Seu “maridagem”, companheiro de PT e chefe de gabinete, fez a travessia no mesmo ano em que nascia a Carta Cidadã. Eles que decidiram casar na beira do mar, ficaram juntos por cinco anos, lembrados com saudade (SILVA, 1997).

Sua memória aponta que uma vidente a havia confidenciado que Deus lhe levaria o companheiro e na missa de Natal a hipertensão lhe atacou pela última vez. Comunista de tradição, preso político e figura importante dentro do Morro, muitas vezes o protagonismo de Bené era a ele atribuído (SILVA, 1997). Reproduzindo uma dinâmica comum do patriarcado de deslocar o papel das mulheres diante de parceiros que dividem com elas as trincheiras institucionais, muitas pessoas apostaram que ela sairia da política com a sua segunda viuvez. O que não aconteceu, para a felicidade do país.

Sua solteirice é relatada como um período dolorido. De solidão e estranhamento com os relacionamentos posteriores. Lidar com o machismo dos pretendentes e pensar nas repercussões políticas que isso provocaria compunham o cenário. Em uma das passagens ela destaca tais inquietações: “Será que sou tão feia assim? Puxa, ando tão limpinha, tão arrumadinha, sou tão independente” (SILVA, 1997, p. 40). Nesse sentido trago as reflexões de Grada Kilomba a

respeito dessa autopercepção negra de sua própria estética e como tal está vinculada a política racista e patriarcal. Como aponta a professora:

Sujeira e selvageria estão ligadas, de forma muito íntima, a aspectos que a sociedade *branca* reprimiu - sexualidade e agressão - e consequentemente projetou nas/os “Outras/os”. Com frequência, a sexualidade é combinada com agressão e experienciada como “suja”, caso em que os pensamentos serão “duplamente negados” (KILOMBA, 2019, p. 124).

Essa associação direta aos corpos negros com sujeira, imundície e promiscuidade é profunda e opera na subjetividade. Não é mero acaso que as primeiras preocupações que ela externa durante seu período solteira vão nessa direção. As dificuldades para estabelecer uma relação afetiva para mulheres negras vem desse processo de desumanização provocado pela combinação dos sistemas patriarcais e racistas de opressão e fazem um binômio as ideias de identidade e solidão, como ensina Claudete Souza<sup>94</sup>:

A mulher negra contemporânea, tal qual seus pares do início do século, vivencia uma história que correlaciona identidade e solidão. Identidade por conta do processo de ser, estar. Ser negra, estar inserida, pertencer, além de si mesma, a outrem. Ser negra e vivenciar sua negritude, permitindo-se estar em uma condição de pertencimento nos jogos amorosos e de sedução. Solidão, porque, paradoxalmente, quanto maior for sua percepção ontogenética, maior será seu distanciamento de uma relação que não lhe permite ser, que não a reconhece como igual. Na interlocução entre os pares há uma acentuada assimetria uma vez que, pela lente do amor, seus atributos não se enquadram nos estereótipos midiáticos requeridos (SOUZA, 2008, p. 115-116).

Como a pesquisadora aponta, essa assimetria imposta faz com que a experiência do carinho, afeto e cuidado sejam extremamente difíceis de experienciar para mulheres negras. Os resultados dessa relação entre solidão-identidade podem ser percebidos nos índices de violência de gênero, onde são justamente as mulheres negras as campeãs nesse triste placar. É a maioria dos agressores tem relacionamento romântico com as vítimas ou estão no círculo familiar. É nessa imbricação do coletivo com o particular que a caminhada de Benedita mostra essa revelação da experiência da brasileira negra, como alguém que como muitas enfrenta as mesmas barreiras para acessar o amor.

A paisagem de sua viuvez é enovelada com a continuidade da luta política. Sua campanha à reeleição foi marcada pelo encontro com Antônio Luiz Sampaio, o Pitanga. O flerte que os uniu enquanto apoiador e candidata se desenvolveu em uma relação de cumplicidade e

---

<sup>94</sup> SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra**: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

amor que segue florescendo. Em uma passagem de suas memórias sobre o encontro dos dois, ela destaca: “O Pitanga viu que por dentro da política existia uma mulher e se aproximou” (SILVA, 1997, p. 42).

O casamento foi realizado no ano em que eu nasci, 1993, e teve uma grande repercussão na imprensa. A cobertura ficou registrada nas páginas do Jornal do Brasil que não poupava sua linha editorial de uma série de comentários preconceituosos e raivosos com aquela união negra em um espaço branco da cidade que é o Jockey Clube do Rio de Janeiro.

Foto 19 – Manchete do Jornal do Brasil de 25 de outubro de 1993

## Um casamento muito concorrido

Marco Antônio Bezerra

**■ Festa de Pitanga e Benedita reuniu duas mil pessoas**

“**M**ulher, negra e favelada” e com larga experiência matrimonial. Na noite de sábado, aos 51 anos, a deputada federal do Partido dos Trabalhadores, Benedita da Silva realizou, pela terceira vez em sua vida, um sonho cada vez mais difícil de ser atingido pelas mulheres de hoje: casar-se em cerimônia religiosa e receber com festa seus convidados. Depois do casamento, Benedita entrou com o noivo, o vereador Antônio Pitanga, no salão de festas do sofisticado Jockey Club, no Centro, sob aplausos. Eram esperados em torno de mil convidados, mas mais de duas mil pessoas disputavam cadeiras no amplo salão e no mezanino.

Os noivos mal puderam aproveitar a festa, tantos eram os amigos que os cercavam para os cumprimentos. Mas, apesar dos nomes famosos, a maior parte dos convidados era de ilustres desconhecidos e membros da comunidade evangélica.

**Gastos** — Além das instalações do clube, nada de luxo na recepção. Segundo Miguel Granato, um dos sócios do English Bar — responsável pelo bufê —, foram servidos 30 mil salgadinhos, dois mil litros de cerveja e 1,8 mil litros de refrigerantes, que custaram US\$ 15 mil (cerca de R\$ 2,4 milhões) aos amigos do noivo, patrocinadores da festa. “Os cálculos foram feitos com base em 1.500 pessoas, mas aqui tem quase o dobro”, avaliava ele.

Entre os convidados — a maioria vestida com simplicidade mas muito esmero — pontificavam mulheres negras com a beleza valorizada por turbantes exóticos. A ex-modelo e manequim Veluma, com saia longa estampada em azul e verde, era uma das que chamava a atenção. A filmagem do casamento foi presente do professor Cândido Mendes de Almeida, um dos padrinhos de Benedita, que lá pelas tantas, exausta, pediu uma cadeira.

Simpática e cordial, ela só perdeu a paciência quando o discotecário colocou *Ilariê*, o *hino* da Xuxa. “Pôxa vida, até agora não ouvi nada do Luis Melodia nem do Emilio Santiago, que eu tanto pedi”, reclamou para Eduardo Martins, genro de Cândido Mendes, que teve participação ativa na organização da festa. Uma providencial mudança de estilo para Gonzaguinha e para o suingue de Daniela Mercury devolveu o humor à noiva-deputada.

Na cerimônia de casamento, mais de mil pessoas espreme-ram-se na Catedral Presbiteriana para ver a noiva, num vestido longo de chifon lilás plissado. Benedita teve que esperar muito. O noivo se atrasou por uma hora e Grande Otelo, que seria padrinho de Pitanga, não apareceu. O ator Nuno Leal Maia foi convocado para assumir seu lugar, numa operação que durou 20 minutos. Benedita entrou na igreja conduzida pelo candidato do PT à presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva e atravessou a nave central, ao som de *Jesus Alegria dos Homens*, sob aplausos.



*No casamento do vereador com a deputada, os noivos, sorridentes, não esconderam a felicidade*

O tópico de gastos, o deboche sobre a vestimenta dos convidados e do bufê, o destaque para a “carreira de casamentos” de Benedita, compõem uma sequência de discursos violentos da matéria. Esse texto com aparência frívola de coluna social revela o caráter racializado e misógino da sociedade brasileira que não admite partilhar os espaços construídos para a

branquitude com pessoas que não lhe sejam assemelhadas. Bené narra que o assédio dos jornalistas foi tão intenso no dia do casamento que as fotos dos pajens foram perdidas, pois a imprensa impediu o registro do momento (SILVA, 1997).

A curiosidade jornalística girava em torno da presença de favelados na cerimônia. E ela reflete de maneira assertiva “fazer a festa no morro não teria graça. É preciso abrir esses espaços para que os meus amigos do morro não entrem lá só para limpar” (SILVA, 1997, p. 43). A afirmação é profunda. A sacralização de espaços como exclusivos para alguns fenótipos reverbera como uma política de apartamento construído no nosso país a partir do mito da democracia racial. Como explica Cida Bento<sup>95</sup> é o pacto narcísico da branquitude que promove essas manifestações indignadas com a presença de pessoas negras, faveladas em instituições que servem de símbolo da hierarquia racial no país.

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas e silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (BENTO, 2022, p. 16).

É a necessidade de manutenção do que é “normal” e o “universal” sejam ameaçados é que está na base do assombro da realização do casamento no espaço da elite carioca. A reação de incômodo de que a lua de mel seria em um hotel fazenda e que os noivos teriam acesso a champanhe é a mesma que fecha as portas dos elevadores para aqueles corpos que não tem cara de parlamentar. O medo da presença negra ativa persegue a racionalidade das instituições brasileiras.

No momento do casamento Pitanga tinha acabado de ser eleito vereador pelo município do Rio de Janeiro. E sua atuação parlamentar que rendeu 3 mandatos completos foi muito importante para o debate cultural na capital. Uma das grandes marcas deste trabalho legislativo está na defesa do Bailes Funk enquanto manifestação artística do povo através do Projeto de Lei 1058 de 1995 que se tornaria legislação do município e marca uma disputa sobre o Funk enquanto expressão da cultura do Morro e a tentativa racista de vinculá-lo a uma atividade criminosa<sup>96</sup>.

<sup>95</sup> BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

<sup>96</sup> RIO DE JANEIRO. **Ficha de tramitação do Projeto de Lei 1058 de 1995**. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://aplicsc.camara.rj.gov.br/scriptcase/sistemas/Spl\\_ant/Consulta\\_Proj\\_Autor\\_completa/](http://aplicsc.camara.rj.gov.br/scriptcase/sistemas/Spl_ant/Consulta_Proj_Autor_completa/)>. Acesso em: 16 ago. 2023.

A atuação de Pitanga conta ainda uma centralidade no debate racial. Entre suas propostas estava o estabelecimento de uma Semana oficial da cultura afro no Rio de Janeiro e com o reconhecimento de diversas personalidades negras como Grande Otelo e propondo que a cada 20 de novembro todas as escolas públicas do município fizessem uma redação sobre Zumbi dos Palmares<sup>97</sup>.

No filme-documentário que leva o nome de Pitanga, estreia em 2017 e dirigido por Beto Brant e sua filha Camila Pitanga, a obra e a importância do ator na construção da cultura nacional são articuladas com suas redes de afeto. Como sistematiza Adriano Denovac<sup>98</sup>:

Antônio Pitanga nasceu em 1939 em Salvador, estudou arte dramática na Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem mais de 50 longas metragens em sua carreira, seu primeiro filme foi em 1960 no longa de Trigueirinho Neto, Bahia de Todos os Santos. A carreira do artista está associada a história do cinema novo e marca de maneira indelével a presença do negro no cinema brasileiro e mundial. Protagonizou Barravento (1962) dirigido por Glauber Rocha e no mesmo ano coestrelou outra obra clássica do diretor. Nelson Pereira dos Santos: O Pagador de Promessas (1962). Os dois filmes fazem parte do início do movimento cinemanovista (1956 – 1972), que se caracterizava pela crítica social e se constituiu em uma das correntes mais politizadas do cinema no século XX e colocou o cinema brasileiro no cenário mundial. Pitanga foi um dos atores mais atuantes desse movimento, ele trabalhou em 28 produções entre 1960 e 1972 (DENOVA, 2021, p. 1).

Denovac (2021) apresenta o compilado da importância de Pitanga no cenário artístico nacional e o filme biográfico é extremamente sensível ao aproximar essa personagem tão central na desconstrução dos estereótipos racistas colocando o lugar inclusive internacional que ele alcança. Duas personalidades negras que enfrentaram as arenas da disputa política que reúnem nordeste e sudeste, cultura e luta contra o racismo. Juntos, em um painel que debateu equidade racial dentro da institucionalidade<sup>99</sup>, Pitanga coloca que:

Nós mulheres e pretos e pretas somos a maioria e eu digo sempre quando eu digo assim só me falta 16 anos para chegar a 100 porque esta Revolução social e cultural ela vai existir a partir da mulher e do negro (DESAFIOS PARA [...], 2023, 1h51m12s).

<sup>97</sup> RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Secretaria Geral da Mesa Diretora Diretoria de Processamento Legislativo. **Sistema de Processamento Legislativo**. Projetos de Antonio Pitanga. Disponível em: <[http://aplicsc.camara.rj.gov.br/scriptcase/sistemas/Spl\\_ant/Consulta\\_Autor\\_Por\\_Nome\\_Ver\\_Ant/Consulta\\_Autor\\_Por\\_Nome\\_Ver\\_Ant.php?glo\\_nome\\_autor12=antonio%20pitanga](http://aplicsc.camara.rj.gov.br/scriptcase/sistemas/Spl_ant/Consulta_Autor_Por_Nome_Ver_Ant/Consulta_Autor_Por_Nome_Ver_Ant.php?glo_nome_autor12=antonio%20pitanga)>. Acesso em: 16 ago. 2023.

<sup>98</sup> DENOVA, Adriano. Afromodernismo, cinema e Antonio Pitanga: uma narrativa negra. **Anais do IV Seminário Internacional - História do Tempo Presente**. UDESC, Florianópolis, Santa Catarina, 2021, ISSN 2237-4078.

<sup>99</sup> DESAFIOS PARA Equidade Racial nas Instituições. [Vídeo, YouTube]. Publicado pela PREVI em 7 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0ocv7Cwx3T0>>. Acesso em: 09 set. 2023.



Aos 84 anos, Pitanga coloca na centralidade da mudança do país e de enfrentamento ao mito da Democracia racial as mulheres e os negros. Ao declarar seu amor por Bené, o elemento da diferença religiosa entre ambos aparece, ao se colocar enquanto candomblecista e marcar a religião evangélica da esposa ele resume que foi a fé que os uniu, fé religiosa e em um país diferente. Revolucionado por pessoas negras, que as coloca, não são vítimas, mas protagonistas da história não contada do Brasil (DESAFIOS PARA [...], 2023). Fala-se de uma relação duradoura que se encontrou na política e fora dela, unindo duas personalidades negras imprescindíveis. O casal que se juntou no meio de uma campanha e que se consolidou ao longo de tantas outras disputas e viu junto o Brasil e sua própria família crescerem.

Fiquei no Chapéu Mangueira por 57 anos. Minha família tá toda lá. Eu tenho muitos sobrinhos lá. Minha família é grande. E nem todo mundo é Deputado não, só tem. Só eu casei [por fim] com classe média, mas os outros não (CONVERSAS COM [...], 2023, 51 '09").

Estar no exercício do mandato, garantiu a Benedita condições de vida dignas, mas essa tarefa não a cindiu da sua condição de classe, raça e gênero. Ter casado com um artista e mantido a estabilidade financeira não foi algo alcançado por mais pessoas de sua família. Para pessoas negras, ser a primeira da família a conseguir romper com a barriga da miséria, pode significar, muitas vezes, ser única. O efeito de puxar as demais pessoas próximas é algo que transcende vontades particulares. Tudo faz parte do engendramento estrutural de uma sociedade profundamente cindida pelo racismo, patriarcal, classista.

É nesse ponto da jornada que articulo essa sensação de imobilidade e que ela se enovela com a própria situação do país. Após a promulgação da Carta Cidadã seguia dramática especialmente para os mais pobres. Nesse sentido Lélia Gonzalez coloca a questão do enfrentamento ao racismo como central:

O Censo de 1980 está aí demonstrando que na nossa sociedade a hierarquia permanece. No que diz respeito ao acesso aos melhores salários nas diferentes profissões, vamos encontrar a relação hierárquica, e no primeiro plano está o homem branco, abaixo a mulher branca, em seguida o homem negro, e finalmente a mulher negra. É importante ressaltar que o racismo que existe na nossa sociedade tem que ser encarado olho no olho (GONZALEZ, 2020, p. 230).

A hierarquização no acesso às condições dignas de trabalho, vida e afeto são totalmente articuladas à questão racial. Não basta condicionar no texto constitucional que todas as pessoas são iguais, é preciso muito enfrentamento para que isso se materialize. Como a própria Lélia Gonzalez avaliou durante o processo constituinte, não é razoável que a maioria da população –

negra e feminina – fosse minoria entre os autores da Nova Carta Magna. Contudo, essa relação de sub-representação persiste. Como a autora afirma:

Em um país onde, em termos de mercado de trabalho, a procura é maior do que a oferta e onde existe uma divisão racial do trabalho, a situação da juventude negra é, obviamente, a do setor mais atingido pelo desemprego aberto ou disfarçado. Graças ao racismo e às suas práticas, essa juventude se encontra numa situação de desvantagem em termos de educação, de trabalho e até mesmo de lazer (GONZALEZ, 2020, p. 42).

As promessas constitucionais e a queda da Ditadura Militar de 1964 não significaram uma melhoria de condições para a maioria empobrecida, negra e feminina do país. Como bem sintetiza Boris Fausto (1995, p. 527) “o fim do autoritarismo levou o país mais a “uma situação democrática” do que a um regime democrático consolidado”. A aposta econômica do Governo Sarney, o “Plano Cruzado” não surtira os efeitos esperados, desencadeando uma crise econômica. Como narra Boris Fausto o que começou como uma medida para espantar a inflação, criando uma campanha nacional de “fiscais do Sarney” em supermercados e assemelhados foi um dique de contenção rompido logo após o pleito de 1986, que destaca o historiador:

Passadas as eleições, os aumentos adiados de tarifas públicas e dos impostos indiretos contribuíram para que a inflação explodisse. A crise das contas externas levou o Brasil a declarar uma moratória em fevereiro de 1987. O governo brasileiro suspendeu unilateralmente e por tempo indeterminado o pagamento de juros referentes à dívida externa de médio e longo prazo, devida aos bancos credores. [...] À euforia do Plano Cruzado seguia-se um clima de decepção e desconfiança por parte da população quanto aos rumos da economia (FAUSTO, 1995, p. 523).

Como coloca o professor, a tentativa de segurar os impactos econômicos das escolhas do presidente amigo dos militares foi insuficiente. Como analisa o historiador Boris Fausto, os anos 1980 ficaram registrados como uma “década perdida”. A queda em todos os índices importantes para aferição das condições de vida dos brasileiros e brasileiras apontava um revés no que havia sido construído anteriormente. Em seus termos, ao analisar os dados da época:

Os indicadores mostram que o Brasil passou por uma grande transformação entre 1950 e 1980. O país se urbanizou, teve elevados índices de crescimento econômico e houve muitos avanços no plano social em vários aspectos. A partir de 1980, o quadro mudou. Os índices de crescimento declinaram e ocorreram vários anos de crescimento negativo. As medidas recessivas tiveram alto custo social, refletindo visivelmente nos índices de desemprego, sem conseguir reequilibrar o país. [...] Entre 1989 e 1990, os empregos com carteira assinada tiveram uma queda de rendimento médio de 19,7%; em set. de 1990, o salário-mínimo era 35,7% menor do que no mesmo mês em 1989 (FAUSTO, 1995, p. 545-546).

Nesse sentido, Valter Pomar (2009) demarca que a posição dos setores petistas e da CUT foi crítica à gestão Sarney e isso não foi impeditivo de que a bancada do partido fosse bem avaliada pelos eleitores. A sequência de enfrentamentos à gestão federal teve como marco o pleito presidencial seguinte.

O período foi marcado por outras disputas dentro do próprio Partido. No diário da eleição de 1989, Wladimir Pomar<sup>100</sup> narra que foi um processo de difícil construção e um dos pontos de maior desarranjo estava justamente na composição de quem seria o vice na chapa encabeçada por Luís Inácio. Ainda que a Direção nacional da agremiação tivesse orientado desde o começo a abertura do espaço para um aliado, dentro do PT havia a pressão para que o nome fosse doméstico. Como o autor coloca:

Em tais condições era até natural que alguns nomes do PT, como Benedita da Silva, despontassem com vitalidade. Deputada federal pelo Rio de Janeiro, Benedita apoiava a ideia de um candidato de fora do PT, mesmo assim teve seu nome lançado por companheiros que militam no movimento negro e no movimento popular, angariou muitos apoios e aparentou alguma chance até jun.. Mesmo entre os partidos da Frente ela suscitava simpatias, mas a questão em jogo era cumprir o acerto de um candidato a vice de fora do PT para ampliar a Frente e sua base de sustentação (POMAR, 2009, p. 84).

A despeito da simpatia pelo nome da vice-presidenta ser Benedita da Silva e o apoio ser externo e interno ao PT as disputas pela composição terminaram com a atração do nome do senador José Paulo Bisol que abandonou o PSDB para integrar a chapa e dando fim a celeuma que marcou esse aspecto da construção. Ainda segundo a avaliação de Valter Pomar:

Embora tenha tido uma destacada participação no Congresso Constituinte de 1986-1988, será nas eleições municipais de 1988 que o PT se tornará, institucionalmente, um dos polos da oposição democrática e popular contra a transição conservadora. O outro polo será ocupado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), dirigido por Leonel Brizola. A eleição de 1989 consolidou a liderança petista entre os setores populares, liderança que será mantida pelos treze anos seguintes, até a vitória de 2002 (POMAR, 2014, p. 78).

Como o professor traz, não foi feita uma avaliação coletiva do processo de 1989 produzindo um balanço petista do desempenho impressionante naquele pleito. Ao narrar a eleição Wladimir Pomar narra o susto das elites nacionais ao verem a viabilidade e as chances efetivas de que o palácio do Planalto passasse a ser dirigido pelo “sapo barbudo”, como a direita apelidou o candidato petista. Segundo o professor essa mudança de chave, fez com que a direita

---

<sup>100</sup> Pomar, Wladimir. **Quase lá: Lula, o susto das elites**. São Paulo: Página 13, 2009.

lançasse mão de todas as artimanhas e seria possível impedir a todo custo que esse desfecho se realizasse. Segundo Wladimir Pomar:

Jamais os meios de comunicação de massa se integraram de forma tão íntima para difundir as mesmas calúnias, as mesmas mentiras, os mesmos boatos, as mesmas intrigas. Adotaram fielmente o briefing ditado pelo próprio Collor no Programa Ferreira Neto de 11 de dezembro, na TV Record, com retransmissão em cadeia nacional pelas emissoras que quisessem, aprofundando seu discurso em Vitória, no dia 8, onde já apresentara o tom de sua nova estratégia. O Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) já havia feito um levantamento da programação jornalística da Rede Globo entre 27 de novembro e 6 de dezembro, constatando que o candidato Collor ocupava 64,1% do tempo da cobertura eleitoral da emissora, contra apenas 35,9% para Lula. Num único programa sobre eleições, Collor teve 22 minutos e Lula nada. O resto da imprensa seguiu o exemplo, mesmo aquela que se dizia neutra (POMAR, 2009, p. 124-125).

Panfletos apócrifos, ameaças de demissão, rumores sobre fechamento de igrejas e a atribuição de tentativas de sequestro do candidato Fernando Collor apareceram no repertório variado de táticas combinadas por todo o país para fazer crescer a sensação de medo. O autor relata que pessoas vestidas com camisas do PT saíam pelas comunidades atemorizando moradores e foram mobilizadas pelas forças opostas (POMAR, 2009).

As manipulações no debate presidencial final e os erros estratégicos da campanha do lado petista são apontadas por Wladimir Pomar como definitivos para selar o rumo daquela competição. Contudo, o peso da estrutura dos setores dirigentes da sociedade brasileira foi descomunal. E nessa disputa no quente da rua, Benedita estava dedicada a essa tarefa militante.

Foto 20 – Cláudia Ferreira. Benedita da Silva, deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores, em boca de urna, na rua Voluntários da Pátria - Botafogo, em apoio a Lula, 1989



Derrotado por Fernando Collor no segundo turno, o torneiro mecânico despontava como a liderança popular que anos mais tarde dirigia o país. Como resume Wladimir Pomar:

No embate de 1989, mais uma vez as eleições foram vencidas pelo Império, por seu príncipe sem ética e sem dignidade. Com o apoio financeiro e material dos grandes empresários que ficaram na sombra e com o concurso decisivo dos meios de comunicação. Collor construiu sua falsa imagem de caçador de marajás, inimigo dos corruptos e dos políticos, adversário de Sarney e salvador dos oprimidos e descamisados. Dessa maneira, conseguiu 35 milhões de votos – 43% do eleitorado ou 51% dos votos válidos (POMAR, 2009, p. 138).

Com a derrota da sua primeira disputa presidencial o partido saiu fortalecido e a conjuntura do governo Collor contribuiu na consolidação do PT como oposição. Nesse processo de equacionamento do tamanho do jovem partido, como polo tensionador das disputas institucionais e sociais do país, aquela vereadora carioca consolida-se enquanto referência política para todo o país.

Com Bené, o Partido cresce e a relação recíproca ganha veracidade. A eleição que sucedeu o estouro de 1989, foi a que reconduziu seu mandato parlamentar. Em 1990, ano em que Mandela saiu do cárcere, as eleições gerais brasileiras aconteciam, pela primeira vez, para escolher todos os cargos de governadores e recompunham as figuras do Senado e da Câmara. Com 53.278 votos, Benedita da Silva é reeleita<sup>101</sup>. Era uma nova etapa nesse caminho de vida e uma nova jornada no país que engatinhava com a sua democracia institucional recém-forjada. É justamente sobre a sua segunda legislatura que passo a escrever no tópico seguinte.

## 5.2 Os lírios não nascem das leis? Uma parlamentar semeando amor

*“As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra”*

(Drummond)

A poesia forte do mineiro Carlos Drummond logo me apareceu à mente quando penso sobre o processo de atuação legislativa e jurídica com que tenho familiaridade. É uma batalha de contradições que só com muita organização popular arrancamos vitórias. A arena do Sistema de Justiça e das casas parlamentares é desenhada para manter as coisas como estão. Contudo, nas frestas dessas instituições é possível vislumbrar luz. E Benedita da Silva é uma liderança

<sup>101</sup> Tribunal Superior Eleitoral. **Resultados das eleições de 1990**. Disponível em: <<https://ap.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibWZk5MjQ4OTQtMjllOS00Yjc1LWExYzctMmY2MWM2ZDBlYzk5IiwidCI6ImFiNzcyYzYzLWVhMzgtNGIxZSliZWY3LTdiNjBIZDhhY2RmMSJ9>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

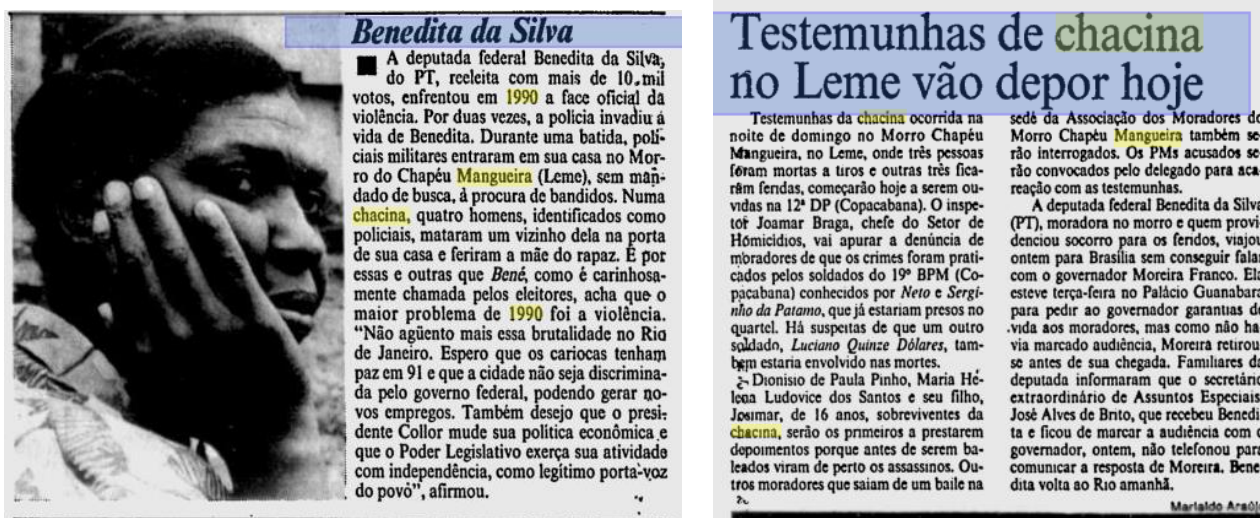
que abriu muitas dessas fraturas com o roteiro pré-ordenado para as populações vulnerabilizadas.

Assim, continuo assentindo com o poeta quanto a insuficiência das normas e a prevalência do tumulto, mas, sem as trincheiras normativas a capacidade de atirar pedras contra o sistema capitalista-patriarcal-racista seria bem menos potente. Aqui, dedico-me a refletir sobre os pontos nevrálgicos da atuação do segundo mandato parlamentar federal da Bené. Foi nessa década dos 1990 que ela encara os pleitos majoritários e que o delineamento da sua atuação parlamentar fica ainda mais vívido.

Como consta na ficha da parlamentar disponibilizada pela Câmara dos Deputados, ela participou das “Comissões permanentes: Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias: Suplente, 1990, 1992-1994; Relações Exteriores: Titular, 1989-1991-1994; Saúde, Previdência e Assistência Social: Titular, 1989-1990; Seguridade Social e Família: Titular, 1990, e Suplente, 1991-1992; Transportes: Suplente, 1989-1990”. Foi membro titular da Comissão Especial de Normas Gerais de Proteção à Infância e à Juventude e Estatuto da Criança e do Adolescente (1989-1990), onde participou de duas Comissões Parlamentares de inquérito sobre o tema da infância e juventude”.

Além da defesa da criança e do adolescente, seu segundo mandato é marcado pela pauta dos direitos reprodutivos e a luta contra a pena de morte. A articulação entre sua própria vida e as bandeiras que são sustentadas com centralidade no mandato mais uma vez é reforçada. No ano de sua reeleição houve uma chacina no Morro do Chapéu Mangueira que aconteceu na casa vizinha a da deputada. O Jornal do Brasil noticiou os eventos.

Foto 21 – Recortes do Jornal do Brasil; da direita para esquerda, de 01 de janeiro de 1991 e 22 de outubro de 1990



O fato que ocupou as manchetes aconteceu na casa ao lado da de Bené. Como ela bem resume “a população das favelas sofre com os enfrentamentos entre os traficantes e a política. A gente tem medo dos dois” (SILVA, 1997, p. 58). Três pessoas tombaram na frente de sua casa e outras três foram machucadas. O discotecário Sandro Alves, o jovem de 22 anos, fuzileiro naval, Aguinaldo dos Santos e o florista Damião Cosme e Silva perderam suas vidas pela atuação de um grupo de extermínio constituído de policiais civis e militares.

A mãe de Aguinaldo, Maria Helena, foi atingida por disparos ao amparar o filho que chegava em casa subindo a ladeira. O Jornal do Brasil dá conta que os policiais identificados como os assassinos foram presos. Serginho do Patamó, Luciano Quinze Dólar e o soldado Neto foram presos pelo envolvimento nos assassinatos. Contudo, como as manchetes selecionadas mostram, foi a própria deputada que cuidou de amparar os seus. E no processo agonizante das mortes, a racionalidade de Benedita pregou uma peça. Ao tentar amparar as vítimas, ela fez contato com a polícia (SILVA, 1997). Como ela narra:

Eu não sabia quem eram aqueles homens e fui buscar socorro no posto de polícia. Não encontrei ninguém e insisti por telefone. Duas horas depois, chegaram mais de dez carros de polícia e quando se aproximaram do local da chacina, um dos traficantes gritou: “Deputada, quem fez isso foi o trinta dólar!”. Aquele era o nome do policial que recebia propina dos traficantes. Então, eu me senti com o cocô do cavalo do bandido. Tinha chamado a polícia e acabei ouvindo isso de um traficante! Achei que aquele era o meu papel, mas foi a única vez na minha vida que eu chamei a polícia para entrar na favela (SILVA, 1997, p. 59).

O relato em primeira mão parece sair da boca das mães do Guarujá, de Acari, de Salvador, da periferia de Natal. A guerra da escravidão persiste fazendo tombar os corpos negros, jovens e masculinos. E arrastando suas consequências nefastas para as mulheres negras. O Genocídio do povo negro como denunciava Abdias do Nascimento segue fortalecido. O processo hipócrita de debate sobre a descriminalização das drogas feito no país continua colocando como marcador prioritário a questão racial e territorial, enchendo as cadeias como se fossem tumbeiros que não saem do porto.

Para o projeto da branquitude o assassinato volumoso de corpos negros é necessário. Não tem repercussões práticas. Não se mudam estruturalmente as razões que fazem tantos corpos se acumularem, tantas vidas serem desperdiçadas, tantos potenciais serem limados na fonte. Assim, afirmar a prevalência do território de favela enquanto movimento de identificação pessoal é importante. Como coloca Dudu Ribeiro<sup>102</sup>:

Aprofundar diagnósticos e propostas nos permitiram consolidar a inescapável condição de um país antinegro. É fundamental, para esse momento, compreender e ampliar ainda mais o nosso repertório para enfrentar os desafios, e nosso caso em particular, especialmente os que se apresentam no campo das políticas sobre drogas, segurança pública, justiça criminal e direitos humanos. Nos propomos a pensar a partir do paradigma da guerra às drogas como uma engrenagem transnacional, que financia e colabora com o genocídio negro na diáspora, atuando de forma decisiva na distribuição desigual de possibilidades de vida, na concentração da riqueza, na espoliação dos estados nacionais e na elaboração de um capital humano restrito, no qual a humanidade é o que mais possa se aproximar da branquitude, e os demais povos racializados são subjulgados à lógica desta supremacia (RIBEIRO, 2022, p. 110).

A manutenção dessa engrenagem perversa é útil a um país antinegro como coloca Ribeiro. Associado a um apelo político da pauta da segurança pública hegemônica pelos conservadores e concentrada pelo movimento político de massa de extrema direita que tem como porta-vozes os programas policiais enquanto elemento validador da violência e conversão da mesma em espetáculo, aliado a um perspectiva de baixa combatividade na pauta pelos setores das esquerdas tradicionais fazem um combo que sofre as mortes negras, mas que não tem a capacidade de indignação fundamental para agir de maneira estrutural.

Essa tensão é denunciada por Benedita desde sua experiência vivida e sua defesa corajosa contra a pena de morte. Que pode até ter sido derrotada até o momento da escrita do presente texto, mas que é permitida longe dos lírios da lei. Em um dos seus pronunciamentos

---

<sup>102</sup>RIBEIRO, Dudu. Guerra às drogas no Brasil – a atualização do genocídio. In: FREITAS, Felipe da Silva (org.). **Violência no Brasil: desafio das periferias** [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2022.



sobre o debate da emenda à Constituição que estabelecia a morte como punição legal, a parlamentar fala, com força:

Nós, mulheres somos contra a pena de morte porque sabemos, de antemão, quem serão os alvos dessas ações: os pobres e marginalizados. Sabemos que o estupro encontra-se em todas as classes sociais. Ele pode ser tanto um operário quanto um rico empresário bem-conceituado. Mas, provavelmente este tipo de estupro - famoso e rico - não irá para os bancos dos réus. E não queremos ser coniventes, cúmplices com mais injustiças. Não queremos, mais uma vez, ver os setores historicamente têm sido discriminados no nosso País - as mulheres, crianças, negros; pobres em geral - arcar com o pagamento das pesadas dívidas sociais e econômicas geradas pelas nossas irresponsáveis e incompetentes elites (SILVA, 1992, p. 12).

À medida que pretendia estabelecer a penalidade capital para os crimes de roubo, sequestro e estupro desde que seguidos de morte veio da lavra do jornalista e deputado federal Amaral Netto, do Partido Democrático Social (PDS). Enquanto mulher, a deputada foi colocada em uma posição de emparedamento por não defender uma medida que para o setor conservador era considerada “protetiva” à dignidade sexual. E os argumentos que Bené apontava naquela época seguem fortes. Durante seus pronunciamentos a menção e o conhecimento íntimo da situação dos Estados Unidos e como a implementação da medida passa pelo enviesamento racista, merecem ser constantemente revisitados. Como a deputada afirma, a adoção dessa política criminal só reforça o papel do patriarcado enquanto decisivo na vida das mulheres. Em outro pronunciamento ela reforça:

A pena de morte, em todo o mundo, é aplicada de maneira desproporcional e discriminatória contra os despossuídos em geral, sejam os pobres, os negros, os perturbados mentais, as minorias raciais, políticas ou regionais. Isto já está fartamente comprovado. E isto acontece porque estes segmentos sociais não tem como se defender eficazmente num processo penal, seja por falta de dinheiro, principalmente, ou pela ausência de conhecimento ou de pessoas influentes. Certamente isso não aconteceria se fizessem parte das camadas mais favorecidas (SILVA, 1992, p. 13).

Esse diagnóstico segue acertado. A dificuldade de acesso a defesa técnica de qualidade e o custo de acessar a Justiça é o que faz com que muitas pessoas sigam encarceradas e tendo seus direitos violados em um sistema de encarceramento que já foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal como em estado de inconstitucionalidade. Essa luta contra a pena de morte se seguiu e foi derrotada.

Além disso, houve vitórias. Em 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que teve em Benedita da Silva uma de suas principais impulsionadoras. A Lei 8.069 de 1990 foi uma grande conquista na luta do movimento da infância e que segue com muita resistência e tentativa de reversão no tempo presente. Como colocam Renata Lima,

Leonardo Poli e Fernanda José<sup>103</sup>, a construção do diploma legal que estabeleceu a condição especial de desenvolvimento e priorizou crianças e adolescentes foi produto de muita pressão e sua implementação encontra percalços e segue em disputa.

Neste novo marco legal, a criança e o adolescente deixam de ser vistos como portadores de necessidades – e frequentemente um problema a ser enfrentado – e passam a ser considerados sujeitos de direitos, cabendo às gerações adultas o dever de construir um sistema de garantia de direitos. E, para alcançar estes objetivos, as políticas públicas devem ser organizadas segundo os princípios da descentralização, da articulação de ações governamentais e não-governamentais, e da participação da população, por meio de diversos conselhos (LIMA; POLI; JOSÉ, 2017, p. 327).

Como colocam os autores, ter a ferramenta jurídica foi um avanço indispensável, mas isolada ela não é capaz de mudar as condições da juventude brasileira. A realidade, como é sabido e a própria vida de Benedita é testemunha, vai no sentido oposto. Segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos<sup>104</sup>, “nos quatro primeiros meses de 2023, foram registradas, ao todo, 69,3 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, das quais 9,5 mil denúncias e 17,5 mil violações envolvem violências sexuais físicas”. Dados da Unicef<sup>105</sup>, apontam que “entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes de 0 a 19 anos foram mortos de forma violenta no Brasil – uma média de 7 mil por ano”.

Os duros números são eloquentes. Temos um país extremamente inseguro para as crianças e que fazendo os enovelamentos de raça e gênero os resultados de aviltamento de tais violências são notórios. E o tema dessa violência, que sempre percorreu a vida da própria Bené, tem relação com seu protagonismo nesse debate.

Como traz fortemente em suas memórias, foi uma menina que vivia nas ruas, que sofreu um estupro aos 7 anos e que amparou muitos jovens assassinados pela mão do estado. Enquanto assumiu seu segundo mandato, embalada pelas discussões do ECA, a parlamentar capitaneia a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito da Nova República que investigou o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil<sup>106</sup>. Em contraposição a outra investigação feita sob o viés

<sup>103</sup> LIMA, Renata Mantovani de; POLI, Leonardo Macedo; JOSÉ, Fernanda São. A Evolução Histórica dos Direitos da Criança e do Adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais. *Rev. Bras. Polít. Públicas* (Online), Brasília, v. 7, n. 2, p. 313-329, 2017.

<sup>104</sup> AGÊNCIA BRASIL. **Violações sexuais contra crianças crescem quase 70% no Brasil**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-05/abusos-sexuais-contra-criancas-crescem-quase-70-no-brasil#>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

<sup>105</sup> UNICEF. **Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil**, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

<sup>106</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ficha de tramitação. Institui comissão parlamentar de inquérito para investigar o extermínio das crianças e adolescentes. Disponível em:

da doutrina menorista, como destaca Luísa Cardoso<sup>107</sup>, o levantamento puxado pela petista já se centrava na doutrina da proteção integral e ela resume os trabalhos da CPI:

O relatório final, aprovado em 20 de fevereiro de 1992, é o resultado de oito meses de trabalho da Comissão, cujas atividades incluíram seis entrevistas com governadores; 41 audiências públicas; recolhimento de depoimentos de membros da sociedade civil e de autoridades públicas e de membros de organizações não-governamentais (ONGs); visitas a sete estados e oito cidades da União; além de investigação feita em relatórios e documentos diversos recebidos pela Comissão, vindos de diferentes setores da sociedade (CARDOSO, 2017, p. 2).

Como coloca Luísa Cardoso a Comissão foi fundamental no cenário da luta pela proteção da infância e juventude na década de 1900. Os relatos da situação da juventude brasileira e a fragilidade da sua proteção ficaram evidentes nas mais de 300 páginas do relatório final (CARDOSO, 2017). Ao lado de Rita Camato (PMDB) e Célio de Castro (PSB) os trabalhos foram conduzidos. O Relatório final<sup>108</sup>, elaborado pela petista traz em sua introdução:

A criação desta CPI, independentemente de ser uma medida intrinsecamente legislativa, resultou da aliança entre as forças vivas da sociedade civil e do Estado na intenção de trazer, a partir da dura realidade da criança e do adolescente, uma visão conscientizadora que conduza a uma efetiva mudança no nosso comportamento tendo como consequência uma cidadania mais ativa e uma sociedade mais humanizada (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1992, p. 2).

As visitas aos estados e a riqueza das informações coletadas é assustadoramente contemporânea. Casos de tortura de adolescentes pelas forças policiais, tráfico de bebês e abuso sexual são relatados na investigação. E Benedita é severa nas conclusões, “não existem inocentes, seja no Estado ou na sociedade. De algum modo contribuímos, nem que seja por omissão, para a perpetuação desse genocídio continuado e ignóbil em nossa terra” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1992, p. 18).

A denúncia do abandono das crianças pobres e negras aparece no texto e a expressão do olhar político dela se mostra. A mobilização entre fé e amor transborda em suas palavras. Diz a relatora: “Não estamos condenados à desesperança. Não estamos condenados à barbárie”

---

<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1243325&filename=Dossie-PRC%2014/1991](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1243325&filename=Dossie-PRC%2014/1991)>. Acesso em: 26 ago. 2023.

<sup>107</sup> CARDOSO, Luisa Rita. Violência e infância: a criação da CPI destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes como acontecimento (Brasil, 1991). **Anais do III Seminário Internacional Histórias do Tempo Presente**, UDESC - Florianópolis, Santa Catarina, p. 1-13, 2017.

<sup>108</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. **CPI Destinada a Investigar o Extermínio de Crianças e Adolescentes**. Relatório Final. 1992. Disponível em: <[https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19MAI1992SUP\\_B.pdf](https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19MAI1992SUP_B.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2023.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1992, p. 19). Entre os elementos conclusivos Bené destaca ainda que:

Com a queda dos estados policiais no Leste Europeu, com o fim das ditaduras na América Latina e o gradual desmonte do apartheid na África do Sul, nosso país vai passando a ser parte do grupo de países grandes violadores dos direitos humanos no mundo de hoje. Mas isso não precisa continuar. Se é certo que o extermínio de crianças e adolescentes não pode ser explicado apenas pelo grau de pauperização do povo brasileiro, é certo também, que existem estreitas relações entre os dois fenômenos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1992, p. 19).

Aqui conseguimos ver a linha de análise da parlamentar que articula sempre os elementos de raça, classe e gênero na sua avaliação dos fenômenos. Em suas falas essas categorias não são hierarquizadas, ao contrário, são colocadas sempre de maneira imbricada. Ao concluir o texto, o aspecto de fé, enquanto balizador de sua formulação também se faz presente. Em analogia com a história bíblica, ela questiona:

A humanidade até hoje ouve falar de Herodes, que há dois mil anos dizimou os bebês da Galiléia no vão intento de assassinar o Messias. Por quantos séculos haverão de reverberar os gritos não ouvidos das vítimas desses exterminadores, cujos nomes ninguém escreverá no "livro da vergonha" destes tempos de opróbrio em nossa Pátria? (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1992, p. 19).

A politização da sua compreensão religiosa é evocada aqui seguida por uma conclamação da esperança diante do extermínio da infância e da juventude. “É na nossa verdade existencial, de seres que temos acesso à dimensão da morte - portanto por amor à vida - que o condenamos” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1992, p. 19). Quando penso em uma parlamentar semeando amor é do conteúdo das escolhas executadas por Benedita da Silva em seu caminho que ocorre-me. Tomando a posição que nenhum discurso é neutro, é justamente a sua vivência enquanto uma criança vitimada por esse sistema e que perdeu filhos por conta da pobreza, do racismo e do patriarcado combinados, que encontrou na fé uma âncora social que transborda nas páginas do Relatório.

A luta pelos Direitos Humanos é definida também pelos seus lutadores. E aqui temos um exemplo primoroso desse encontro. Sua compreensão religiosa é interpretada como fonte da defesa de crianças e adolescentes em uma perspectiva não conservadora. Como Monalisa

Santos e Lidyane Souza<sup>109</sup> apontam ao analisar Benedita da Silva e Mônica Francisco enquanto parlamentares negras e protestantes:

A plasticidade das diferentes articulações de lutas de mulheres negras contra violências e violações de direitos apontam para o combate à tendência à homogeneização de suas subjetividades que também se apresenta quando se trata de pertencimento religioso. As trajetórias aqui apresentadas são compreensíveis a partir do marco do pensamento liberal secular, uma vez que, se os fundamentos religiosos das atuações de Benedita da Silva e de Mônica Francisco são mobilizados, sua apresentação na esfera pública é precedida por um processo de tradução em termos seculares. No entanto, este marco político, que é também científico, não deveria impedir o reconhecimento de outras formas possíveis de agência de mulheres negras evangélicas que operam apartadas desse marco. Sendo maioria em suas igrejas, é bem provável que a partir delas surjam importantes transformações (SANTOS; SOUZA, 2022, p. 151).

O pertencimento religioso não é ocultado. Ele é o ponto de partida para uma interpretação articulada com as necessidades dos grupos minorizados. Esse perfil se faz sentir especialmente no segundo tema que tomou prevalência em seu segundo mandato de deputada federal, qual seja a defesa dos direitos reprodutivos femininos. Também ensejando a abertura de Comissão parlamentar de investigação própria o debate sobre esterilizações forçadas é foco da atuação de Benedita da Silva. Como ela traz em seu livro *Cidadania: uma questão a ser resolvida* de 1992:

Um componente de grande importância que envolve a questão da esterilização de mulheres, hoje, no Brasil, é o fator ideológico. O que realmente acontece e quais são os reais interesses de uma política esterilização em massa - mas que não é do conhecimento geral - é manter o controle sobre o nascimento dos pobres, negros e mestiços, mantendo o crescimento destas populações em níveis aceitáveis para os padrões de exploração capitalista, cuja força de trabalho (mão-de-obra) irá sustentar e nutrir esse sistema (SILVA, 1992, p. 17).

A denúncia de Benedita da Silva envolvia a execução de procedimentos de ligações de trompas feitas por organizações internacionais que atuavam no país especialmente em áreas de maior desigualdade como as regiões Norte e Nordeste. Articulada a punição pela prática do aborto a parlamentar denunciava que a escolha sobre quando, como e por que razões ter ou não filhos era uma escolha das mulheres que não estava sendo respeitada. Em um trecho de seu pronunciamento a líder petista afirma:

---

<sup>109</sup>SANTOS, Monalisa Pereira; SOUZA, Lidyane Maria Ferreira de. Direitos e fé nas trajetórias de Benedita da Silva e Mônica Francisco: mulheres negras faveladas evangélicas e ideologia (anti)gênero. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 14, n. 33, p. 136-154, set./dez. 2022.

Na situação de miséria, desemprego, falta de informação e de opções, nossas mulheres estão se deixando esterilizar como única saída para o desespero de ter mais uma boca para sustentar e totalmente controladas pela ideologia esterilizante em voga, que fabrica o mito da mulher sem filhos. Não lhe dá condições de optar, conscientemente, por tê-los e não. Invade seus corpos com um verdadeiro arsenal de medicamentos, instaurando uma verdadeira guerra cada vez mais sofisticada, onde as “armas” mais “eficazes” são os contraceptivos, aí incluída também a esterilização (SILVA, 1992, p. 19).

Segundo estudo conduzido no período por Elisabeth Vieira (1994)<sup>110</sup> reafirma os argumentos usados pela deputada. Entre os achados do estudo ela percebeu que 40% das mulheres submetidas ao procedimento cirúrgico não tinham sido informadas sobre as repercussões da intervenção e que o alvo das clínicas que propunham o procedimento era marcado: mulheres pobres em idade reprodutiva. Ainda de acordo com reportagem divulgada pelo *The Intercept Brasil*, assinada por Eliana Cruz<sup>111</sup>, a estratégia criminosa e violadora de Direitos Humanos fazia parte da estratégia racista estadunidense de controle populacional consubstanciada no *Relatório Kissinger*.

O instrumento investigativo foi misto, envolvendo Senado e Câmara para disparar o processo que revelaria a tática escabrosa de marcar os corpos das mulheres negras e pobres como responsáveis pela pobreza. Puxada por Benedita da Silva, como deputada e Eduardo Suplicy como senador, o procedimento foi estabelecido. Relatada pelo Senador Carlos Patrocínio, o texto do relatório foi apresentado em set. de 1992 e apresentava um conteúdo duro.

A petista coube o papel da presidência dos trabalhos. E o produto da Comissão comprovou a denúncia do plano de esterilizar as brasileiras pobres, inclusive como instrumento de compra de votos em determinados lugares e com abusos éticos médicos que violaram o livre consentimento das mulheres. A prática abjeta foi constatada e nas palavras do relator:

O contexto em que as esterilizações são realizadas é bastante perverso. A ausência de alternativas contraceptivas disponíveis e reversíveis e desinformação quanto aos riscos, sequelas e irreversibilidade da laqueadura. [...] A cirurgia esterilizadora é realizada em condições de semiclandestinidade, sendo objeto de negociação eleitoral e mercantilista. A atuação da esterilização em massas de mulheres no Brasil, com as suas consequências negativas no campo dos Direitos Humanos, da cidadania, das relações sociais, econômicas e políticas, internas e internacionais, tendem a se agravar caso medidas eficazes não sejam tomadas pelos poderes da República (SENADO FEDERAL, 1992, p. 118).

<sup>110</sup> VIEIRA, E. M. A esterilização de mulheres de baixa renda em região metropolitana do sudeste do Brasil e fatores ligados à sua prevalência. *Revista de Saúde Pública*, v. 28, n. 6, p. 440–448, dez. 1994.

<sup>111</sup> THE INTERCEPT BRASIL. **O caso Janaína me lembrou que o Brasil já fez esterilização em massa** – com apoio dos EUA. Eliana da Cruz. 18 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2018/07/18/laqueaduras-esterilizacao-forcada-mulheres/>>. Acesso em: 30 out. 2023.

Entre as recomendações do Relatório a elaboração de norma que disciplinasse a prática da esterilização foi encaminhada. A Lei n. 9.263, de 12 de janeiro de 1996 passa a disciplinar o Planejamento Familiar e constitui um avanço significativo. Além dessa atuação, é de lavra de Benedita da Silva a Lei Ordinária 9.029/1995 que proíbe a exigência de atestado que comprove esterilidade ou gravidez de candidatos a emprego.

É desse período também a adoção sem ressalvas da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, mais precisamente em 1994 o Parlamento Federal brasileiro inseriu entre seus dispositivos jurídicos o tratado das Nações Unidas que tratava de garantias aos direitos reprodutivos que iam no sentido de repudiar as castrações forçadas. Contudo, cumpre registrar que só em 2022 que o procedimento voluntário para a realização do procedimento esterilizante foi possibilitado às mulheres sem a necessidade do consentimento do cônjuge, sendo estabelecida a idade de 21 anos ou com dois filhos possam escolher fazer a cirurgia. A luta pela autonomia reprodutiva das mulheres segue sendo um desafio presente.

Foto 22 – Grupo de mulheres do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas - CEAP, em manifestação na passeata do Dia Internacional da Mulher



Nota: Fotografia Cláudia Ferreira.

Destaco que no segundo mandato de deputada federal Benedita da Silva era a líder do Partido na Câmara dos Deputados e era a responsável por encaminhar a posição da agremiação nas votações e debates. E a posição do Partido era de oposição ao Governo Collor que enfrentou sucessivas crises e escândalos. O primeiro presidente eleito de maneira direta após a redemocratização sofreria também o primeiro processo de impedimento da República nova, deixando explícita a fragilidade da democracia representativa brasileira. Como traz Valter Pomar (2022):

O primeiro governo brasileiro abertamente neoliberal, o de Collor, não conseguiu chegar até o final -as disputas inter-burguesas, agravadas pela aplicação do Consenso de Washington, combinadas à mobilização popular, abriram caminho para o impeachment. A aliança em torno de Collor consagrou, também, a adesão da maior parte da burguesia ao neoliberalismo ou, vale dizer, ao “projeto” defendido pelos setores monopolistas da burguesia, aqueles com maiores vínculos com o capital estrangeiro e financeiro. O apoio a Collor foi minguando, mas a adesão ao neoliberalismo não. Apesar de derrotas pontuais (como o impeachment e o fracasso do parlamentarismo), seguiram-se quatro anos de consolidação do ideário neoliberal e, finalmente, a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Os efeitos do programa neoliberal sobre a burguesia foram variados, a depender de cada setor. Mas durante um certo período, o abundante fluxo de capitais estrangeiros permitiu que sobrasse um pouco para todos. De uma forma geral, a grande burguesia brasileira - todos os seus setores- conseguiu “ganhar algum” durante os anos de fluxo abundante de capitais. Alguns ganharam mais do que os outros, mas todos ganharam um pouco, mesmo aqueles que tiveram que vender seu patrimônio (POMAR, 2022, p. 30).

Como o professor coloca, o PT se manteve na oposição ao governo Collor e estava nas mobilizações dos “caras-pintadas”. Sempre pautando o discurso da ética na política e o debate sobre os impactos da corrupção. Na sessão de 29 de set. de 1992, a líder se pronuncia:

Nós, do Partido dos Trabalhadores, temos a convicção de que esta não é tarefa de um partido. Uma pessoa seria leviana ou ingênua, no mínimo, se pensasse que esse gesto que cada um de nós estamos tendo aqui fosse pura e simplesmente da responsabilidade de pessoas ou de um partido. Entendemos que este Governo patrocinou e continua patrocinando o desemprego, a recessão, a fome e a miséria. Por que o impeachment? Por que faltam recursos para tirar das ruas as milhares de prostitutas que a cada dia proliferam em nossas cidades? Por que permitir que 40% da nossa população receba menos de um salário-mínimo e seja considerada miserável? Por que permitir que aposentados morram nas filas, sem atendimento e sem ter um salário digno? Por que permitir que uma parcela considerável desta sociedade tenha que ficar morando embaixo dos viadutos? Por que sempre alegaram que faltam recursos para isso? (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1992, p. 22034).

Ao longo da fala Benedita reforça a diferença de tratamento entre pobres e ricos e em como é necessário remover da cadeira da presidência o titular por respeito aos instrumentos constitucionais que colaborou na elaboração. São registradas mais falas sobre essa conjuntura e a reiterada disposição na saída de Fernando Collor. Ao ser absolvida por falta de provas pelo Supremo Tribunal Federal a parlamentar tece duríssimas críticas ao perfil da corte e como a ausência da participação popular na escolha dos ministros produz a absolvição dos poderosos e a condenação de “ladrões de galinha”. Lendo do futuro para o passado imaginemos que anos depois a posição de lutar contra o impedimento golpista e a decisão dos rumos do país estaria novamente nas mãos do órgão judiciário que foi objeto de suas críticas. Essa circularidade é prova que as estruturas econômicas, políticas e sociais brasileiras não foram transformadas em



sua fibra íntima e que as classes dominantes continuam exercendo seu poder desavergonhadamente.

Mas, refletindo sobre este período os temas do enfrentamento à política econômica do governo, os embates no campo dos direitos humanos, notadamente da pauta da criança e do adolescente e das mulheres, marcaram fortemente esse segundo mandato federal. Essa legislatura também foi marcada por sua primeira experiência concorrendo enquanto candidata majoritária para a Prefeitura do Rio de Janeiro.

O que o Rio quer, o Rio vai conquistar  
A felicidade, sim, virá  
Pra mudar o Rio, eu voto em quem confio  
É prefeita pro Rio, Benedita! (*JINGLE*, 1992).

Foto 23 – Campanha política do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro para prefeito, vice-prefeito e vereadores



Nota: Fotografia: Cláudia Ferreira.

A campanha histórica colocou a petista como vitoriosa no primeiro turno das eleições. A chapa que tinha na vice deputado federal Sérgio Arouca, do Partido Popular Socialista (PPS) e que estava coligada com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) alcançou 833.559 votos (32,94% do total de votos válidos) na primeira rodada. A disputa foi contra César Maia, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que tinha como vice Gilberto Ramos do Partido Liberal (PL)<sup>112</sup>. Em suas memórias Benedita traz um relato duro sobre esse processo eleitoral:

<sup>112</sup> FGV CPDOC. **Benedita da Silva**. [2009?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>>. Acesso em: 30 de out. 2023.

Se não estivesse apaixonada pelo Pitanga, teria sido muito mais difícil enfrentar aquela campanha. Foi uma disputa cruel, bem ao estilo americano, em que as preocupações giram em torno de temas como: com quem você já dormiu, se você já fumou maconha, coisas assim. Meu adversário promoveu uma campanha milionária, com o apoio dos grandes empresários. Mesmo assim, consegui liderar as pesquisas por muito tempo, por contar com o apoio dos setores populares. Acabei perdendo as eleições por uma diferença de somente 103 mil votos, depois de uma série de acusações envolvendo a minha família (SILVA, 1997, p. 78).

O caso de um diploma de ensino médio que seu filho Leleco usou para manter-se no trabalho e que não era verdadeiro virou uma brecha utilizada pela má-fé oportunista dos setores da direita. Em suas memórias ela aponta que havia dúvida sobre a segurança das urnas e chega a especular que houve fraude. As cédulas de papel produziam muita desconfiança e, curiosa como é a história, os debates mais atuais articulados pelo bolsonarismo pugnaram pela quebra da confiança nas máquinas eletrônicas que superaram a inconfiabilidade dos processos eletivos no passado. Conforme Ivan de Mattos e Silva<sup>113</sup> o bolsonarismo representa:

A ascensão da nova direita no Brasil é uma resposta brasileira à crise de hegemonia e à incapacidade das suas classes dirigentes de manter o pacto de dominação política engendrado pela Nova República. Tal como o fascismo histórico, o bolsonarismo é, também, um fenômeno de massas e de base popular, mas, diferente daquele, não possui seu núcleo duro de sustentação na pequena burguesia, e sim no precariado – a classe trabalhadora marcada pela flexibilização e pela precarização do trabalho típicas do padrão de acumulação neoliberal. [...] O ressentimento como reação a um senso de perda relativa – seja em relação aos ganhos simbólicos das “minorias”, ou em relação à reversão de sua trajetória de inclusão pelo consumo verificada durante o auge do lulismo – é um componente cultural central da adesão do precariado à lógica bolsonarista (DE MATTOS E SILVA, 2021, p. 28).

O professor destaca como essa corrente política apresentou-se como “anti-sistema” amparando os efeitos das crises econômicas e empoderando o discurso conservador como a sustentação de uma liderança “mítica” que prometia uma “revolução restauradora” (DE MATTOS E SILVA, 2021). A busca pela desestabilização democrática, seja usando as táticas de assassinato de reputações, combinados com a mídia empresarial e até com o Judiciário são ferramentas largamente conhecidas especialmente pelos setores organizados contra hegemônicos. Fazendo uma sintetização de demais aspectos do fim do seu segundo mandato federal, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) ao produzir um verbete biográfico sobre ela, afirma:

---

<sup>113</sup> DE MATTOS E SILVA, I. H. Da Nova República à nova direita: o bolsonarismo como sintoma mórbido. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/sec.v24.67892. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/67892>>. Acesso em: 29 out. 2023.

Em 1993, como titular da Comissão de Relações Exteriores, Benedita promoveu iniciativas voltadas para a aproximação comercial e cultural do Brasil com os países africanos. Entre os projetos de lei de sua autoria aprovados naquela legislatura, destacam-se o que regulamentou a profissão de assistente social e o que criou o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. Nas principais votações do período, posicionou-se a favor do fim do voto obrigatório e contra a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que ficou conhecido como imposto do cheque, e da instituição do Fundo Social de Emergência (FSE) (CPDOC, 2009?).

O seu primeiro ciclo de deputada federal se encerra com as eleições gerais de 1994, onde é eleita senadora com mais de dois milhões de votos. Consagrando sua liderança nacional e dentro do próprio PT. Como os seus escritos já apontavam, era um momento de mudanças dentro da perspectiva teórica e estratégica de sua organização partidária. Dava-se início aos processos metamórficos, como conceitua o professor Valter Pomar, dentro do PT. Sobre esse novo período e seus desafios, dedico-me no próximo capítulo.

## 6 UM PRESIDENTE COM A CARA DO BRASIL! TEMPOS DE METAMORFOSE

Desenho 3 –Benedita e Lula



Fonte: Desenho da autora.

*“Pela primeira vez o país tem um presidente com a sua cara, com os compromissos do Brasil!”*

(Benedita da Silva, 2002)

As aspas concedidas em entrevista à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) registravam a opinião da então Governadora do Rio de Janeiro. Depois de sua administração, nenhum outro sucessor ficou ileso aos processos persecutórios judiciais. A sua breve passagem pelo gabinete do Palácio Guanabara foi marcada por conquistas importantes como a implementação da política de ações afirmativas na distribuição dos cargos do secretariado e do início de um debate sobre a condução das forças de segurança. Mas, antes de ascender ao maior posto da hierarquia política estadual, Benedita da Silva havia rompido outra barreira significativa no parlamento.

A senadora com a cara do povo, como dizem os versos do jingle de 1994, foi eleita com 2.249.861 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e um) votos. A tiragem volumosa consagrou Benedita da Silva como primeira mulher negra carioca a representar o estado nessa posição na câmara alta do Congresso. Sobre sua passagem nessa outra parte do parlamento federal, seu ingresso no executivo estadual e os processos de mudança de linha política que passam pela Carta aos brasileiros e a conquista do governo federal por Lula serão tratados neste tópico.

Aqui penso as suas contribuições na luta por Direitos Humanos em cada um desses diversos espaços, que a levam a posição de Ministra de Estado tendo sido precursora na elaboração do programa fome zero que começaria a espantar o fantasma da fome da vida de

milhares de brasileiros. Não é possível fazer essa narração sem evocar a relação que a protagonista estabelece com o metalúrgico nordestino Luís Inácio Lula da Silva. O carinho que Benedita da Silva tem por Lula transborda em cada comentário, texto e pronunciamento. Em uma passagem singela das suas memórias, ela diz:

Existem pessoas maravilhosas no PT, mas a minha paixão número 1, devo confessar, se chama Luís Inácio Lula da Silva. A diversidade interna do PT dependeu muito da sua audácia, ousadia e lucidez. Quando as dificuldades da vida política me fazem pensar em desistir, lembro do Lula e tenho até vergonha de admitir esse tipo de insegurança. Tenho amor, orgulho, carinho e respeito muito grandes por ele e sua família, uma coisa de irmã. O Pitanga sabe e a Mariza, esposa do Lula, também. O Lula se parece um pouco com o Bola. Algumas pessoas acham que tenho uma quedinha por ele, acham até que rolou um aconchego, mas, ainda que estivéssemos a sós numa ilha deserta, sei que nada aconteceria (SILVA, 1997, p. 70).

A maneira afetuosa como se refere a Lula nessa passagem, lembrou-me muito o momento em que desfrutei de sua companhia pela primeira vez. A saudade do companheiro que estava encarcerado injustamente era sentida em suas palavras. Pensar que essa figura tão imensa na nossa história política também sucumbe ao peso injusto da luta política e que se ampara no operário do ABC para seguir tocando a luta e permitir que meninas negras como eu tivessem esse espelho para mirar, parece-me uma relação de companheirismo admirável. Afinal, estrelas acabam colapsando sobre seu próprio peso, e a responsabilidade de determinadas figuras históricas pesa de maneira demasiada.

Contudo, essa parceria política e de vida também não é feita sem contradições e dificuldades. Como ela mesmo pontua, desconstruir o machismo do seu parceiro de PT foi uma tarefa que o coletivo de mulheres da agremiação objetivamente enfrentou. E, como ela mesma alerta, não é algo fácil de superar. “É claro que, se não houvesse discriminação dentro do partido, não teríamos que fazer uso daquele instrumento. Então, tivemos que fazer todo um trabalho didático com os nossos companheiros” (SILVA, 1997, p. 70).

Esse trabalho é contínuo e falo, por experiência, que ainda precisa avançar. Mas, o PT foi pioneiro no estabelecimento de cotas nas direções partidárias e segue trazendo as reivindicações das mulheres como elemento denotativo de sua personalidade. Ainda sobre o aspecto diferenciador das mulheres na política, Bené (SILVA, 1997, 71) define bem que “no Brasil, o homem branco e rico representa a cara do poder” e isso reflete nas condições objetivas de competir. Ela relata que o valor empregado para fazer a campanha para o Senado foi altíssimo e a levou a contrair dívidas. Que embora o horário eleitoral seja gratuito a produção dos programas não o são e o quanto a campanha militante, de boca-a-boca sempre foi fundamental para seu sucesso eleitoral (SILVA, 1997).

Do ponto de vista conjuntural, o processo de destituição de Collor e a sucessão passada a Itamar foi fundamental para a decisão dos rumos do país naquele momento. Segundo Antônio Mendes e Gustavo Venturi (1994),<sup>114</sup> a boa avaliação do público sobre os impactos da fase um do Plano Real protagonizadas por Fernando Henrique Cardoso como ministro alavancaram a campanha da situação. Nas palavras dos autores:

Quando se falava na eleição presidencial nos primeiros meses de 94 havia uma certeza comum a todas as análises: Lula estaria no segundo turno, ainda que não se soubesse contra quem. Entre as convenções e o primeiro turno da eleição ocorreram muitos fatos com potencial de influência sobre o quadro sucessório: a consolidação da aliança PSDB-PFL, os encontros de Lula com lideranças políticas e empresariais da comunidade internacional, a crise e a troca dos candidatos à vice-presidência, Bisol e Palmeira; a conquista brasileira do tetra na Copa do Mundo, um debate entre os candidatos e os dois meses de propaganda eleitoral em cadeias de rádio e televisão; o flagrante parábólico das confissões do ministro Ricupero e a demissão do ministro Stepanenko por envolvimento da máquina do governo na campanha tucana; a greve dos metalúrgicos do ABCD, a afirmação de PC Farias de que em 90 financia a campanha ao Senado do novo candidato a vice de FHC, Marco Maciel, entre outros acontecimentos. Mas, como tantas vezes já foi observado, a despeito do alarde da mídia e da movimentação das campanhas em torno dos fatos acima, do ponto de vista do eleitorado a alteração radical do quadro sucessório foi regida fundamentalmente por um único movimento: a implementação da segunda etapa do Plano Real, com a troca da moeda e a queda abrupta da inflação (MENDES; VENTURI, 1994, p. 60).

A “Nova República” cambaleava. A Constituição ainda aprendia a engatinhar e a inflação cavalgava livre nos lares. Além dos elementos culturais que Antônio Mendes e Gustavo Venturi registram, na avaliação de Valter Pomar, a unidade da direita, mesmo com todas as limitações do Governo Collor não foram capazes de enfraquecer as forças da ordem que se organizaram para matar a possibilidade de não se manterem na sucessão do Governo federal. Em seus termos:

O temor e o risco de que o PT vencesse as eleições de 1994 permitiram que a unidade burguesa em torno do neoliberalismo sobrevivesse ao tropeço inicial de Collor, ao plebiscito sobre sistema de governo e ao fracasso da revisão constitucional. Unificada e aproveitando-se dos erros cometidos pela esquerda (entre os quais destaca-se a pequena oposição ao governo Itamar Franco, sob cuja cobertura foi elaborado o Plano Real e forjada a aliança que elegeu Fernando Henrique), a burguesia impôs uma dura derrota eleitoral e política à candidatura da Frente Popular, elegendo ainda no primeiro turno seu candidato. Com a vitória de FHC, em 1994, a burguesia passou a dispor de uma direção orgânica e comprometida com o projeto neoliberal. Esta política prosperou no terreno fértil do início dos anos 90, quando o centro do debate ideológico e da luta política em todo o mundo e no Brasil era a crise do socialismo (POMAR, 2022, p. 31).

---

<sup>114</sup> MENDES, Antônio Manuel Teixeira; VENTURI, Gustavo. Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Opinião Pública**, Campinas, v. 2, p. 59-72, dez. 1994.

Um segundo Fernando tornou-se presidente. O assim chamado “pai do Real” assumia a cadeira de presidente com a eleição resolvida logo em primeiro turno. Como Valter Pomar ressalta, a derrota da esquerda partidária, abriu a direção do PT para o grupo majoritário que dirige a agremiação até hoje, com o objetivo estratégico central de vencer as eleições federais. Nesse cenário, a recém senadora, que compõe o campo dominante do pensamento petista, faz comentários sobre como sua vida, especialmente a partir desse ponto em sua carreira foi atravessada desde os aspectos mais práticos, como salário, até a dimensão política que uma reforma nos apartamentos institucionais poderia causar.

Benedita da Silva relata que a relação com os vizinhos que lhe prestavam serviços de manutenção da casa mudou depois de ingressar na política. O que era feito como gentileza, agora vinha com proposta orçamentária primeiro. Que os vestidos que mandava costurar dobraram de preço e que isso demonstrava a visão tradicional da política que via em mandatários pessoas abastadas. Além dessas práticas, a violência política racista e de gênero a acompanharam também no Senado (SILVA, 1997). Como ela registra em discurso na Câmara Alta do Congresso:

No Congresso, nós sabemos como entra a coisa. Como sai, ninguém sabe. Entra uma fotografia da Marilyn Monroe e sai uma de Madonna. Madonna...foi boa a comparação. É uma coisa mais Benedita da Silva ou coisa assim." Essa foi a declaração dada à imprensa pelo novo Presidente do Sebrae, Pio Guerra, durante entrevista coletiva hoje. Suas palavras causaram mal-estar profundo, inclusive entre os muitos jornalistas presentes e que posteriormente buscaram uma declaração minha, identificadas que foram como manifestação explícita de discriminação e racismo, feita por uma personalidade recém-eleita para representar os interesses dos pequenos e microempresários. Representam o que estamos tentando combater no seio da sociedade brasileira e que até pouco tempo atrás, mitificada por termos como "democracia racial", esgueirava-se entre labirintos e becos da mente e do comportamento: o racismo, a discriminação, o estereótipo, a ignorância (SENADO FEDERAL, DSF de 29/11/1996, p. 19324).

A Senadora não hesitou em fazer sua defesa no plenário cobrando a posição da Casa diante da ofensa racista. Uma carta pífia de “desculpas” do José Guerra foi endereçada a parlamentar e divulgada pela Folha de São Paulo<sup>115</sup> em 30 de novembro de 1994. O conteúdo misógino e racista é inegável sendo um testemunho histórico do quanto a presença política de corpos como o de Bené em espaços da branquitude são rechaçados violentamente. A figura idealizada das musas estadunidenses como sinônimo de perfeição e a figura de parlamentar como seu oposto estético. Em sua resposta na tribuna, outro trecho merece destaque:

---

<sup>115</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Empresário pede desculpas a Benedita**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/30/brasil/18.html>>. Acesso em: 03 out. 2023.

Seriam projetos carregados de mistério, de significados inexatos, dados à interpretações sub-reptícias? Ou, ao referir-se a Marilyn e Madonna, estaria tipificada uma modalidade grotesca do erotismo masculino, na sua forma mais primitiva? Há um comportamento clássico, que é hoje objeto de estudo e estatística em pesquisas psicanalíticas: o prazer alcançado tão-somente a partir da mulher objetificada. O que são projetos com a cara da Benedita? Seriam projetos negros ou - quem sabe? - projetos cariocas? Femininos, representativamente populares? Seriam projetos humanistas, verdadeiramente identificados com a Nação? (SENADO FEDERAL, DSF de 29/11/1996, p. 19324).

A oposição que ela faz às ofensas de Pio Guerra são profundas. Projetos que tem sua cara são projetos que incomodam. Como nos ensina Conceição Evaristo, “eles combinam de nos matar e nós combinamos de não morrer”. E uma das formas de não morrer é erguer a voz. Ao usar o parlamento como escudo e instrumento de ataque aos racistas, Benedita fala por várias vozes que se organizaram de maneira geracional para que isso fosse possível. É uma defesa de um projeto de país radical e oposta ao pensamento colonial.

Em resposta, o trabalho da Senadora falou mais alto. A questão racial continuou sendo um dos temas de concentração de seu mandato. O Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 201, de 1997, dispõe sobre a proibição da expressão 'boa aparência' nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal foi uma dessas iniciativas, que embora não aprovada, dialogam diretamente com o que a própria parlamentar atravessou.

São dessa legislatura PLs muito importantes que constroem um arcabouço político na defesa do povo negro brasileiro da lavra de Benedita da Silva. Começando a análise das propostas mais polêmicas, apresento a iniciativa nº 129, de 1995, que dava sequência ao trabalho constituinte de Benedita sobre a questão das terras quilombolas. A proposta estabelecia o procedimento de titulação de propriedade imobiliária aos remanescentes das comunidades dos quilombos, na forma do art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias.

Após intensos debates, o projeto seguiu sua tramitação na Câmara dos Deputados. O texto original previa que a titularidade das terras ocupadas por comunidades quilombolas fosse partilhada com a Fundação Palmares, sendo também consideradas patrimônio cultural nacional. Contudo, o texto foi integralmente vetado pela Presidência da República. Ao retornar a Casa o veto foi mantido pela base governista articulada.

Não assusta que o resultado tenha sido este. A estrutura agrária e racista brasileira dominada pelo latifúndio permanecia extremamente bem representada no Congresso Nacional. Como Benedita colocava desde a Assembleia Nacional Constituinte, a questão agrária em nosso país é chave no processo de emancipação do povo negro, quilombola e indígena. Por esta razão, que em 2023 o mesmo Congresso abrigou o criminoso PL n. 2.903, de 2023 que busca



estabelecer um Marco temporal no processo de demarcação de territórios indígenas atrelado à data de promulgação da Constituição de 1988.

Esta tese foi derrotada em 2023 a partir de muita mobilização dos povos indígenas, que ocuparam Brasília em marcha e fizeram a pressão sagrar-se vitoriosa. Coube ao Supremo Tribunal Federal, na apreciação do Recurso Extraordinário (RE) 1017365, com repercussão geral (Tema 1.031), cancelar o que as pessoas originárias desse país-continente que habitamos exclamavam: *antes da coroa, havia o cocar!* Essa luta pelo cerceamento dos Direitos indígenas segue sendo uma bandeira das bancadas ruralistas e da branquitude. Embora inconstitucional, a aprovação do PL n. 2903, de 2023 foi feita por um placar de 43 a 21 no Senado da República e segue sendo um alerta de que as lutas que Benedita da Silva protagonizou no passado permanecem atuais.

Ainda como encadeamento da formulação legislativa sobre a questão racial, o pontapé inicial de conquistas históricas como as cotas no ensino superior fora dado pela carioca petista. Os PLS 13 e 14/1995 são os desbravadores dessa perspectiva de política pública, que implementada, trouxe-me as condições de ser autora do presente documento. Como beneficiária dessa luta e militante em sua defesa destacar a presença dessa mulher negra na construção da ideia que transformou milhares de vidas é tocante.

Falando das normas em si, o primeiro PLS dispunha sobre a instituição de cota mínima de 20% (vinte por cento) das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes, que nos termos do documento original significava alguém que não tinha condições de suprir as despesas de uma Universidade e que tivesse renda inferior a três salários-mínimos. Já o segundo criava cota mínima para os setores etno-raciais, socialmente discriminados em instituições de ensino superior. Ambos foram arquivados e não chegaram mais longe na tramitação. Contudo, esses ensaios demonstram quão acurada era a avaliação do mandato em relação às reivindicações dos movimentos negro.

Mais duas ideias da senadora tiveram igual destino. A reivindicação para que o dia 20 de novembro como data nacional da consciência negra se convertesse em feriado nacional culminou arquivada (PLS n. 202/1997), assim como a criação do selo comemorativo ao tricentenário de Zumbi dos Palmares (PLS n. 234/1995). Contudo nem todas as batalhas foram perdidas. Coube a Benedita da Silva inscrever o nome de Zumbi dos Palmares no livro dos Heróis da Pátria, através da Lei n. 9.315 de 20 de novembro de 1996.

A necessidade de incluir história e cultura da África nos currículos escolares já era preocupação da senadora em 1995, mas assim como a maioria das iniciativas estruturantes sobre a pauta, foi delegada ao arquivamento. A demarcação sobre a ausência de pessoas negras nas

programações das concessionárias de TV, na publicidade e em filmes foi mais uma interlocução entre a esfera da cultura com o debate da representação, como outros tantos, também foi arquivado. Faço esse resgate para mostrar o vanguardismo das ideias e ao mesmo tempo a constatação do perfil racista da própria instituição Senado Federal. Nos debates que ameaçam o edifício do mito da democracia racial, a unidade é abundante.

Como destaca Flávia Rios (2012)<sup>116</sup> ao pensar sobre os significados “do protesto negro” no país, a década dos 1990 é marcada por uma reorientação do movimento que saem do paradigma da reivindicação do 13 de maio e caminham em direção a recuperação da memória de luta dos quilombos, notadamente usando o símbolo de Zumbi e dos Palmares. Como a professora coloca, entre os marcos políticos desse período está a Marcha do Tricentenário de Zumbi dos Palmares. Segundo ela:

A caminhada pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, aconteceu numa segunda-feira do dia 20 de novembro de 1995, na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Cerca de 30 mil pessoas caminharam em rememoração ao tricentenário da morte do herói quilombola, em cuja passeata via-se o seguinte lema: “Contra o racismo, pela cidadania e a vida”. No documentário da Marcha Zumbi dos Palmares<sup>18</sup>, as passagens editadas mostram os ativistas cantando e dizendo em alto e bom tom as seguintes frases de efeito: “Reaja à violência racial!”, “Negro também quer poder!”, “Palmares! Zumbi! Assim eu resisti!”, “Queremos escola, queremos emprego!”, “Zumbi vive, Racismo, não!”. Essas cinco palavras de ordem são, provavelmente, apenas algumas dentre vários dizeres coletivos pronunciados ao longo da caminhada. Neles, mesclam-se problemas de ordem econômica, educacional e de representação política, em como a denúncia da desigualdade e discriminação (RIOS, 2012, p. 56).

Flávia Rios destaca a presença de Benedita da Silva na atividade e como ela denunciava a presença baixa de pessoas negras no espaço do Congresso. As pressões para que avançassem as pautas do povo negro organizado estavam no substrato da formulação do mandato e tem identidade com a construção efetiva da mesma fileira nas lutas entre o movimento negro e a parlamentar. Apenas em 2003, por exemplo, o sonho da petista e das décadas de mobilização do “protesto negro” alcançam a promulgação da Lei 10.639/03 que impõe o ensino de história e cultura africana e afrobrasileira na educação nacional.

Como o estudo aponta a pesquisa do Instituto Alana de 2023<sup>117</sup> o processo de implementação da norma vigente encontra obstáculos para a concretização. Reforçando a

<sup>116</sup> RIOS, Flávia. O protesto negro no brasil contemporâneo (1978-2010). *Lua Nova*, São Paulo, n. 85, 41-79, 2012.

<sup>117</sup> BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia. (org.). *Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afrobrasileira*. São Paulo, SP. Instituto Alana, 2023

necessidade da sua existência, a falta de disposição pública para concentrar esforços para que os conteúdos sejam efetivamente trabalhados em sala é real. Conforme a pesquisa aponta:

O cenário de implementação da lei ainda é crítico, revelando baixa institucionalização e alta resistência dos implementadores das políticas públicas, o que nos torna ainda mais vigilantes para a construção de estratégias de *advocacy* que se apresentem nesse cenário de forma denunciativa e, também, propositiva. Ainda se escolhe refletir a educação para relações étnico-raciais sem que se pretenda rever a construção e manutenção de privilégios. Escolhas que podem revelar um arcabouço mais amplo para reflexão acerca da percepção de baixo apoio e engajamento para a implementação da lei (BENEDITO; CARNEIRO; PORTELLA, 2023, p. 75).

Anos depois de estabelecida a alteração do currículo por pressão do movimento negro, a questão indígena também foi absorvida como necessária para o mesmo fim pedagógico. As duas enfrentam desafios semelhantes e atuais. A resistência a inserir os conteúdos nos debates cotidianos de sala de aula refletem a solidez da estrutura colonial brasileira. Como apontam Beatriz Prado, Rachel Pedro e Marineide Gomes<sup>118</sup>:

A Lei Federal nº 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996 e que modificou a Lei Federal nº 10.639/2003, com a temática da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” promoveram amplos debates e serviram para definir Políticas Educacionais e novas referências foram incorporadas ao cotidiano das escolas de educação básica, com o objetivo de desenvolver o conhecimento sobre o contexto histórico da diversidade étnico-racial brasileira. Os documentos orientadores desenvolvidos pelo Ministério da Educação tiveram papel fundamental nesse cenário. A trajetória entre os anos 2003 e 2008, foi decisiva em nosso país para os temas sociais e educacionais, com o intuito de estabelecer diretrizes e orientações para as escolas de educação básica sobre como desenvolver o trabalho com as diversidades, perdurando essa temática não apenas no período mencionado acima, mas até os dias atuais (PRADO; PEDRO; GOMES, 2018, p. 31).

Como trabalho na sequência a chegada do PT na direção central do país fez com essas demandas históricas do movimento indígena e negro tivessem a consequência de serem positivadas, mas não foi suficiente para que elas, de fato, fossem introjetadas na identidade da educação praticada. Entre as vitórias durante o mandato de senadora, estão as legislações que foram plantadas enquanto deputada federal e que mostram essa continuidade de linha política. O PL 2347/1991 que garantia a existência de berçários em unidades de encarceramento femininas, para garantir a prioridade absoluta da criança na amamentação e cuidados maternos é de sua autoria e foi transformado na Lei Ordinária 9.046 em 18 de maio de 1995.

---

<sup>118</sup> PRADO, Beatriz Martins dos Santos; PEDRO, Rachel da Costa; GOMES, Marineide de Oliveira. Um olhar sobre a Lei federal 11.645/2008: antecedentes, concepções e evolução. **LEOPOLDIANUM**, v. 44, n. 122, 2018.

Ainda dialogando com as bandeiras feministas no mês anterior, Fernando Henrique sanciona a iniciativa de Benedita da Silva de proibir a apresentação de atestado de esterilização para admissão funcional. A prática dantesca denunciada pela CPI que mencionei no capítulo anterior teve esse desdobramento prático importante. O PL 229/1991 converteu-se na Lei Ordinária 9.029 de 13 de abril de 1995 que estabeleceu pena de até um ano de detenção para quem a infringir.

Nesse diálogo permanente de quem está convicta politicamente de que raça, gênero e classe não podem ser cindidos, Benedita da Silva calça mais uma pedra no caminho no reconhecimento da natureza trabalhista do trabalho doméstico remunerado. A provocação contra a ideia colonial de disposição do corpo das empregadas, majoritariamente negras, a senadora não vacilou em operar legislativamente para avançar neste flanco.

Atacando o debate a partir da perspectiva tributária, o PLS n. 180/1996 estabelecia limites na dedução da declaração do imposto de renda relacionado a gastos com esses trabalhadores. O segundo debate narra que a Senadora fazia parte do conteúdo original de sua proposição sobre o trabalho doméstico assim que adentrou a Câmara e que era necessário reforçar a medida de desoneração para estimular a formalização dos contratos. Ao ver a matéria avançar no Senado, ela coloca:

Manifesto-me agora para expressar aqui a minha alegria. Não é uma alegria da Benedita, mas a alegria das Beneditas da Silva da vida, que têm um papel a desempenhar nesse contexto: querem que seus trabalhos sejam reconhecidos como um trabalho digno como um outro qualquer. Varrer, cozinhar, lavar, tomar conta de criança, limpar, nunca foi, para nós que trabalhamos e conhecemos esses tipos de atividades, uma coisa de que pudéssemos nos envergonhar. O que buscamos é o reconhecimento por esse trabalho prestado. Pagamos muito bem quando vamos a um restaurante, quando alguém nos serve um prato. Entretanto, às vezes, não percebemos a dose de sentimento e carinho no prato que nos é servido em nossos lares. Pagamos bem quando levamos um filho nosso para um parque de diversão, uma praça. E, com frequência, não notamos que temos alguém em nossa casa que cuida de nossas crianças, que as levam à praça, que lhes dão banho, que lhes dão carinho e calor e que não pensa, pura e simplesmente, no seu mísero salário. Portanto, pessoas como essas merecem essa homenagem, e está de parabéns o Senado Federal brasileiro, que respondeu à altura (SENADO FEDERAL, DSF de 07/08/1996, p. 13531).

Essa batalha segue a atuação insistente da parlamentar até os dias de hoje. Os avanços no campo do trabalho doméstico são lentos e cheios de atravessamentos justamente por sua natureza racial intrínseca no Brasil. Os casos aviltantes de resgate de mulheres submetidas a condições análogas à escravidão sob o pretexto da servidão nas Casas Grandes persistem. Até o momento da relatoria da emenda à Constituição que corrigiria a derrota na ANC, os passos foram muito curtos em direção ao horizonte de equiparação às demais categorias profissionais.

Ao pensar sobre seu retorno à Câmara, dedicarei o detalhamento da questão ainda neste capítulo.

Por hora, alinhavo essa avaliação de sua participação no Senado, reforçando que o tema da igualdade racial continua sendo o contorno mais preciso de sua atuação. Pensando no tema e sua postura enquanto membro da oposição e os movimentos de transformação da linha política petista de conjunto temos uma posição mais recatada. Ao repercutir entrevista do presidente Fernando Henrique sobre o tema racial na Revista Veja, Benedita elenca as iniciativas da gestão na área, destacando a presença de Hélio Santos na condução dos trabalhos do Governo e da gestão da Fundação Palmares com Dulce Pereira, suplente do então senador Eduardo Suplicy. Destaca a presença de Pelé como ministro do governo tucano e faz considerações às críticas que o mandatário fez na entrevista sobre a abordagem da esquerda aos dilemas raciais:

Por outro lado, ainda detectamos os elevadores de serviço, e - aí, sim, - não apenas para os negros, mas também para os pobres que ainda persistem no nosso País. E quero acrescentar que o Senhor Presidente indaga: "isso é verdadeiro?" Sua Excelência afirma que não é da tradição dos partidos de esquerda introduzir nas suas teorias esse tema, porque sempre trabalhamos com uma teoria baseada na questão do capital e do trabalho. Tem razão o nosso sociólogo Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas não é muito correto dizer que a questão não é considerada pelo Partido dos Trabalhadores, porque isso deve provocar divisões internas. Quero avisar ao Senhor Presidente que são outros os temas que criam divisões internas no Partido. Este, pelo contrário, tem sido um tema muito discutido pelo Partido, e a presença de negros no Congresso Nacional deve-se ao fato de que, no interior do Partido dos Trabalhadores, esse tema foi trabalhado com prioridade e é apresentado como peça-chave para disputarmos as eleições em nossos Estados (SENADO FEDERAL, DSF de 05/05/1998 - p. 7368).

A concentração da crítica de Benedita da Silva na ocasião está na desconsideração dos debates raciais em sua agremiação. No conjunto da fala existe um tom marcado de respeito e de uma crítica moderada à gestão nesse aspecto. O CPDOC, ao sintetizar o perfil da atuação da mandatária no senado destaca os seguintes aspectos:

Seu mandato esteve atento também a questões relacionadas à retomada do desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro, tendo tratado de temas como o incentivo à indústria naval, a dinamização do pólo petroquímico, o reaparelhamento dos portos, o incentivo ao turismo e a recuperação da malha ferroviária. Nas votações das emendas constitucionais propostas pelo governo federal a partir de 1995, votou contra a quebra do monopólio estatal sobre as telecomunicações e a distribuição de gás canalizado e contra a quebra do monopólio da Petrobras na exploração de petróleo. Esteve ausente das votações sobre a mudança no conceito de empresa nacional, que passou a dar o mesmo tratamento às filiais de multinacionais instaladas no país e às empresas de capital nacional; sobre a quebra do monopólio das embarcações nacionais na navegação de cabotagem; e sobre a limitação dos juros reais em 12% ao ano (CPDOC, 2009?).

Além desses aspectos, chama a atenção a sua dedicação à luta anticapitalista no mandato senatorial. São várias as proposições de Benedita da Silva a respeito das bandeiras das pessoas com deficiência. A preocupação com essa bandeira, que ganhou mais força no debate público recentemente, já tinha nos anos 1990 uma importante aliada. Dos 50 PLS que editou na época, diretamente o assunto ganhou quatro formulações autônomas. A preocupação com a acessibilidade da comunicação tem bastante relevância e aparece de duas formas, na primeira (PLS 251/1996), a preocupação estava em incluir legenda codificada na programação das emissoras de televisão. Quanto à segunda, tem-se o comando da instalação de telefones especiais para surdos (PLS 152/1998). De inquestionável relevância, ambas as iniciativas foram arquivadas depois de sua migração para a tarefa executiva no estado do Rio de Janeiro.

Vale comentar ainda duas outras iniciativas que dialogam diretamente com sua ideologia política e a relação interseccionada com a luta do movimento organizado de pessoas com deficiência. Uma parte da leitura acertada e que segue atual, da necessidade de visibilidade do trabalho reprodutivo e de cuidados, que particularmente em casos de pessoas com deficiência, costuma repousar majoritariamente nas atribuições estabelecidas como femininas pelo patriarcado. Essa é a interpretação que faço do PLS 123/1998 que visava estabelecer medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais. A outra formulação dialoga com a plataforma do trabalho, diretamente relacionada ao universo do debate petista. O PLS 190/1997 estabelecia a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que firmarem contratos de trabalho com o público de pessoas com deficiência. Assim como as demais ideias, os trâmites do Regimento interno levaram as movimentações ao status de arquivamento. Contudo, houve uma vitória expressiva nesse quesito que tem as digitais da parlamentar carioca.

O PLS 131/1996 que reconhecia a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) enquanto meio oficial de linguagem foi de iniciativa de Benedita da Silva. O esboço foi transformado em norma jurídica, mais precisamente a Lei n. 10.436 de 24/04/2002, que além de reconhecer a validade da LIBRAS comandava a difusão da língua nas escolas e na formulação pedagógica do país. Ao buscar a palavra-chave “deficiência” na busca avançada do Senado Federal, ocorrem 6 registros de pronunciamentos da representante sobre a matéria. Entre os quais destaco:

É hora de acreditar que para os portadores de deficiência a diversidade e a convivência, com respeito às diferenças, tomou o lugar da segregação, tornando possível encontrar meios para construir sua integração. Não é possível aceitarmos mais a discriminação e o isolamento que o preconceito impõe. Ou será que nossa sociedade e o Estado brasileiro continuarão a tratar o portador de deficiência como "não-cidadão"? Existem hoje milhões de brasileiros buscando sua cidadania. Por isso,

a democracia no Brasil estará concretizada no momento em que a questão social tiver espaço prioritário nos governos, sem a divisão cidadão e não-cidadão, cidadãos de primeira classe e cidadãos de segunda classe. Os milhões de brasileiros portadores de deficiência não querem misericórdia, mas respeito. Não querem caridade, mas justiça. Não clamam por privilégios, mas existem os direitos que lhes são negados (SENADO FEDERAL, DSF de 03/10/1997, p. 20814).

Nesse discurso, a fala gira em torno da mudança de paradigma de “excepcionais” para “portadores” e, ao acompanhar os debates mais atuais dos movimentos sociais da causa, essa última denominação foi superada. Mantive os termos para fins de acuidade histórica e para percebermos o constante processo de formulação e reformulação das ideias em torno das diferenças. Como são apropriadas pelos sujeitos da pauta e como se fazem traduzir ao longo do tempo. Nos termos de Romeu Sasaki<sup>119</sup>:

Os movimentos mundiais de pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, estão debatendo o nome pelo qual elas desejam ser chamadas. Mundialmente, já fecharam a questão: querem ser chamadas de “pessoas com deficiência” em todos os idiomas. Eis os princípios básicos para os movimentos terem chegado ao nome “pessoas com deficiência”: 1. Não esconder ou camuflar a deficiência; 2. Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência; 3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência; 4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência; 5. Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”, “não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia” (“aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências”); 6. Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas; 7. Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência) (SASSAKI, 2003, p. 14-15).

A citação extensa é pertinente por seu caráter didático e informativo. O texto de Romeu Sasaki aponta quais as razões teóricas e práticas que fizeram mudar a forma de autodenominação dessa comunidade. Assim, nos marcos do seu tempo, Benedita da Silva estava alinhada ao debate elaborado na época, evitando uma interpretação anacrônica é importante registrar que essa pauta foi abraçada pela senadora sendo um dos eixos da sua defesa em Direitos Humanos que é pouco conhecida e notabilizada.

---

<sup>119</sup> SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? *In: Vida Independente*: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

A diversidade de aspectos vinculados aos Direitos Humanos que são explorados durante a legislatura é notável. É importante destacar nesse sentido, qual compreensão do conceito que a parlamentar tem no período. Tomando por base seu discurso de dezembro de 1997 temos mais um registro da aproximação entre sua doutrina religiosa e partidária:

Conforme as Sagradas Escrituras, "Tu és pó, e ao pó tornarás". No entanto, por mais profunda e espiritualizada que seja a compreensão que tenhamos da existência humana sobre nosso Planeta, em nada essa compreensão colidirá com a nítida percepção - comum a todos os homens e mulheres de bem - de que todo ser humano possui um valor intrínseco, porta uma dignidade que lhe é própria e o torna sujeito de direitos básicos e inalienáveis. A mais poderosa e duradoura afirmação da dignidade e da liberdade do homem, bem como dos sentimentos de igualdade e fraternidade que devem presidir as relações entre os membros da família humana, vem, indubitavelmente, dos ensinamentos de Jesus Cristo. Ao subordinar todos os direitos e deveres a um novo padrão ético, fundamentado no amor, no perdão e na caridade, a doutrina de Cristo representou o pleno reconhecimento dos atributos que dão ao homem sua dignidade integral, como filho de Deus e irmão de todos os homens (SENADO FEDERAL, DSF de 11/12/1997, p. 27680).

Como Paul Freston (1993)<sup>120</sup> coloca, Benedita da Silva sempre teve uma posição desviante da maioria de seus pares religiosos. O estudioso aponta que ela sofreu as consequências de suas convicções políticas por parte da Igreja que não a destacava como uma representante de sua plataforma. Nesse sentido Sydnei Melo (2021)<sup>121</sup> aponta que as dissidências dentro da “bancada evangélica” existiam dentro da Assembleia Nacional Constituinte e seguem, como prova de que não há um pensamento homogêneo entre as denominações evangélicas e que figuras como Benedita da Silva e Lysâneas Maciel eram prova dessa disputa sobre o significado das ideias cristãs. E essa disputa sobre o papel das Igrejas na luta política está dado e precisa ser endereçado. Como traz Marcos Davi:

A Igreja precisa focar esse poder da transcendência e deixar de ser uma instituição mantenedora do *status quo* e alienada dos sofrimentos alheios. A oração da igreja brasileira deve ter uma direção, a dos excluídos, para que haja uma transformação social que evidencie manifestação da glória de Deus. Deve clamar ao senhor da glória pelos milagres entre os que sofrem das agruras de um sistema que valoriza as elites, os mais ricos e poderosos. Quando a Igreja orar pelos pobres, estará intercedendo pelos negros, que constituem a maioria dos pobres no nosso país (OLIVEIRA, 2015, p. 114).

<sup>120</sup> FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. Tese (Doutorado no Departamento de Ciências Sociais) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas,1993.

<sup>121</sup> MELO, Sydnei. “Dissidentes”: a esquerda evangélica na Assembleia Constituinte (1987-1988). **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 7, n. 2, 197-215, 2021.



Esta perspectiva de leitura cristã se assemelha bastante ao que se cunhou chamar “teologia da libertação”. Segundo Michel Löwy (2016)<sup>122</sup> coube inclusive a um protestante brasileiro, Rubem Alves, a publicação de obra pioneira que cunhou a expressão e nesse movimento ele destaca a criação em 1961, da ISAL, Iglesia y Sociedad en América Latina (Igreja e sociedade na América Latina) enquanto frente evangélica do movimento de um pensamento cristão que se centrava no combate às desigualdades, mas seguia sendo uma posição minoritária. Ainda segundo o professor:

Apesar disso, a corrente da libertação continuou a exercer uma influência significativa entre as Igrejas protestantes – sobretudo através do CLAI (Conselho de Igrejas Latino-Americanas), uma ampla instituição coordenadora criada na Conferência Evangélica de Oaxtepec (México) de 1978 por 110 Igrejas protestantes e 10 organizações ecumênicas representando 19 países latino-americanos. Em seu discurso de abertura, Carmelo Alvarez, presidente do Seminário Bíblico Latino-Americano de San José, Costa Rica, argumentou insistentemente que “uma situação de dominação, exploração e dependência caracterizou todos os níveis da vida em nosso continente”. Nessa situação, nossa “história é testemunha de uma igreja entregue às classes dominantes e mostra também o rosto de uma igreja que prefere viver com as ‘vítimas da história (LÖWY, 2016, p. 182).

A luta dentro das igrejas de denominação evangélica<sup>123</sup> tensionadas por essa teologia de opção pelos pobres, como trabalha Leonardo Boff, segue em curso. É justamente nesta dinâmica que percebo que o entendimento de Benedita da Silva sobre o tema dos Direitos Humanos assenta-se.

A teologia da libertação não nasceu voluntaristicamente. Constitui-se como um momento de um processo maior e de uma tomada de consciência característica dos povos latino-americanos. A pobreza generalizada, a marginalidade e o contexto histórico de dominação irromperam agudamente na consciência coletiva e produziu uma virada histórica. Dessa consciência nova que impregnou todo o continente, nas ciências sociais, na educação, na psicologia, na medicina, nas comunicações sociais, mas participa também a existência cristã e repercute na reflexão teológica (BOFF, 1988, p. 27).

O texto de Leonardo Boff (1988) interpreta as organizações políticas de indignação diante da opressão imposta aos povos latino-americanos como tendo no espaço da religiosidade cristã um espaço estratégico para a vocalização dessas bandeiras. O autor situa a organização do campo da libertação como produto das lutas dos 1960-70 que se espalhou para demais áreas do saber e que vejo muita identidade com a condução política e religiosa de Bené.

<sup>122</sup> LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

<sup>123</sup> BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Como Leonardo Boff (1988) aponta, não se pode separar política e religião numa leitura distorcida da realidade, especialmente aquela conhecida por quem é brasileiro. Nessa toada que durante este mandato a sua atuação no campo dos Direitos Humanos toma assento. Durante um de seus pronunciamentos, em 11 de abril 1997, a senadora, indignada com as chacinas do Carandiru, da Candelária e do Massacre de El Dourado dos Carajá, aponta iniciativas de sua autoria para a construção de aparatos institucionais que cuidem das violações e suas expectativas nas iniciativas já existentes:

A recente criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos se insere nessa preocupação e esperamos que cumpra o seu papel. Pensando nisso foi que, em fevereiro de 1995, apresentei um projeto de resolução propondo a criação no Senado, de uma Comissão Permanente de Direitos Humanos. Acredito que quanto mais houver Secretarias governamentais, Comissões Parlamentares e Entidades civis, dirigidas para acolher denúncias e defender os direitos humanos, menor será a omissão e tolerância com a violência policial e mais perto estaremos da pacificação da sociedade brasileira. Os tristes episódios revelados durante a semana deram margem ao surgimento de estatísticas avaliando a violência policial nos grandes centros urbanos. Merece registro nos anais desta Casa Legislativa a pesquisa realizada pelo Instituto DATAFOLHA, do jornal Folha de São Paulo, revelando que, no Brasil, o medo da polícia aprende-se mais rapidamente quando se é negro e pobre (SENADO FEDERAL, DSF de 12/04/1997, p. 7636).

O Projeto de Lei do Senado n. 273, de 1996 é a matéria que faz referência em seu discurso. Infelizmente ao chegar na Câmara dos Deputados a iniciativa foi arquivada e não vingou. A ação legislativa estabelecia o foco no debate de Direitos Humanos na formação de todas as carreiras policiais, feita em parceria com as entidades da sociedade civil que militam na área. A curta proposta segue sendo necessária. As fardas das forças de repressão seguem sendo um símbolo de morte, que como pontua muito bem Benedita da Silva no mesmo discurso supramencionado “o medo da polícia aprende-se mais rapidamente quando se é negro e pobre”.

Além das denúncias no púlpito, não faltaram outros mecanismos de provocação sobre a questão. Benedita da Silva objetivava que houvesse delegacias especializadas na repressão do racismo e demais crimes de cunho discriminatório (PLS n. 17/1995), que infelizmente também restou arquivado. A demora de adotar estruturas como as propostas nos anos 1990 como regra, resultam na permanência do processo de revitimização de pessoas negras violadas. Casos como os de Genivaldo dos Santos, morto em uma Câmara de Gás improvisada pela Polícia Rodoviária Federal e de João Alberto, assassinado pelos seguranças do supermercado Carrefour são apenas algumas das tristes lembranças do nível de descaso com ações efetivas para enfrentar o genocídio negro.

De maneira a arrematar sua passagem na Câmara alta do Congresso, fecho com notas sobre sua atuação internacional. Como sistematiza o sítio do Senado, a senadora petista participou de três Missões no Exterior. Benedita da Silva estava na comitiva de Parlamentares em visita à China, a convite da Federação Nacional de Mulheres da China. Também foi representando o país no Seminário Sub-regional do Mercosul, em Buenos Aires em 1997 e no ano seguinte participou do *I Congresso de Legisladoras Nacionales de los Paises Miembros del Mercosur*.

Ainda nesse campo, destaco que ela foi autora de um Projeto de Lei do Senado que nomearia uma comissão mista para elaborar anteprojeto do Tribunal Internacional Dos Direitos Humanos (PLS 232/1995). A iniciativa foi arquivada pela não renovação do mandato de senadora, mas reforça o perfil internacionalista que sempre exibiu.

Sua figura enquanto liderança nacional transborda as fronteiras e a fez ser o nome natural no diálogo sobre a sucessão do poder executivo no Rio de Janeiro no pleito que se sucedeu. A respeito dessas articulações e do peso da tarefa de dirigir o seu estado natal, escrevo no tópico seguinte.

### 6.1 Assumindo o Executivo como mulher negra

*“O governante deve aprender a pedir desculpas.  
E eu peço desculpas pelo que não pude fazer,  
mas saibam que o que fiz foi com muita garra”*

(Benedita da Silva, 20 de dezembro de 2002)

As aspas de pedido de desculpas, publicadas pela EBC, aconteceram quando Benedita da Silva fazia os últimos atos à frente do Palácio Guanabara. A tônica de sempre desculpar-se faz parte, em minha avaliação, da construção do racismo enquanto operação de redução da humanidade de pessoas negras.

É raríssimo ver um político homem branco desculpar-se por não atingir as expectativas de sua base, ao mesmo tempo que esse gesto é sempre esperado de gente de cor. Uma busca eterna por reforçar uma sensação de subalternidade. Ao mesmo passo que o excerto escolhido também pode ser lido por outro prisma, o de uma mulher negra em diálogo com seus semelhantes, atestando, mais uma vez, que o Estado é branco, burguês e limitado. Que a institucionalidade é perversa e que só a luta profunda e constante é capaz de impor derrotas aos que querem ver mulheres negras mortas.

Nesse momento do capítulo trago sua caminhada tortuosa ao Executivo e pontuo as dificuldades que achou ao ocupar o volante da direção do Estado. Seja enquanto Governadora, Ministra ou Secretária, ao assumir esse Poder constituído enquanto mulher negra, mais uma vez foi testada. Medida sua capacidade por um olhar de uma mídia empresarial racializada, a dureza dos debates internos à sua agremiação e a contradição entre posições moderadas e a condução dos destinos do país, continuam no período, passando por suas mãos.

O mandato de senadora, que se estendeu até 1999, foi atravessado por disputas pelo Executivo. No jogo do xadrez político municipal e estadual uma peça não poderia sair do tabuleiro. A notável projeção de Benedita da Silva e a sua atuação marcante em nível nacional a colocavam como favorita no pleito de 1996. Contudo, a imprensa divulgava uma posição diferente da parlamentar sobre a questão. Segundo a Folha de São Paulo, em 9 de dezembro de 1995<sup>124</sup>:

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ), líder das pesquisas para a Prefeitura do Rio em 1996, anunciou ontem que não será candidata. Ela defendeu uma candidatura única dos partidos de esquerda, entre eles o PDT, cuja cúpula já lançou candidato o líder na Câmara dos Deputados, Miro Teixeira. Com a decisão de Benedita, que ela afirmou ser definitiva, o PT do Rio tem duas hipóteses para as eleições: lançar o vereador Chico Alencar ou apoiar o PDT. Alencar mandou ontem mesmo um bilhete para Benedita pedindo apoio à sua pré-candidatura. Ele estima que 70% dos militantes do partido são favoráveis a uma candidatura própria. "Defendo um pacto de não-agressão com os adversários de outros partidos para viabilizar uma aliança no segundo turno", afirmou (FOLHA DE SÃO PAULO, 1995).

Segundo narra a *Folha*, a prévia dentro do PT marcou uma disputa entre Chico Alencar e Marcelo Dias, que segundo o editorial seria um nome vinculado à ala mais à esquerda da agremiação. A partir de suas memórias temos uma outra avaliação sobre a renúncia a colocar o nome à disposição. Com tom crítico, Bené aponta em suas memórias de 1997 que o pleito majoritário de 1996 não teve consenso dentro do Partido quanto ao seu nome. Sua condição para aceitar a tarefa era que houvesse consenso entre todas as forças políticas petistas em torno de sua candidatura, o que acabou não se consolidando. Ao fim, a chapa petista puro sangue foi liderada por Chico Alencar e Ivanir dos Santos na vice. A dupla petista não chegou nem ao segundo turno.

---

<sup>124</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Benedita anuncia que não é candidata.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/09/brasil/29.html>>. Acesso em: 07 out. 2023.

Como noticia a *Folha*<sup>125</sup>, o PT fecha questão e encaminha voto nulo na segunda rodada da disputa para a prefeitura. Explica Valter Pomar (2014) que, embora o partido tenha desempenhado bem nas eleições de 1996, alcançando 115 prefeituras, com a maioria dos municípios situados no sul-sudeste, a hegemonia neoliberal engessou o crescimento da influência do PT na base social e na institucionalidade. A respeito da conjuntura da época, o professor sistematiza as condições em que as disputas estavam sendo travadas.

Como sabemos, o Plano Real foi ao mesmo tempo a plataforma eleitoral e o núcleo programático do governo FHC. O Plano teve efeitos variados, sobre os diferentes setores da sociedade (inclusive sobre os diferentes setores da burguesia). Efeitos que foram se intensificando e se acumulando com o passar do tempo, em parte por fatores locais, em parte por mudanças importantes no quadro internacional. Como resultado disso, setores populares (trabalhadores assalariados e trabalhadores pequeno-proprietários), bem como setores da própria burguesia começam a se movimentar em direção a outras alternativas eleitorais (POMAR, 2016, p. 120).

Nesse contexto, mais uma vez a definição dos rumos do país passou pelas mãos da senadora carioca. Considerando verdade as afirmações do jornal Folha de São Paulo<sup>126</sup>, foi em uma feijoada na casa dela que foi selado o acordo para que Leonel Brizola, principal figura do pedetismo se unisse a Lula na chapa que disputaria a presidência em 1998. Do ponto de vista estadual as notícias<sup>127</sup> dão conta que havia duas posições colidentes, uma que demandava candidatura própria ao Palácio Guanabara e outra, que colocava o apoio a Anthony Garotinho, então prefeito de Campos dos Goytacazes, como condição para selar o acordo da chapa de unidade federal.

Vladimir Palmeira, liderança estudantil, havia sido indicado pela base partidária para fazer a disputa enquanto candidato a governador. Contudo, em decisão coordenada pela Direção Nacional do PT, capitaneada pelo grupo de Lula, acabaram por convencer a maioria do partido a subordinar a tática local em prol da união pela conquista do objetivo federal. O produto dessa linha de atuação foi a inserção de Benedita da Silva como candidata a vice-governadora em chapa liderada pelo pupilo de Brizola.

Segundo os estudos de Wescrey Portes Pereira (2023), a oposição, chamada pela imprensa da época de “antibeneditinos”, mobilizavam discursos machistas e racistas, ao

<sup>125</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. "Somos oposição às duas candidaturas", diz Chico Alencar; representante do Diretório Nacional é vaiado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/14/brasil/6.html>>. Acesso em: 07 out. 2023.

<sup>126</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Lula e Brizola tentam barrar avanço de Ciro**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/9/15/brasil/10.html>>. Acesso em: 07 out. 2023.

<sup>127</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Presidentes do PT pedem saída de Palmeira**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc07059826.htm>>. Acesso em: 07 out. 2023.

descaracterizar Benedita da Silva como nome para integrar a chapa para o Governo fluminense. Segundo o pesquisador, às tendências do Partido mais vinculadas ao pensamento tradicional de esquerda acusavam a parlamentar de usar sua condição de mulher e negra como mero “marketing” (PEREIRA, 2023, p. 47).

Ao fim dos debates sobre a formação da chapa, Wescrey Pereira destaca que o grupo “beneditino” sai vitorioso e aponta para as fragilidades do PT em assumir a questão racial como elemento estruturante de sua prática política. O pesquisador destaca em suas avaliações que o sucesso da tática forjada pelo grupo político de Benedita da Silva foi vitorioso por está situado entre o grupo que possuía a maioria da direção partidária e sua indiscutível competitividade eleitoral (PEREIRA, 2023, p. 48).

A aliança foi forjada. O *jingle*<sup>128</sup>, um samba melodioso em partido alto cantava: “*Garotinho e Benedita, nessa dupla eu boto fé! Unidos pelo povo na virada da Maré! Voz do povo é a voz de Deus, o melhor prefeito do Brasil vai virar governador*”. A imprensa logo fez a associação mais próxima entre os antigos adversários políticos, a identidade religiosa. Ambos eram presbiterianos, a matéria fazia a articulação entre a fé como elemento de ligação entre os dois. Destaque interessante é dado na matéria sobre a homenagem que Benedita recebeu pela escola de samba Caprichosos de Pilares, que a homenageou, mas por sua prática religiosa a senadora não assistiu ao desfile, mas fez um pronunciamento muito sensível sobre a Escola:

A Caprichosos de Pilares não contará com a minha presença no desfile - e ela sabe disso -, quando homenageará também figuras que considero importantes: Mandela e Pelé. Essa Escola sempre apresenta temas polêmicos. E sempre faz isso assumindo posições corajosas. Como, por exemplo, exigindo "Diretas Já!" em 1985; enfocou a autonomia cultural em 1986; criticando o sistema político em 1987; reafirmando a convicção de que "O Petróleo é Nosso" em 1992; ou apontando as diferenças sociais no enredo "Não Existe Pecado", em 1993. [...] Neste ano de 1998, ela apresentará "Negra Origem...", em que faz referência à nossa Mãe África; ao negro trabalhador, dando um viva ao povo brasileiro; à luta negra, corporificada em Mandela e em Zumbi dos Palmares. Ressalta ainda a contribuição negra à sociedade, expressa na figura de Pelé e chama a atenção para a consciência e para a expectativa negra. Apresento-me desta tribuna como alguém que tem uma profissão de fé diferente da daqueles que estarão desfilando na Caprichosos de Pilares, mas não posso deixar de reconhecer essa atitude, não posso deixar de reconhecer que ela evoca fatos atuais e conquista contando a história do Brasil (SENADO FEDERAL, DSF de 13/02/1998, p. 2974).

A escola que abriu o desfile de 1998, teve como madrinha de bateria Elza Soares e fez sua apresentação ao som do samba que Benedita declamou no Senado Federal no encerramento do seu pronunciamento. A transmissão feita pela Globo destacou com veemência a ausência da

<sup>128</sup> Jingle Garotinho Governador. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M8BvcCIqNTA>>. Acesso em: 07 out. 2023.

parlamentar no sambódromo. Ainda que lisonjeada pela homenagem, a sua identidade não a deixava confortável de partilhar do momento.

É desse prestígio que a vitória eleitoral do campo de esquerda no Rio de Janeiro também é devedora. A chapa disputava contra César Maia, representante do Partido da Frente Liberal (PFL). Com 57,98% dos votos válidos, o pleito foi resolvido na primeira rodada e Garotinho e Benedita sagraram-se vencedores. Em sua despedida do Senado Federal, o pronunciamento tocante organiza um balanço do seu primeiro ciclo de passagem no Congresso, é atravessado por diversos aparteantes e mostra sua abordagem poética no estilo discursivo, que é uma marca da sua performance pública. A poesia, a musicalidade, a oralidade como uma abordagem diferenciada aos espaços duros, frios e burocráticos das organizações gestoras do Estado. Em sua saída, inspirada pelo sucesso musical do sertanejo na época, ela diz:

Hoje, desta tribuna - *como já disse que não aprendi dizer adeus* -, quero agradecer primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade de estar nesta tribuna como Senadora da República e indo para o Rio de Janeiro para exercer a Vice-governadora de Anthony Garotinho. [...] Fiquei pensando neste meu tempo por aqui e as coisas que me aconteceram alegres e tristes. Escrevi o seguinte:

Fatos, boatos, mentiras/ peças do componente chamado fracasso/ amigo direto do ingrediente "estou fraco"/ Fiz, vou fazer e faço/ e não faço barato/ Amigos versos canções e contratos/ já fui de pés descalços/ não ligo não se fico ou se vou/ ao lado do amigo ou do amor/ Só sei que vou à calçada fria levar meu calor,/ o sorriso de quem mesmo quando perdeu ganhou.[...] Acham que posso cruzar os braços fingir que nada acontece, naturalmente sorrir e dizer que está tudo bem e depois dormir? Nada disso, deputados, / Presidente e Senadores/ Vou para o Rio de Janeiro/ Eu vou, eu vou, eu vou./Vou para a festa/ vou para a luta /vou para a terra do amor/ vou ver minha gente mais feliz/ não quero mais contar nossa dor (SENADO FEDERAL, DSF de 15/12/1998, p. 18656).

A compreensão coletiva do seu fazer político, a sua motivação para assumir outra tarefa desafiadora retornam sempre aos elementos iniciais - o morro, a gente do morro, a fé. Ela não se afasta das suas origens, apesar de reconhecer que não está mais de “pés descalços”. É uma fala emocionada e esperançosa, que identifica a sua importância na moldagem na nova cara do Brasil pós ditadura, mas que celebra o retorno “à terra do amor”. Avalio estar em elementos como o que destaco nesse pronunciamento o perfil diferenciado na atuação das mulheres negras fazedoras de política, essa visão coletiva e celebrativa sempre presente.

Todas essas identificações, contudo, não escapam à realidade dura que a opção de aliança provocou. É nesse contexto, enquanto vice-governadora, que a petista vai para sua segunda batalha na disputa pela prefeitura. A largada da candidatura segundo a cobertura da

imprensa foi ruim<sup>129</sup>. A defesa do nome de Vladimir Palmeira enquanto candidato colocava a militância petista dividida. A situação tensa com Garotinho, com quem o Partido rompe oficialmente depois, desmobiliza a base do apoio do então governador e a campanha embalada pela canção “*É Benedita, diga, diga lá*” não alçou voos mais altos e terminou com o terceiro lugar no placar final. César Maia (PTB) sagra-se vencedor da disputa em cima do candidato Luís Conde do PFL.

Resumido o pleito, era hora de retornar a uma gestão corrente da qual ela era corresponsável. As críticas ao perfil do mandato, especialmente no tocante aos temas dos Direitos Humanos, não tardaram a chegar. A posse marcaria o começo de uma relação tumultuada. Antônio Pitanga, marido da agora vice-governadora, foi nomeado Secretário de Ação Social, Esporte e Lazer, ao lado de mais dois petistas, na linha de frente do primeiro escalão. Jorge Bittar foi encarregado da pasta de Planejamento e Gilberto Palmares assumiu a liderança da secretaria de Trabalho. Como destaca Leandro Carneiro<sup>130</sup>:

Embora o PT e PDT estivessem coligados em 1998 e Benedita da Silva tivesse sido eleita vice-governadora, Garotinho e o PT romperam no segundo ano do seu mandato. Durante o afastamento do governador, houve, em decorrência dessa crise política anterior, alterações em quase todos os cargos de primeiro escalão do governo. Na área de segurança pública, as mudanças foram, mais uma vez, significativas. Para o cargo de secretário de Segurança, foi indicado o jurista e ex-secretário do Distrito Federal, Roberto Aguiar. Como acadêmico e político, Aguiar tinha uma linha de pensamento muito afinada com a do ex-vice-governador Nilo Batista. Atribuía ao desemprego a principal causa de engajamento no crime e definia-se como um antipenalista convicto (CARNEIRO, 2010, p. 57).

A gestão curta de Benedita, que se iniciou em 05 de abril de 2002, foi alvo de muitas críticas e dura oposição. Ao chamar Roberto Aguiar, professor da Universidade de Brasília, para auxiliá-la na gestão da Segurança, a tônica do Governo foi investimento em tecnologia para combater o crime. O episódio que marcou esse movimento foi a utilização do dirigível Pax Rio, para fazer a vigilância aérea da cidade. O tema foi explorado pela imprensa<sup>131</sup>, notadamente pelos custos do equipamento. Confrontada sobre a iniciativa durante sua entrevista ao programa Roda Viva, Benedita da Silva responde de maneira segura que: “Quando nós falamos que em

<sup>129</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Benedita evita comentários.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1204200031.htm>>. Acesso em: 11 out. 2023.

<sup>130</sup> CARNEIRO, Leandro Piquet. Mudança de guarda: as agendas da segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. v. 4, n. 7, ago./set. 2010.

<sup>131</sup> AGÊNCIA BRASIL. **Benedita da Silva conhece dirigível que será usado contra criminalidade.** Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/node/590473>> 05 set. 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Dirigível vai vigiar cidade do Rio.** 03 set. 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0309200212.htm>>. Acesso em: 11 out. 2023.



Nova York é tolerância zero e lá pode ser usado Zeppelin porque não pode ser usado no estado do Rio de Janeiro?” (RODA VIDA, 2002, 27min40seg).

A sequência do debate é interessante por mostrar qual era a posicionalidade na agenda de segurança que a petista buscava. Ela fala que entre os resultados de sua liderança à frente do Governo estava a prisão de Elias Maluco, traficante que operava na capital do Estado e que não havia dispensado a tática de derramamento de sangue nas comunidades para fazê-lo. A retórica do debate da segurança que ela estabelece vai sempre no sentido de que durante o pouco tempo que esteve à frente das forças de segurança, optou por investir em formação técnica e teórica para as tropas e investimento em tecnologia para combater o crime. Durante a mesma entrevista, Benedita da Silva assinala o fracasso da política de encarceramento e como o debate sobre o fluxo de armas e drogas nas comunidades do Rio passam por uma leitura nacionalizada da situação.

Essa abordagem aparece nas aspas concedidas ao Estadão<sup>132</sup>, durante a negociação das verbas direcionadas pelo Governo Fernando Henrique para auxiliar na crise de segurança que o Estado atravessou durante seu período como governadora, diz ela: “Não temos uma ação de segurança específica para comunidade carente e uma para o asfalto. A nossa política de segurança é uma só” (ESTADÃO, 05 de maio de 2002).

Fato é que operação de aliança com as forças armadas e as progressivas incursões na Segurança do Rio de Janeiro, a articulação das milícias e a penetração do crime organizado fazem a cidade ser o ícone do fracasso retumbante da falida guerra às drogas, que em verdade, escamoteia a liberação do genocídio negro. O CPDOC resume essa frente do Governo Benedita da Silva, falando que o tema pesou demasiadamente no curso de sua campanha à reeleição:

A campanha de Benedita para o governo do estado pautou-se pela ênfase na proposta de manutenção dos programas sociais criados por Garotinho, como os restaurantes populares e o programa de transferência de renda denominado “cheque-cidadão”, bem como pela defesa dos projetos da área de segurança apresentados pelo candidato a vice-governador em sua chapa, Luís Eduardo Soares. Benedita buscou também associar sua imagem à de Lula, candidato à presidência apoiado pela Coligação Lula Presidente – formada, além do PT, pelo Partido Liberal (PL), o PCdoB, o Partido da Mobilização Nacional (PMN) e o PCB –, que compareceu a diversos eventos da campanha eleitoral no Rio de Janeiro, manifestando sempre seu apoio à governadora. Ainda em set., agravou-se novamente o quadro de violência no estado do Rio de Janeiro, com a ocorrência de rebeliões nos presídios de segurança máxima de Bangu 1 e Bangu 3. No dia 30, uma onda de ameaças e boatos atribuída aos chefes do tráfico de drogas provocou o fechamento do comércio, de escolas e de bancos em mais de 30 bairros de todas as regiões da cidade do Rio de Janeiro e nas cidades de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Caxias e Belford Roxo. A governadora sugeriu que os fatos tinham

<sup>132</sup>ESTADÃO. **Para Benedita da Silva, verba do governo é pouca.** Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/brasil/para-benedita-da-silva-verba-do-governo-e-pouca/>>. Acesso em: 11 out. 2023.

conotação política, destinando-se a prejudicar sua campanha à reeleição, a apenas seis dias das eleições (CPDOC, 2009?).

As dificuldades da campanha de 2002 foram tremendas, além de estar na posição exposta de vidraça por já ser Governadora, a oposição feita pelo antigo aliado Garotinho ao patrocinar a candidatura da esposa deixou o flanco ainda mais desprotegido do lado petista. O incômodo com sua presença à frente do Governo do Estado é explícito por parte da imprensa. Em uma das manchetes do periódico Estadão que chamou minha atenção, lê-se “Benedita se encanta com o Palácio Laranjeiras”<sup>133</sup>. Entre muitas das informações colocadas, minha interpretação é o enviesamento do texto para mostrar quão o espaço da residência oficial da Governadora não era adequado a ela. As respostas, dentro do próprio texto, que enfrentam a maneira racista e misógina de colocar a situação, vem da própria chefe do Executivo estadual.

Limpei muitos tapetes, muitas peças. Trabalhei nessas casas chiquérrimas que colecionava grandes peças artísticas. Aprendi a conviver, sabia que não era meu. Por isso entro aqui com a maior naturalidade sabendo que no último dia desse governo terei que desocupar esse lugar (ESTADÃO, 2002).

A orientação editorial, em minha opinião, buscava uma visão exotizada da presença daquela mulher negra vinda da favela em um espaço “tão fino e elegante”. A tentativa de não ver como natural a presença de Bené e sua família na residência é também uma forma de acionar os dispositivos da branquitude que determinam quais linhas às pessoas negras não estão autorizadas a cruzar.

No período curto que estive no Palácio das Laranjeiras a conjuntura política destacava a centralidade dos esforços do PT em outra missão. E não era reforçar sua gestão. A tarefa número zero era eleger Lula como presidente e levar a cabo a “Carta aos Brasileiros” e galvanizar a estratégia frente-amplista para conquistar o Governo Federal.

Mesmo com tantos percalços, nos meses de governadoria, existem ganhos históricos que precisam ser enaltecidos e performam esse fazer diferenciado de uma mulher negra militante na direção executiva. Sua gestão foi pioneira do debate de ações afirmativas no processo de ocupação de vagas no primeiro escalão e impulsionou a implementação do argumento na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Conforme Shirlena Amaral (2006)<sup>134</sup>:

<sup>133</sup> ESTADÃO. Benedita se encanta com o Palácio Laranjeiras. 25/04/2002. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/brasil/benedita-se-encanta-com-o-palacio-laranjeiras/>>. Acesso em: 24 out. 2023.

<sup>134</sup> AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do caso UENF**. 2006. 2006, 244 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes-RJ, 2006.

Quando o Governador Garotinho, por motivações “eleitorais”, retirou sua acusação de inconstitucionalidade da Lei de Cotas, absolveu quaisquer cotas e, também, as chamadas “raciais”. Curioso, contudo, é notar, pelo depoimento abaixo, como o Governador Garotinho não foi diretamente responsável pela política de cotas; ao contrário, viu-se pressionado a apoiá-las (AMARAL, 2006, p. 20).

A pesquisadora narra que foi através da articulação que a EDUCAFRO e demais organizações do movimento negro estabeleceram com a vice e depois governadora que a pauta caminhou e fez com que no vestibular de 2003 as iniciativas já começassem a valer. O critério de composição do secretariado também foi alvo das perguntas na entrevista do famoso Roda Viva. A resposta de Benedita é excelente e segue atual, diz ela que não faltam critérios objetivos, há competência nos currículos das pessoas negras, mas elas são invisibilizadas pela sua raça. O diálogo aberto com a audiência dispara uma série de perguntas comuns ao tema, se a política não forçaria uma divisão e o questionamento da competência de quem seria destinatário das cotas. Ao que Benedita responde:

Tá escrito na Constituição que todos são iguais perante a lei. Mas o tratamento não é o mesmo. Então [vamos falar] de uma outra cota que foi também um grande debate nacional e hoje a população brasileira aceita, que foi a política de cotas de gênero para participação dos partidos políticos no processo eleitoral. O Partido dos Trabalhadores foi o primeiro a ter cotas, a [estabelecer] o mínimo de trinta por cento de mulheres na direção do Partido, de mulheres candidatas. [...] As cotas são instrumentos para dar visibilidade [...] a injustiça e a falta de inclusão de nós negros brasileiros (RODA VIVA, 2002, 1 hora e 02 minutos).

Hoje, após o avanço da política de cotas, que trato na sequência temporal, vemos que os argumentos de inclusão foram bem-sucedidos, mas que seguem ameaçados pelos mesmos discursos conservadores e racistas da época da entrevista. A tentativa permanente de colocar as cotas como o centro do problema e não as desigualdades estruturais da sociedade brasileira são parte das explicações que fazem tão tortuoso o caminho para a igualdade racial.

A luta pela representação negra persiste. Ao ser questionada no mesmo programa se Lula adotaria os mesmos critérios que ela adotou para a composição dos nomes dirigentes dos Ministérios, Bené aponta para a confiança política no presidente para fazer o reconhecimento da necessidade de diversidade. Mas, não faltam exemplos recentes do quanto essa batalha ainda é difícil. A carta assinada por mais 25 parlamentares além dela própria, demandam a nomeação de uma ministra negra para o Supremo Tribunal Federal e houve relevante mobilização social

em torno da causa, especialmente após a designação de Cristiano Zanin, advogado particular do presidente Lula, para a Alta Corte. A missiva diz<sup>135</sup>:

Desde agosto inúmeras intervenções pedindo uma mulher negra no STF vem acontecendo em pontos turísticos de diversas cidades brasileiras e também no exterior, além da coleta de mais de 40 mil assinaturas na plataforma virtual [www.ministranegranostf.com.br](http://www.ministranegranostf.com.br). Atualmente a campanha conta com o apoio de dezenas de organizações negras, mistas e da plataforma de direitos humanos. O STF, pelo seu papel institucional de interpretar e aplicar a lei e de garantir os direitos da população, exige uma composição plural e diversa, que corresponda à formação da sociedade brasileira, cuja maioria é formada por pessoas negras. A efetiva representatividade democrática não será possível sem uma mudança de cultura. É preciso promover a correção dessa lacuna histórica! (PODER360, 2023).

O sonho de uma Justiça negra no Brasil segue. Entre os impedimentos para que essa demanda avance, na minha avaliação, está justamente na tática de acomodação de forças de Direita no espectro de alianças que finalmente conduziria Luís Inácio a sua primeira gestão à frente da presidência. Tática que foi alinhavada no período do Governo Benedita.

Para entender o cenário nacional que se desenhava parto da posição Valter Pomar (2022) sobre as metamorfoses que o PT passou e que vão impactar diretamente nas ações tomadas por Bené. O professor lê as mudanças internas dentro do PT e propõe uma periodização para compreender esses movimentos. O primeiro, marca-se da origem do partido alcançando as eleições de 1989, onde o socialismo aparece como bandeira condutora, um segundo que vai de 1990 até 2001, onde a luta contra o neoliberalismo ganha a centralidade e por fim, o movimento de 2002 até o presente que:

Teve início com a “Carta aos Brasileiros”, divulgada já durante a campanha presidencial de 2002, sinalizando a escolha tática e estratégica feita pelo setor moderado do PT frente a crise aguda vivida em meados daquele ano. Esta evolução programática - que foi em certa medida antecipada pela política sindical do setor majoritário do PT, bem como pelo desempenho das administrações municipais e estaduais do partido - teve como pano de fundo, nos anos noventa, um contexto de ofensiva neoliberal e de refluxo das forças populares, notadamente do movimento sindical, atingido em cheio pelo aumento do desemprego, da precarização e da informatização (POMAR, 2022, p. 170).

É nessa perspectiva mais moderada e buscando as alianças ampliadas, que a candidatura à reeleição de Benedita acabou se construindo. Tendo como centralidade o objetivo tático de ganhar a presidência da República. Algo que se explicitava no *jingle* da campanha “*Para a vida*

---

<sup>135</sup> PODER360. **Em carta a Lula, deputadas pedem indicação de mulher negra ao STF.** Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2023/09/carta-deputadas-lula-mulher-negra-stf-29set2023>>. Acesso em: 11 out. 2023.

*melhorar, o estado do Rio acredita, vota Lula e Benedita*” acabou não repercutindo eleitoralmente. Ao passo que Lula alcançou apenas no primeiro turno 40,17% do eleitorado fluminense, sua companheira de partido obteve 24,45% dos votos válidos. A transferência de votos acabou não se realizando. As razões para tal são múltiplas. O desgaste do período de Governo, as ações criminosas que atingiram a capital e a zona metropolitana no período, a crise econômica que envolvia o país. Mas, a sucessão foi assegurada a Rosinha Garotinho do PSD, que assistiu o marido terminar em terceiro lugar o pleito nacional.

Feita a passagem de bastão para a próxima governadora, foi a hora de retornar a Brasília. A petista foi convidada a se tornar Ministra da Assistência Social do Governo Lula. Assistente Social de formação, curso superior carrega um significado simbólico tocante, pois Benedita dividiu as cadeiras universitárias ao lado de sua própria filha, formando-se aos 40 anos de idade e enquanto deputada foi responsável pelo estabelecimento da respeitabilidade à profissão. Sendo a autora do Projeto que inscreveu a profissão entre os diplomas jurídicos brasileiros através da Lei. N. 8.662 de 7 de junho de 1993.

Sua missão era central para a implementação do programa vencedor das urnas. O enfrentamento à fome e a pobreza. Conforme Adriana Aranha<sup>136</sup> desenvolve, o papel de Benedita da Silva foi essencial para a gestação daquele que se tornaria o programa referência mundial de transferência de renda, o Bolsa Família, que buscava superar as compreensões assistencialistas em torno das iniciativas já existentes:

No dia 13 março de 2003 fizemos a primeira reunião da Câmara de Política Social, na qual a Ministra Benedita da Silva fez a apresentação do diagnóstico geral sobre a situação dos pobres no país, onde estava a pobreza no Brasil – por região, por faixa etária, por raça etc. A partir desse diagnóstico, o presidente Lula criou um Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar a proposta de integração das políticas de transferência de renda. Foi um processo intenso que permitiu a discussão e a construção da proposta do Programa Bolsa Família e da transição dos programas antigos para o novo sem sobressaltos, pois contou com a participação de todas as áreas. Dessa forma, chegamos ao final de 2003 – setenta dias após o lançamento do programa - com 3,2 milhões de famílias atendidas pelo Bolsa Família (ARANHA, 2010, p. 114).

É importante ressaltar que a avaliação racializada e de gênero que Benedita fornece a partir de sua caminhada política influencia o desenho do programa. Assim, esse lugar de negra e favelada é privilegiado ao dar o pontapé de análise para a gestão de políticas públicas que dialogariam com vidas como a dela. Como própria Ministra coloca, durante o Seminário

---

<sup>136</sup> ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010. 190 p.

Internacional Pobreza e Desigualdade no Brasil<sup>137</sup> em 2003, a pobreza é negra, feminina e nordestina e que sob sua gestão era necessário mudar a orientação da

Estratégia governamental para reverter esse quadro, convém ressaltar dois princípios norteadores da ação do Ministério da Assistência Social: de um lado, a diretriz de substituir o caráter clientelista tradicional por uma ação governamental proativa, que transforme o usuário da ação protetora em sujeito de direito com vista a capacitá-lo para o exercício da cidadania e, de outro, o fato de a família ser o núcleo destinatário de todo e qualquer benefício. O Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PAIF) foi elaborado a partir dessas premissas (SILVA, 2003, p. 58).

O Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PAIF) é a pedra de toque dessa nova abordagem socioassistencial enquanto política pública governamental. Como coloca Benedita, muda-se a lógica da abordagem para reorientar o Poder Público. Ela traz a necessidade de agir protegendo os vulneráveis, ao mesmo tempo em que se criam condições para alavancar suas potencialidades. Contudo, sua fala encerra com uma indagação: “Como romper o círculo vicioso do trinômio desigualdade-pobreza-fome? (SILVA, 2003, p. 59).

É Mário Theodoro (2008, p. 81) que nos ajuda a responder à provocação da Ministra. Em sua avaliação sobre a sociedade desigual brasileira, o autor aponta quatro eixos sustentadores dessa situação: (i) o caráter residual das ações de combate à desigualdade, (ii) a ausência de um marco teórico-conceitual nítido, (iii) a indistinção entre pobreza e questão racial e (iv) o racismo institucional. Ainda segundo o intelectual, para superar esses obstáculos e verdadeiramente enfrentar a calamitosa situação de desnivelamento que o país ostenta:

Essa inclusão perversa à brasileira deve ser enfrentada com políticas públicas de cunho universalista: crescimento com distribuição de renda, proteção social, educação, saneamento e saúde. Mas, além desse conjunto, é fundamental a adoção de políticas que enfrentem o racismo e o preconceito: políticas valorativas, políticas afirmativas, cotas nas universidades e no serviço público, entre outras. Da adoção de novas bases para a integração da população negra à sociedade nacional depende a realização de um projeto democrático e inclusivo para o Brasil do século 21 (THEODORO, 2008, p. 82).

A mensagem de Mário Theodoro é nítida, não há como enfrentar a desigualdade no país sem enfrentamento sério ao racismo. É este o ponto de partida inescapável para a situação brasileira. Bandeira que a protagonista que aqui narro é ao mesmo tempo símbolo e portadora. Sua liderança no tema da Assistência, todavia, não resistiu a uma cobertura ofensiva da mídia sobre uma agenda que teve na Argentina e que quase a levou à sair do PT. Segundo narra a

---

<sup>137</sup> SILVA, Benedita. Assistência social e pobreza: o esforço da inclusão. *in* NOLETO, Marlova Jovchelovitch, WERTHEIN, Jorge. (org.). Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003.

Folha na época<sup>138</sup>, o episódio do encontro religioso cujo traslado foi pago pelo erário desencadeou toda uma pressão para que ela deixasse o cargo.

A nota jornalística, que reproduz muito da leitura sensacionalista e atribui às mulheres sempre um lugar emocional descontrolado, retrata o episódio com expressões como amargor, mágoa e irritação. Embora houvesse uma opinião política diversa quanto à exoneração, a escolha por retratar nesse campo da linguagem não se dá de maneira aleatória. Fato é que o episódio a demoveu do cargo de Ministra em 21 de janeiro de 2004, justamente o ano que marcaria as eleições municipais.

O PT carioca indica o nome de Jorge Bittar e Martha Rocha (PDT) para disputarem o pleito municipal. A vitória, ao fim, é de Cesar Maia. A esquerda tem seu melhor desempenho com a chapa liderada pelo PCdoB e PCB, encabeçada por Jandira Feghali e Luís Fernando Gutman, e finalizam em terceiro lugar. Notícias da época dão conta da opinião do candidato petista que avaliava o pleito como “morno”<sup>139</sup>.

Foto 24 – Marta Rocha, Jorge Bittar, Benedita da Silva, Antônio Pitanga



Fonte: Fotógrafo: Marco Antônio Teixeira / Agência O Globo.

Na disputa de 2006, Sérgio Cabral (PMDB) une-se ao PT e vitorioso das eleições para governador, rapidamente chama Benedita da Silva para sua segunda tarefa de gestão executiva.

<sup>138</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Magoada**, Benedita cogitou abandonar o PT. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2401200416.htm>>. Acesso em: 11 out. 2023.

<sup>139</sup> EBC. Bittar diz confiar na militância do PT para alcançar o segundo turno. [2004?]. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-10-03/bittar-diz-confiar-na-militancia-do-pt-para-alcancar-segundo-turno>>. Acesso em: 11 out. 2023.

Agora, a carioca estaria à frente da Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos, ao lado do companheiro Carlos Minc, responsável pela pasta de Meio Ambiente, selando a aliança<sup>140</sup>.

Era a segunda experiência de gestão em um governo que não era liderado pelo PT. O clima de hostilidade era imenso e a imprensa da época relata um episódio que me chamou a atenção. Segundo a Folha, durante a posse de Cabral a ex-governadora fora vaiada pelos correligionários do próprio Governador<sup>141</sup>. Ostentando uma história política única e nacionalmente conhecida, a recepção é compatível com a racionalidade racista típica do Brasil desigual. Por óbvio qualquer personalidade pública está sujeita a manifestações críticas, é do jogo em si. Contudo, a forma pela qual a rejeição se manifesta constitui aquilo que o movimento feminista cunhou de violência política de gênero. Segundo Tássia Pinho<sup>142</sup>:

A violência contra as mulheres na política pode ter um impacto que vai além das mulheres que a sofrem diretamente, dado que cumpre o duplo papel de buscar alijar aquela que é alvo das agressões da política e diminuir o alcance de sua atuação, bem como passar uma mensagem para todas as outras mulheres que indique que a esfera pública não é o seu lugar, e caso insistam em disputá-lo, sofrerão sanções por tal comportamento (PINHO, 2020, p. 5).

Não tenho dúvidas que o que a matéria relata, se fosse redigida a preços de hoje não passaria sem ser justamente classificada como um episódio não só de violência política de gênero, mas potencializada pelo racismo. Fiz questão de destacar esse preciso episódio pela maneira em que foi narrada, como algo jocoso, comum, ordinário, natural. É justamente lançando desses instrumentos de normalização que o complexo capitalista-patriarcal-racista faz adormecer, tornando os formigamentos que as violências nos provocam passem indolor.

Este foi só mais um dos inúmeros casos de violência política de gênero e raça que Benedita da Silva atravessou em sua estrada. Convém lembrar que apenas em 2021 a matéria foi finalmente regulamentada e transformou-se em Lei ordinária. A proposta puxada por Rosângela Gomes do PRB/RJ em 2015 foi sancionada, curiosamente, por um cidadão francamente conhecido por praticar o ato de violência de gênero. O então presidente da República Jair Messias coube a sorte histórica de sancionar a Lei nº 14.192, de 4 de ago. de

---

<sup>140</sup> ESTADÃO. **Cabral anuncia Benedita e outros cinco secretários**. Com dois nomes anunciados, PT formaliza participação no futuro governo do Estado. 22 de novembro de 20026. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/cabral-anuncia-benedita-e-outros-cinco-secretarios/>>. Acesso em: 12 out. 2023.

<sup>141</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. Saia justa: no Rio, Benedita da Silva é vaiada em posse de Cabral. 02 de janeiro de 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0201200719.htm>>. Acesso em: 12 out. 2023.

<sup>142</sup> PINHO, Tássia. Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Rev Estud Fem [Internet]**. p. 1-14, 2020.



2021 e estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, que respondia a atos que ele mesmo foi protagonista.

A divergência política pelos rumos que o PT fluminense tomou, ainda que apontem as contradições da linha política moderada que seguiu, não autorizam naturalizar a forma pela qual os aliados de ocasião a receberam. Um rito de denúncia de que naquele Governo, o corpo político da mulher do Chapéu Mangueira não era bem-quisto.

A gestão seguiu e os impactos e medidas administrativas tomadas pela secretária estadual não são achados com facilidade. Em um artigo crítico à figura de Benedita da Silva encontram-se alguns dos tópicos que dialogam com a pasta que dirigia e são registros do descontentamento e limitações da gestão Cabral, segundo Carolina Cacau e Rita Cardia (2020)<sup>143</sup>:

Na política de alianças do PT com o MDB, fez parte do governo Cabral, que com o apoio do presidente Lula e seu projeto de país foi parte de implementar privatizações no Rio como o grande consórcio do Porto Maravilha e as remoções para garantir os megaeventos. Foi também no primeiro mandato do Cabral que foram implementadas as UPP's (projeto apoiado por Lula) que em 2013 matou Amarildo e reprimiu duramente junto com o Paes as manifestações de jun. e a greve de professores municipais (CACAU; CARDIA, 2020).

Mostrando essa posição contraditória de uma militante comprometida com o enfrentamento das desigualdades, mas colabora de gestões amplas que tinham outras prioridades, coloca a figura de Benedita enquanto gestora em uma situação de imensa dificuldade. As informações dão conta que ela só sai da tarefa de Secretária ao eleger-se novamente para a Câmara dos Deputados, onde retoma o curso de suas ações parlamentares. Ambiente menos hostil e confrontante quanto as contradições e que se iniciou como mais um espaço de diálogo como os Governos Federais petistas, é desse período e de sua principal conquista, a aprovação da PEC das Domésticas que dialoga no tópico subsequente.

---

<sup>143</sup> CACAU, Carolina. CARDIA, Rita. 6 motivos pelos quais Benedita da Silva do PT não deve ser a alternativa a Crivella e Paes. **Esquerda Diário**. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/6-motivos-pelos-quais-Benedita-da-Silva-do-PT-nao-deve-ser-a-alternativa-a-Crivella-e-Paes>>. Acesso em: 12 out. 2023.

## 6.2 Desmantelando a Casa Grande: lutando pelos direitos das domésticas

*“Estar aqui com o uniforme que um dia em minha vida eu vesti, para então iniciar este pronunciamento. Não é demagogia. É algo da pele, do coração e das veias e da luta”*

(Benedita da Silva, 29 de abril de 2014)

Sem medo de ser feliz, ousou apontar que este é o discurso mais popular de Benedita da Silva. Ao usar a Tribuna da Câmara trajando o uniforme símbolo das empregadas domésticas todas as palavras que saíam de sua boca soavam diferente. A comunicação corporal é eloquente e, na política, a imagética fala muito. O conjunto azul marinho e adornado de babados brancos cria uma atmosfera de interesse imediato na interlocutora e, por consequência, no que se diz.

Quem zapeava e deparava-se com aquela imagem, poderia questionar-se: - Ora, há uma empregada doméstica falando no Congresso? E a resposta simples e profunda vem: - Sim, há.

Foto 25 – Benedita da Silva na tribuna, no Plenário da Câmara



Fonte: Foto por Luís Macedo/Câmara; *GI*.

A luta antiga e dura pelo reconhecimento dos direitos dessa categoria acompanha Bené desde sempre. Assim, como a seguem sua identidade enquanto uma das milhares de mulheres negras que serviu casas e famílias, reduzidas a uma condição de sub-humanidade, de violência e opressão. A dificuldade da realização completa da primavera dessa categoria, com a extensão de todas as garantias comuns às demais profissões, mostra a fortaleza que o mito da democracia racial erigiu e como os passos mais tímidos em busca dessa “Nova Abolição” são ameaçados.

Antes de alcançar o ano de 2014 é preciso retroceder até 2010, pleito que marcou seu retorno para a Câmara. “*Com força e com fé, deputada do povo, é a Benedita*”, o consagrado número 1377 retornava às urnas e com 71.036 votos a representante do Rio de Janeiro é reconduzida ao Parlamento. O cenário das eleições de 2010 não era de águas calmas. O país havia experimentado já duas gestões petistas, que imprimiram ganhos consideráveis a maioria do povo, mas que não havia transformado de maneira estruturante as relações desiguais do país. Conforme sintetizam Eduardo Loureiro e Flávio Nascimento (2014)<sup>144</sup>:

A “terra arrasada” encontrada por Lula em 2003 permitiu melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora sem alteração das estruturas da sociedade. Foi o que possibilitou a valorização do salário-mínimo, a política de financiamento às empresas, que gerou empregos e permitiu a redução do desemprego de 12% a 5% nos últimos 12 anos, possibilitando o surgimento de uma “nova” classe trabalhadora. Quando Lula deixa o governo, em 2010, sua política está no auge: crescimento de mais de 7%, renda em alta, desemprego em baixa, nenhuma convulsão social. Reelege sua sucessora, estreante em disputas eleitorais, Dilma Rousseff, ministra durante os oito anos em que o PT comandara o governo central até ali. Ao assumir um governo em alta, a cobrança sobre a figura de Dilma, que não tinha o histórico político e social de Lula, também teve o mesmo nível (LOUREIRO, NASCIMENTO, 2014, p. 12).

Além dos elementos mencionados pelos autores, é fundamental destacar as repercussões do assim chamado “escândalo do mensalão”. As consequências foram avassaladoras no processo de deslegitimação do PT e do próprio Governo. Contudo, como ressaltam Eduardo Loureiro e Flávio Nascimento, as ações tocadas por Lula impactaram a maioria do povo que garantiu uma avaliação positiva da gestão. Ações chefiadas pelo programa de combate à fome e às desigualdades que como trouxe no tópico anterior também são tributárias das ações de Benedita enquanto liderança da pasta de Assistência Social.

Benedita volta à Câmara dos Deputados com a missão de garantir sustentação a sua companheira de Partido e também ministra, Dilma Vana Rousseff. A popularidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve na mineira uma das protagonistas e sua campanha foi marcada por episódios de violência política de gênero que soavam apenas como uma amostra do que estava por vir. Como avaliam ainda Eduardo Loureiro e Flávio Nascimento:

Afinal, tratava-se da sucessora de um presidente que havia feito dois governos bem avaliados pela população, num crescente, ou seja, segundo sua percepção, o segundo melhor que o primeiro. Contudo, a ausência de reformas estruturais, agravada pela crise internacional -- que minava as exportações -- limitava as movimentações de Dilma para um mandato melhor que o último de Lula. Começou seu governo

---

<sup>144</sup> LOUREIRO, Eduardo Nunes. NASCIMENTO, Flávio Batista do. Baixa política, altos interesses. **Revista Esquerda Petista**, maio de 2014. Disponível em: <<https://pagina13.org.br/download/revista-esquerda-petista-n-1/>>. Acesso em: 13 out. 2023.

contingenciando o orçamento, cortando verbas sociais, e dando um aumento ao salário-mínimo menor que o desejado pelas Centrais Sindicais (LOUREIRO; NASCIMENTO, 2014, p. 13).

O processo de oposição duramente organizado e a adoção de medidas econômicas vindas do cardápio da direita neoliberal derrotada, estão nas opiniões dos autores, elementos centrais para a desestabilização do primeiro Governo Dilma. Mas, antes que irrompessem as manifestações de 2013, marco crítico dessa gestão, a avaliação do período também vem revestida de esperança e simbolismo. É a própria parlamentar que faz essa avaliação conjuntural:

É com muito orgulho que novamente retorno a esta tribuna, representando o Partido dos Trabalhadores e a base de apoio da Presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita para o principal cargo da República do nosso País. E, nessa posição, o meu primeiro compromisso é o de contribuir e dar apoio à política de erradicação da miséria extrema, missão básica do Governo Dilma. [...] Estamos passando por profunda transformação social, um processo iniciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, grande brasileiro a quem, neste momento, também quero prestar uma homenagem, assim como à nossa Presidenta, Dilma Rousseff, que dará continuidade ao seu trabalho e em bases mais avançadas. Essa transformação pode ser medida também pela elevação da autoestima do povo brasileiro. Passamos a ter orgulho de sermos brasileiros, de sermos negros e de termos oportunidades e futuro. No entanto, ainda falta muito, e, por isso, o povo elegeu a Presidenta Dilma, na certeza de que ela fará avançar e consolidar as conquistas democráticas e os programas de inclusão social (CÂMARA DOS DEPUTADOS, DCD de 02/03/2011, p. 10033).

A novidade histórica de eleger-se a primeira mulher a dirigir o país era um mote forte da condução do discurso de Benedita. A partir desse ponto da história do Brasil começo a localizar-me melhor. Assim como milhares de famílias nordestinas, comecei a ver as coisas melhorarem em casa. O piso hidráulico do banheiro ser instalado, nosso padrão alimentar mudou. Vi chegar o primeiro automóvel em casa e eletrodomésticos serem renovados. O horizonte parecia maior e não ficava mais tão longe.

Contudo, acessar esses bens de consumo não vinha com uma educação política à tira colo, foi só ao ingressar na Universidade Federal Rural do Semi Árido e ter a sorte de ser instruída por professores comprometidos com a democracia que pude perceber que o que aconteceu com a minha família – e que Benedita narra neste pronunciamento - não era obra do acaso e do simples esforço dos meus pais.

Faço essa digressão, pois os anos seguintes, já engajada no movimento estudantil vi minha posição originária de avessa a qualquer tipo de organização partidária transacionar e me conduzir a estar na liderança dos movimentos de luta por transporte público que me levaram ao caminho de filiação do PT e não de rechaço da organização, como foi corriqueiro. As mudanças

provocadas pelos levantes de 2013 são debatidas até hoje e existem opiniões políticas variadas sobre o assunto. Para que esse tópico do texto não se dissolva apenas na conjuntura, aqui quero registrar, como jovem que estava diretamente implicada com o que aconteceu no período que percebi, assim como muitos companheiros, que havia uma onda conservadora que ganhava fôlego ali e que não tínhamos a menor ideia do tamanho do seu perigo.

É nesse período que a famosa “PEC das domésticas” foi aprovada e que teve a relatoria de Benedita da Silva significou, na minha avaliação, um dos elementos mais pronunciados da grita da direita em oposição ao Governo. O pânico na Casa Grande de ver os mais pobres cada vez mais perto de níveis de dignidade, de acesso a direitos como educação e acesso a alimentação construiu uma oposição que teve nessa disputa um dos seus principais momentos.

Uma das plataformas dessa ojeriza estava concentrada nos meios de comunicação corporativos. Conforme nota técnica do Ipea (2012, p. 5), uma vez que as “ideias divulgadas recentemente na mídia e que dão conta do fim do trabalho doméstico, renasce um discurso que desenha um cenário de crise: ao maior custo do trabalho doméstico relacionado à redução da oferta”. A velha propaganda de que garantir direitos implica em reduzir postos de emprego é sempre acionada conforme avançam as mobilizações em torno da melhoria de condições da classe trabalhadora. E quando essa movimentação está necessariamente vinculada às questões raciais o muro de resistência torna-se ainda mais fortalecido.

Ao destacar o papel desses meios na oposição às empregadas domésticas Clarisse Paradis e Rayza Sarmiento<sup>145</sup> produzem uma análise que permite compreender como esses discursos se estruturam. Segundo as pesquisadoras, entre seus achados perceberam algumas tendências:

Encontramos três principais enquadramentos nos textos analisados – o dos direitos, o das relações pessoais e o do mercado. No quadro dos direitos, destacamos que há uma compreensão pública, a partir da PEC, de que as empregadas domésticas são profissionais com direitos e deveres. No entanto, as notícias também mostram uma forte proteção aos/às empregados/as, tornando os direitos garantidos na emenda um provável risco para as relações até então estabelecidas, com prejuízos aos patrões. O reconhecimento do trabalho doméstico como feminino faz com que seu arranjo se dê, quase sempre, entre as mulheres – patroas e empregadas domésticas. No enquadramento das relações pessoais, deu-se publicidade à confusão gerada pelos laços afetivos presentes no local de trabalho das empregadas (PARADIS; SARMENTO, 2016, p. 91).

---

<sup>145</sup> GOULART PARADIS, C.; SARMENTO, R. A “PEC das domésticas” e os enquadramentos midiáticos sobre o trabalho de mulheres. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 19, n. 2, 2017. DOI: 10.5216/sec.v19i2.48672. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/48672>>. Acesso em: 16 out. 2023.

As pesquisadoras apontam que não houve debate sobre a infraestrutura pública como necessária para melhorar as condições de trabalho dessas mulheres, espaços como creches e transporte não foram consideradas pela imprensa. Clarisse Paradis e Rayza Sarmiento apontam ainda que o foco se deu em buscar soluções “tecnológicas” para o controle da ponte e o eloquente silêncio sobre as implicações raciais da medida, bem como a baixíssima escuta da principal parte interessada as trabalhadoras domésticas (PARADIS; SARMENTO, 2016).

Como bell hooks (2018) traz, falar sobre nossas próprias vivências é um ato insurgente. Assim, foi necessário que uma trabalhadora que também serviu como doméstica chegasse à Assembleia Nacional Constituinte para que esse debate encontrasse vocalização na Nova República. Essa chegada, como próprio das organizações de luta negra, nunca é solitária. Catharina Rebouças<sup>146</sup> relembra uma das mulheres pioneiras na organização da luta por Direitos para as trabalhadoras domésticas, Laudelina de Campos Melo. Essa brava lutadora foi responsável por fundar a primeira Associação específica na defesa dessa categoria. Como narra a autora:

Dona Laudelina foi uma brasileira, negra, nascida em 1904, que conviveu desde cedo com fragmentos da escravidão, vividos não só pelo preconceito, mas também pelas relações trabalhistas que viveu desde os 7 anos como empregada doméstica de senhores e senhoras de posses. Aos 16 anos ela já era presidenta de uma Associação Cultural em Poços de Caldas, e em 1924, aos 20 anos, saiu da sua cidade no interior de Minas Gerais para trabalhar como empregada doméstica em Santos (SP) e lá iniciou seu caminho como ativista política ao integrar o Grupo da Frente Negra. Em 1936, criou a primeira associação em defesa dos direitos das empregadas domésticas, a Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos, e nos anos de 1950 foi para Campinas com o intuito de conquistar mais direitos à essa classe trabalhadora e lutar contra os jornais que nos anúncios de emprego davam preferência às mulheres brancas. Em 1961, entrou para o Movimento Negro de Campinas, a cidade que foi uma das últimas a abolir a escravidão no Brasil, e fundou a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas, a qual em 1989, se tornaria o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas – SP (REBOUÇAS, 2021, p. 385).

Acho importante destacar o papel protagonista de Laudelina Melo como uma das muitas mãos que vem tecendo uma rede de proteção em torno das suas presentes e futuras. É essa indignação organizada capaz de mover o mundo de lugar que me incluo como herdeira. E dessa corrente ancestral Bené foi um elo importantíssimo. Desde que ingressou na Câmara Federal, sozinha, ela é proponente de sete iniciativas que se debruçam sobre o tema do trabalho doméstico.

---

<sup>146</sup> REBOUÇAS, Catharina. Da senzala ao quatinho dos fundos: ativismo e sindicalismo do trabalho doméstico no Brasil. *Mosaico*. v. 12, n. 18, 2021.

O mais antigo, foi o pontapé para buscar atualizar à luz da democracia o disciplinamento dessa categoria profissional. O PL 1626/1989 tramitou por anos até ser arquivado. Nova tentativa de equiparar a situação das empregadas domésticas aos demais trabalhadores vem no ano seguinte e encontra igual destino. Sob o número PL 748/1988, o objetivo era semelhante: alterar a Lei nº 5859, de 11 de dezembro de 1972, principal norma que disciplinava a matéria.

Seguindo as batidas históricas, temos no Senado renovada essa preocupação. Como expressa o PLS 180/1996, a preocupação seria facilitar o processo de recolhimento das contribuições sociais e dos encargos trabalhistas decorrentes da relação de trabalho doméstico, pensando nas implicações do imposto de renda e buscando facilitar o processo de contratação e agradar setores da classe média indignados pelo avanço da bandeira.

Retornando à Câmara, a deputada requer e convida personalidades para fazer audiência pública sobre a temática. Assim como puxa a competência para debater naquela casa o Projeto de Lei Complementar (PLP) do Senado n. 302/2013, que dispunha sobre o contrato de trabalho doméstico. Além dessas atuações em seu retorno como federal, tem-se de sua lavra, o PL 5.238/2013 ainda em tramitação é explicado pela própria Câmara dos Deputados:

Assim, a proposta em análise institui uma seção na Consolidação das Leis do Trabalho somente sobre essas relações no trabalho doméstico. Dentre as determinações previstas está a proibição do trabalho doméstico para menor de 18 anos. Ainda conforme o texto, sempre que o empregado residir no domicílio em que trabalha, os intervalos entre jornadas em que permanecer à disposição do patrão serão considerados sobreaviso. Para as horas de sobreaviso, a remuneração será calculada à razão de um terço da hora normal. O projeto também proíbe ao empregador doméstico descontar do salário do empregado o fornecimento de alimentação, vestuário, material de higiene ou moradia. Ressalva, no entanto, que essas despesas não têm natureza salarial nem se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, [2013?]).

O resumo legislativo é feliz ao demonstrar que mesmo alterada a Constituição existe uma obra que precisa continuar e que é influenciada pela conjuntura e pelas transformações que o universo do trabalho em geral está submetido. Como trabalho adiante, nos tempos de pandemia, Benedita manteve seu olhar a essas trabalhadoras que estão invisibilizadas. Fato é que sua produção política e legislativa reforçam o laço profundo com o movimento de trabalhadoras domésticas. Uso o feminino, pois a maioria da força empregada nesse setor é feminina e negra.

Do ponto de vista da luta pela implementação da alteração constitucional a batalha foi vitoriosa no fim. A Emenda Constitucional n. 72/2013 foi iniciada pelo deputado mato-grossense Pemedebista Carlos Bezerra, que implicou no estabelecimento de uma comissão especial para tratar do conteúdo que teve Benedita da Silva como responsável pelo relatório. O

documento com a avaliação da deputada petista foi apresentado em 26 de julho de 2012. Seu relatório é uma peça extremamente complexa, que traz os memoriais das audiências públicas puxadas para aprofundar o diagnóstico da situação dessa categoria e a urgência da equiparação em direitos e o reconhecimento do caminho longo que percorrem as trabalhadoras domésticas. Em um trecho do documento a marca da racialização dessa condição é apontada por ela<sup>147</sup>:

Partindo do princípio de que o trabalho doméstico no Brasil se iniciou com os trabalhos realizados pelos servos e escravos africanos, temos que está, em nossas raízes, o desprestígio em relação a este trabalho. Sabemos que o escravo era tratado como objeto, e isso se estendeu mesmo após a sua libertação, quando o próprio legislador não lhes atribuiu os direitos dos outros cidadãos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, p. 43).

Ela segue afirmando que a diferenciação entre as trabalhadoras domésticas e os demais não foi invenção da Constituinte, mas a permanência de um estado de desigualdade anterior que precisa ser superado. O Relatório segue destacando os passos infraconstitucionais que as garantias voltadas ao trabalho doméstico tomaram especialmente a partir de 2003 e destaca a necessidade de que se corrija o defeito de nascença, com o apontamento para a aprovação da PEC 478-a. Contudo, o relatório alerta que essa medida, em si não seria suficiente, uma vez que:

Sabemos que a presente alteração constitucional ainda não alcançará todas as trabalhadoras e trabalhadores domésticos, em especial aqueles que se encontram trabalhando na informalidade. No entanto entendemos que a modificação ora pretendida conjugada com a aprovação de outras normas infraconstitucionais e da ratificação da Convenção nº 189 da OIT possibilitará a efetiva valorização do trabalho doméstico (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, p. 43).

A nitidez que a relatora coloca as limitações da forma jurídica é eloquente. É sabido, como mencionei anteriormente, que “os lírios não nascem das leis”, mas elas fazem parte do processo de sementeira do jardim. E a aprovação da matéria foi um grande mérito e que passou pelas mãos dessa carioca militante. Em 03 de abril de 2013, o texto tornou-se parte da Constituição. Ao avaliar o processo no ano seguinte, Benedita da Silva, discursa:

É importante, no entanto, celebrar as conquistas recentes dos trabalhadores, como a aprovação da PEC das Domésticas, que finalmente estendeu a essa categoria os

<sup>147</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório comissão especial destinada a proferir parecer à proposta de emenda à constituição nº 478-a, de 2010**, do sr. Carlos Bezerra, que “revoga o parágrafo único do art. 7º da constituição federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.” 2012. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1006246&filename=Tramitacao-PEC%20478/2010](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1006246&filename=Tramitacao-PEC%20478/2010)>. Acesso em: 18 out. 2023.



direitos assegurados a todos os outros trabalhadores brasileiros. Com isso, esta Casa e o Senado Federal resgataram a enorme dívida do País em relação aos seus milhões de empregados domésticos, que desempenham atividade de importância estratégica na organização social (CÂMARA DOS DEPUTADOS, DCP, 29/04/2014, p. 229).

Retomando Mário Theodoro, só é possível enfrentar a sociedade desigual ao pensar medidas eficazes de reparação racial. Essa emenda ao texto constitucional foi um demonstrativo dessa luta histórica. Um verdadeiro avanço rumo à emancipação. Mas, que dentro de um modo de produção capitalista, patriarcal e racista não existe sem contradições. Estudiosos do tema Alexandre Fraga e Thays Monticelli (2021)<sup>148</sup> lembram que:

A “PEC das Domésticas” tem se caracterizado por uma ambiguidade, pois se, por um lado, as proteções e direitos têm ressoado em termos otimistas, por outro, a sua regulamentação foi feita para que possíveis avanços ficassem limitados. Muitas das dificuldades burocráticas e financeiras enumeradas no contexto de sua aprovação, na verdade, não se mostraram legítimas frente aos processos de construção da própria lei. Essa ambiguidade se traduz na determinante legislativa que exclui os direitos das mulheres que trabalham menos de dois dias da semana para o mesmo/a empregador/a, considerando-as autônomas e inserindo-as em um processo de ressignificação das desigualdades; ou seja, a crescente aceitação das contratações de diaristas pelos/as empregadores/as e o seu amplo acesso de negociação são um possível escopo de manutenção da irregularidade trabalhista, intensificando o processo de informalidade (FRAGA; MONTICELLI, 2021, p. 2).

A divisão da categoria entre diaristas e mensalistas seria parte dessa ruptura. Um flanco aberto no contexto da caminhada rumo ao disciplinamento do trabalho doméstico remunerado. Contudo, não deixam os pesquisadores de reconhecer a importância da medida. Ainda segundo os autores, os holofotes que alcançaram a discussão sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil foi um momento de “repensar” a própria identidade nacional. Nos termos de Alexandre Fraga e Thays Monticelli (2021, p. 4): “O país esteve no “divã” e revelou suas diferentes faces. Isso significa dizer que uma das grandes mudanças provocadas pela “PEC das Domésticas” está no seu potencial político simbólico”. Assim, retomar o papel das organizações dos movimentos dessas trabalhadoras e o trabalho de Benedita da Silva na articulação para que a aprovação chegasse enfim a corrigir a ausência dos tempos constituintes é um marco fundamental de sua luta pelos Direitos Humanos no Brasil.

Em minha avaliação esse passo adiante foi o rompimento que as camadas médias brancas esperavam para impulsionar a oposição organizada aos Governos petistas, que com suas limitações óbvias, tem o mérito de garantir as condições para que o debate avançasse. Bem

---

<sup>148</sup> FRAGA, A. B.; MONTICELLI, T. A. “PEC das Domésticas”: holofotes e bastidores. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, p. e71312, 2021.

no período das Jornadas de jun., que depois foram aproveitadas pela Direita nacional, esse era o principal trunfo das esquerdas. Uma conquista incômoda para um país racista.

O processo daria sustentação política para o Golpe de Estado que encontrou como antecedentes próximos a não aceitação do resultado das eleições e o questionamento das urnas e correria com a abertura de um processo de impedimento sem embasamento jurídico que removeu o mandato da presidenta Dilma Rousseff e abriu as portas para um processo de hegemonia do ódio como política, para usar as categorias de Esther Solano.

As razões para a queda podem ser lidas pelas mais diversas lentes, mas o elemento misógino e racista me parecem fundamentais para entender o que se passou. A mesma mídia que castigou Benedita por ter a ousadia de casar-se no Jockey Clube do Rio de Janeiro partilha a raiz que criou uma imagem de descontrolada, ignóbil e inapta da presidenta. Os erros na política econômica ao ceder aos interesses dos derrotados não podem ser diminuídos, mas o ranço da ideologia colonial brasileira ao ver as pessoas marginalizadas avançando – ainda que a passos microscópicos, tem, na minha opinião, a maioria das explicações para o que aconteceu.

O aprofundamento do Golpe veio com a prisão criminoso de Lula, a inflação dos discursos Lava Jatistas e o retorno de velhos espantalhos midiáticos que buscavam criar uma narrativa de bem e mal e mascaravam o interesse de estancar o avanço daqueles da margem. Daí, a abertura para os discursos conservadores, que usavam a religião como plataforma e os chamados “debates identitários” como cavalos-de-troia, usaram uma rede muito bem trançada para eleger Bolsonaro presidente da República.

Curiosamente, representante de outro Rio de Janeiro, mesmo território de Bené. É sob sua gestão que se aplacou uma crise humanitária de tipo desconhecido. O enfrentamento a um inimigo desconhecido, um vírus, uma peste. Doença que fotografou como o poder é distribuído na sociedade brasileira.

Sobre esse período tão duro e único em nossa experiência humana, dedico-me no capítulo que segue. Pensar o alcance dessa mulher que nasceu no período da 2ª Guerra Mundial e que madura, alcança um outro tipo de conflito global jamais visto é a preocupação das páginas que seguem, a complexidade dos tempos de peste e de golpe que marcaram a história recente brasileira.

## 7 ABRIRAM A TORNEIRA DO ÓDIO! TEMPOS DE GOLPE E DE PESTE

Desenho 4 – Benedita da Silva discursa



Fonte: Desenho da autora.

*“Depois do golpe contra Dilma, que tantos ataques machistas sofreu, o retrocesso no nosso país é imenso. É como se abrissem uma torneira e o ódio escorresse como um turbilhão”*

(Benedita da Silva, 2021)

A imagem de torneira que Benedita usa em seu texto é intrigante. Seguindo sua ideia, é possível pensar na imagem de encanamentos por onde essa raiva escoava. A infraestrutura da raiva da direita sempre esteve conectada, mas por um período, sua corrente seguia espremida dentro dos canos, constrita, modulada por registros que foram fechados. A pressão dentro dessas tubulações, contudo, irrompeu e foi incentivada por um momento da política brasileira onde o ódio se tornou *mainstream* e pelos furos que as limitações dos governos petistas provocaram.

É desse período de ódio espreado como mote de organização política, dos retrocessos em direitos que observamos, da chegada do estado pandêmico e da atuação de Benedita da Silva no período que dialogo aqui. Como coloca Rodrigo Nunes (2022)<sup>149</sup>, pensar a origem desse movimento massivo da direita, prescinde de analisar a efervescência brasileira de 2013, quando as ruas foram tomadas de gente. O pesquisador, ao opinar sobre os desdobramentos dos movimentos aponta que após seu auge:

---

<sup>149</sup> NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo, Ubu, 2022.

O que se seguiu foi uma acachapante contraofensiva das elites econômica e política contra as poucas conquistas que os governados lograram obter na Nova República; uma blitz de manobras e reformas testemunhada praticamente sem reação por uma população que via o sistema responder ao choque de 2013 reforçando ainda mais sua autonomia em relação à sociedade. Mais estranho ainda, aquele momento de máxima excitabilidade crítica acabaria, por caminhos inusitados, desaguando na formação de uma base social ativamente mobilizada em favor de medidas que reduzem direitos, eliminam pesos e contrapesos e afastam ainda mais a possibilidade de controle social sobre o Estado (NUNES, 2022, p. 129).

Segundo a análise do autor, o afastamento do petismo na direção dos movimentos e a tentativa apadrinhamento por setores da direita das reclamações dos insurgentes “o caminho ficaria livre para que a direita pudesse se reivindicar como legítima herdeira de 2013” (NUNES, 2022, p. 145). Ainda de acordo com Rodrigo Nunes, com o patrocínio de parlamentares conservadores e financiamento empresarial, organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL) e congêneres alcançaram projeção nacional e garantiram uma base social popular que a direita brasileira não havia ainda conseguido galvanizar. O pesquisador destaca que outra peculiaridade do processo foi a propagação do radicalismo conservador, nitidamente vinculado ao pensamento de Olavo de Carvalho, que na esteira das manifestações contra Dilma Rousseff, pregavam o retorno da Ditadura e o elogio ao militarismo, sempre articulado ao debate religioso fundamentalista (NUNES, 2022).

Jorge Rodrigues e Suzeley Kalil<sup>150</sup> apontam ainda para a participação dos militares na arquitetura que catalisou a sensação real de insatisfação dentro da sociedade brasileira, dada a ausência de mudanças estruturais, o contexto de crise internacional e a capitulação do programa eleito diante das demandas dos setores da Direita. Nas palavras dos autores:

O golpe jurídico-parlamentar que inaugurou o governo interino de Michel Temer chamou atenção pelo protagonismo sorrateiro das Forças Armadas, cujos membros foram alçados ao centro da administração federal. Viu-se sob Temer o ensaio da ocupação militar escancarada no governo Bolsonaro. Utiliza-se a expressão protagonismo sorrateiro com a consciência da aparente contradição. O termo busca explicitar a forma pela qual os militares influenciaram o governo Temer. Se é certo que não foram força principal para o golpe contra a então presidenta Dilma Rousseff, também é que não se mantiveram alheios aos acontecimentos políticos de então. O silêncio pode ser, e de fato é interpretado como anuência (RODRIGUES; KALIL, 2022, p. 19-20).

---

<sup>150</sup> RODRIGUES, Jorge Oliveira, KALIL, Suzely. O militarismo como variável interpretativa: Forças Armadas e política nos governos Temer e Bolsonaro. In: BUZETTO, Marcelo (org.). **Democracia e direitos humanos no Brasil: a ofensiva das direitas** [2016/2021]. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2022.

Essa anuência restou explícita quando o processo de impedimento se concluiu. A ascensão das forças militares junto a nova gestão e sua total identidade com o governo que se sucederia não deixou dúvidas sobre as digitais dos militares no que aconteceu. Mas, a arquitetura do Golpe não foi desenhada sem que houvesse resistência.

Como Marco Teixeira<sup>151</sup> chama a atenção, muito do foco das análises das movimentações populares contemporâneas buscam debater os protestos de 2013 e tiram de esquadro outro espectro das mobilizações que foram às ruas. O autor destaca a diferença de interesse entre o que os movimentos históricos fizeram no período por parte de analistas. Organizações como o MST, a Marcha Mundial de Mulheres e a Marcha das Margaridas são exemplos mencionados por Teixeira (2021).

Ainda trazendo o autor, ele aponta que foram as Margaridas que apontaram em ago. de 2015 a centralidade que Eduardo Cunha, o presidente da Câmara Federal à época, na imposição de uma agenda contra a classe trabalhadora. Como ele aponta:

Em 2015 o foco foi “Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”. Pela primeira vez, o tema democracia é incorporado no lema central da Marcha, em uma clara resposta à ameaça de retrocessos democráticos existentes naquele momento e que se confirmou após a Marcha com o impeachment contra a presidenta Rousseff (TEIXEIRA, 2021, p. 9).

A ação foi muito importante por antecipar o processo de disputa que viria pela frente. Não por acaso foram as mulheres rurais que deram o alerta para o risco que o Brasil corria no período. Dois registros da atividade de 2015 coloco no texto, por ilustrar não só a compreensão política que as Margaridas tinham do período, como a denúncia da misoginia como elemento organizador do impedimento contra Dilma Rousseff.

---

<sup>151</sup> TEIXEIRA, Marco Antônio. Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-17, e021008, 2021.

Foto 26 – Benedita da Silva liderando fileira da Marcha das Margaridas



Fonte: À esquerda, fotografia de Lula Marques (Agência PT); à direita, foto de Fernando Bizerra Jr.; El País, 2015.

Como Ângela Alonso (2017)<sup>152</sup> organiza, esse momento da história do país a partir das ruas é chamado por ela de ciclos. Segundo a professora, haveriam três momentos distintos nesse período que ela chama de Ciclo mosaico (junho de 2013), marcado por fases que atraíram setores da esquerda tradicional até serem dirigidos pela direita, passando ao Ciclo patriota (março e abril de 2015), que fora marcado pela intensificação do discurso anticorrupção e antipetista, evocando as bandeiras militaristas e reacionárias, alcançando o Ciclo do impeachment (dezembro de 2015 a março de 2016) que marcou o processo de disputa intensa das ruas entre os setores contrários ao Golpe e aqueles que desejavam a queda petista. No período da instalação do procedimento em si, a pesquisadora destaca que:

Em fins de 2015, a feição das ruas se alterou. A dominância patriota se viu confrontada por reação vigorosa do setor socialista. Se no primeiro ciclo foram três estilos de ativismo, um dominou no segundo e, no terceiro, dois competiram pela rua, com atos intercalados de duas campanhas: “#foradilma” e “#nãovaitergolpe”. O setor socialista se aglutinou em duas coalizões de apoio a Dilma, em outubro: a Frente Povo sem Medo (cerca de trinta sindicatos e movimentos, de quinze estados), liderada por CUT e MST, e a Frente Brasil Popular (mais de setenta membros, entre movimentos, pequenos partidos de esquerda e setores de outros partidos) (ALONSO, 2017, p. 57).

A despeito da intensa batalha nas ruas, marcada por protestos que dividiram a cidade de Brasília e foram caracterizados por extensiva força de repressão, o resultado foi a cassação do mandato legítimo da presidenta. As cenas dos votos durante a sessão final previam a sequência de ódio organizado que tomaria conta das estruturas do Estado brasileiro na sequência. Entre

<sup>152</sup> ALONSO, Angela. A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma e Temer. *Novos estud. CEBRAP*. São Paulo, especial, p. 49-58, jun. 2017.

essas manifestações, destaco a partir de Luciana Boiteux (2016)<sup>153</sup> a manifestação do então deputado pelo Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro:

Em 17 de abril de 2016, justificou seu voto fazendo apologia a um torturador. Disse ele: “Perderam em 1964, perderam em 2016. Contra o comunismo, contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi o pavor de Dilma Rousseff.” Essa frase bem define o Golpe de 2016: a declaração de Bolsonaro pelo impedimento se baseou em dois elementos: a apologia da tortura e de um torturador e a misoginia com que ele expressou seu repúdio à mulher Dilma Rousseff, desejando retirá-la daquele espaço de poder por considerá-la incapaz de ali estar pelo fato de ela ser mulher e por sido torturada, louvando o mais conhecido torturador da Ditadura, conhecido por torturar e estuprar mulheres (BOITEUX, 2016, p. 366).

Dois anos dessa declaração criminosa de voto, esse seria o cidadão eleito presidente da República. Não havia nenhum tipo de véu que encobrisse a sede da classe dominante brasileira em cessar os avanços sociais liderados pelo PT. Não havia mais palavras bonitas e boas maneiras que escondessem as garras da classe dominante brasileira. Usando a análise da presidenta golpeada, temos em suas próprias palavras que:

A conspiração que levou ao golpe sempre dependeu de manipulação de informações pela mídia e de um componente misógino que era acolhido sem questionamento. A rigor, não é exagero dizer que o processo golpista teve início no exato instante - 20h2753s do dia 26 de outubro de 2014 - em que a Globo News anunciou oficialmente a minha vitória na eleição. Minutos depois, a bancada de jornalistas da emissora já discutia a possibilidade de um impeachment (ROUSSEFF, 2021, p. 56).<sup>154</sup>

Dilma Rousseff destaca sempre com muita ênfase o papel da violência política de gênero na forma como foi tratada durante a gestão, pela mídia, pelas forças dentro do Congresso e dentro do próprio Palácio da Esplanada. E a questão de gênero é chave para compreender o período. Como aponta Jairo Nicolau, a vocalização dos setores golpistas que aderiram à campanha de Jair Bolsonaro depois tinha como foco a pauta de costumes e enfrentar os avanços obtidos. As notícias falsas sobre o apoio ou não de Dilma Rousseff ao aborto, debates sobre sua sexualidade e sua maternidade eram evocados durante as campanhas e pelos movimentos de oposição ao governo.

Lembro nitidamente dos adesivos violentos que insinuavam o estupro da presidenta da República que decoravam os carros país a fora. A misoginia era combustível das ações de

<sup>153</sup> BOITEUX, Luciana. A misoginia no Golpe. In: PRONER, Carol *et al.* **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

<sup>154</sup> ROUSSEFF, Dilma. Misoginia e manipulação da mídia. In: D'ÁVILA, Manuela. **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

oposição. A busca por construir uma narrativa de diminuição da capacidade cognitiva de Dilma Rousseff e a construção de uma imagem caricata tornaram a figura dessa mulher em uma piada nacional. Ainda pensando sobre o processo do impedimento, Benedita da Silva<sup>155</sup> reflete:

Dilma não precisaria ser uma profetisa para acertar o que iria acontecer com nosso povo e nosso país. Naquele triste momento para a democracia brasileira, Dilma advertiu também que o que estava em jogo era o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. Não foi exatamente esse desrespeito à Constituição o que aconteceu com o fim da aposentadoria, dos direitos trabalhistas, das privatizações de empresas estratégicas, tudo disfarçado por emendas constitucionais. Não foi precisamente isso o que permitiu a condenação fraudulenta seguida de prisão ilegal de Lula, apenas para impedi-lo de ser candidato e assim permitir a eleição do fascista Bolsonaro? (SILVA, 2021).

Sua voz foi firme durante todo o longo processo de impedimento. E, estabelecida a saída definitiva da presidenta Benedita foi combativa. Uma de suas falas para o sucessor, Michel Temer, vale ser reproduzida. Sem medo, ela contesta o mandatário a quem não reconhece como presidente. Em suas palavras que ecoaram no plenário da casa em 17 de outubro de 2017, pode-se constatar para a história a posição que essa mulher, autora da Constituição, que viu seu jovem Partido chegar à direção central da República a repercussão desse episódio político que afetou a vida de milhares de compatriotas. Em plenos pulmões a deputada disparou:

Assisti, com uma certa preocupação, às manifestações do Sr. Temer. Eu vou ter de tratá-lo assim, porque não o reconheço como Presidente da República. Em primeiro lugar, eu quero dirigir-me a ele dizendo: você não deveria nem estar nesse cargo, pois não há mais dúvida de que o impeachment da Presidenta Dilma não teve crime de responsabilidade e foi sim um golpe de Estado, um golpe institucional. Contra a realidade do golpe que você foi um dos principais protagonistas, nada adianta dizer que vendeu "milhares de livros de Direito Constitucional", pois você não respeitou o que aprendeu. Em sua carta você se apresenta como vítima, mas o povo do Rio de Janeiro, que represento com o meu mandato de Deputada Federal, bem sabe que a verdadeira vítima de sua cruel política de extinção de direitos sociais e trabalhistas é o povo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, DCD 18/10/2017 p. 87).

Ao fim e ao cabo, as palavras de Benedita carregam uma verdade implacável. O golpe, não era destinado a uma agremiação específica, a uma personalidade política, apenas. A necessidade de desrespeitar as “regras do jogo democrático” tinham uma raiz profunda. Colonial. Racista. Patriarcal. Era necessário “estancar a sangria” que estava bagunçando as linhas nítidas traçadas pelo mito da democracia racial no país, era necessário interromper os ganhos que aqueles das margens haviam percebido, antes que eles se tornassem irreversíveis.

---

<sup>155</sup> SILVA, Benedita. Golpe contra Dilma – cinco anos de retrocessos e mortes que não deixam o Brasil esquecer. **PT na Câmara**. 2021. Disponível em: <<https://ptnacamara.org.br/benedita-da-silva-golpe-contradilma-cinco-anos-de-retrocessos-e-mortes-que-nao-deixam-o-brasil-esquecer/>>. Acesso em: 19 out. 2023.



Era necessário voltar e recomendar o curso da história brasileira, que esgarçou-se em um período curto. Era preciso continuar a produção de um país onde os Senhores de Escravo foram indenizados e onde a Terra não se reparte.

Parte desse conteúdo político havia sido anunciado na famosa plataforma “Ponte para o Futuro” do PMDB. Conforme Diego Bogéa<sup>156</sup> o documento expressava uma mistura entre ultraliberalismo, conservadorismo moral e hiper violência. Para o professor, o programa lançado em outubro de 2015, representava o retorno ao pensamento colonial, obsessivamente preocupado com a economia a partir do setor dominante, buscando amorfizar a massa trabalhadora e propondo um estado de desproteção, atacando o Ensino médio, as garantias trabalhistas e sequestrando a aposentadoria (BOGÉA, 2019). Benedita da Silva reflete a implementação da agenda pemedebista do púlpito da Câmara dos Deputados, conseguindo sintetizar de maneira inteligente as intenções da plataforma. Em seus termos:

Nós estamos assistindo à Ponte para o Futuro. O futuro de quem? De quem é esse futuro? É um futuro de miséria, de empobrecimento, de precarização do trabalho, é esse o futuro para este País, como já estamos vendo nas ruas, não só do Estado do Rio de Janeiro. Todos nós, mesmo aqueles que fingem não ver, estamos assistindo nos nossos Estados ao empobrecimento, ao empobrecimento. As pessoas estão com dificuldade nas diferentes áreas sociais que os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff sustentaram até então (CÂMARA DOS DEPUTADOS, DCD24/08/2017, p. 89).

Em matéria da *Carta Capital* (2016)<sup>157</sup>, é noticiado que o golpista Michel Temer afirma textualmente que as razões do processo de impedimento da presidenta nada tinham a ver com supostas irregularidades na Administração. A força-motora era a resistência do Governo em adotar integralmente o receituário da “Ponte para o futuro” que Benedita da Silva sintetiza muito bem quais eram os alvos. O panfleto queria voltar para um passado mais precarizado, mais racista, mais machista, mais lucrativo para os de cima.

Liquidada a fatura do golpe, em sua última fala como presidenta, Dilma Rousseff, ladeada de suas companheiras e companheiros, entre as quais a própria Benedita, profetizou. Dizia a mandatária que voltaríamos. Mesmo diante de tantas mentiras, crimes e violações de Direitos Humanos. Estamos aqui. Não todos, todas e todes, falta quem morreu pelas mãos da

<sup>156</sup> BOGÉA, Diogo. “Uma ponte para o futuro”: liberalismo econômico, conservadorismo moral e a violência incalculável do puro cálculo. *Ítaca* 33. Edição Especial “50 anos de Desconstrução”. p. 21-37, 2019.

<sup>157</sup> CARTA CAPITAL. **Temer**: impeachment ocorreu porque Dilma recusou “Ponte para o Futuro”. 23 out. 2016. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/>>. Acesso em: 27 out. 2023.

política genocida durante a pandemia, pela fome que voltou, pelo racismo e machismo que nunca nos deixou.

No período do Governo Temer até as eleições de Bolsonaro, a atuação de toda a bancada petista foi incansável. Em 12 de julho de 2017 a Lava Jato do juiz Moro alcançava o prêmio cobiçado, a liberdade de Luiz Inácio. As manifestações que cercavam o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo bradavam “não se entrega”, mas os esforços não foram capazes de impedir a prisão injusta.

O impacto da prisão de Lula foi devastador. A resistência aguerrida no acampamento do lado de fora da Polícia Federal lembrava todos os dias que o ex-presidente não estava só. A relação entre Benedita e Lula é íntima. E em muitas de suas falas no púlpito da casa a parlamentar refere-se ao arbítrio a que seu companheiro estava submetido. Mais recentemente, ela mesmo recapitula as violações que o líder petista enfrentou. Em seus termos:

Não é só uma questão pura e simplesmente, Sr. Presidente, de dizer: "Não, o Lula está livre, ele agora vai poder se eleger". Foram 5 anos, 5 anos! Eu vi esse homem perder a esposa, perder neto, perder irmão. Eu vi muito esse sofrimento. O que ele fez com este País para merecer tudo isso, por conta da politicagem de Moro? É evidente que ele teve uma parcialidade. A operação foi uma operação toda dele. Levou a economia para o buraco, criou problemas com as indústrias, que fecharam, aumentou o desemprego, a delação virou um grande negócio para eles. Como é que agora vêm dizer que o mercado está aflito? Que nada! Deram o golpe na Dilma para isso. O mercado não resolveu e continua não resolvendo o desemprego, a fome, a carestia, tudo que está acontecendo no Brasil de hoje (CÂMARA DOS DEPUTADOS, DCD 24/09/2021).

Em uma cena dura<sup>158</sup>, datada de 20 de dezembro de 2018, ao fazer uma das visitas ao acampamento resistente que se estabeleceu ao lado da carceragem da Polícia Federal em Curitiba, Benedita da Silva cede às lágrimas e fala do amor e da falta que sente de seu amigo, companheiro. O desejo de vê-lo no Natal, reunindo a família em São Paulo, como era de costume, a faz soluçar. Consolada pelos companheiros de partido, a frase “eu te amo Lula” é repetida pela parlamentar.

Ao assistir o registro, associo a expressão de Benedita da Silva a ideia freiriana de justa raiva (FREIRE, 1996)<sup>159</sup>. Essa “justa ira” é produto de um sistema perverso, que sujeita os “descamisados do mundo” a toda sorte de humilhações e indignidades, que lhes priva da condição de viver plenamente. Como sujeita consciente dos riscos envolvidos em subverter a

<sup>158</sup> CARTA CAPITAL. **Benedita vai às lágrimas em frente à PF em Curitiba**; veja vídeo. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/benedita-vai-as-lagrimas-em-frente-a-pf-em-curitiba-veja-video/>>. Acesso em: 25 out. 2023.

<sup>159</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

condição de subalternidade para enfrentá-la e, objetivamente, ser uma representante das vozes oprimidas, a dor que ela sente ao ver seu companheiro de trincheira injustiçado é muito comum na experiência vivida negra.

Como Vilma Piedade (2017) nos convida a refletir, a dororidade é esse elemento comum que dá unidade à experiência negra e feminina. O sentir doloroso, provocado pelas estruturas raciais, patriarcais e de classe organiza a subjetividade das mulheres negras. As perdas e ausências, como diz a autora, combinam-se com a justa raiva pelo que foi feito ao país, ao povo negro, aos seus colegas de trincheira.

Ouso apontar que é a mistura dessas duas estratégias – *dororidade e justa ira* – que a impulsionaram durante todo seu percurso político e que, especialmente nos anos mais próximos em que estive na dianteira da oposição ao Golpe, a perseguição da Lava Jato e depois, com a ascensão do Bolsonarismo, foram acionados de maneira combinada em sua ação parlamentar.

Em 2016, período do desenvolvimento do impedimento, o sítio oficial aponta que o mandato de Bené apresenta 9 proposições novas, entre as quais destaco 4 que mostram a sua preocupação com os Direitos Humanos no período. São dois Projetos de Lei importantes do período, o PL 4.802/2016, que estabelecia cotas na pós-graduação para pessoas negras; o PL 5027/2016, que insere ações afirmativas na Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública. Ao mesmo tempo, dois Requerimentos merecem relevo, o REQ 310/2016 que criava, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, uma Subcomissão especial destinada a avaliar e acompanhar as políticas de assistência social e saúde da população negra do país; e o REQ 19/2016 que demandava visita oficial da Casa ao Estado de Minas Gerais para conhecimento do sistema APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que apresentam-se como espaços alternativos ao encarceramento padrão.

Os dois projetos seguem tramitando, ao passo que o Requerimento da visita à APAC foi deferido, e o REQ 310/2016 foi arquivado de pronto. A persistência das bandeiras em defesa da igualdade racial e a preocupação com a Assistência Social já prenunciava qual seria a pauta de preocupação do período seguinte.

Com o advento do Golpe, a produção legislativa de Benedita dispara, comparada ao ano anterior. O salto dado vai para 152 propostas de sua autoria. Marcados na categoria de Direitos Humanos, são 24 propostas destacadas pelo sistema legislativo. A pauta, campeã, todavia, é Assistência, previdência e trabalho, com 130 iniciativas. Essa tendência é totalmente compatível com a característica da gestão Temer. Durante seu período na direção do país, o foco da ação dos golpistas foi o desmonte dos Direitos Trabalhistas e da aposentadoria, que aprofundaram a crise de emprego e econômica já estabelecida.

Entre as iniciativas que couberam a ela relatar na época, destaco a pertinência dos temas que a atraíram para opinar. Temas das mulheres, da negritude, da defesa das domésticas e dos trabalhadores das petrolíferas no Rio de Janeiro. Destaco o PL 6.590/2016, de Valmir Assunção (PT/BA) que inscreve o nome de Dandara dos Palmares no Livro de Heróis da Pátria e aguarda decisão do Senado sobre a matéria.

Outra colega de partido, a deputada Erika Kokay (PT/DF), redige o PL 8.363/2017 que regulamenta o exercício profissional da atividade de Doula, foi designado a Bené e segue apensado a outras propostas semelhantes. De todas as que coube a parlamentar carioca relatar, a mais importante do período, é, na minha avaliação o PL 3.995/2012, do Senador Paulo Paim (PT/RS) que passa a considerar insalubre e penosa a atividade profissional dos empregados em serviços de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo. O parecer é favorável à proposta, uma vez que ela amplia as garantias dessa categoria de trabalhadores diante das legislações já existentes e segue tramitando.

No que concerne a sua produção autônoma, existe um debate interessante sobre o processo de ataque às mulheres que não começa com Bolsonaro, mas é também um viés da gestão de Michel Temer. Ao solicitarem o repúdio da Comissão da Mulher na Câmara sobre a remoção do debate de gênero na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Benedita da Silva e Erika Kokay, destacam:

Suprimir o debate de gênero e sexualidade da Base Nacional Comum Curricular, reduzi-lo, ou desvirtuá-lo - subordinando-o a orientações religiosas, como tem sido denunciado pela imprensa, não contribui para o empoderamento das mulheres, para o enfrentamento à violência, tampouco para a redução das desigualdades de gênero, raciais ou sociais. Diante do exposto, requeremos que esta Comissão envie manifestação ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação, reafirmando a importância de se manter os conteúdos de gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular, para que todas as escolas do país sejam provocadas a inserir o tema em seus currículos, refletindo sobre ele, e contribuindo, conseqüentemente, para a redução dos índices de violência e para a promoção da igualdade de gênero (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

O debate que as duas propõe é estancado e não prospera na Comissão. A bandeira do combate a “ideologia de gênero” tremula forte e mobiliza a opinião pública contra avanços na adoção dos debates nas escolas. Como *O Globo* (2017) notícia da época<sup>160</sup>, a gestão golpista de Temer retira as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” da BNCC e estava alinhada aos interesses na pauta moralista da assim chamada “bancada evangélica”. Como Paul

---

<sup>160</sup> O GLOBO. **Bancada religiosa pediu a Temer retirada de questão de gênero da Base Nacional Comum Curricular**. 07 de abr. de 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/bancada-religiosa-pediu-temer-retirada-de-questao-de-genero-da-base-21179389>>. Acesso em: 26 out. 2023.

Freston e Marco Davi de Oliveira refletem, a mobilização conservadora dessa doutrina religiosa como corrente política de intervenção na sociedade brasileira mobiliza camadas populares e tem como plataforma a estrutura conservadora, patriarcal e racista que não foi enfrentada de maneira radical. Nesse meio, existem dissidências, como é o caso de Benedita da Silva que vai na contramão e coloca-se como uma interlocutora contrária a essa onda.

Rogério Junqueira (2017)<sup>161</sup> é muito feliz ao propor que o processo de organização de grupos religiosos conservadores em torno da “questão de gênero” é um fenômeno que transcende as nossas fronteiras, que tem influência internacional e não acontece por acaso. Ao afirmar que debater as questões da opressão vinculadas às mulheres e a diversidade sexual é algo pervertido e malicioso para crianças, em especial, o que se faz é criar aí a verdadeira categoria de “ideologia de gênero” que nada tem a ver com ampliação de Direitos Humanos. É em verdade seu contrário. Como diz o autor:

Engendrado para operar como um dispositivo no cerne de uma estratégia de poder, este sintagma-slogan se relaciona a um projeto político e religioso ultraconservador de reformulação e ulterior legitimação de uma determinada visão de “humano” e de sociedade – sintonizada com concepções, valores e disposições de caráter antilaico, antifeminista e antidemocrático (JUNQUEIRA, 2017, p. 47).

O que chama a atenção na formulação de Rogério Junqueira é precisamente a vinculação que faz ao associar essa posição como derivada de uma visão antidemocrática. Ao que acrescento, racista. É sabido que são precisamente as mulheres negras as mais vitimadas pela violência de gênero, por estarem em condições de maior vulnerabilidade, manter a sexualidade dessas mulheres controlada e orientada a manutenção da estrutura patriarcal é importante para a reprodução das desigualdades.

De forma que omitir o Estado desses debates e ceder às pressões religiosas e conservadoras é um ataque direto à comunidade feminina e negra. É preciso afastar essas mulheres da emancipação, seja aquela relacionada ao seu próprio corpo ou aquela que subverte uma hierarquia de subjugação que as coloca em uma posição de opressão masculina.

O Governo Temer, de acordo com Giselle Souza e Morena Soares, foi produto da insatisfação das classes dirigentes brasileiras que haviam estagnado suas taxas de lucros com

---

<sup>161</sup> JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

os processos econômicos de 2014 a 2015, movida pelo ódio reacionário dessa mesma parte da sociedade. Segundo as pesquisadoras, os dois anos do mandato foram marcados por:<sup>162</sup>

Ações como a Emenda Constitucional nº 95, congelando por 20 anos o gasto público destinado a direitos sociais fundamentais como Saúde, Educação e Assistência Social; a aprovação da contrarreforma trabalhista que nos repõe a situações bárbaras de trabalho intermitente, desprotegido e análogo à escravidão; e a nefasta proposta de contrarreforma da previdência. [...] Falamos da aprovação do PL nº 4.567/16, que autoriza a exploração do pré-sal brasileiro às petrolíferas multinacionais, inviabilizando o uso deste recurso para o financiamento das políticas de educação e saúde, ao que se soma a aprovação pela Câmara dos Deputados da “MP do trilhão” (nº 795/2017), que concede isenção fiscal no valor de 1 trilhão de reais às petrolíferas estrangeiras; a proposta em votação do “Novo Refis” (o programa de refinanciamento das dívidas com a União) que estipula em 543 bilhões de reais o perdão do setor empresarial com a União; e o “presente” à bancada ruralista, através do perdão de aproximadamente 10 bilhões em dívidas com a Previdência Social (SOUZA; SOARES, 2019, p. 16).

A pontuação das principais medidas tomadas por Temer dialoga diretamente com os interesses dos patrocinadores do Golpe. Como sintetizam as pesquisadoras, tratou-se de um governo brutalmente neoliberal, que tirou dos pobres, deu aos ricos e buscou proibir por todos os meios que fosse possível investir nas camadas sociais mais vulnerabilizadas do país (SOUZA; SOARES, 2019).

À mesma constatação chegam Mariana Souza e Tuize Hoff (2019)<sup>163</sup>, dizem as pesquisadoras que uma das áreas em que o Governo Temer mais recuou foi justamente no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que foi importante na dinâmica de criação de empregos e facilitação de acesso à habitação para as camadas populares. Dizem as autoras que:

A retomada do neoliberalismo pelo Governo Temer influenciou a habitação popular, tendo em vista que rompeu com o compromisso social dos governos anteriores (Lula e Dilma). Entre outras medidas, a extinção da modalidade Entidades do PMCMV acabou por retirar direitos das camadas mais pobres da população, que há anos lutavam pelo acesso à moradia e pela casa própria e encontraram-se desamparadas. Logo, há o acentuamento da desigualdade social e da concentração de renda (SOUZA; HOFF, 2019, p. 11).

Mariana Souza e Tuize Hoff apontam que além disso, o processo de controle social e a lógica de funcionamento do programa foi totalmente reorientada. A queda dos mecanismos de

<sup>162</sup> SOUZA, Giselle; SOARES, Morena Gomes Marques. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **Revista Ser Social**. Brasília, v. 21, n. 44, jan.-jun. 2019, p. 11-28.

<sup>163</sup> SOUZA, M. B.; HOFF, T. S. R. (2019). Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, e20180023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>

participação popular na formulação e avaliação do programa eram um traço notável de uma gestão conquistada a partir de ações antidemocráticas.

Esse momento da história nacional é bem representado em minha opinião por duas obras audiovisuais que alcançaram bastante expressão. O filme documental *O Processo*, 2018, 2h20min, dirigido por Maria Augusta Ramos registra a caminhada do impedimento de maneira bem próxima e nos dá um testemunho importante daqueles momentos. E a obra de Petra Costa, lançada no ano subsequente, *Democracia em Vertigem*, 2h1min, narram esse período curto, mas extremamente complexo da história nacional.

Segundo Márcio Negrini *et al.*<sup>164</sup> “o longa-metragem revela a encenação midiática da política como característica de um momento histórico e sua consequência no golpe parlamentar”. Ao mesmo tempo que a obra de Petra Costa, interpretada por André Queiróz<sup>165</sup>, afirma que: “sob as palavras de ordem a favor do impedimento do mandato da presidenta petista, os principais pontos de pauta das referidas manifestações de uma direita que voltava às ruas, eram a ruptura institucional” (QUEIRÓZ, 2020, p. 553).

Trago essas obras pois elas projetaram muito do imaginário que tenho daquele período turbulento. Lembro-me muito dos destaques que as duas diretoras, na minha opinião por serem mulheres, mostram o elemento do patriarcado em movimento com a destituição da presidenta. A substituição por um corpo ministerial menos diverso, totalmente masculino, como feito por Temer, estava na base da mobilização dos discursos misóginos que sustentam a prática política de Bolsonaro, o sucessor do golpista. Em novembro de 2017, ano anterior à eleição duríssima do ano seguinte, Benedita da Silva produz ela mesma uma interpretação a partir da celebração de Zumbi dos Palmares, articulando o líder quilombola com o presente das comunidades negras submetidas ao regime ilegítimo:

E hoje ele ainda estaria lutando, porque este Governo, que deu um golpe na Nação, está acabando com o legado deixado por Zumbi dos Palmares. Não temos o que festejar, se as terras estão sendo entregues aos estrangeiros. Como festejar se os nossos jovens negros estão sendo praticamente exterminados? Como festejar se, na relação de trabalho, 64% dos negros estão desempregos neste País? Como festejar se os negros são trabalhadores domésticos e camelôs nas ruas? Como festejar o dia 20 de novembro se o Governo é insensível que está entregando este País? Como festejar esse dia se o Governo dá a cada um desses cidadãos e cidadãs a terceira categoria como seres humanos? Não podemos aceitar isso. O golpe atingiu em cheio as comunidades negras. O Governo está tirando de quem não tem, e para quem tem ele está dando mais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, DCD 22/11/2017, p. 81).

<sup>164</sup> ZANETTI NEGRINI, M.; FREITAS GUTFREIND, C.; ANTONINE STIGGER, H. M. (2020). A encenação midiática da política no filme "O Processo". *Mídia e Cotidiano*, v. 14, n. 3, 182-198. DOI: <https://doi.org/10.22409/rmc.v14i3.40556>

<sup>165</sup> QUEIRÓZ, André. O testemunho de Petra Costa em *Democracia em vertigem*: cinema e lanterna mágica. *REBELA*, v. 10, n. 3. p. 528-560, set./dez. 2020.

Ela é assertiva: “o golpe atingiu em cheio as comunidades negras”. E são essas pessoas que seguem pagando as cifras volumosas da conta deixada pelo colonialismo. O cenário que Bené descreve, havia sido amenizado pelas políticas públicas que ela mesma ajudou a desenhar, mas que não foram suficientes para estruturalmente mudar a desigualdade. Esse era o clima que antecede o pleito que ela se colocaria à disposição do povo do Rio de Janeiro como opção para a Câmara Federal.

Contudo, como lembra a Marcha das Margaridas e tantos outros movimentos que aconteceram no país inteiro, o eco do *#ForaTemer* fez-se ouvir e combinou-se com os brados por *Lula Livre!* Mas, o volume da resistência de esquerda não foi capaz de reverter o Golpe, tão pouco barrar o que viria por vir.

A campanha de 2018 iniciou-se com muitas incertezas. O presidente Lula era anunciado como cabeça da chapa de dentro da carceragem da Polícia Federal em Curitiba. E, preso, liderava as intenções de voto em todo o país. Na Resolução de balanço do processo eleitoral de 2018, divulgada pela Direção Nacional do PT em 01 de dezembro<sup>166</sup>, lê-se:

O que viabilizou mesmo a eleição de Bolsonaro foram as decisões tomadas pelo juiz Moro, pelo TRF4, pela maioria do Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral, ao condenarem, amordaçarem e cassarem ilegalmente a candidatura de Lula em desrespeito, inclusive, à determinação da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Oficialmente impedido no 11 de set., Lula, líder nas pesquisas com quase 40% das intenções de voto, foi substituído pelo companheiro Fernando Haddad. Sem Lula, o PSDB acreditava poder levar Alckmin ao segundo turno, seja subtraindo votos da centro-esquerda contra Bolsonaro, seja atraindo votos antipetistas que houvessem migrado para Bolsonaro, então em primeiro nas pesquisas, mas seguido de perto por Haddad, cuja candidatura subia rapidamente (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2018).

A resolução destaca o papel que o atentado ao candidato do PSL provocou nos rumos do segundo turno. O “episódio da fachada”, segundo o texto, contribui para o crescimento da rejeição ao PT e a candidatura que terminou liderada pelo professor Fernando Haddad e pela vice-presidenta Manuela D’Ávila do PCdoB. A Direção do Partido ressalta ainda que apesar da derrota nas urnas, naquele processo eleitoral o partido mantinha a posição de segunda força dentro do Congresso e nas Assembleias Legislativas Nacionais (PT, 2018).

Destaco como a mobilização da pauta antifeminista e anticomunista foi particularmente usada pela campanha de Bolsonaro, especialmente direcionada a Manuela D’Ávila que sofreu

---

<sup>166</sup> PT. **Resolução política sobre balanço eleitoral**. Brasília, 01 dez. 2018. Disponível em: <<https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/12/resolucao-politica-dn-pt-dezembro-2018.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2023.



diversos episódios graves e violência política de gênero. Antes mesmo de assumir a tarefa de candidata na chapa liderada pelo PT, ao ser entrevistada no programa Roda Viva, as mais de 40 interrupções<sup>167</sup> que sofreu ao longo da entrevista ficaram marcadas como a intencionalidade midiática estava colocada no período.

É fundamental destacar também que a politização do pleito de 2018 foi muito tensionada a partir das mulheres. Pela nítida defesa do conservadorismo mobilizada por Bolsonaro, a sua rejeição entre as mulheres era ampla. O movimento feminista organizou movimentos de resistência que ficaram conhecidos pela palavra de ordem *#Ele Não!*. Conforme Jamile Silva<sup>168</sup>:

Por meio da observação do jogo enunciativo-político que se formou durante as eleições de 2018, foi possível inferir que o movimento *#EleNão*, apesar de ter sido um ato de grande amplitude, foi abafado pelos ataques da narrativa contrária de grupos ultraconservadores movidos por interferência das refrações ideológicas que recaem sobre o social. O sentido do enunciado *#EleNão* foi ressignificado diante de narrativas estereotipadas e regidas pela formação do senso comum, afloradas pelo discurso contrário que destacou, claramente, os papéis que os sujeitos da sociedade brasileira ocupam frente à responsabilidade de garantir os direitos e deveres de um corpo social igualitário (SILVA, 2021, p. 27).

Os resultados mostram que o cenário não foi fácil para a Direita. Mesmo com todos os impactos dos desdobramentos do Golpe de 2016, a chapa de oposição saiu de 31 milhões de votos na primeira rodada para 47 milhões de votos válidos no turno final. Como destaca a resolução do PT, o processo foi viciado pela interdição de Lula ao concorrer, pela enxurrada de disparos em massa de mentiras e pela aliança articulada pelos setores golpistas e conservadores em torno do objetivo de eleger Jair Messias (PT, 2018).

Pensando em como essa disputa foi travada pela perspectiva de Benedita da Silva reflito a partir da sua condição de batalhar pela manutenção do mandato em um cenário de múltiplas candidaturas petistas que dialogavam com o perfil de eleitores que compunham a base da carioca. “Estrela tão bonita, é federal, é do PT, é Benedita”, o *jingle* de 2018 trazia para centralidade a reivindicação da identidade petista, duramente atacada e estigmatizada.

Contudo, um alerta importante vem da queda do número em seu eleitorado. Como apontam os resultados, no ano de 2010, momento do retorno à Câmara, primeira gestão de Dilma Rousseff, a petista alcança 71.036 votos. O patamar, todavia, não é repetido. Em 2014,

<sup>167</sup> GAZETA DO POVO. **Interrupções a Manuela no Roda Viva** – ao menos 40 – geram debate sobre machismo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/eleicoes-2018/interrupcoes-a-manuela-no-roda-viva--ao-menos-40--geram-debate-sobre-machismo-dzpr5wa5dvnttfo6pxhnjs13u/>>. Acesso em: 27 out. 2023.

<sup>168</sup> SILVA, Jamile Maria de Fátima da. O movimento “#elenão” e seu apagamento discursivo sob a contranarrativa do “#elesim”. **Revista do GELNE**, Natal/RN, v. 23, n. 1, p. 17-28, jan. 2021.

obtem 48.163 e, após o Golpe, sua votação chega aos 44.804 votos. Benedita foi a única representante do PT eleita na ocasião, o que mostrava que a propaganda antipetista havia surtido efeito.

Wilson Witzel do PSC, aliado a Bolsonaro, foi eleito governador do Rio de Janeiro em 2018. O que confirmou a tendência do Estado que colocou o candidato do PSL na liderança com 66% dos votos. Não custa registrar que a carreira do ex-capitão do exército foi forjada no Rio de Janeiro, de onde repetiu sucessivos mandatos entre os quais funcionou inclusive como base de sustentação do Governo Lula. Mas, como a história é desenhada a partir dos movimentos concretos das classes, foi a figura ungida a representante das “novas direitas” que apresentava identidade total com o projeto retrógrado e antidemocrático impulsionado a partir de 2013.

Naquele ano, apenas Benedita da Silva foi eleita como representante do Rio de Janeiro. No espectro da esquerda tradicional, o PSOL foi responsável pela maior bancada e o PCdoB manteve o mandato da deputada Jandira Feghali. O conjunto da representação do Estado no Congresso seguia a tendência conservadora e de direita, comprovando uma posição de recrudescimento do pensamento nacional e atestando o efeito combinado entre a moderação petista à frente da Presidência na disputa ideológica, na ineficiência em promover mudanças mais estruturantes e na combinação dos setores dirigentes em romper com as regras do jogo em nome dos seus lucros e a manutenção das desigualdades que marcam o perfil da sociedade brasileira.

Como lembra Nilma Lino Gomes (2020)<sup>169</sup>, os avanços obtidos no intervalo democrático-popular que o Brasil viveu não podem ser confundidos com um estado de guarda baixa. A intelectual nos lembra muito bem que as pessoas que se percebem negras na sociedade brasileira conhecem de perto os impactos de uma estrutura violenta. Em seus termos:

Não vivemos apenas tempos de incertezas, no entanto. A cada incerteza vivida, certezas amadurecem e se fazem vivas. Talvez a maior delas é o quanto se faz necessário a tomada de consciência, a afirmação e a construção de uma solidariedade e de uma maior articulação entre as vítimas do racismo e das mais variadas desigualdades sociais, possibilitando uma forte reação antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e emancipatória. Para as negras e os negros brasileiros que lutam por democracia, soma-se a essa certeza o fato de que somos sujeitos da diáspora africana e o Brasil é nossa terra por conquista e por direito. Nele construímos, enraizamos e expandimos a nossa afro-brasilidade (GOMES, 2020, p. 363).

---

<sup>169</sup> Gomes, N. L. (2020). A força educativa e emancipatória do Movimento Negro em tempos de fragilidade democrática. *Revista Teias*, v. 21, n. 62, 360–371. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2020.49715>.

Neste contexto difícil onde um presidente com inspirações políticas fascistas ascende ao governo central do país, Bené chega mais uma vez à Câmara dos Deputados com a missão de defesa da comunidade negra, das mulheres e do povo trabalhador em um terreno árido. Sobre o processo de estabelecimento do novo tempo e dos impactos da crise pandêmica que se abateu no período trato na seção que segue.

### **7.1 Mulher do fim do mundo: diante da pandemia defender a arte e a vida**

*“Este Governo, por definição, só pode ser um governo de morte e não de vida”*

(Benedita da Silva, 2021)

Sob o mote “ninguém solta a mão de ninguém”, parcela do país organizou suas emoções após o resultado oficial das urnas em 2018. O já difícil cenário de políticas destrutivas implementado pelo presidente golpista Michel Temer iria piorar. Lula seguia preso. As vozes femininas do “Ele Não!” foram abafadas pelos jingles machistas da campanha do PSL. O flerte com o fascismo estava escancarado.

Avalio que aquele momento foi de uma derrota eleitoral para os setores de esquerda, mas também foi marcado por intensa politização da sociedade brasileira. Contudo, a dura realidade da receita de Paulo Guedes para administrar as finanças públicas, combinada com a tática explícita de aparelhamento dos espaços do Governo central, galvanizada pelo suporte de um avanço demolidor das bancadas conservadoras no Congresso criaram uma atmosfera pesada, especialmente para as comunidades subalternizadas.

Desde o seu discurso de posse, Bolsonaro não escondeu a que veio, a quem e a que tipo de projeto servia. Conforme Cleyton Santos e Vicentina Ramires<sup>170</sup>, as primeiras palavras do presidente ao assumir o cargo perante a nação o colocam como interlocutor de um populismo de direita que ataca o “viés ideológico”, atribuindo aos outros uma posição comprometida e colocando para si uma suposta neutralidade. Segundo os autores:

Bolsonaro dissemina maciçamente que “as ideologias (de gênero, de esquerda, do comunismo, etc.) são prejudiciais para o pleno desenvolvimento do país” e que o termo “ideologia” remete exclusivamente às pessoas comunistas que são teórica e praticamente as pessoas de esquerda. [...] As práticas mais comuns do populismo de direita são a realização das vontades do governante como se fossem vontades do povo, o discurso antielite, ataques contra o intelectualismo e o cientificismo, críticas aos

<sup>170</sup>SANTOS, Cleiton Douglas Barros; RAMIRES, Vicentina. O discurso de posse de Jair Bolsonaro: um governo sem ideologia? **Encontros de Vista**, Recife, v. 27, n. 1, p. 70-81, jan. /jun. 2021.

movimentos migratórios e sociais, além de um discurso político moralista com forte apelo religioso (SANTOS; RAMIRES, 2021, p. 80).

As medidas tomadas pelo Governo Bolsonaro davam seguimento à construção da ponte para o futuro. Como avalia o economista Vitor Araújo (2023)<sup>171</sup> o modelo neoliberal colocado não desempenhou como se propagava uma reação forte de recuperação econômica. Os índices obtidos por Paulo Guedes foram similares aos do antecessor. Conforme o professor:

O governo se iniciou sob a perspectiva de uma gestão assumidamente neoliberal: liderado por Paulo Guedes, titular do Ministério da Economia – que aglutinaria os antigos ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio, e do Trabalho –, o novo governo anunciava como sua principal diretriz a redução da ação estatal na economia. Contudo, a agenda foi atropelada (mas não abandonada) pelo pragmatismo imposto pela pandemia da Covid-19, que a partir de março de 2020 levou o governo à ampliação do gasto público na forma de políticas de transferência de renda (Auxílio Emergencial) e de sustentação da atividade para enfrentar a anunciada recessão (ARAÚJO, 2023, p. 1).

Além dos elementos de flexibilização no plano inicial de acabar com os programas sociais de transferência de renda em sua concepção política de garantia de direitos, retornando a um olhar assistencialista, é preciso destacar o peso das mobilizações populares e da articulação do Congresso na vitória das medidas emergenciais para amparar a população com o início da pandemia. Liriane Lopes<sup>172</sup> ao avaliar a gestão de Bolsonaro durante a crise sanitária não deixa dúvidas que o Governo agiu intencionalmente para que as mortes acontecessem. Como a pesquisadora aponta, em dezembro de 2019 o mundo conheceria um novo inimigo invisível SARS-CoV-2, que se popularizou como COVID-19 e ceifou a vida de 600 milhões de pessoas em todo o mundo segundo dados estimados (LOPES, 2023, p. 16).

O mundo foi sequestrado por uma sensação nova de medo. Em nossa experiência, o contexto da primeira morte oficial reconhecida pelo Governo brasileiro é emblemático sobre o funcionamento das dinâmicas de vida e morte que são organizadas pelo racismo, pela classe e pelo gênero. Essa vítima foi uma trabalhadora do lar<sup>173</sup>. Cleonice Gonçalves, de 63 anos. A patroa, contaminada em uma viagem no exterior, trouxe a doença na bagagem e foi a sua empregada que arcou com os custos da morte.

<sup>171</sup> ARAÚJO, V. L. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. Texto para discussão sobre o Desenvolvimento, CICEF, n. 1, p. 1-31, jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/5286230>.

<sup>172</sup> LOPES, Liriane Wanderley De Sousa Leite. **Pandemia da COVID-19: o Governo de Jair Bolsonaro perante o direito à vida e à saúde.** 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado) – UFPB, João Pessoa, 2023.

<sup>173</sup> CAMTRA. Relembrar para não esquecer: Primeira vítima da Covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica. 26 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://camtra.org.br/relembrar-para-nao-esquecer-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-foi-uma-empregada-domestica/>>. Acesso em: 29 out. 2023.

E como Cleonice Gonçalves, muitas se foram ao dedicarem suas vidas a cuidar de seus patrões e não terem direitos em retorno. Diante de tais tragédias Benedita da Silva agiu. Escreveu e submeteu à Casa dois Projetos de Lei para visibilizar essas trabalhadoras. O PL 993/2020 estabelecia regras aplicáveis ao trabalho doméstico em razão das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus identificado como SARS-CoV-2 e o PL 3.977/2020 que pensava medida emergencial para proteção de emprego e renda de trabalhadoras e trabalhadores domésticos. A própria parlamentar, em seu balanço<sup>174</sup> sobre os dois anos de mandato sob a pandemia avalia:

Como forma de combater as ações governamentais da retirada de direitos, atuei nos atos populares da campanha nacional em defesa da “Vacina no Braço e Comida no Prato”. Aprovamos o Auxílio Emergencial de R\$600,00 contra a proposta original do governo de apenas R\$200,00. Lutei contra as privatizações das estatais brasileiras, clamei por tantos corpos de crianças e jovens assassinados por balas, que encontram os corpos negros e periféricos. Lutei para diminuir o preço do gás de cozinha, defendi o direito dos trabalhadores da saúde, dos trabalhadores da área da assistência social, defendi o funcionalismo público, e os direitos e princípios fundamentais da soberania, da cidadania, e da dignidade (SILVA, 2022, p. 8).

Benedita da Silva destaca como a orientação política de Bolsonaro desconstituiu a liderança brasileira em vacinação e as trocas constantes da direção do Ministério da Saúde colocaram em xeque uma estratégia coordenada para combater a doença. A reprodução de discursos negacionistas e anticientíficos combinavam com uma estratégia deliberada para que houvesse um estímulo à contaminação massiva pelo vírus (SILVA, 2022). Como denuncia Liriane Lopes:

O presidente da República na época calamitosa, Jair Messias Bolsonaro teve a oportunidade de, após a descoberta da vacina e o envio de 101 e-mails pela empresa Pfizer ao Ministério da Saúde com o intuito de oferecer doses antecipadamente, ficou silente. Não parou por aí: fez chacota da vacina Coronavac, desdenhou da crise fomentando a ideia que era apenas uma "gripezinha", não se portou segundo um chefe de estado no sentido de acatar as direções internacionais de saúde e de dar exemplo a sua população, ainda, foi contrário ao isolamento social, a contrário de muitos governadores e prefeitos que tiveram que se socorrer ao judiciário para se valer do direito de autonomia dos entes federados e, com isso, declarar os respectivos normativos de isolamento social (LOPES, 2023, p. 98).

Como destaca a pesquisadora, o Governo brasileiro negou a proposta de aquisição de vacinas que se tornaram o produto mais disputado pelo planeta. Houve uma deliberação pela

---

<sup>174</sup> SILVA, Benedita. **Em defesa do povo, da democracia e da soberania!** 2022. Disponível em: <[https://beneditasilvaoficial.com.br/wp-content/uploads/2022/04/relatorio-parlamentar-2020\\_2021-benedita-da-silva.pdf](https://beneditasilvaoficial.com.br/wp-content/uploads/2022/04/relatorio-parlamentar-2020_2021-benedita-da-silva.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2023.

morte. Apostou-se nessa estratégia, sem nenhum pudor. Refletindo sobre o período, Ailton Krenak (2020)<sup>175</sup> coloca de maneira crítica que:

Isso que as ciências política e econômica chamam de capitalismo teve metástase, ocupou o planeta inteiro e se infiltrou na vida de maneira incontrolável. Se quisermos, após essa pandemia, reconfigurar o mundo com essa mesma matriz, é claro que o que estamos vivendo é uma crise, no sentido de erro. Mas, se enxergarmos que estamos passando por uma transformação, precisaremos admitir que nosso sonho coletivo de mundo e a inserção da humanidade na biosfera terão que se dar de outra maneira. Nós podemos habitar este planeta, mas deverá ser de outro jeito (KRENAK, 2020, p. 26).

O intelectual traz a necessidade de refletir que é preciso mudar a forma de relacionar-se com o planeta, pois a força mortal da pandemia não deixa dúvidas sobre a eficácia que a desconexão entre a humanidade e sua casa, mediada pelo capitalismo racista e machista, provocou. A metástase que Ailton Krenak (2020) se refere está presente em cada um e atua de maneira perversa. Como o autor chama a atenção, não se pode esperar que no curso da Pandemia o resultado imediato seria uma humanidade renovada e mais solidária, ao contrário, como ele diz, a disputa por oxigênio e a competição entre as pessoas poderia ser acelerada.

Contudo, ele chama a atenção que houve uma conclamação global para quedar-se em casa, ao recolhimento e parte significativa do mundo atendeu, o que dá, na visão de Krenak (2020), esperança de que um chamado mundial para salvar o planeta e reconstruir nossas relações com o mesmo é possível. Em entrevista durante a *Flip*<sup>176</sup>, o professor disparou uma frase que encapsula muito do que penso também sobre o período: “A pandemia não vem para ensinar nada. A pandemia vem para devastar as nossas vidas. Eu não sei de onde vem essa mentalidade branca de que o sofrimento ensina”. A ideia da expiação como purificador da alma, vem muito da racionalidade colonial branca e cristã, que pensa na imagem de redenção depois de grandes sacrifícios. Contudo, os sacrifícios feitos não são dos corpos brancos. Como a dura realidade da doença em nosso país evidencia. Houve uma opção consciente pelo genocídio.

As práticas criminosas da gestão da pandemia levaram ao estabelecimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as ações da gestão durante a crise. Foram quatro ministros da saúde diferentes em um curto espaço de tempo, que acabou nas mãos de um militar que não sabia o que era o Sistema Único de Saúde (SUS). Enquanto uma das pessoas que contribui com as investigações e na elaboração de estudos que apontaram que a desproteção

---

<sup>175</sup> KRENAK, Ailton. **A vida não é útil** [Edição Kindle]. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

<sup>176</sup> HYPNESS. **Ailton Krenak diz que não há nada a aprender com pandemia**: ‘Mentalidade branca de que o sofrimento ensina. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2021/12/ailton-krenak-diz-que-nao-ha-nada-a-aprender-com-pandemia-mentalidade-branca-de-que-o-sofrimento-ensina/>>. Acesso em: 29 out. 2023.

era maior para as pessoas negras e pobres, a professora Jurema Werneck<sup>177</sup>, em entrevista destaca:

A maioria das pessoas que morrem por covid não são brancos. Estão nas periferias, já morrem mais por outros tipos de violências e desassistência de outras áreas, como a da saúde. São os que mais utilizam o SUS, que já vinha num histórico de precariedade. O sistema não estaria preparado para recebê-las e aconteceu o que estamos vendo, filas em UTI, falta de oxigênio. São populações que pagam o preço mais alto por ser brasileiro. A ação do Estado não apenas não protege como desprotege e, no limite, ataca nossas vidas (UOL, 2021).

A afirmação da professora encontra amparo nos dados. Medidas consideradas obrigatórias para impedir a difusão do vírus e garantir com que o ciclo de transmissão fosse desacelerado não poderiam ser exercidas pelas populações negras no país por questões óbvias. Lavar as mãos com frequência é uma medida simples para evitar o contágio, contudo, esse ato simples torna-se um desafio para a população negra que em sua ampla maioria tem dificuldades de acesso a água e esgotamento. Como garantir o isolamento das famílias que vivem aglomeradas nas periferias do país? Essas questões foram apontadas pelo relatório oficial da OPAS<sup>178</sup>, que elencou os impactos do racismo e do machismo como fatores de risco para contrair o vírus e morrer em consequência da precariedade de acesso da rede pública de saúde.

Do ponto de vista econômico, como coloca o DIEESE (2021, p. 2)<sup>179</sup> “entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, 8,9 milhões de homens e mulheres saíram da força de trabalho. Desse total, 6,4 milhões eram negros ou negras e 2,5 milhões, trabalhadores e trabalhadoras não negros”. E, ainda segundo o estudo, após as principais ondas e a retomada do mercado, foram as pessoas negras as que encontraram mais dificuldades em ocupar-se. E nesse recorte de acesso ao trabalho, Benedita da Silva como titular da Comissão de Cultura da Câmara Federal agiu de maneira assertiva para amparar os homens e mulheres fazedores de cultura cuja principal objeto de trabalho – juntar gente – tivessem amparo para continuar a produzir arte. Diz a deputada<sup>180</sup>:

<sup>177</sup> UOL UNIVERSA. “**Ainda há vidas para salvar**”: diretora da Anistia falará na CPI da Covid. 07 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/06/07/entrevista-jurema-werneck.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 29 out. 2023.

<sup>178</sup> OPAS. **Impacto da COVID-19 nas populações afrodescendentes da Região das Américas**: Prioridades e oportunidades. Relatório da reunião regional de alto nível, 17 de novembro de 2020.

<sup>179</sup> DIEESE. Desigualdade entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia **Boletim Especial 20 de novembro** - Dia da Consciência Negra. 19 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2021/conscienciaNegra.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2023.

<sup>180</sup> SILVA, Benedita da. Cartilha Memória e Análise da Lei Aldir Blanc, 2020. Disponível em: <<https://cultura.ma.gov.br/uploads/secma/docs/467881107-Memoria-e-Analise-sobre-a-Lei-Aldir-Blanc-1.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2023.

A construção do projeto da lei de emergência cultural Aldir Blanc resulta de um processo de ampla escuta da comunidade cultural brasileira e de um trabalho coletivo que expressa diferentes vozes, representado por agentes de diversos setores do mundo político, cultural e social. A mobilização nacional começou em março de 2020, período em que a pandemia exigiu o cancelamento das atividades com aglomeração de público. Diante disso, o setor cultural foi imediatamente impactado. Ligou-se o sinal amarelo. Começamos então a receber cartas e manifestos e, com estes materiais, passamos a elaborar o PL nº 1075/2020. A mobilização da sociedade segue até hoje e deve permanecer, cumprindo seu papel republicano e democrático (SILVA, 2020, p. 2-3).

A Lei que levou o nome de Aldir Blanc em homenagem à partida do grande artista brasileiro provocada pela contaminação com o COVID 19 e deixou a comunidade cultural consternada foi o maior programa de transferência de recursos federais para a cultura da Nova República. Foram 3 bilhões de reais destinados à manutenção das atividades culturais de toda uma categoria de trabalhadores que foram impedidos de exercer sua arte. Como a deputada destaca, foi a pressão popular e a articulação combativa da oposição que garantiram que a medida fosse aprovada e alcançassem seus destinatários (SILVA, 2022).

Nas palavras de Benedita da Silva (2022, p. 23): “a Lei Aldir Blanc já amparou, com dignidade, mais de seis milhões de pessoas e algumas centenas de espaços culturais”. Pensando em suas raízes, profundamente ligadas à cultura, desde a Escola de Samba Unidos do Leme de sua mãe, passando pela união duradoura com um dos maiores atores do país, a pertinência histórica política para que tenha sido ela a principal proponente da norma que socorreu a arte nacional emociona.

Pensando a partir de Elza Soares e sua canção “mulher do fim do mundo”, coube a essa mulher negra e da favela defender, em meio a um momento dramático da vida do planeta, aquelas pessoas que nos inspiram a enfrentar uma vida tão dura. Nunca a arte foi tão necessária para manter a esperança em dias melhores. Sem o trabalho dos artistas que nos deram respiros e pausas diante de tanta dor, seria impossível atravessar aquele período torturante. E na ponta da defesa das coisas mais belas, estava mais uma vez, Bené. Em seus textos oficiais essa ação é sempre mobilizada como uma das grandes conquistas de sua atuação parlamentar não à toa. Célio Turino<sup>181</sup>, ao avaliar os impactos da concepção da Lei Aldir Blanc afirma que:

Subjacente à Lei Aldir Blanc há muita filosofia, teoria, conhecimento sobre a história das políticas públicas de cultura, conceitos precisos, método. Também há muita mobilização de agentes culturais comprometidos a partir dos territórios. Foram quatro meses de trabalho árduo e de processo de consenso progressivo para a construção do texto. Por isso tomo a liberdade de me dirigir às gestoras e gestoras de cultura deste nosso vasto país, das grandes metrópoles aos rincões mais afastados, sobretudo

---

<sup>181</sup> TURINO, Célio. Lei Aldir Blanc: modos de usar. **Artigop2p & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 7, Ed. Especial, p. 184-191, set. 2020/fev. 2021.



àqueles em municípios que talvez nem contem com órgão gestor de cultura (são mais de dois mil) e sequer um funcionário com experiência prévia na função (TURINO, 2021, p. 185).

Como o professor Célio Turino (2021) coloca, há muita ciência por trás da formulação da Lei Aldir Blanc. Mesmo em um momento tão desesperado a capacidade de articulação política e criatividade do povo brasileiro não sucumbiu. Essa política que, de fato, descentralizou os recursos e fizeram-nos chegar às pontas do país é um marco na construção das políticas culturais. Ao analisar o conteúdo da norma, o intelectual destaca:

A universalidade da lei está expressa na redação do Artigo 2º, sobretudo nos dois primeiros itens, que preconizam uma renda básica de R\$ 600,00 aos trabalhadores da cultura que ficaram sem renda e um subsídio mensal à manutenção de espaços artísticos e culturais independentes. Cumprindo os requisitos exigidos nos Artigos 6º e 7º, o acesso aos benefícios é garantido, tanto para a renda básica quanto para os espaços culturais. Estes podem ser Pontos de Cultura, teatros independentes, escolas de arte, academias de dança, feiras de artesanato, espaços de rua regularmente ocupados pelas artes, ou pequenas empresas culturais, escolas de samba com atividade cultural permanente, centros de tradição regional, como os CTGs, o São João, saraus em periferias, centros culturais em quilombos, aldeias indígenas, circos (TURINO, 2021, p. 186).

A percepção articulada da norma que pensava na subsistência dos fazedores de cultura e de seu ofício estava combinada. Contudo, como o professor alerta o desenvolvimento do leque de aplicações dos recursos também precisaria estar harmonizado com as legislações locais. Estados e municípios foram convocados a agir para não perder os valores designados para o investimento na cultura. Assim, a norma que Benedita da Silva teve protagonismo operou mudanças em todos os municípios do Brasil. Fiel ao perfil nacional que alavancou desde o começo da carreira, ela deixa suas digitais cravadas em todos os territórios da nação.

Nesse sentido Clarissa Semensato e Alexandre Barbalho<sup>182</sup> destacam que a Lei Aldir Blanc (LAB) foi importantíssima para impulsionar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), concebido pelo então Ministro da Cultura do primeiro Governo Lula, Gilberto Gil. A norma, vetada pelo presidente Bolsonaro do que dizia respeito a aplicação imediata dos recursos em até quinze dias e, ainda conforme a avaliação do trâmite legislativo da LAB, os pesquisadores trazem a memória de que:

O presidente editou ainda a Medida Provisória (MP) 986/2020 em complemento à Lei, prevendo a restituição de valores que não forem utilizados pelos estados e

---

<sup>182</sup> SEMENSATO, Clarissa Alexandra Guajardo; BARBALHO, Alexandre Almeida. A Lei Aldir Blanc como política de emergência à cultura e como estímulo ao SNC. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 85-108, jan./jun. 2021.

municípios dentro do prazo de 120 dias. A MP deveria regular também sobre regras de repasse, mas não o fez, deixando essa matéria para o decreto regulamentador. Com isso, grande expectativa foi gerada em torno do decreto federal de regulamentação, já que persistiam muitas dúvidas operacionais para a descentralização do recurso, em um procedimento e valor inéditos. A publicação só veio a se concretizar em 18 de ago., pelo Decreto nº 10.464/2020. O texto, no entanto, frustrou a classe artística e de gestores culturais, não só pela demora, como também pelos procedimentos burocráticos estabelecidos para requerer e aplicar o recurso em nível municipal ou estadual (SEMENSATO; BARBALHO, 2021, p. 90-91).

Como os autores destacam o processo burocrático de elaboração dos Planos de Trabalho e dificuldades com prestação de contas dificultaram a captura do benefício por fazedores de cultura que não tinham prática nem habitualidade aos procedimentos formais. Esse é mais um debate que a LAB encerrou e foi objeto de disputa, a simplificação no atendimento aos editais, bem como no demonstrativo do uso dos recursos. Contudo, embora o esforço tenha caminhado nessa direção, ainda houve dificuldade para o enraizamento do atendimento da política (SEMENSATO; BARBALHO, 2021).

A aprimoração da Política Pública veio com a extensão do prazo de duração da medida emergencial. Conhecida com o LAB2 a iniciativa<sup>183</sup> “estendeu por cinco anos a política de fomento à cultura criada durante a pandemia de covid-19 (Lei n. 14.017, de 2020). A União vai remeter aos estados e municípios o valor global de R\$3 bilhões anuais até 2027” (SENADO FEDERAL, 2023). Na temática, destaca-se ainda a iniciativa do projeto apresentado pela bancada do PT que se tornou, após a derrubada do veto presidencial, na Lei Paulo Gustavo LC n. 195, de 8 de julho de 2022. Ao passo que a LAB repassa os recursos para a garantia de renda para fazedores de cultura e apoia projetos das mais variadas linguagens, a concentração da Lei Paulo Gustavo está em apoiar produções de caráter audiovisual<sup>184</sup>.

Foi nesse período duro da vida nacional que a petista foi instada, mais uma vez, a colocar o nome à disposição do povo do Rio de Janeiro e disputar as eleições majoritárias. Como narra a imprensa<sup>185</sup>, a decisão pelo nome de Bené foi feita após a desistência do candidato mais consensuado pelo campo da esquerda, o deputado do Psol Marcelo Freixo, desistir da tarefa. Diante do indicativo daquela agremiação em disponibilizar o nome do Pastor negro Henrique

<sup>183</sup> SENADO FEDERAL. **Congresso aprova verba para Lei Aldir Blanc 2**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/12/congresso-aprova-verba-para-lei-aldird-blanc-2>>. Acesso em: 29 out. 2023.

<sup>184</sup> POLITIZE! **Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo: impacto cultural?** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/leis-aldird-blanc-paulo-gustavo/>>. Acesso em: 29 out. 2023.

<sup>185</sup> BRASIL DE FATO. **Benedita da Silva será candidata à Prefeitura do Rio pelo Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: <<https://www.brasildefatorj.com.br/2020/06/03/benedita-da-silva-sera-candidata-a-prefeitura-do-rio-pelo-partido-dos-trabalhadores>>. Acesso em: 29 out. 2023.

Vieira como nome para assumir a liderança do processo político da prefeitura o PT carioca destacou Benedita para a missão.

No curso do processo eleitoral, 14 chapas se organizaram para disputar a Prefeitura do Rio de Janeiro. A frente de esquerda foi para o pleito rompida. De um lado disputada a também parlamentar negra Renata Souza e do outro, PT e PCdoB seguiam a parceria histórica. No curso da campanha o Governo Federal, através da ação do então diretor da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, foi retirada do quadro de personalidades negras brasileiras como retaliação por sua candidatura à prefeitura<sup>186</sup>.

Findo o primeiro turno de uma campanha de tipo novo, marcada pelas restrições da Covid 19 e marcada pela influência do Bolsonarismo, a chapa de Benedita da Silva e Enfermeira Rejane, duas mulheres negras, foi a que melhor pontuou do bloco da esquerda tradicional. Alcançaram 11,27% do eleitorado. Contudo, os rumos da cidade maravilhosa ficaram entre Eduardo Paes do Democratas e Marcelo Crivella do Republicanos. O apoio de Benedita da Silva e do PT foi mobilizado para Paes que se sagrou vencedor no pleito de 2020.

O clima de violência política que perpassou as ações de tentativa de apagamento da trajetória de Benedita da Silva na luta por Direitos Humanos não foi apenas vivida de maneira simbólica, como no caso da Fundação Palmares. Retornando a rotina parlamentar episódios de pessoas comuns atacando, xingando e intimidando pessoalmente foram registrados pela própria Benedita da Silva:

Na quinta-feira, Sr. Presidente, eu fui hostilizada no aeroporto. Nestes 80 anos da minha vida, eu nunca vi ninguém ousar tanto com uma frase que eu nem quero repetir aqui! Foi uma coisa violenta, e todos ficaram pasmados ao ver! Eu estava no guichê, não fazia nada ali a não ser ver a passagem para a troca do meu voo. Um homem saiu de onde estava, acompanhado da mulher e dos filhos, e teve a coragem de me maltratar verbalmente, querendo me humilhar. Mas eu fiquei de cabeça erguida, porque eu não sou uma pessoa odiosa. Os fanáticos são eles! Eles pertencem a essa seita de ódio que está em todo o Brasil. Não se respeita mais ninguém neste País. Isso não pode continuar! Isso é crime! (CÂMARA DOS DEPUTADOS, DCD30/11/2022, p. 35).

Somado a muitos relatos repetidos de violência política contra a militância e personalidades petistas, Bené não escapou ao clima de liberdade concedido pelo bolsonarismo ao estimular atos de violência como o que relata dentro do plenário da casa. Essa lógica fanática e odiosa, conforme denuncia a deputada, foram enfrentadas por uma atuação combinada de

---

<sup>186</sup> O GLOBO. **Candidata à prefeitura do Rio**, Benedita da Silva é retirada da lista de Personalidades Negras da Fundação Palmares. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2020/candidata-prefeitura-do-rio-benedita-da-silva-retirada-da-lista-de-personalidades-negras-da-fundacao-palmares-24669903>>. Acesso em: 29 out. 2023.

resistência parlamentar e pressão social que, apesar de eficazes, não foram o suficiente para impedir que o Governo seguisse. Apesar de robustas as denúncias de crimes de responsabilidades cometidos pelo presidente, a despeito das “motociatas” que se tornam marca das mobilizações puxadas pela Direita em meio a necessidade de recolhimento, entre as denúncias de desvios no processo de aquisição das vacinas e o investimento em remédios sem eficácia, como a propaganda Cloroquina notabilizou-se, Jair Messias exerceu seu mandato até o fim.

O que prova que a antipatia das elites dominantes não está localizada em corrupção, crimes de natureza genocida e falta de decoro. O que incomoda esse setor profundamente é qualquer iniciativa de encurtamento das diferenças abissais entre a maioria negra do país com os brancos, ricos, homens. A disputa intensa de 2022 pela presidência da República revestia-se de um caráter de urgência, de indignação e medo com a permanência do projeto de destruição e odioso de Bolsonaro.

Sobre esse período decisivo em que Benedita da Silva foi para mais uma disputa eleitoral em busca da renovação de seu mandato, mostrando o fôlego da sua capacidade de articulação política e sua convicção na defesa de um país mais justo, discorro no terço final do presente capítulo.

## 7.2 Enfrentando o bolsonarismo sem medo de ser feliz

*“O sol há de brilhar mais uma vez  
A luz há de chegar aos corações  
O mal será queimada a semente  
O amor será eterno novamente  
É o juízo final  
A história do bem e do mal  
Quero ter olhos pra ver  
A maldade desaparecer”*

(Nelson Cavaquinho e Élcio Soares)

Notícia a imprensa<sup>187</sup> que nas últimas semanas de campanha rumo a renovação do seu mandato federal, ao lado de Dilma Rousseff, Benedita da Silva cantou o samba “Juízo Final” para uma plenária lotada de estudantes e professores (BRASIL DE FATO, 2022). O sentimento expresso pelo samba combina muito bem com as emoções que corriam entre o campo popular

---

<sup>187</sup> BRASIL DE FATO. **Aos 80 anos e prestes a completar 40 anos na política**, Benedita é reeleita deputada federal. 03 out. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/10/03/aos-80-anos-e-prestes-a-completar-40-anos-na-politica-benedita-e-reeleita-deputada-federal>>. Acesso em: 29 out. 2023.

e democrático. A vontade de poder fazer dois feitos inéditos – alcançar o terceiro mandato presidencial e derrotar o presidente da situação.

A chapa unia dois antigos adversários históricos e apontava para a articulação de uma frente ampla, marcada pela introdução da figura jurídica da Federação Partidária que tornava inquebrantáveis os laços entre as agremiações PT, PCdoB e PV. Chama de Brasil da Esperança, a articulação foi selada para a disputa com Bolsonaro. Avaliando esse processo Benedita da Silva diz:

A chapa formada por Lula e Alckmin, que tornou desejável o prato lula com chuchu, representa cada vez mais uma maioria que anseia por paz, pelo fim da fome e da carestia e pela volta da inclusão social e da geração de empregos com salários dignos. Vejo que o bolsonarismo sinaliza, a todo o momento, melar as eleições deste ano, mas sei que a sociedade brasileira está vigilante e vem construindo um caminho para o futuro, com confiança e esperança em Lula, o maior líder popular deste País e o melhor Presidente que o Brasil já teve (CÂMARA DOS DEPUTADOS, DCD11/05/2022, p. 63).

A junção do “chuchu” com a “lula” foi motivo de piada política com o apelido que Geraldo Alckmin tinha recebido pela militância petista nas disputas passadas. A linha política da direção majoritária do Partido ia no sentido do que Benedita expressa, diante do bolsonarismo era necessário assegurar a vitória a qualquer custo. A visão de ampliação de alianças, que tem como um dos marcos a Carta aos brasileiros, se aprofunda completamente no pleito de 2022.

O *jingle* clássico *Sem medo de ser feliz* foi renovado e embalou a sensação que a campanha petista queria imprimir - esperança. A disputa foi ferrenha e desleal. Falo como alguém que experimentou esse processo eleitoral como partícipe dela. Fui candidata e corri o Rio Grande do Norte, olhando nos olhos das pessoas e defendendo a eleição do presidente Lula como caminho para começar a reconstruir o país.

O que vi nesse lugar do Nordeste foi o avanço da organização do ódio como força motriz. Os contatos que tivemos com a campanha adversária não deixaram dúvidas que a tarefa estaria longe de ser fácil. Por outro lado, lembro com carinho das palavras de proteção e de fé em ver Lula presidente que ouvi durante tantas andanças.

Esse sentimento foi contrastado pela operação concreta desenhada pelo Governo Federal de desacreditar as urnas eletrônicas, espalhando todo tipo de mentiras e colocando a máquina estatal a serviço de propósitos antidemocráticos. Ao fim do primeiro turno Lula encerrou na frente com 48,43% dos votos válidos.

A segunda rodada começava com um acirramento ainda maior e no dia das eleições a Polícia Rodoviária Federal foi instruída a dificultar a chegada dos eleitores em seus locais de votação, especialmente no Nordeste, minha região, onde o presidente Lula liderava. Como destaca a *Revista Piauí*<sup>188</sup> no dia 30 de outubro, data da eleição do segundo turno “das 552 operações realizadas até as 14h, metade ocorreram no Nordeste, região que tem 27% do eleitorado. Em ago., a Piauí mostrou em reportagem como a PRF virou linha auxiliar do presidente” (PIUAÍ, 2022).

O então superintendente da corporação Silvinei Marques seria preso no ano seguinte por suspeita de mobilizar as forças com nítida intenção de privilegiar Bolsonaro<sup>189</sup>. No que diz respeito à realidade de Benedita da Silva, o cenário no Sudeste não era fácil. Fazendo o balanço das eleições no Rio de Janeiro, tem-se que:

Os resultados das eleições do Rio de Janeiro demonstram aspectos contraditórios. Assistimos de um lado o fortalecimento do PT e da esquerda nos parlamentos, e de outro a força da extrema direita no estado. O PT-RJ apresentou um crescimento extraordinário nos parlamentos, de uma deputada federal passará a ter cinco, e de dois deputados estaduais passará a ter sete. Não é pouca coisa uma das principais figuras públicas do estado de resistência ao golpe e de oposição ao bolsonarismo, Lindbergh Farias, ser o mais votado do PT e o oitavo mais votado do estado. Assim como é inédito a eleição da primeira mulher sem terra para a Alerj, Marina do MST (PÁGINA 13, 2022).

Os sinais positivos de avanço da bancada, confundiam-se com a permanência das majoritárias lideradas por homens, brancos, conservadores. Lula perdeu nos dois turnos no Rio de Janeiro, tendo a diferença diminuído no segundo turno. O Rio elege como Governador Cláudio Castro e o candidato da esquerda, Marcelo Freixo é derrotado, não alcançando o segundo turno.

Benedita da Silva elege-se com 131.831 votos, e chega à Câmara Federal não mais sozinha. Os companheiros petistas Lindbergh Farias (PT), Washington Quaquá (PT), Dimas Gadelha (PT) e Reimont (PT). O salto da bancada é extraordinário e reforça o descompasso observado. A dificuldade de fazer com que as campanhas majoritárias cariocas consigam desempenhar eleitoralmente de maneira mais proficiente.

---

<sup>188</sup> PIAUÍ. **No Nordeste**, barreiras da prf bloqueiam estradas e dificultam votação. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/no-nordeste-barreiras-da-prf-bloqueiam-estradas-e-dificultam-votacao/>>. Acesso em: 29 out. 2023.

<sup>189</sup> O GLOBO. **Preso por suspeita de interferência na eleição**, ex-diretor da PRF disse à CPI do 8 de janeiro que 'nunca usou cargo' para ajudar Bolsonaro. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/08/09/preso-por-suspeita-de-inteferencia-na-eleicao-ex-diretor-da-prf-disse-a-cpi-do-8-de-janeiro-que-nunca-usou-cargo-para-ajudar-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 29 out. 2023.

A sensação musical *Tá na hora do Jair* de Juliano Maderada e Tiago Doidão tomou conta das redes sociais e embalou os gritos de comemoração e celebração que ecoaram pelo país. A festa de posse foi marcada pela presença massiva de caravanas vindas do país inteiro para testemunhar o momento de transferência do Poder Executivo. Bolsonaro, derrotado nas urnas, mas não na política, negou-se a fazer o ritual de troca da faixa.

Como testemunha daquele momento, embaixo de um sol escaldante que assombrava Brasília com tamanha luz, vi o presidente subir a rampa do Palácio do Planalto ladeado pela representação de vários segmentos da sociedade. A liderança indígena Raoni Metuktire, o menino negro Francisco, Aline Sousa, mulher negra e catadora, responsável por passar a faixa ao novo dirigente do país. Também se alinhava ao presidente Wesley Rocha, metalúrgico do ABC paulista, Murilo de Jesus, professor, Jucimara Santos, cozinheira, e Ivan Baron, jovem potiguar liderança do movimento anticapacitista. Acompanharam a subida da rampa a cachorrinha Resistência adotada pela esposa de Lula, Janja da Silva durante o cárcere de Curitiba.

Foto 27 – Posse do presidente Lula em 2023



Fonte G1. AP Photo/Eraldo Peres.

Assim como muitas brasileiras, também fui às lágrimas junto com Lula ao lembrar do flagelo da fome. O simbolismo do gesto foi bastante eloquente, contudo, as dificuldades para

garantir tamanha representatividade na nova gestão anunciavam-se desde o processo de transição. As consequências da tática eleitoral ampla cobram seu preço.

Preço este que chegou rápido e substituiu a festa tranquila e diversa. No dia 08 de janeiro, com suporte das forças de segurança do Distrito Federal e apoio de setores das forças armadas, como a CPI dos Atos Antidemocráticos vem apurando, a marcha bolsonarista invadiu Brasília. E o rastro de destruição ainda está sendo contabilizado. Obras de arte danificadas, vidros e cadeiras rasgadas, fezes e urina distribuídos no Supremo Tribunal Federal, com filmagens e transmissões ao vivo, lembraram ao país que a nova Direita não se renderia. Como colocam Edson Passetti e Diego Lucato<sup>190</sup>:

Afinal, houve uma tentativa de golpe de Estado? Onde está Bolsonaro e suas forças? Voltarão pela via legal, como sempre se apresentaram, ou exercitarão um pouco mais suas abusivas pretensões? Eles já tentaram intimidar por meio de simulação de ocupação do STF com fogos de artifício, em 13 de jun. de 2020, depois de acamparem na Esplanada dos Ministérios. A estratégia do acampamento e do ataque (Primeiro treinado estimulado como em um *game*) já tinham sido testados. As formas repressivas estavam divididas e em 8 de janeiro não se unificaram. Não havia condição interna e internacional para engolir um golpe de Estado. Por isso mesmo assistimos não a tentativa de golpe, mas à manifestação da ira de uma minoria violenta que só tem olhos e ouvidos para si, mas que também é esperta para recuperar sua cadeira na sala de jantar do pluralismo democrático. Fascista não produz golpe, realiza o que se espera no Estado sob certas circunstâncias. As circunstâncias em 8 de janeiro não lhe foram favoráveis (PASSETI; LUCATO, 2023, p. 29).

As cenas de tamanha violência tinham tirado a sensação harmoniosa deixada pelo desfile presidencial para trás. Em menos de sete dias a sensação de medo imposta pelo bolsonarismo fazia um dos seus atos mais simbólicos e radicalizados. Como registra o Partido dos Trabalhadores<sup>191</sup> o espaço dedicado ao Partido na Casa foi um dos alvos prioritários dos ataques golpistas: “No dia 8 de janeiro, a Liderança do PT na Câmara teve todos seus computadores, impressoras, televisores e aparelhos telefônicos danificados, assim como todos seu mobiliários, quadros e vidraças internas e externas”. Ao avaliar o acontecido e contrapor-se aos defensores da tentativa frustrada de Golpe, Benedita da Silva diz:

E não me venham falar que é democracia o ato daqueles que se juntam para quebrar o Congresso Nacional, para quebrar o Supremo Tribunal Federal, para quebrar o Palácio do Planalto, como nós vimos. Que democracia é essa? E quando é o MST? Inclusive, nós mulheres, quando fizemos uma grande manifestação aqui, fomos recebidas com bomba; fomos recebidas com pancadaria. No entanto, não se ouve uma

<sup>190</sup>PASSETI, Edson; LUCATO, Diego. 8 de janeiro de 2023, um golpe de ar azedo. *Mnemosine* Vol.19, nº1, p. 2-35(2023) Artigos. DOI:10.12957/mnemosine.2023.76206.

<sup>191</sup> PT. **PT na Câmara reinaugura Gabinete da Liderança e reafirma luta em defesa do povo**. Disponível em: <<https://pt.org.br/pt-na-camara-reinaugura-gabinete-da-lideranca-e-reafirma-luta-em-defesa-do-povo/>>. Acesso em: 29 out. de 2023.



palavra da tribuna a não ser de nós mesmas mulheres (CÂMARA DOS DEPUTADOS, DCD01/03/2023, p. 34).

A fala é contundente ao mostrar a disputa de narrativa sobre o que acontecera na capital federal na fatídica data. A tentativa de estabelecer paralelismo com as mobilizações tradicionais da esquerda e dos movimentos populares é prontamente rechaçada pela parlamentar. Como ela mesma pergunta, que democracia é a reivindicada pelos bolsonaristas que, membros da Casa, deram apoio e incentivaram as mobilizações que interromperam o funcionamento do próprio Legislativo.

Ainda correm desdobramentos e análise sobre os fatos que se sucederam em janeiro de 2023, mas o que pode ser dito de plano é que a almejada união do país está longe de ser concretizada. Não pela disputa polarizada por PT e a direita tradicional, mas por algo mais profundo. A sociedade desigual brasileira, trazendo mais uma vez Mário Theodoro, é marcada pela necessidade de desigualdade abissal e tem no racismo sua base estruturante. A luta por libertação segue intensa, acalorada e passa pelos movimentos que homens e mulheres que optam por organizar-se e tentar enfrentar o arbítrio.

Em 2023, até outubro, Benedita da Silva havia apresentado 248 propostas parlamentares de sua autoria e feito 34 discursos em Plenário segundo o banco de dados da Câmara Federal. Sob sua responsabilidade ficaram 9 proposições. A maioria delas de inserção de figuras negras proeminentes no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria: Lélia Gonzalez, Francisco Solano Trindade, Paulo da Portela, Maria Firmina dos Reis, os Lanceiros Negros e Maria Beatriz Nascimento. Ainda está sob sua batuta a avaliação do Projeto que Declara Lupicínio Rodrigues e Pixinguinha, Patronos da Música Popular Brasileira e a iniciativa que reconhece os Blocos e Bandas de Carnaval como manifestação da cultura nacional.

Foto 28 – Acervo da Câmara dos Deputados e Gustavo Bezerra/Liderança do PT



Fonte *Metrópoles*.

Por conta da licença médica, tirada para cuidar de problemas na coluna, a parlamentar afastou-se do cotidiano do Parlamento para tratar de restabelecer-se. Retomando as agendas no começo de outubro de 2023. Notadamente aquelas que celebravam os 35 anos da Constituição e que rememoram a bancada feminina que fez história em 1988.

Ao comentar a remontagem do cenário das mulheres na Assembleia Nacional Constituinte, Benedita da Silva comenta na sua rede social X “Há 35 anos, éramos 26 deputadas lutando para incluírem na Constituição Federal o reconhecimento de direitos para as mulheres, da igualdade de gênero, além de mais proteção para as nossas crianças e famílias”. O chamado Lobby do batom como lembra a parlamentar foi muito importante para avançar as bandeiras das mulheres e ela, em si, foi uma das protagonistas da ocasião.

Pensando ao arrematar esse momento contemporâneo e das dificuldades de analisar sobre o que acontece hoje, penso em como essa mulher acompanhou as mudanças de todos os cenários políticos que o país viveu desde o processo de Redemocratização até o Golpe que recuou em várias das conquistas alcançadas até o período. Trata-se de uma militante disposta, que encara a militância política com responsabilidade e que da juventude a maturidade não desistiu da difícil missão que encarna enquanto mulher negra e fazedora de política.

Se hoje temos a maior bancada feminina da história, se novas lideranças negras e femininas insurgem, Benedita da Silva tem suas digitais na inspiração em todas essas mulheres.

Assim como as suas ancestrais, as gerações presentes e futuras tem um belíssimo espelho para se mirar.

A cria da favela do Pinto que foi Governadora, que perdeu filhos para fome e para doença, que viu nascer netas e bisnetos. Que perdeu grandes amores, mas encontrou um parceiro de longa estrada, conheceu de perto a intimidade da dor, mas também da alegria. É impossível destacar a favela da identidade de Bené, assim como é necessário vê-la como alguém que transpôs muros. Ela foi responsável, a partir de sua atividade parlamentar, de gerar o maior programa Cultural do país, e bravamente marcou nos anais da República que uma empregada doméstica foi também protagonista na conquista do reconhecimento de seus direitos laborais.

Essa mulher que nasceu e forjou-se em um Rio distante do meu, inspira-me fortemente a não vacilar na defesa da democracia e da Justiça. Isso, contudo, não é feito sem contradições, erros e quedas. A vida não é uma linha progressiva contínua balizada por vitórias e desempenho. A vida é caminho.

Sua capacidade de intervenção e reinvenção são profundas e nos fazem ansiar pelos próximos 80 anos dessa mulher que já atravessou as barreiras do Tempo. Bené é uma prova de que as mulheres negras não podem ser escondidas, apagadas, diminuídas. Nós estamos parindo o Brasil há muitos séculos e por essas mãos passam destinos que são alterados pela ação concreta e comprometida daquelas que ousam desafiar o Poder branco e masculino.

É impossível dar conta de todas as nuances que essa personagem tem e como seu papel foi determinante para fazer ampliar o horizonte dos Direitos Humanos no país. Das pautas da negritude, das mulheres e dos trabalhadores, a vereadora eleita com a contribuição militante das mulheres petistas que vendiam salgadinhos para custear a campanha a essa poderosa memória negra viva que ainda tem muito a entregar para o país e para o seus.

Acredito que o amor seja sim a mola impulsionadora dessa mulher que enfrentou o ódio da Ditadura e da Nova Direita descolada, com cara de jovem e coração no passado escravocrata. Se é certo que não foi Benedita da Silva a liderança feminina capaz de derrubar a Casa Grande, os tijolos que a desfalcam, foram movidos também pelo seu trabalho de vida inteira dedicada à libertação.

## 8 ESTRELA ALÉM DO TEMPO: DISCURSOS E PRODUÇÃO LEGISLATIVA EM DIREITOS HUMANOS DE BENEDITA DA SILVA

Inspirada obra cinematográfica *Estrelas além do tempo* que narra a caminhos de cientistas mulheres negras estadunidenses na missão que chegou a Lua e as dificuldades que enfrentaram durante a vigência das Leis Segregacionistas, penso na necessidade de evidenciar o legado daquelas que foram impedidas de ocupar os holofotes, mas foram responsáveis por mudar a história. Assim como a missão astronômica, penso aqui na análise da obra de Benedita da Silva a partir de sua passagem no Parlamento. Mobilizando as ferramentas computacionais para facilitar a análise dos discursos sobre Direitos Humanos e sua produção legislativa no tema apresento a síntese dos achados através de mapas que refletem a qualidade da herança que Benedita da Silva nos dá na defesa da dignidade.

Na Câmara Federal, contando a partir de 1987, Benedita da Silva foi autora e coautora de 3.270 proposições parlamentares. No Senado foram 110 proposições. Com essa base de dados elaboro quatro mapas que trazem produtos de análise importantes.

Um, apresenta uma sistematização da sua caminhada em anos, que chamo de *Caminho da Vida*, onde elenco os principais marcos pessoais e públicos que em minha avaliação ajudam a quem lê a se orientar no universo fantástico e extenso que é Benedita da Silva. Outro produto da tese, denominado de *Mapa da luta*, apresenta a síntese dos conteúdos de seus discursos sobre Direitos Humanos feitos no Congresso Nacional na forma de análise de similitude. No que diz respeito ao *corpus* de análise, destaco que selecionei as falas disponíveis nas casas do Congresso Nacional pela acessibilidade ao material e pelos sistemas já catalogarem as intervenções sob a chave de “Direitos Humanos”, diminuindo o universo de textos a serem submetidos ao IRAMUTEQ.

Sobre a ferramenta computacional utilizada, mobilizo para esse mapa em específico a análise de similitude. Essa aplicação é explicada por Igor Tavares<sup>192</sup>, que a define como “a construção do discurso que compõe o corpus textual, identificando a estrutura base que relaciona as formas assim como, os temas por grau de relevância que conectam as partes importantes que caracterizam os textos contidos na base de dados” (2019, p. 28).

Desenho ainda, o *Mapa da atuação legislativa*, em que analiso suas passagens pelas instâncias parlamentares, Câmara Municipal, Câmara Federal e Senado Federal, produzindo

---

<sup>192</sup> FERNANDES, Igor Antônio Tavares. **Iramuteq**: um software para análises estatísticas qualitativas em corpus textuais. 2019. Monografia (Bacharelado) –Centro de Ciências Exatas e da Terra, Departamento de Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

nuvens de palavras que sintetizam quais foram os temas que mais a preocuparam na produção legislativa em cada instância. Esse método, segundo Igor Tavares “propõe um agrupamento baseado em frequência para rápida e simples determinação das formas chave que são mais relevantes para o discurso presente no Corpus textual” (TAVARES, 2019, p. 31). Ao organizar todo o corpus levantando todas as iniciativas parlamentares que Benedita da Silva produziu enquanto ocupava esses cargos, consegue-se achar uma imagem que sintetiza quais foram os temas mais recorrentes de sua produção e auxiliam a identificar em que trincheiras dos Direitos Humanos ela se colocou.

Ao fazer a imagem de cada instância parlamentar, teço comentários sobre quais foram as normas mais destacadas e quais projetos foram desenvolvidos por ela. A intenção é de condensar e apontar uma avaliação bastante intuitiva e ilustrativa sobre o papel que ela teve na construção de garantias fundamentais para a população subalternizada do país.

O último mapa concentra o registro do seu desempenho eleitoral ao longo do tempo, pensando em como o alcance nas urnas e o apoio popular a subsidiou para o exercício contínuo de seguidos mandatos.

## 8.1 Mapa da luta – Os Direitos Humanos nos discursos

*“Acho que o estilo espontâneo dos meus discursos conquistam a atenção das pessoas. Normalmente a linguagem usada nos discursos políticos é muito dura. Procuro introduzir minha musicalidade e meu lado poético nos meus discursos. Não tenho nenhum compromisso com vírgulas e tremas, e sim com as pessoas que me ouvem”.*

(Benedita da Silva, 1997, p. 75)

Ao pensar a forma de luta típica da política, a fala, o discurso, a imagem são elementos que vem logo à mente. Ao refletir sobre sua forma de apresentar suas ideias, Benedita da Silva informa uma característica importante no fazer político das representações populares - uma palavra que cativa. A forma de falar é muito distintiva de quem é a pessoa interlocutora, como revela vários sentidos do uso dessa linguagem.

Para visualizar quais foram os temas que Benedita da Silva mais mobilizou em seus pronunciamentos nos Plenários do Congresso Nacional, lancei mão da ferramenta de análise de similitude ofertada pelo IRAMUTEQ. O corpo de textos revistos pela ferramenta computacional foi selecionado a partir dos dados disponibilizados por Câmara Federal e Senado em seus sítios públicos. Os sistemas das casas organizam as intervenções dos parlamentares a partir de palavras-chave, entre as quais achasse “direitos humanos”. Tomando esse elemento

como ponto de partida para a organização do corpus foram retornadas 66 intervenções na categoria, dentro da Câmara e 29 registros no Senado Federal.

Pensando a partir de Gabriel dos Santos (2023), o racismo também se manifesta a partir da linguagem enquanto instrumento da marcação da racialidade. Se marcavam as pessoas escravizadas com correntes, roupas determinadas e a segregação espacial – Casa Grande e Senzala – a linguagem também se perfaz como outro distintivo. Inspirado em Fanon, o pesquisador aponta o discurso como uma ferramenta de desumanização para as pessoas negras. O português “errado”, a forma de expressão “não culta” e a diminuição da potência e importância da fala a partir da expressão linguística de pessoas negras é denunciada como Racismo linguístico (SANTOS, 2023, p. 14)

Organizados os textos em *corpus* separados, procedi a análise dos dados de cada Casa com o auxílio do programa. A modalidade escolhida, é explicada por Verbena Araújo *et al.*<sup>193</sup>, que a apresenta como:

Análise de similitude a qual baseia-se na teoria dos grafos para identificar as concorrências entre as palavras, a fim de trazer as indicações da conexidade entre as mesmas, auxiliando na identificação da estrutura da representação, produzindo o corpus textual específico para o objeto de estudo, diferenciando suas partes comuns e especificidades em função das variáveis ilustrativas/descriptivas oriundas da análise (ARAÚJO *et al.*, 2009, p. 5).

Ana Souza (2016): “falar em letramento de reexistência implica considerar as práticas de letramentos desenvolvidas em âmbito não escolar, marcadas pelas identidades sociais dos sujeitos nelas envolvidos, e além disso, considerar os aspectos que afetam o histórico do letramento da população negra no Brasil e que influenciam as caminhos pessoais de usos sociais da linguagem”. Caminhando nessa perspectiva, percebo que ambos os trabalhos reelaboram a crítica aguda que Lélia Gonzalez já carregava sobre as aplicações da linguagem e sua relação com o racismo.

A linguagem é elemento inescapável da produção de si e essa forma de percebê-la como viva, através da tradição de contá-la tendo como principal mídia a voz é indissociável da negritude. De forma que para perceber essa história de vida pungente, recorrer a oralidade é uma condição. Lélia Gonzalez também caminha nesse sentido, explicando como essa forma de posicionalidade da linguagem se comporta a serviço da subalternização da comunicação preta. A professora explica:

---

<sup>193</sup>ARAÚJO, Verbena Santos *et al.* Representações sociais do cuidado frente ao envelhecimento humano: uma análise de similitude. **Anais do I Congresso Nacional de Envelhecimento Humano**. 2016, ISSN: 2526-1908.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? (GONZALEZ, p. 81, 2020).

Compõe a tradição do pensamento feminista negro, portanto, esse estranhamento com as “regras” da própria linguagem, pois ela é determinada pelo “discurso do poder dominante” que é branco, patriarcal, burguês. A desassociação do jeito de falar, de escrever e da contribuição negra é mais uma tática de reprodução do racismo. A busca da civilidade no referencial europeu entra em contradição com a materialidade histórica, onde o português imposto foi engolido a força pelos povos indígenas e negros que, sendo a maioria populacional, deglutiram e reformularam essa língua que ainda busca em regras deslocadas da realidade viva da comunicação perpetuar subalternizações.

A partir desse ferramental que acesso os discursos de Benedita da Silva em Direitos Humanos feitos nos plenários da Câmara Federal e do Senado. A árvore, como chama o IRAMUTEQ, produz a imagem que segue, cheia de ramos, unida por um tronco. A análise de similitude agrega as palavras contidas no *corpus* e associa as palavras de acordo com os núcleos que mais se repetem. No modo *halo* essas associações são destacadas em círculos coloridos para melhor destacar as relações entre os termos. Não há atribuição de significado específico às cores usadas, que foram atribuídas de maneira automática pelo programa.

Enquanto deputada, os discursos se concentram em torno de três chaves: Direitos Humanos, Direitos e Mulher. Na primeira chave, a expressão articulada “Direitos Humanos” aparece associada ao território do Rio de Janeiro, a questão da Segurança Pública, que logo vincula-se a palavra assassinato e pessoa. Associa-se também a palavra “internacional” que demonstra mais uma vez o pensamento de Benedita da Silva sobre a categoria de maneira articulada com o mundo, com as demandas dos países africanos e sul-americanos.

No eixo “Direitos”, associam-se aos discursos da deputada as ideias de “saúde”, “adolescente”, “criança”, “políticas públicas” e “democracia”. Outro alinhamento que encontra amparo na robusta contribuição que Benedita da Silva tem na pauta da infância. A associação entre “Governo Federal” como vinculado à ideia de “políticas públicas” aparece como elemento de coesão na estruturação dos discursos que veem como elementos correlatos a promoção de Direito o papel de liderança da Presidência.

No último ponto da raiz, a palavra-chave Mulher reúne outro bloco importante dos discursos da parlamentar que mobilizaram categorias como “negro”, “pobre”, “comunidade”,

“jovem”, “ONU”, “racismo” e “oportunidade” em torno de si. Aqui, avalio como para o pensamento discursivo de Bené, raça, classe e gênero andarem juntos. Não é acaso que aparecem termos que associados apontam nessa direção. As complexidades únicas que as mulheres negras vivem dizem respeito à articulação entre esses elementos. Sua recombinação produz violência, termo que aparece em comum nos três eixos. Aqui mais uma vez a preocupação de articulação com as pautas em Direitos Humanos do ponto de vista internacional emergem com a expressão “ONU” sendo uma das ocorrências, bem como a renovada preocupação do recorte da juventude em seus discursos.

Três figuras aparecem mencionadas: a presidenta Dilma Rousseff, Rafael Braga e Malala. No que diz respeito a análise de similitude, a associação dos discursos colocou Malala no círculo da defesa da infância e juventude, o que é extremamente pertinente por ser a ativista de Direitos Humanos referência em tal debate, assim como é bastante lógico que o rapaz negro Rafael Braga, preso por portar *Pinho Sol*, seja um retrato das violações humanitárias no país. A análise destaca ainda que no eixo Mulher, a presidenta golpeada apareça com mais ênfase nas falas de Benedita da Silva. Os duros enfrentamentos na resistência contra o Golpe têm total relação com a consistente lembrança do nome da companheira de partido em suas falas. É natural que houvesse uma concentração do discurso nesse sentido.

No que diz respeito ao Mapa gerado pelos discursos do Senado, tem-se que entre os 29 discursos categorizados pela Casa como em Direitos Humanos a árvore gerada é bastante similar. O que sustenta a consistência da sua posição. Aqui a árvore gerada produziu um núcleo principal, a partir do qual os demais termos se organizam. Tendo como centro a expressão “Direitos Humanos” temos termos que se desdobram daí e puxam os demais, quais sejam “direito”, “cidadania”, “país” e “pessoa”. As ideias puxadas a partir da raiz da “cidadania” estão mais vinculadas à luta anticapacitista, muito presente no período senatorial, e vinculam-se à ideia de Constituição e Justiça.

Já o braço puxado pela expressão “direito” está associado a questão de mulheres, ao debate sobre tortura e violência policial e insere-se aqui a preocupação com o debate sobre etnia. Que aparece de outro lado, sob a chave “Brasil” que associa os termos “terra” a “índio” e mostram a preocupação da senadora com as batalhas pelo reconhecimento da titularidade dos povos indígenas de seus territórios.

A preocupação internacional também surge aqui, o que tem razão lógica do ponto de vista da construção das intervenções dado que refletir sobre a realidade nacional em Direitos Humanos para ela que tem um olhar internacionalista aguçado articula-se com a emergência da situação Sul-Africana no contexto dos anos 1990, coincidindo com seu exercício senatorial.

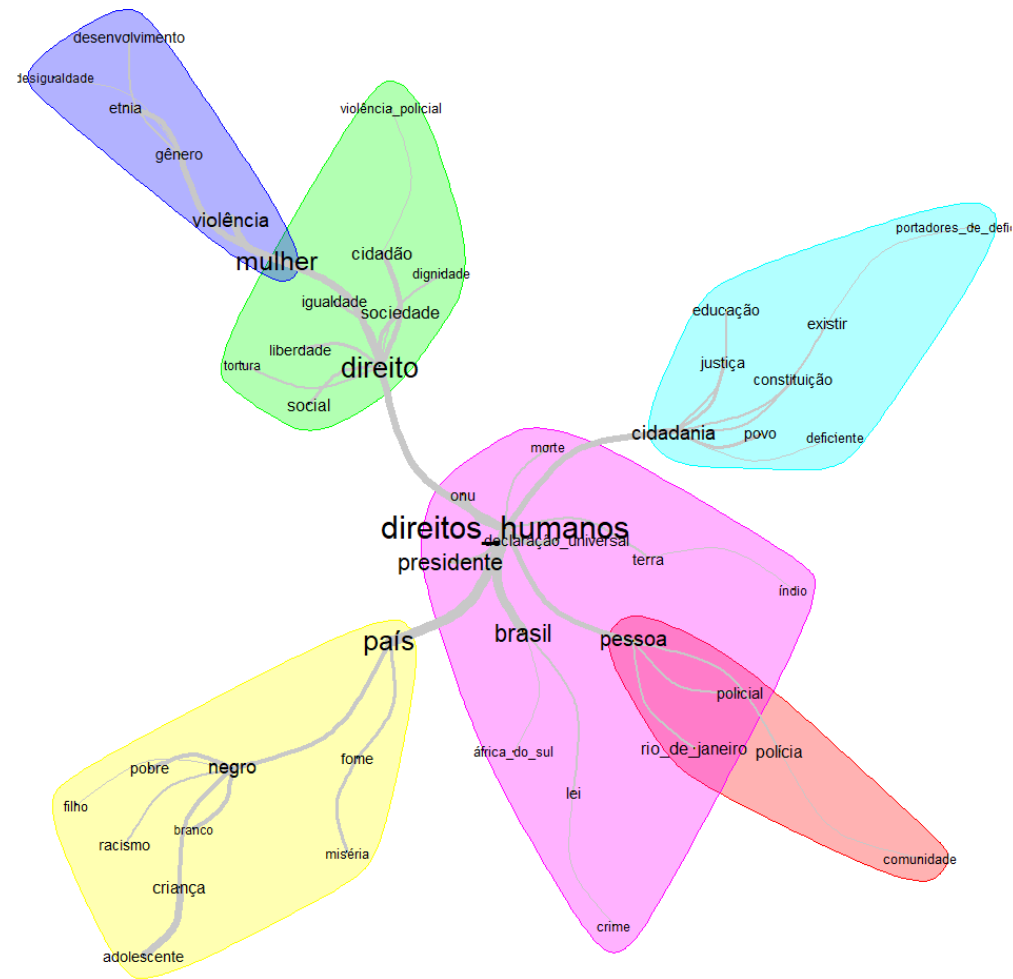


Na linha “país” encerram-se as palavras mais associadas à luta antirracista. A fome e a miséria são recorrentes nas intervenções da senadora, que as vincula à opressão racista. O recorte da infância e juventude aparece mais uma vez e a mim me parece fazer parte da caracterização da identidade brasileira que Benedita da Silva desenha em sua atuação. Sendo uma parlamentar de oposição pela integralidade do tempo que esteve no Senado, faz bastante sentido que a noção que ela estabeleça a partir das falas produza tal associação. Por fim o eixo “pessoa” está encadeado com os termos “policial”, “comunidade” e “Rio de Janeiro”. A sutileza dessa associação mostra como a questão de repressão dentro das favelas nunca deixou de ser observada por Benedita da Silva. A associação direta entre a ideia de violação e a força de repressão estatal é constatada pelo mapa que os coloca dentro do mesmo perímetro discursivo.

O que pode ser concluído dos dois mapas? Que as ideias que mobilizam as intervenções discursivas de Benedita da Silva estão totalmente emersas na compreensão de que a luta em Direitos Humanos se faz dentro e fora do país, que as mulheres, a infância e a juventude, a questão racial e indígena e a defesa das pessoas com deficiência foram os temas a que ela mais dedicou sua formulação a partir das intervenções no Senado e na Câmara Federal e que a associação entre os temas revela uma leitura articulada que autoriza-me a indicar que para ela, o capitalismo está necessariamente imbricado com as questões do povo negro e das mulheres.



Mapa 2 –Análise de similitude dos discursos em Direitos Humanos de Benedita da Silva no Senado Federal



Nota: Elaborado pela autora com auxílio do IRAMUTEQ.

## 8.2 Mapa de produção legislativa – Câmara Municipal

Mapa 3 – Nuvem de palavras de toda a produção legislativa de Benedita da Silva como vereadora do município do Rio de Janeiro



Nota: Elaborado pela autora com auxílio do IRAMUTEQ.

Utilizando a ferramenta da análise textual do IRAMUTEQ, que sistematiza as palavras com maior relevância dentro de um *corpus* textual e a traduz em uma nuvem de palavras a partir de sua frequência, executei a função no intuito de identificar quais os principais temas da produção legislativa de Benedita por instância. Entendo produção legislativa como os projetos de lei, resoluções, indicações e demais produtos assemelhados.

Iniciando com o seu primeiro cargo parlamentar, a então vereadora do Município do Rio de Janeiro teve uma produção legislativa que concentrou 49 iniciativas próprias durante 1983 até 1987. Os achados mostram uma preocupação forte com os temas dos trabalhadores em geral, além da intenção de renomear logradouros municipais em homenagem a militantes de esquerda, mulheres e homens, religiosos e representantes de causas dos Direitos Humanos. De igual forma, o mandato de Benedita da Silva vereadora concedeu títulos de cidadão carioca a personalidades negras e políticas vinculadas às lutas populares. Além disso, a nuvem ressaltou a preocupação com o tema dos transportes, da educação e do desemprego também aparecem de maneira mais pronunciada entre o conjunto da atuação nesse primeiro exercício. Entre as atuações do período, destaco aquelas que mais me chamaram a atenção:

- a) Projeto de Resolução 166/84 – concede o título de cidadão honorário do município do Rio de Janeiro ao sr. Luís Inácio Lula da Silva;
- b) Projeto de Lei 775/1984 – confere direito real de uso sobre a terra pública devoluta urbana a quem, não tendo propriedade imóvel alguma, nela tenha instalado sua moradia;
- c) Projeto de Lei 732/1984 – modifica o art. 101 da lei 94, de 14 de março de 1979 (estatuto dos funcionários públicos do poder executivo do município do Rio de Janeiro), concedendo prorrogação de licença à gestante;
- d) Projeto de Resolução 2/1983 – cria creche para atendimento aos filhos de funcionários e servidores da câmara municipal do Rio de Janeiro;
- e) Projeto de Lei 510/1983 – dispõe sobre a redução da tarifa dos transportes coletivos, a criação da tarifa econômica, a instituição do passe para o trabalhador desempregado e dá outras providências;
- f) Projeto de Lei 340/1983 – dá o nome de Salvador Allende a um logradouro público do município do Rio de Janeiro;
- g) Projeto de Lei 541/1984 – dá o nome de Patrício Lumumba a uma escola da rede oficial do município.

A razão pela qual selecionei estes Projetos, diante das demais produções legislativas, foi para evidenciar traços de sua caminhada parlamentar que já aparecem aqui: o apreço internacionalista, a defesa das mulheres, a preocupação com a questão agrária e a luta pela igualdade racial. Esses eixos seguem sua carreira e tornam-se as matrizes da sua atuação em Direitos Humanos.

Pensando sobre as limitações da atividade legislativa municipal, bem como o contexto histórico político do período, pensar no processo de nomeação de logradouros públicos em homenagem a homens e mulheres lutadores das causas democráticas em um país que vivia sob a égide da ditadura é uma prática arrojada.

Pensando nas palavras que mais ocorrem e aparecem no mapa: “escola, professor, cidadão, veículo, desempregado, título e Rio de Janeiro” conseguimos verificar a aproximação que o mandato da vereadora possuía das causas dos serviços públicos, notadamente dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. A busca de respostas para o desemprego, seja atribuindo uma espécie de passe livre originário, bem como pensando na tática de frentes de trabalho para aproveitar a força produtiva daqueles e daquelas mais pobres que Benedita da Silva conhecia bem, a preocupação com os aspectos da vida enquanto classe são externados.

Estamos falando de uma parlamentar estreante, que se projetou a partir dessa linha de trabalho legislativo a condição de redatora do texto Constitucional que inauguraram uma nova República. Aqui, insta apresentar as características mais objetivas da sua produção na vereança, que se consolidam como um mandato combativo, que em sua elaboração já estava imerso na defesa inarredável dos Direitos Humanos a partir dos campos da defesa da luta antirracista, da memória e da verdade, ao celebrar personalidades militante, na trincheira da defesa do serviço público, da educação e dos desempregados.



Ao compilar todas as iniciativas parlamentares que Benedita da Silva apresentou ao exercer o mandato de deputada federal, temos um universo de 3.270 proposições legislativas. O universo é gigante, diante dos seus seis mandatos enquanto membra daquela casa. A nuvem no modo *default* ficou demasiado espaçada, diante da grandiosidade do banco de dados analisado. O que me fez selecionar as palavras que ocorriam a partir de 10 vezes para formar a imagem aqui inserida. O tamanho das palavras dialoga diretamente com a frequência da sua repetição.

O exercício é sempre didático ao performar os temas mais recorrentes em suas formulações. As palavras da praxe legislativa, “alterar, lei, dispor, instituir e estabelecer” mostram uma postura propositiva, de intervenção do que está posto e vontade de criar. Do ponto de vista dos temas a pertinência da sua produção com os Direitos Humanos é inequívoca. Pinçando alguns dos temas que aparecem lemos: “mulher, criança, adolescente, seguridade social, educação, auxílio emergencial, pandemia, idoso, aposentadoria, alimento, trabalhador, saúde, covid, assistência social, violência doméstica, previdência social” entre muitas outras ocorrências que são compatíveis com a consistência de sua linha de produção legislativa.

Entre as Leis vigentes que são de sua autoria na Câmara Federal que a parlamentar dá destaque em seu sítio oficial, estão:

- a) Lei. 8.662/1993 – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social, e dá outras providências. Sancionada por Itamar Franco.
- b) Lei 9.029/1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica, de trabalho e dá outras providências.
- c) Lei 9.046/1995 – Acrescenta os parágrafos art. 84 da Lei nº 7.210, de 11 de jun. de 1984 – Lei de Execução Penal. Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam amamentar seus filhos.
- d) Lei 9.315/1966 – Inscreve Zumbi dos Palmares no Livro dos Heróis da Pátria
- e) Lei 14.017/2020 – Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, ações de emergência destinada ao setor cultural.
- f) Lei 4.041/2020 – Projeto de lei prevê que os partidos políticos reservem cotas mínimas para candidaturas de afro-brasileiros nas eleições para o Poder Legislativo, incluindo os pleitos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais.



Entre as normas que fazem parte do patrimônio jurídico brasileiro temas como a questão das mulheres interseccionada com a questão penal mostram o olhar racial, de classe e de gênero sempre presente na formulação da parlamentar. Igualmente o apreço à luta antirracista que é sua marca. Foi Benedita da Silva que inscreveu Zumbi dos Palmares no livro de heróis da pátria e foi a ela designada a relatoria do PL n. 3.001/2023 da deputada Denise Pessoa, que coloca Lélia Gonzalez como heroína nacional. Acho simbólico que essa mulher que lutou tanto para conseguir o diploma de Assistente Social, tendo chegado já madura nos bancos universitários, seja a autora da norma que regulamenta a profissão que adota com tanto carinho. Ela é um marco na política do SUAS e passa para a história como exemplo de formulação teórica e prática de um ofício que tem como compromisso a transformação da sociedade.

Outro destaque valioso é sua centralidade no auxílio das pessoas trabalhadoras da cultura, que pelo estabelecimento da pandemia viram-se com seu ganha-pão comprometido. Em um momento em que o mundo consumiu demasiadamente produtos culturais para suportar as condições impostas pela crise sanitária, a preocupação da parlamentar que ocupava a presidência da Comissão de Cultura da Casa foi responsável pelo maior programa de investimento público no setor que o Brasil viu. Contudo, ao percorrer as memórias do período, não vi que a associação ao seu nome e a concessão do benefício ficou explicitada. A mim parece que os elementos articulados de violência política racial e de gênero estão mais uma vez presentes nesse esmaecimento da centralidade que ela teve nessa batalha.

A última norma que a própria Benedita da Silva destaca e que a mim atinge diretamente, trata da reserva de vagas para pessoas negras nos pleitos eleitorais. Fui beneficiária direta dessa norma que reflete tanto sobre a centralidade dessa mulher não só em representar um setor da população brasileira, mas que não está interessada em ser a única ou primeira. Benedita atua para que mais gente preta chegue na institucionalidade e pinte a democracia com a cara do povo. Acho esse um dos trunfos mais reveladores sobre a sua participação enquanto deputada federal. Uma mulher que chegou sozinha a esse espaço, mas que a partir de sua presença coordenou ações para que hoje tenham mais de nós lá. A tentativa de subversão dessa Lei é intensa. Denúncias de fraudes e a ausência de uma política definida de bancas de heteroidentificação das candidaturas revelaram ser um problema. A Afroconvêniência, como pensa Luca de Santana Módolo foi eloquente. Como o autor observa<sup>194</sup>:

Afroconvêniência é um termo cunhado por representantes do movimento negro para se referir a comportamentos fraudulentos praticados geralmente por pessoas brancas

---

<sup>194</sup> DE SANTANA MÓDOLO, L. Afroconvêniência eleitoral no Brasil: notas sobre as suspeitas de fraude nas declarações raciais de 2022. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, [S. l.], v. 5, n. 3, 2023. DOI: 10.46818/pge.v5i3.321. Disponível em: <https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br/index.php/pge/article/view/321>. Acesso em: 23 out. 2023.

com o objetivo de se beneficiar de proveitos destinados à população negra. Embora o termo ainda não seja reconhecido pelos dicionários da língua portuguesa, ele tem ganhado força na linguagem antirracista, em vista do crescimento de casos de fraudes nas disputas públicas que contêm ação afirmativa em favor de minorias raciais (MÓDOLO, 2023, p. 2).

Os mesmos discursos que apelavam ao Mito da Democracia racial voltaram como elementos justificadores da Afroconveniência. Em um dos casos mais destacados, o do candidato baiano ACM Neto notabilizou-se. Ao dizer que “Na Bahia ninguém é branco”, o político reforçou o discurso racista que nega a existência de diferenças raciais que organizam o poder no país. Como coloca Joyce Lopes (2022)<sup>195</sup>, o PT não passou incólume às denúncias de fraude e afroconveniência. Destaca a colunista que:

O volume de casos de fraudes explicita a máxima do racismo brasileiro e se configura uma violência contra toda população negra no processo de mínimo avanço das políticas de promoção da equidade racial nos espaços de poder e tomada de decisão. Na Bahia, as repercussões contrárias a autoatribuição de pertença de ACM Neto têm se configurado como estopim para visibilidade de fraudes raciais de candidatos do campo partidário da esquerda, como a situação da deputada federal Alice Portugal (PCdoB), farmacêutica bioquímica e política brasileira com seu primeiro mandato como deputada estadual em 1995, que se declarou branca à Justiça Eleitoral em 2018 e parda em 2022; ou do deputado estadual Rosemberg Pinto (PT), sociólogo e líder do governo (PT) na Assembleia Legislativa da Bahia, atualmente no seu terceiro mandato, que se declarou branco em 2018 e preto em 2022. Não só a mudança da declaração, como a discrepância entre autoatribuição e heteroatribuição de pertença de Rosemberg revela ainda desrespeito, afronta, deboche e certeza de impunidade, comportamentos padrões de uma branquitude acrítica, patriarcal e historicamente supremacista (LOPES, 2022).

A essa contradição soma-se o processo de “minirreforma” eleitoral que abriu as portas para que a chamada *PEC da Anistia*, que perdoa os Partidos que não cumpriram as cotas de gênero e raça sejam perdoados e livrem-se das multas geradas pelo desrespeito as ações afirmativas segue em debate e conta com apoio de setores de esquerda, incluindo o próprio PT de Benedita da Silva. As limitações aos avanços que as mulheres e, em especial, as pessoas negras constroem esbarram na velha estrutura da branquitude, como chama a atenção Joyce Lopes. É nessa posição desconfortável que a autora de todas essas normas fundamentais no marco da luta por Direitos Humanos situa-se.

Não só os instrumentos organizativos são limitados e apresentam as mesmas contradições e limitações da sociedade em que se inserem, assim como as forças coercitivas das legislações criadas por essa mulher negra, destinada a pessoas como ela, possuem pesos

---

<sup>195</sup>LOPES, Joyce. “Na Bahia ninguém é branco”: ACM Neto, afro-oportunismos e as fraudes raciais nas Eleições 2022. **AFIRMATIVA**. 26 set. 2022. Disponível em: <<https://revistaafirmativa.com.br/na-bahia-ninguem-e-branco-acm-neto-afro-oportunismos-e-as-fraudes-raciais-nas-eleicoes-2022/>>. Acesso em: 23 out. 2023.

diferentes no momento de sua subsunção. Diante da potência de toda a sua produção legislativa escolhi comentar aquelas que a própria parlamentar destaca em sua plataforma, por achar que sua análise é um dado inicial do comentário que teço aqui. Assim, a imagem formada pela nuvem de palavras demonstra mais uma vez a impressionante versatilidade e consistência de Benedita da Silva ao longo de seus sucessivos mandatos na Câmara Federal.



Durante o período que esteve no Senado, a configuração *default* do IRAMUTEQ no modo nuvem de palavras gerou o seguinte desenho. São registradas na Plataforma do Senado Federal, 110 proposições de sua autoria apresentadas entre 1995 até 1998, quando renuncia para tornar-se vice-governadora do Rio de Janeiro. As palavras usuais das documentações legislativas, por natureza, aparecem com mais frequência, razão pela qual estão representadas de maneira maior no quadro. Mais uma vez, os temas da negritude se mostram recorrentes. Zumbi dos Palmares, terras remanescentes de quilombos, tricentenário e novembro, no contexto de celebração da luta antirracista.

Pensando sobre os verbos, tem-se que foi um mandato de muita provocação. Requerer, solicitar, cobrar a posição do Governo Federal, Poder Executivo e suas representações, como o Ministério da Saúde, mostram um mandato que estava atento ao desempenho da presidência da República. Correlacionando com a postura de oposição, faz sentido que os comandos de cobrança apareçam com maior destaque. A tradição de homenagear e fazer referência a notáveis da luta política e cultural segue com uma marca dos mandatos de Benedita da Silva. Da época, a parlamentar destaca em seu sítio oficial as seguintes iniciativas legislativas do período:

- a) Projeto de Lei do Senado n. 131, de 1996, que dispõe sobre a língua Brasileira de Sinais, e dá outras providências
- b) Projeto de Lei n. 10 de 1995 do Senado Federal, dispõe sobre a inclusão da presença dos negros nas produções das emissoras de televisão e filmes e peças publicitárias.
- c) Projeto de Lei n. 16 de 1995 do Senado Federal, Torna obrigatória a menção do quesito “cor” em documentos e procedimentos que especifica.
- d) Projeto de Lei n. 18 de 1995 Inclui a disciplina “História e Cultura da África” nos currículos que especifica (1º e 2º graus e no currículo de História).
- e) Projeto de Resolução do Senado n. 20 de 1995 Cria a Comissão de Direitos Humanos e dá outras providências.
- f) Projeto de Lei do Senado n. 232 de 1995 Nomeia Comissão Mista para elaborar anteprojeto do Tribunal Internacional dos Direitos Humanos e dá outras providências.

Entre os projetos que a própria parlamentar destaca, chamou a atenção para sua ação sobre a pauta da pessoa com deficiência. Além da disposição sobre LIBRAS, muitas outras iniciativas marcam esse mandato em relação a essa comunidade. A nota internacional segue forte, pensando no debate específico de Direitos Humanos tanto internamente, quanto em

articulação com o estrangeiro. Firme na defesa da comunidade negra, também no Senado tem iniciativas importantes que seguem sendo um horizonte.

### 8.5 Mapa eleitoral

A partir de dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral, apresento através de gráficos o desempenho eleitoral de Benedita da Silva em duas linhas paralelas. Em suas eleições vitoriosas para o parlamento separadas das disputas majoritárias. Analiso, de modo geral, que o processo de redemocratização e o acesso ao sufrágio de pessoas não alfabetizadas, a ampliação do número de aptas a votar cresce e impactam as votações de Benedita.

Contudo, os números também revelam como a conjuntura política impactou no desempenho de Bené nas urnas. Os processos difíceis provocados pela aliança com Garotinho para o Governo do Rio de Janeiro e o próprio Golpe de 2016 refletem nos dados eleitorais e mostram como os cenários mais amplos dialogam com a avaliação da competitividade da petista ao longo do tempo.

Tabela 1 – Votações de Benedita da Silva para o Parlamento.

Cargo	Ano	Votos/Mil
Vereadora	1982	≈18.000
Deputada Federal	1986	27.460
Deputada Federal	1990	53.278
Senadora	1994	2.248.861
Deputada Federal	2010	71.036
Deputada Federal	2014	48.163
Deputada Federal	2018	44.804
Deputada Federal	2022	113.831

Fonte: Dados TSE.

Nota: As eleições de 1983, de vereadora, só foram achados números aproximados.

Tabela 2 – Votações de Benedita da Silva para eleições majoritárias

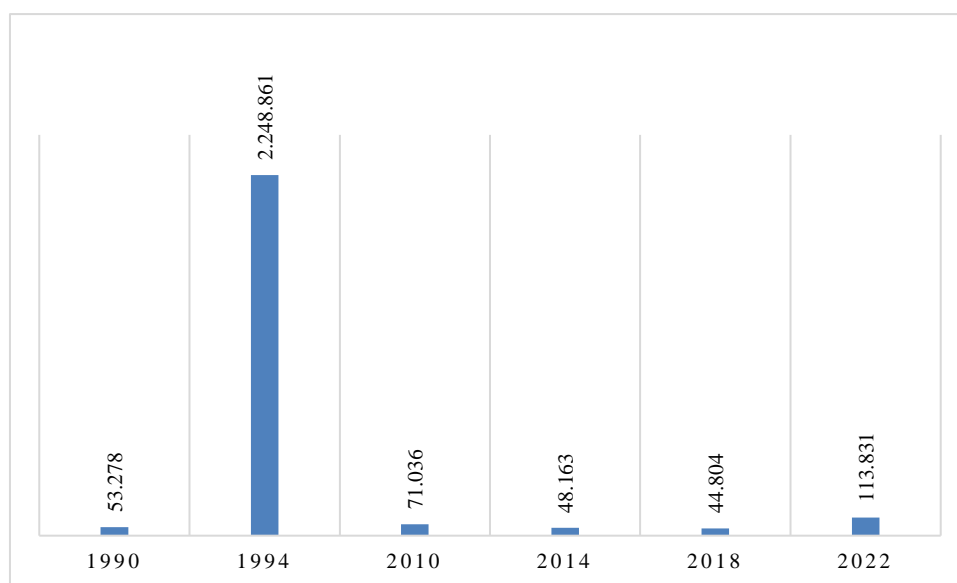
Cargo	Ano	Votos 1º Turno	Votos 2º Turno
Prefeita	1992	833.559	1.326.678
Governadora	1998	3.083.441	4.259.344
Governadora	2002	1.954.379	
Prefeita	2020	296.847	

Fonte: Dados do TSE.

Em linguagem gráfica é mais fácil de visualizar o percurso eleitoral que marca o caminho da carioca. Sua maior votação pessoal acontece em 1994, quando disputa o Senado

Federal. Sozinha, arrasta mais de dois milhões de votos. Ao passo que seu desempenho mais tímido no pleito para Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, reflete justamente a realidade de um país onde para votar era necessário escrever. O acesso das pessoas analfabetas ao sufrágio só viria com a Constituição de 1988. É possível ver refletido nos números de 2010 o otimismo com as experiências petistas e a superação das marcas do Governo em que exerceu a tarefa de vice. Ao mesmo tempo que a queda em 2014, ano em que o relatório da PEC das Domésticas ainda estava fresco acompanha o sentimento antipetista do período. Que persiste na votação seguinte, onde ela foi a única representante do PT pelo Rio de Janeiro eleita. Igualmente, o desastre do governo Bolsonaro, a liderança de Lula na disputa faz alavancar sua votação que bate um patamar bastante expressivo, rompendo a barreira dos 100 mil votos.

Gráfico 1 – Votações de Benedita da Silva para o Parlamento (1983-2022)

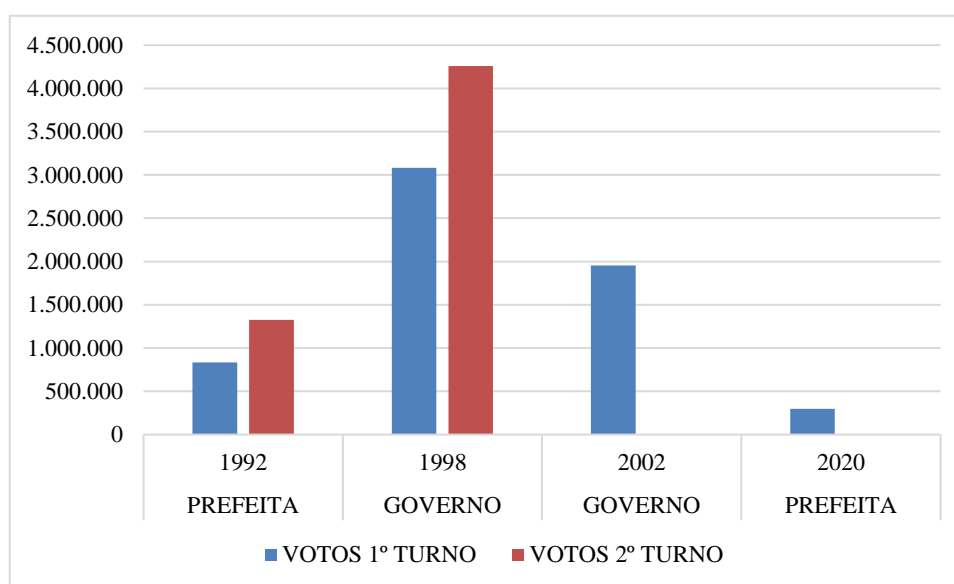


Fonte: Elaborado pela autora.

No que diz respeito as disputas majoritárias, vê-se que em 1992 o PT obteve seu melhor desempenho na liderança de chapa que pleiteava a gestão municipal. Como explico ao longo do texto, existe ainda uma sensação na militância petista que aquele resultado deveria ter sido auditado. Todavia, é em 1998, já como senadora, que se elege para o seu único cargo no Executivo. As funções de Ministra e Secretária de Estado acontecem por via de indicação e construção política. Durante a pandemia, sua votação é inferior a obtida nos anos 1990 e acontece em um momento de nova ofensiva contra o PT e suas principais lideranças. O contexto acirrado da disputa pela cidade tem total relação com a pertinência territorial que o município possui para o ex-presidente Jair Messias.

Como o gráfico a seguir ilustra bem, o maior número de votos é aquele correspondente a vitória da aliança liderada por PDT e PT que pouco após tomada posse, sofre com tensões até desmanchar-se. É sempre bom registrar que mesmo com o curto tempo de gestão, a marca do fazer político dessa mulher negra, vinculada às suas origens populares, fez-se sentir. E que os desafios que envolvem a disputa para o parlamento são muito distintos daqueles que estão colocados na busca pela inserção no comando central das ações políticas e administrativas.

Gráfico 2 –Votações de Benedita da Silva para o Executivo



Fonte: Elaborado pela autora.

Além da potência militante, percebe-se que especialmente para o PT do Rio de Janeiro, a figura de Benedita da Silva é muito importante do ponto de vista da competitividade nas urnas. A questão que se abre depois de oito décadas de dedicação a vida pública é como construir caminhos para que mais Benés tenham essa força social que repercute na disputa dura de um Parlamento e Executivo majoritariamente brancos, ricos e conservadores. Certamente, as respostas não se encontram somente nas letras frias dos números, mas na efervescência política que os produzem. É preciso muita organização social para dar sequência ao legado de lutas por Direitos Humanos que a participação na institucionalidade garantiu a Benedita da Silva uma posição de liderança no front dessas árduas batalhas em busca de dignidade.



## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SONHOS DEVEM ENVELHECER

*“Neste momento, me sinto recompensada.  
Agora tenho uma bancada.  
Agora tenho uma Frente,  
que vai dar continuidade a uma luta de séculos”*

(Benedita da Silva, 01 de novembro de 2023)

Escrevo as considerações finais no dia seguinte ao estabelecimento da Bancada Negra no Congresso Nacional. O Projeto de Resolução n. 116/2023<sup>196</sup> de Talíria Petrone (PSOL) e Damião Feliciano (UNIÃO) é um marco na organização interna de parlamentares negros e negras. Agora, terão tempo de liderança ao usar o púlpito e participarão enquanto representantes da diversidade política e ideológica negra na construção da pauta do Congresso.

Como Benedita da Silva coloca de maneira magistral, ela que chegou sozinha ao parlamento, agora encontra companhia. A sensação de recompensa dialoga muito com a principal conclusão que extraí no processo de escrita desse texto. A principal lição que Bené dá na luta pelos Direitos Humanos no Brasil é a persistência. Não desistir quando tudo parece perdido. Acreditar, mesmo quando se está só, que “as coisas vão melhorar”. A embaixadora da paz, reconhecida pela Organização das Nações Unidas em 2023, deixa um alerta “em tempos de guerra, tenho fé que a paz e o amor podem derrotar todo esse ódio que persiste no coração de algumas pessoas”<sup>197</sup>.

Pode parecer singelo, mas a profundidade da escolha consciente de permanecer em luta política, com mais de 80 anos de serviços prestados ao país, não é comum a qualquer personalidade pública. Aprendi com Benedita da Silva que as mulheres negras fazem política não por vocação natural, mas por ser necessário a vida. Que dentro do próprio partido as barreiras racistas, patriarcais e de classe estão presentes e que elas se agigantam nos ambientes da institucionalidade democrática. Fecham-se as portas dos elevadores e dos apartamentos institucionais diante de um corpo negro e feminino.

Compreendi, a partir de Benedita da Silva que a política é coisa de “macho”, “branco”, “endinheirado” e de “intelectual”, mas, que tem gente ousada que toma o Poder que foi roubado pela fome e vira a mesa. Aprendi que as tragédias da vida que abatem os corpos do povo negro,

<sup>196</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Resolução de Alteração do Regimento e outros PRC116/2023**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2398369>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

<sup>197</sup> PT. **Benedita da Silva recebe título de Embaixadora da Paz pela ONU**. Disponível em: <<https://pt.org.br/benedita-da-silva-recebe-titulo-de-embaixadora-da-paz-pela-onu/>>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

nunca serão maiores do que a nossa capacidade de organização para a solidariedade, para a vida.

Entendi que não podemos enxergá-la apenas como uma Constituinte que fez história há 35 anos atrás. Ela segue rompendo paradigmas, ela segue transformando profundamente a construção política nacional, Bené puxa o horizonte da dignidade mais perto dos seus, do povo trabalhador brasileiro. Ela não é passado. Bené é presente, é futuro ancestral, como ensina Ailton Krenak.

Percebi que o amor que ela dedica à sua militância tem como fonte sua fé em um Jesus com cara de povo e de uma família amorosa, artística e estendida. A passagem de seus filhos a coloca como irmanada com muitas mães negras que velam os seus cedo demais. Essas marcas ilustram uma paisagem complexa que tem no rosto da própria Benedita da Silva um mapa acessível.

Em seus discursos a ênfase na defesa do combate ao racismo, das mulheres, da repartição da terra para os povos indígenas, a defesa da cultura, da criança e do adolescente, da Assistência Social como direito e não favor, das bandeiras da luta anticapacitista contra o Golpe e o bolsonarismo, pontuam os temas em Direitos Humanos que sua produção legislativa mais dedicou-se. Foram muitas normas aprovadas, relatadas e sem dúvidas ocupa um espaço expressivo a defesa das trabalhadoras domésticas no caminho de Bené. Ela que relatou a proposta que avançou na conquista de equiparação dessas profissionais com os demais no âmbito do trabalho é uma discussão que revela a mim a sua capacidade de interlocução entre as três contradições fundamentais – mulher, raça e classe.

Seus discursos são poéticos. As décadas de parlamento conservam uma construção textual acessível, musical e direta, como é próprio das cariocas. A capacidade de indignar-se com tragédias e ao mesmo tempo apontar caminhos, sem esquecer da doçura. Como a frase atribuída a Che Guevara sintetiza, ela realmente é prova de alguém que endurece, mas não abandona a ternura.

Acredito que alcancei o objetivo geral da investigação. Narrei a atuação de Benedita da Silva, mulher negra e favelada, na promoção dos Direitos Humanos no Brasil, com foco na análise de seu ativismo político e suas contribuições para a inclusão de vozes negras na política brasileira. Apresentei no primeiro capítulo como a influência de Dona Ovídia da Conceição, forjada na necessidade do coletivo para viver, no serviço ao povo da sua comunidade para fortalecer os vínculos é esse espelho que Benedita olha e como as duas seguem uma linhagem grande de mulheres negras que resistiram, organizaram-se e caminharam cada uma alguns

passos até a libertação. Não é possível pensar na Benedita da Silva que conhecemos sem entender a relação íntima que a influência de sua mãe exerce na forja dessa figura.

Sei que essa não é uma leitura definitiva sobre os feitos de Benedita da Silva. Não analisei de que forma as emendas impositivas foram usadas por ela enquanto ferramentas de promoção dos Direitos Humanos e não alcancei de maneira mais aprofundada suas relações familiares. As dificuldades próprias da pesquisa, disponibilidade de tempo e conflitos de agendas não permitiram a realização de entrevistas autobiográficas.

Contudo, acredito que aponto aqui um texto que é um ponto de partida para que os impactos da produção negra e favelada na luta por Direitos Humanos seja percebida como objeto importante de investigação científica. Acredito, assim como o trabalho de Bené mostra, que nossa construção é coletiva, intergeracional. É feita por muitas cabeças e percebo-me enquanto uma delas que ousou narrar uma mulher que é inspiração.

Aqui trago um pouco de mim, um pouco da curiosidade militante e da vontade de compartilhar com o mundo que riqueza de personagem temos. Fico feliz de escrever essas palavras em vida. Aqui e agora que é o tempo-espço em que ela faz a diferença. Passo a discorrer o apanhado do que aprendi em cada capítulo.

Da mesma forma que entendi nos *Tempos de nascer* que é um erro reduzir a identidade de Bené a favela, mas que é outro ainda maior remover o território na confecção de uma leitura sobre a força da natureza que ela é. A Favela da Praia do Pinto, demolida pela necessidade de “modernidade” e a subida para o Chapéu Mangueira são elementos indispensáveis para entender os paradigmas de sua organização, como ela se dá, com que ferramentas sociais elas a encaminham para a disputa política dentro da Associação de Moradores e depois a fazer eleita vereadora carregando o lema “terra, trabalho e liberdade”. A primeira do PT no Rio de Janeiro, a primeira negra no Rio de Janeiro.

O Palácio Pedro Ernesto, que tive a oportunidade de conhecer e sentir, foi a casa mais cara construída pelo poder Colonial de Portugal na sua época. Ela é solene, pomposa. Imaginei o que Benedita da Silva relata, que em seu primeiro pronunciamento as pernas tremiam. E, naquelas tribunas com ar de exclusividade, foi a mulher negra do Chapéu que lotou as galerias de povo. Dessa vez não para subir os alicerces da casa, ou para tratar de sua zeladoria, mas para ter a voz ouvida.

Seu período na vereança, pelas características da época de transição democrática e pelos limites do cargo tinham muito a ver com memória histórica, reconhecimento público das lideranças e referências populares negras e não negras. E percebendo o peso que a tradição ocupa na cidade, percebo com nitidez que esse movimento não era algo de complexidade menor,

diante das iniciativas legislativas que propôs. Memória, verdade e reconhecimento são pedras fundamentais para o povo negro. Por falta desses elementos não sabemos até hoje o tamanho dos horrores que foram afligidos e o tamanho da dívida que existe conosco.

Em sua transição para o cargo de deputada, os *Tempos constituintes*, mostraram o choque da presença daquele corpo negro no espaço ascético de Brasília e confirmam sempre esse estranhamento que Benedita da Silva provocava na branquitude. Sua veia internacionalista aflora com força e radicalidade. Ela propõe o coroamento das atividades diplomáticas entre Brasil e África do Sul diante dos horrores do *Apartheid*. Batalhou pela questão do trabalho doméstico que avança, mas não na integralidade da equiparação que viria depois. Suas contribuições foram fundamentais para a disputa interna da constituinte com a própria bancada evangélica, com quem não partilhava identidade nas questões relacionadas aos direitos das mulheres e à diversidade sexual.

Promulgada a Constituição, os desafios permanecem, a crise política instalada massacrava a vida dos trabalhadores brasileiros com a carestia. ela foi provocada a assumir a cadeira de vice presidenta na chapa de 1989, que levou o PT ao segundo turno da campanha presidencial e foi sabotada pelas forças dominantes brasileiras. Essas experiências apontam para o que viria a seguir, sua eleição para Senadora da República, seu destaque na formulação da oposição do país.

Aprendi nos *Tempos de metamorfose*, que o Partido e ela mesma mudaram a formulação política, abre-se um período de concessões na estratégia e tática eleitorais e políticas. Ampliou-se o leque de alianças que sempre passaram por suas mãos como definidoras dos rumos nacionais. Outra conclusão importante que extrai dessa investigação reside aqui. As principais decisões - ir para a Constituinte, assumiu ou não a candidatura de vice presidenta, apoiar ou não a frente ampla nas eleições de 2002 – tiveram a figura de Benedita da Silva como uma das articuladoras fundamentais.

Os casamentos políticos realizados que se desdobraram nos governos liderados pelo PT, tem nela uma das figuras-chave. Sua ida para a chapa de Anthony Garotinho, e assunção da vice-governadoria passavam como ponto central para amarrar a aliança que Lula carrega para o Governo Federal. O preço dessa escolha também é apontado, as heranças da gestão de Garotinho, o desgaste do partido com o Governo Estadual, a centralidade na campanha federal, a colocam em um momento de fragilidade. Contudo, o período também é marcado por conquistas importantes como a implementação do sistema de cotas raciais na UERJ, o argumento de inclusão na escolha do secretariado, a busca da promoção de uma política de segurança pública progressista.

Conquistada a Presidência, era hora de Benedita da Silva ser ministra de Estado. Contribuiu na formulação da política de Assistência Social que temos hoje, enquanto profissional que conseguiu acessar os bancos universitários, como muitas mulheres brasileiras, apenas com a idade avançada. É de sua lavra a Lei que reconhece a profissão de Assistente Social e foi nesse momento que percebi o peso da mídia e dos interesses conservadores na demolição de reputações. A polêmica do encontro religioso na Argentina, que depois de tudo que correu na história do país, mostra o nível de distorção do episódio, revelaram também como a própria agremiação lidou com o caso.

Após a remoção do Ministério, sua ida para a Secretaria de Direitos Humanos do Governo do Rio de Janeiro completa o ciclo Executivo de Bené. Ela percebeu os impactos, positivos e negativos do caráter distinto que a tarefa de gestão carrega. Enquanto uma mulher negra ela governou de maneira distinta, deixou suas marcas como primeira a reconhecer a centralidade da presença negra no feitiço da política pública, algo que segue sendo tabu para os próprios colegas de pensamento político de esquerda, como o caso da nomeação de uma ministra negra para o STF deixam bem explicitado.

Suas campanhas para a Prefeitura do Rio de Janeiro também contém o cenário das disputas pelo Executivo. A mais bem sucedida, de 1992, que muita gente da militância petista ainda sustenta a hipótese de desvio eleitoral, mostram que foi sob sua liderança que o campo das esquerdas teve o melhor desempenho até 2023 na disputa pela capital do Estado. Como ela mesmo ressalta, sempre foram as campanhas mais duras por inúmeras razões. Falta de coesão interna, dificuldade com o volume de recursos das forças conservadoras do Rio de Janeiro, manipulação da opinião pública, entre outros elementos aparecem nas avaliações sobre as tentativas de chegar à gestão municipal.

Seu retorno para o parlamento, que tem as características em que ela faz política de maneira mais identificada, acontece sob o primeiro governo Dilma Rousseff, que sucede ao Lula depois de dois mandatos bem avaliados. A entrada de uma mulher na liderança do país nunca foi aceita pela classe dirigente masculina e branca brasileira. Os desafios da crise econômica que levavam o mundo para um lugar diferente, atingiram o Governo da Presidenta. Em 2013 era aprovada a PEC das Domésticas e fora naquele ano que manifestações varreram o país. Eu acredito firmemente que a gênese do Golpe tem total relação com o feito da conquista da paridade das trabalhadoras domésticas. O medo de uma classe média branca que via o avanço dos pobres e negros crescer, ainda que de maneira tímida, ligou um alerta que ecoou para forças políticas reacionárias que tratavam de canalizar, com apoio midiático e empresarial, as angústias várias da época.

A disputa sobre 2013 continua na literatura, na minha opinião, como sujeita que estava liderando processos de reivindicação por transporte público em Mossoró como estudante vi de perto a tentativa de desfocar a pauta central para algo que não entendíamos ali, do olho do furacão. Resultado é que a disputa para a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 foi um prenúncio do que enfrentaríamos nos anos seguintes. A dúvida sobre os resultados planta uma semente que é alimentada e desabrocha na forma de um Golpe.

Benedita da Silva estava ao lado da presidenta firme na defesa contra a ânsia golpista. Finalizado o ato criminoso, a parlamentar seguiu na denúncia insistente da “Ponte para o Futuro”, que como ela bem lembra trazia como principais destinatários do ataque o povo negro. O antipetismo a colocou como única representante do PT em 2018, e a liderança que dirigiria o país foi por muito tempo seu colega de bancada. Jair Bolsonaro era o portador do ódio daquele período.

O candidato favorito, o amigo e companheiro de Bené, Luís Inácio, havia sido encarcerado injustamente por Sérgio Moro em sua caça cinematográfica e ilegal contra o PT e suas lideranças. A verdade não tardou chegar e assistimos hoje o que Benedita da Silva denunciava, o golpe não era apenas contra o Partido dos Trabalhadores e suas lideranças, era contra a diminuição de desigualdades.

A gestão de Bolsonaro teve a decisão política de tirá-la da lista de personalidades negras da Fundação Palmares em plena campanha para a prefeitura do Rio, como um recado: eles queriam recontar a história. A pandemia chega e mais uma vez ela foi fundamental na defesa da vida. Suas ações amparam as trabalhadoras domésticas, primeiras vítimas oficiais do novo vírus. Enquanto os patrões traziam a doença de avião, elas morriam pelos ônibus lotados que disseminavam a doença. A COVID-19 foi um momento novo na história do mundo, mas que revelava contrastes antigos. Os negros e pobres que não podiam isolar-se por questões de moradia e sobrevivência, por não terem acesso a água e a sabonete, foram atingidos de maneira desproporcional pela doença.

700 mil vidas foram ceifadas. E por elas, somo-me ao grito de Bené: Sem anistia!

É nesse período de tanta dor e desespero, provocadas não só pelo pânico da nova doença, mas pela gestão deliberadamente genocida que demorou a comprar vacinas, que se opunha a qualquer medida de isolamento, que chamou a doença de “gripezinha” em rede nacional, que essa mulher se levanta pela Cultura. É de sua autoria a Lei Aldir Blanc, que foi assinada por demais parlamentares e expressava o intenso debate no setor cultural sobre o que fazer com a força produtiva que estava impedida por questões sanitárias de exercer a profissão. Mais de R\$

3 bilhões de Reais foram destinados em homenagem ao artista que fez sua travessia por circunstância da nova enfermidade.

Inspirada na música do Clube da Esquina, de composição de Milton Nascimento, Márcio Borges e Lô Borges, penso sobre os sonhos que não envelhecem, mas que deveriam ter a oportunidade de fazê-lo. O povo negro sofre um sistemático genocídio, de seus corpos, de suas potências, de suas sabedorias. Envelhecer em um país que assassina meninas pretas pela fome, que decreta a morte de adolescentes negros com assassinatos brutais e abafa as vozes que se levantam contra tantas barbaridades deve ser um objetivo.

Esse envelhecimento é acúmulo de vida, de sabedoria e de lutas. Com Bené envelhecem nossos sonhos de liberdade, que maturam e continuam firmes. Ela, em meio a morte, defende a arte. Em meio aos brancos e ricos, afirmar-se favela. Em meio a fome, cria formas de alimentar o povo. Em meio a dor, tem fé na vida.

Esta é a Benedita Souza da Silva Sampaio que conheci.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALONSO, Angela. A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma e Temer. **Novos Estud. CEBRAP**, São Paulo, especial, p. 49-58, jun. 2017.
- AMARAL, Shirlena Campos de Souza. O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do caso UENF. **Dissertação** (Mestrado em Políticas Sociais) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes-RJ, 2006, 244 f.
- ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010. 190 p.
- ARAÚJO, Ayni Estevão de. Peço licença às minhas mais velhas: mulheres negras, agência política e ancestralidade, em São Paulo. 2021. 163 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, 2021.
- ARAÚJO, V. L. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. Texto para discussão sobre o Desenvolvimento, CICEF, n. 1, p. 1-31, jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/5286230>
- ARAÚJO, Verbena Santos *et al.* Representações sociais do cuidado frente ao envelhecimento humano: uma análise de similitude. **Anais do I Congresso Nacional de Envelhecimento Humano**. 2016, ISSN: 2526-1908.
- ARRUZZA, Cinzia, BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2019
- AZEVEDO, Celia M. Benedita da Silva: an afro-brazilian woman's story of politics and love as told to Medea Benjamin and Maisa Mendonça (1997). Book Review. **Gender and History**, vol. 11, no. 2, 1999, p. 404.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Rio de
- BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia org. Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afrobrasileira. São Paulo, S P. Instituto Alana, 2023
- BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. [Recurso Digital]. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOGÉA, Diogo. “Uma ponte para o futuro”: liberalismo econômico, conservadorismo moral e a violência incalculável do puro cálculo. Ítaca 33. Edição Especial “50 anos de Desconstrução”. p. 21-37. ISSN 1679-6799, 2019.
- BOITEUX, Luciana. A misoginia no Golpe. *in* PRONER, Carol *et al.* A resistência ao golpe de 2016. Bauru: Canal 6, 2016.



BOTTEGA, Ana; BOUZA, Isabela; CARDOMINGO, Matias; PIRES, Luiza Nassif; PEREIRA, Fernanda Peron. **Quanto fica com as mulheres negras? Uma análise da distribuição de renda no Brasil** (Nota de Política Econômica nº 018). MADE/US P.

BRANDÃO, Sandra org. Brasil: cinco anos de golpe e destruição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

BRASIL. **Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRUM, Mário Sergio. Ordenando o espaço urbano no Rio de Janeiro: o programa de remoção da CHISAM e as 'utilidades' para os favelados (1968-1973). **XIV Encontro Regional da Anpuh**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276733458\\_ARQUIVO\\_AnpuhRJ2010.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276733458_ARQUIVO_AnpuhRJ2010.pdf)> Acesso em 05 de ago. de 2023.

BUENO, Winnie. Uma perspectiva feminista negra para os direitos humanos. **Geledés**, 2020. Disponível em <[https://www.geledes.org.br/uma-perspectiva-feminista-negra-para-os-direitos-humanos/?amp=1&gclid=CjwKCAiAleOeBhBdEiwAfgmXf97pvyUeHjyRnU2rAH69zIJMXVSUHEchez5vT5uBc3ybEHOLIBzzfRoChsYQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/uma-perspectiva-feminista-negra-para-os-direitos-humanos/?amp=1&gclid=CjwKCAiAleOeBhBdEiwAfgmXf97pvyUeHjyRnU2rAH69zIJMXVSUHEchez5vT5uBc3ybEHOLIBzzfRoChsYQAvD_BwE)> Acesso em 01 de fev. de 2023.

CACAU, Carolina. CARDIA, Rita. 6 motivos pelos quais Benedita da Silva do PT não deve ser a alternativa a Crivella e Paes. Disponível em <<https://www.esquerdadiario.com.br/6-motivos-pelos-quais-Benedita-da-Silva-do-PT-nao-deve-ser-a-alternativa-a-Crivella-e-Paes>> Acesso em 12 de out. de 2023.

CAMPOS, Leonildo. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 100-115, set./novembro, 2005.

CARDOSO, Luisa Rita. Violência e infância: a criação da CPI destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes como acontecimento (Brasil, 1991). **Anais do III Seminário Internacional Histórias do Tempo Presente**, UDESC - Florianópolis, Santa Catarina, p. 1-13, 2017.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA. Maísa; WHITE, Evelyn. (Org.). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2006. p. 22-41.

CARNEIRO, Leandro Piquet. Mudança de guarda: as agendas da segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 4, Edição 7 Ago/Set 2010.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CUNHA, Magali. A ascensão da direita religiosa no Brasil contemporâneo. in LELLIS, Nelson. **Religião e política à brasileira: faces evangélicas no cenário político**. São Paulo: Recriar, 2019.

CUNHA, Ricardo Almagro Vitoriano. A natureza dos animais não humanos e a sua proteção jurídica. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 17, n. 1, p. 1-19, jan. /maio de 2022.

DAVIS, Angela. **Uma autobiografia**. Trad. de Hecci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DE MATTOS E SILVA, I. H. . Da Nova República à nova direita: o bolsonarismo como sintoma mórbido. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/sec.v24.67892. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/67892>. Acesso em: 29 out. 2023.

DE SANTANA MÓDOLO, L. Afroconveniência eleitoral no Brasil: notas sobre as suspeitas de fraude nas declarações raciais de 2022. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, [S. l.], v. 5, n. 3, 2023. DOI: 10.46818/pge.v5i3.321. Disponível em: <https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br/index.php/pge/article/view/321>. Acesso em: 23 out. 2023.

DELORY-MOMBERGER, C. (2012). Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, 17(51), 523-536.

DENOVAC, Adriano. Afromodernismo, cinema e Antonio Pitanga: uma narrativa negra. **Anais do IV Seminário Internacional - História do Tempo Presente**. UDESC, Florianópolis, Santa Catarina, 2021, ISSN 2237-4078.

DENZIN, Norman Kent. **Interpretive biography**. London:Sage; 1989. Disponível em <<https://archive.org/details/interpretivebiog0000denz/page/74/mode/2up?view=theater>> Acesso em 14 de set. de 2023.

DUARTE, Aimée Schneider. Entrevista com Benedita da Silva. **Revista Cantareira**, n. 27, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3. ed. ePUB, Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

\_\_\_\_\_. **Olhos d'água**. Pallas Editora, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

Fernandes, Igor Antônio Tavares. Iramuteq: um software para análises estatísticas qualitativas em corpus textuais. **Monografia (Bacharelado)**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Departamento de Estatística. Natal, 2019.

FLORES, Joaquín Herrera. **La reinvenção de los derechos humanos**. Colección Ensayando. Sevilla: Ed. Atrapasueños, 2008.

FRAGA, A. B.; MONTICELLI, T. A.. “PEC das Domésticas”: holofotes e bastidores. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, p. e71312, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2004.

GODOY, A. S.. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20–29, maio 1995.

GOLDENBERG, Mírian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa**. 8ªed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES VIEIRA, C. G. Experiências de solidão da mulher negra como repercussão do racismo estrutural brasileiro. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 5, n. 10, p. 291-311, 12 mar. 2021.

GOMES, N. L. (2020). A força educativa e emancipatória do Movimento Negro em tempos de fragilidade democrática. *Revista Teias*, 21(62), 360–371. <https://doi.org/10.12957/teias.2020.49715>.

\_\_\_\_\_. **O Movimento Negroeducador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. Golpe militar e remoções das favelas cariocas revisitando um passado ainda atual. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, p. 209-226, jan./jun. 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Org. RIOS, Flávia e LIMA, Márcia. 1ª ed. e-PUB, Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GOULART PARADIS, C.; SARMENTO, R. A “PEC das domésticas” e os enquadramentos midiáticos sobre o trabalho de mulheres. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 19, n. 2, 2017. DOI: 10.5216/sec.v19i2.48672. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/48672>. Acesso em: 16 out. 2023.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

\_\_\_\_\_. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

\_\_\_\_\_. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Ana Luiza Libânio. 1. ed. Recurso digital. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

\_\_\_\_\_. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. 1. ed. ePUB. São Paulo: Perspectiva, 2019.

\_\_\_\_\_. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada**. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 1961.

JSOUZA, A. L. S. Linguagem e letramentos de reexistências: exercícios para reeducação das relações raciais na escola. *Revista Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 67–76, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/1908>. Acesso em: 24 out. 2023. *aneiro*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

KECK, Margaret E. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 366 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Edição Kindle.

\_\_\_\_\_. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

LIMA, Dulcilei. *Desvendando Luíza Mahin: um mito libertário no cerne do feminismo negro*. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

LIMA, Renata Mantovani de; POLI, Leonardo Macedo; JOSÉ, Fernanda São. A Evolução Histórica dos Direitos da Criança e do Adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais. *Rev. Bras. Polít. Públicas* (Online), Brasília, v. 7, nº 2, 2017 p. 313-329.

LOPES, André da Costa; CHAVES, Ramom. Brasil: o corpus em análises de discurso. *Verbum*, v. 6, n. 4, p. 37-54, nov. 2017.

LOPES, Joyce. “Na Bahia ninguém é branco”: ACM Neto, afro-oportunismos e as fraudes raciais nas Eleições 2022. *AFIRMATIVA*. 26/09/2022. Disponível em <<https://revistaafirmativa.com.br/na-bahia-ninguem-e-branco-acm-neto-afro-oportunismos-e-as-fraudes-raciais-nas-eleicoes-2022/>> Acesso em 23 de out. de 2023.

LOPES, Liriane Wanderley De Sousa Leite. *Pandemia da COVID-19: o Governo de Jair Bolsonaro perante o direito à vida e à saúde*. Dissertação (Mestrado) UFPB, CCHLA, João Pessoa, 2023, 109 f.

LOUREIRO, Eduardo Nunes. NASCIMENTO, Flávio Batista do. Baixa política, altos interesses. 2014. *in* Revista Esquerda Petista, maio de 2014. Disponível em <<https://pagina13.org.br/download/revista-esquerda-petista-n-1/>> Acesso em 13 de out. de 2023.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo : Expressão Popular, 2016.

MACHADO, M. H. P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia da Conceição , escrava (Sudeste, 1880). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 42, 2010. DOI: 10.9771/aa.v0i42.21212. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21212>. Acesso em: 5 ago. 2023.

MASCARO, Alysson Leandro. Direitos Humanos: uma crítica marxista. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. Lua Nova, 2017 (101), maio 2017.

MEDEIROS, Vitor Gonçalves Queiroz de. **Ativismo negro evangélico no Brasil contemporâneo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MELLEIRO, M. M.; GUALDA, D. M. R.. O método biográfico interpretativo na compreensão de experiências e expressões de gestantes usuárias de um serviço de saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 37, n. 4, p. 69–76, dez. 2003.

MELO, Sydnei. “Dissidentes”: a esquerda evangélica na Assembleia Constituinte (1987-1988). **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 7, n. 2, 197-215, 2021.

MENDES, Antônio Manuel Teixeira; VENTURI, Gustavo. Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Opinião Pública**, Campinas, v. 2, pág. 59-72, dez. 1994.

NASCIMENTO, Beatriz. É tempo de falarmos de nós mesmos. In: RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a caminho de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

\_\_\_\_\_. **Todas as distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento**. Organizadores: Ratts, Alex. Gomes, Bethania. Editora Ogum's Toques Negros, 2015.

\_\_\_\_\_. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra - Revista do mundo negro**, Ipeafro, ano 3, n. ° 6 e 7, p. 41 a 49, 1986.

NASCIMENTO, W. Sobre os candomblés como modo de vida: Imagens filosóficas entre Áfricas e Brasis. **Ensaio Filosóficos**, v. XIII, p. 154-170, ago. 2016.

NEVES, Gabriela Silva; HECKERT, Ana Lucia Coelho. Escrivência: uma ferramenta metodológica de análise. **Mnemosine**, Vol.17, n. 1º, p. 139-162, 2021.

NEVES, Gabriela Silva; HECKERT, Ana Lucia Coelho. Escrivência: uma ferramenta metodológica de análise. **Mnemosine**, Vol.17, n. 1º, p. 139-162, 2021.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo, Ubu Editora, 2022.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 18:maio-out/2012, p. 28-47.

OLIVEIRA, Luiz H. S. (2009) “Escrevivências”: rastros biográficos em Becos da memória, de Conceição Evaristo. Terra roxa e outras terras. **Revista de Estudos Literários**. v. 17-B, p. 85-94. Acesso em Fevereiro/2018.

OLIVEIRA, Marco Davi de. **A religião mais negra do Brasil: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?** Viçosa, MG: Ultimato, 2015.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes V. Gênero, Raça/Etnia e Religião no Congresso Nacional. caminho e atuação das três deputadas federais negras evangélicas da 55ª Legislatura: Benedita da Silva, Tia Eron e Rosângela Gomes. **Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)** - Universidade Metodista de São Paulo, Escola de educação, comunicação e humanidades. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, São Bernardo do Campo: São Paulo, 2018, 128 f.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes V. Gênero, Raça/Etnia e Religião no Congresso Nacional. caminho e atuação das três deputadas federais negras evangélicas da 55ª Legislatura: Benedita da Silva, Tia Eron e Rosângela Gomes. **Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)** - Universidade Metodista de São Paulo, Escola de educação, comunicação e humanidades. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, São Bernardo do Campo: São Paulo, 2018, 128 f.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PACHECO, Gustavo. Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein. LARA, Sílvia Hunold, PACHECO, Gustavo. **Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein**. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.

PASSETI, Edson; LUCATO, Diego. 8 de janeiro de 2023, um golpe de ar azedo. *Mnemosine* Vol.19, nº1, p. 2-35(2023) Artigos. DOI:10.12957/mnemosine.2023.76206.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlando. 5ª Edição, Campinas, SP Pontes Editores, 2008.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise Crítica do Discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem. In **Anais do Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, n. 3, 2005, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/index.htm>> Acesso em 31 de jan. de 2023.

PEREIRA, Cristina Kelly da Silva. Religião e negritude: discursos e práticas no Protestantismo e nos Movimentos Pentecostais. **Revista Eletrônica Correlatio**, n. 18, Dezembro de 2010. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/viewFile/2407/2386>> Acesso em 06 de ago. de 2023.

PEREIRA, L. M. L. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. História Oral, **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n. 3, p. 117-127, 2000.

PEREIRA, Wescrey Portes. Benedita da Silva: conflito interno e a questão racial no PT dos anos 1990. *in* Cadernos Afro Memória. Centro brasileiro de análise e planejamento: São Paulo, 2023.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINHO, Tássia. Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Rev Estud Fem [Internet]**. p. 1-14, 2020.

PINO, Julio César. Reviewed Work(s): Benedita da Silva: An Afro-Brazilian Woman's Story of Politics and Love by Benedita da Silva. **Luso-Brazilian Review**, Vol. 36, No. 2 (Winter, 1999), p p. 133-134.

PIRES, Thula. Direitos humanos traduzidos em português. In: Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis.

POMAR, Valter. **A metamorfose**. Editora Página 13, São Paulo, 2014.

POMAR, Valter. coord. **Novos rumos para o governo Lula** [livro eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Associação de Estudos Página 13, 2022.

PRADO, Beatriz Martins dos Santos; PEDRO, Rachel da Costa; GOMES, Marineide de Oliveira. Um olhar sobre a Lei federal 11.645/2008: antecedentes, concepções e evolução. **LEOPOLDIANUM**, Ano 44, 2018, nº 122.

QUEIRÓZ, André. O testemunho de Petra Costa em Democracia em vertigem: cinema e lanterna mágica. **REBELA**, v. 10, n. 3. set./dez. 2020, p. 528-560.

REBOUÇAS, Catharina. Da senzala ao quartinho dos fundos: ativismo e sindicalismo do trabalho doméstico no Brasil. **Mosaico**. Vol. 12, nº 18, 2021.

RIBEIRO, Dudu. Guerra às drogas no Brasil – a atualização do genocídio. *in* FREITAS, Felipe da Silva. (org.). **Violência no Brasil: desafio das periferias** [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2022.

RIOS, Flávia. O protesto negro no brasil contemporâneo (1978-2010). *Lua Nova*, São Paulo, 85: 41-79, 2012.

RODRIGUES, Cristiano. FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 34. e238917, 2021, p p. 1-54. DOI:10.1590/0103-3352.2021.34.238917.

RODRIGUES, Jorge Oliveira, KALIL, Suzely. O militarismo como variável interpretativa: Forças Armadas e política nos governos Temer e Bolsonaro. *in* BUZETTO, Marcelo org. **Democracia e direitos humanos no Brasil : a ofensiva das direitas [2016/2021]**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2022.

ROUSSEFF, Dilma. Misoginia e manipulação da mídia. *in* D'ÁVILA, Manuela. **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

SANTOS, Cleiton Douglas Barros; RAMIRES, Vicentina. O discurso de posse de Jair Bolsonaro: um governo sem ideologia? *Encontros de Vista, Recife*, 27 (1): 70-81, jan. /jun. 2021.

SANTOS, F. P. ; DAVEL, E. P. B.. Métodos biográficos para a pesquisa em administração: princípios, potencialidades, práticas e desafios. **REAd. Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 27, n. 2, p. 430–461, maio 2021.

SANTOS, Gabriel Nascimento dos. A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global. *Gragoatá, Niterói*, v. 28, n. 60, e-53299, jan. -abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v28i60.53299.pt>.

SANTOS, Luciana dos. Fragmentos de memórias: o processo de remoção das favelas da Praia do Pinto e do Parque Proletário da Gávea. **Monografia** (Bacharelado em História), PUC-Rio, 2011, 79 p.

SANTOS, Monalisa Pereira, SOUZA, Lidyane Maria Ferreira de. Direitos e Fé nas caminhos de Benedita da Silva e Mônica Francisco: mulheres negras faveladas evangélicas e ideologia (Anti)Gênero. **Revista NUPEM**, vol. 14, no. 33, 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Tomo Direito Administrativo e Constitucional**, Edição 1, Abril de 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência?. *Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

SCHUCMAN, L. V. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo. 2012. 160 p. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP).

SEMENSATO, Clarissa Alexandra Guajardo; BARBALHO, Alexandre Almeida. A Lei Aldir Blanc como política de emergência à cultura e como estímulo ao SNC. *Pol. Cult. Rev.* , Salvador, v. 14, n. 1, p. 85-108, jan. /jun. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. e-PUB. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Ana Paula Procópio da; Almeida, Magali da Silva. Uma mulher negra com nome e sobrenome: Benedita Souza da Silva Sampaio. **Em Pauta**. Rio De Janeiro. 2020.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. Considerações e confusões em torno de história oral, história de vida e biografia. **MÉTIS: história & cultura** – v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. /jun. 2002

SILVA, Jamile Maria de Fátima da. O movimento “#elenão” e seu apagamento discursivo sob a contranarrativa do “#elesim”. *Revista do GELNE, Natal/RN*, Vol. 23 - Número 1: p. 17-28. Janeiro. 2021.

SIMON, Carolina Russo. Resenha: Sororidade, de Vilma Piedade. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 246--250, 2021.



SIMON, Carolina Russo. Resenha: Dororidade, de Vilma Piedade. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 12, n. 1, p. 246-250, 2021. ISSN 2177-2886.

SOARES, Claudete. A Radicalização da democracia e a questão racial: o projeto político do PT na década de 1990. *Revista Perseu Abramo*. Nº6, Ano 5, 2011.

SOARES, G. N. ; FERNANDES, M. M.; KO DA CUNHA, A. M. F.; SOUZA E SOUZA, L. P. Ocorrência de violência intrafamiliar relacionada ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 44–73, 2021. DOI: 10.31060/rbs p. 2021.v15.n2.1212. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1212>. Acesso em: 5 ago. 2023.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017.

SONCINI, Luana; CESAR, Rodrigo; NADOTTI, Vanessa Xavier. **A vigilância sobre o PT na ditadura: relatórios do DEOPS-S**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/csbs/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/11-6.perseuespecial.documentos.pdf>> Acesso em 06 de ago. de 2023.

SOUZA, Maria Sueli Rodrigues; SILVA, Mairton Celestino. (Orgs). **Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito**. Teresina: EDUFPI, 2017.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008. 174 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Giselle ; SOARES, Morena Gomes Marques. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **Revista Ser Social**. Brasília, v. 21, n. 44, janeiro a jun. de 2019, p. 11-28.

SOUZA, L. N. Uma reflexão sobre os discursos menores ou a escrevivência como narrativa subalterna. **Revista Crioula**, n. 21, p. 25-43, 2018.

Souza, M. B., & Hoff, T. S. R. (2019). Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20180023. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de Souza; WALL, Marilene Loewen; THULER, Andrea Cristina de Moraes Chaves; LOWEN, Ingrid Margareth; PERES, Aida Maris. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Rev. Esc. Enferm US P**. 2018.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de Souza; WALL, Marilene Loewen; THULER, Andrea Cristina de Moraes Chaves; LOWEN, Ingrid Margareth; PERES, Aida Maris. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Rev. Esc. Enferm US P**. 2018.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Rev. Esc. Enferm. USP**;37(2):119-126, Jun. de 2003.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. Raça, classe e marxismo. **Revista Outubro**, n. 31, 2º semestre de 2018.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-17, e021008, 2021.

THEODORO, Mário Lisboa. Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 79-82, out. 2007/mar. 2008.

TURINO, Célio. Lei Aldir Blanc: modos de usar. **Artigop2p & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 7, Ed. Especial, p. 184-191, set. 2020/fev. 2021.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VIEIRA, E. M.. A esterilização de mulheres de baixa renda em região metropolitana do sudeste do Brasil e fatores ligados à sua prevalência. **Revista de Saúde Pública**, v. 28, n. 6, p. 440-448, dez. 1994.

VITULLO, Gabriel. Representação política e democracia representativa são expressões inseparáveis? Elementos para uma teoria democrática pós-representativa e pós-liberal. **Revista brasileira de Ciência Política**, nº2. Brasília, jun.-dezembro de 2009, p p. 271-301.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, mar-jun de 2010.

\_\_\_\_\_. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016 5

WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In MEYER, Michel (orgs.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 17-34.

WOOD, Ellen M. 2006. “Estado, democracia y globalización”. In: Boron, Atilio; Amadeo, Javier & González, Sabrina. **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO.

\_\_\_\_\_. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v. 1, nº 10, 2000, p. 12-29.

ZACARIAS, Laysi da Silva. Amefricanizando o amor: diálogos entre bell hooks e Lélia Gonzalez. 2021. 148 f., il. **Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)**, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

ZANETTI NEGRINI, M., Freitas Gutfreind, C., & Antonine Stigger, H. M. (2020). A encenação midiática da política no filme "O Processo". **Mídia E Cotidiano**, 14(3), 182-198. <https://doi.org/10.22409/rmc.v14i3.40556>

## Obras de Benedita da Silva

SILVA, Benedita da. Cartilha Memória e Análise da Lei Aldir Blanc, 2020. Disponível em <<https://cultura.ma.gov.br/uploads/secma/docs/467881107-Memoria-e-Analise-sobre-a-Lei-Aldir-Blanc-1.pdf>> Acesso em 29 de out. de 2023.

SILVA, Benedita da. **Em defesa da classe trabalhadora e dos movimentos populares**. Brasília: Câmara dos deputados. Centro de documentação e informação: Coordenação de publicações, 1988.

SILVA, Benedita da. **Mulher negra: discursos pronunciados pela deputada constituinte Benedita da Silva**. Câmara dos deputados, Centro de documentação e informação, Coordenação de publicações, Brasília, 1988.

SILVA, Benedita da; BENJAMIN, Medea; MENDONÇA, Maisa. **Benedita**. Mauad: Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, Benedita. Assistência social e pobreza: o esforço da inclusão. *in* NOLETO, Marlova Jovchelovitch, WERTHEIN, Jorge. Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003.

SILVA, Benedita. Benedita da Silva: “cem anos de abolição, e a opressão continua. *in* PERSEU ABRAMO. **O PT e a Constituinte - Documentos**. Nº 6, Ano 5, 2011. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/08-4.perseu6.documentos.pdf>> Acesso em 14 de ago. de 2023.

SILVA, Benedita. Em defesa do povo, da democracia e da soberania! 2022. Disponível em <[https://beneditadasilvaoficial.com.br/wp-content/uploads/2022/04/relatorio-parlamentar-2020\\_2021-benedita-da-silva.pdf](https://beneditadasilvaoficial.com.br/wp-content/uploads/2022/04/relatorio-parlamentar-2020_2021-benedita-da-silva.pdf)> Acesso em 29 de out. de 2023.

SILVA, Benedita. Golpe contra Dilma – cinco anos de retrocessos e mortes que não deixam o Brasil esquecer. PT na Câmara. Disponível em <<https://ptnacamara.org.br/benedita-da-silva-golpe-contradilma-cinco-anos-de-retrocessos-e-mortes-que-nao-deixam-o-brasil-esquecer/>> Acesso em 19 de out. de 2023.

SILVA, Benedita. Violências estruturais no caminho de uma mulher negra. *in* D’ÁVILA, Manuela. org. **Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero no Brasil**. Porto Alegre: instituto E se fosse você, 2021.

## Recursos Audiovisuais

Debate Globo - Segundo Turno 1992 - Benedita da Silva e César Maia

Jingle - Campanha de 1992 - Benedita da Silva Prefeita

Jingle - Campanha de 1994 - Benedita da Silva Senadora

Jingle - Campanha de 1998 - Garotinho Governador

Jingle - Coletânea das campanhas de Benedita da Silva de 1994 até 2020

O PROCESSO. Filmografia de Maria Augusta Ramos. Disponível em: <https://www.maria-ramos.com/maria-augusta-ramos-2/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

Roda Viva - Benedita da Silva, 2002

Web Série - Quem é essa mulher?